



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**GIOVANNA DE LIMA PEREIRA**

**A atuação da Freedom House na desestabilização do Governo Hugo Chávez na Venezuela**

**FLORIANÓPOLIS– SC**

**2024**

**GIOVANNA DE LIMA PEREIRA**

**A atuação da Freedom House na desestabilização do Governo Hugo Chávez na Venezuela**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do  
título de mestre em Relações Internacionais  
Linha de pesquisa: Política Internacional  
Orientadora: Profa. Dra. Camila Feix Vidal**

**FLORIANÓPOLIS**

**2024**

de Lima Pereira, Giovanna  
A atuação da Freedom House para a desestabilização do  
Governo Hugo Chávez na Venezuela / Giovanna de Lima  
Pereira ; orientadora, Camila Feix Vidal, 2024.  
183 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Estados Unidos. 3.  
América Latina. 4. Freedom House. 5. Venezuela. I. Feix  
Vidal, Camila. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III.  
Título.

Giovanna de Lima Pereira

**A atuação da Freedom House na desestabilização do Governo Hugo Chávez na Venezuela**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 19 de Janeiro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Rafael Rossotto Ioris  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
PPG em Relações Internacionais

Prof. Dr. Ary Cesar Minella  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
PPG em Sociologia e Ciência Política

Prof. Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto  
Universidade Federal de Grandes Dourado

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Feix Vidal  
(Orientadora)

Florianópolis, 2024

## AGRADECIMENTOS

A escrita desse trabalho só foi possível graças ao apoio incondicional dos familiares, amigos e pessoas que me ajudaram durante todo o processo e permitiram que essa pesquisa se concretizasse. Eu serei eternamente grata

Agradeço imensamente à minha mãe – Lucyana – por tudo que já fez e faz por mim, palavras não seriam suficientes para expressar minha gratidão e amor. Obrigada por todo o apoio, confiança e investimento na minha formação.

À minha irmã e melhor amiga – Flávia – por estar sempre do meu lado mesmo com mais de 3 mil km de distância entre Belém e Florianópolis. Obrigada por toda a parceria de uma vida inteira, sem teu apoio não teria sido possível.

Aos meus avós – Sônia e Alipio – e ao meu tio – Mauricio – por serem essenciais na minha formação tanto acadêmica quanto pessoal. Obrigada por todo o cuidado, amor, carinho, dedicação e ensinamentos.

Aos meus amigos – em especial Anna e Poliana – que acompanharam toda a minha trajetória no mestrado e fizeram todo o processo ser mais leve. Obrigada por terem dividido comigo todas as coisas boas e ruins nesses últimos dois anos. Eu devo muito a vocês.

Obrigada aos meus professores da graduação que foram a razão e o incentivo que me levaram a escolher o caminho da pesquisa em especial a Brenda de Castro e Mário Tito Almeida. Vocês são uma grande inspiração.

Por fim, agradeço profundamente à minha orientadora – Camila Vidal – por todos os ensinamentos, orientações e horas dedicadas a formar pensamento crítico em todos seus alunos. A senhora foi e é muito necessária na minha formação e na academia brasileira.

A mania dos tutores dos povos é distribuir a liberdade, como caldo à portaria do convento; e a desgraça dos povos tutelados é receber a caldeirada como um favor dos amos, augustos e não augustos. (Machado de Assis. Diário do Rio de Janeiro, 24 jan. 1865)

## RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar a atuação da Freedom House (FH) como aparelho privado de hegemonia dos Estados Unidos (EUA) na promoção de um modelo de democracia compatível com o neoliberalismo a partir do uso de indicadores para medição de democracia e de educação democrática, focando a análise no caso da Venezuela de Hugo Chávez. Assim, mobilizando as contribuições teóricas de Antonio Gramsci e os teóricos neogramscianos como Robert Cox, Stephen Gill e Nicolas Guilhot, indaga-se: de que forma a classe dominante estadunidense, representada no governo federal, instrumentalizou a Freedom House fazendo uso da promoção de ‘democracia’ para desestabilizar o projeto socialista na Venezuela liderado por Hugo Chávez? Para responder a pergunta de partida, definiu-se quatro objetivos específicos: 1) Abordar a Teoria Crítica Neogramsciana de Relações Internacionais e sua relação com práticas imperialistas; 2) Apresentar o padrão histórico da política externa dos EUA para a América Latina como um contínuo baseado em práticas imperialistas; 3) Investigar a composição da FH e seus mecanismos de promoção de democracia, seu financiamento e seu contexto e atuação histórica; e 4) Analisar se e como a FH atuou na caracterização e, portanto, na desestabilização do governo Hugo Chávez na Venezuela. Os procedimentos metodológicos utilizados são caracterizados como bibliográfico, documental e como um estudo de caso. Por meio da Análise de Redes Sociais (ARS), traçou-se o perfil dos membros do Conselho da FH evidenciando que fazem parte de uma classe dirigente composta predominantemente por homens do Norte Global com vínculo estreito com o governo dos EUA e com o setor empresarial, formados principalmente em Ciência Política e Relações Internacionais nas universidades mais prestigiadas dos EUA, aquelas que compõem a Ivy League. Além disso, a partir da análise dos Forms 990 da Freedom House, identificou-se que a organização é substancialmente financiada pelo governo dos EUA chegando a mais de 90% dos seus recursos. Por fim, a partir da análise dos relatórios (1999 a 2013) da Freedom House em relação a Venezuela e a análise de documentos desclassificados e disponibilizados pelo Wikileaks, pôde-se confirmar a hipótese central de que ao trabalhar para determinada caracterização do governo Chavez, a Freedom House contribuiu e legitimou medidas hostis estadunidenses em relação a esse governo e também atuou na Venezuela – como instrumento de política externa terceirizada - para desestabilizar o governo chavista.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; Freedom House; Hegemonia; Hugo Chávez; Indicadores de Democracia; Venezuela

## ABSTRACT

This research aims to analyze the work of Freedom House (FH) as a private apparatus of hegemony of the United States (US) in promoting a model of democracy compatible with neoliberalism through the use of indicators to measure democracy and democratic education, focusing the analysis on the case of Hugo Chávez's Venezuela. Thus, mobilizing the theoretical contributions of Antonio Gramsci and neo-Gramscian theorists such as Robert Cox, Stephen Gill and Nicolas Guilhot, we ask: how has the US ruling class, represented by the federal government, instrumentalized Freedom House by using the promotion of 'democracy' to destabilize the socialist project in Venezuela led by Hugo Chávez? In order to answer the starting question, four specific objectives were defined: 1) To address the Neo-Gramscian Critical Theory of International Relations and its relationship with imperialist practices; 2) To present the historical pattern of US foreign policy towards Latin America as a continuum based on imperialist practices; 3) To investigate the composition of FH and its democracy promotion mechanisms, its funding and its historical context and performance; and 4) To analyze whether and how FH acted in characterizing and, therefore, destabilizing the Hugo Chávez government in Venezuela. The methodological procedures used are characterized as bibliographical, documentary and a case study. Using Social Network Analysis (SNA), the profile of the members of the FH Board was traced, showing that they are part of a ruling class made up predominantly of men from the Global North with close ties to the US government and the business sector, educated mainly in Political Science and International Relations at the most prestigious universities in the US, those that make up the Ivy League. Furthermore, an analysis of Freedom House's 990 Forms revealed that the organization is substantially funded by the US government, accounting for over 90% of its resources. Finally, an analysis of Freedom House's reports (1999-2013) on Venezuela and an analysis of declassified documents made available by Wikileaks confirmed the central hypothesis that by working towards a certain characterization of the Chavez government, Freedom House has contributed to and legitimized hostile US measures towards that government and has also acted in Venezuela - as an outsourced foreign policy instrument - to destabilize the Chavez government.

**Keywords:** United States; Freedom House; Hegemony; Hugo Chávez; Democracy Indicators; Venezuela

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organizações precursoras da Freedom House.....	99
Figura 2 – Nuvem de palavras dos Relatórios Freedom in the World sobre a Venezuela (1999-2013) .....	132
Figura 3 – Análise de similitude dos Relatórios Freedom in the World sobre a Venezuela (1999-2013) .....	133
Figura 4 –Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente dos Relatórios Freedom in the World sobre a Venezuela (1999-2013) .....	136
Figura 5 – Ranking de Liberdade da Freedom House em 1978 .....	140
Figura 6 – Vínculo da Freedom House com organizações na Venezuela e nos Estados Unidos.....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Receita da Freedom House (2000-2021) .....	116
Tabela 2 Trechos exemplificativos da Classe 1 .....	137
Tabela 3 - Trechos exemplificativos da Classe 2 .....	138
Tabela 4 - Trechos exemplificativos da Classe 3 .....	139
Tabela 5 – Classificação da liberdade na Venezuela pela Freedom House .....	141

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Receita total vs. Recursos Federais recebidos pela Freedom House (2000-2021) .....	117
Gráfico 2 – Orçamento da Freedom House durante as administrações de Bush, Obama e Trump.....	118
Gráfico 3 – Atividades fora dos Estados Unidos (2009-2021) .....	119
Gráfico 4 – Nacionalidade dos membros do Conselho da Freedom House (2005-2022).....	122
Gráfico 5 – Relação Homens x Mulheres no Conselho da Freedom House (2005-2022).....	123
Gráfico 6 – Atuação profissional dos membros do conselho da Freedom House (2005- 2022).....	123
Gráfico 7 – Formação acadêmica dos membros do conselho da Freedom House (2005- 2022).....	125
Gráfico 8 – Universidades mais frequentadas pelos membros do conselho da Freedom House (2005-2022).....	126
Gráfico 9 – Universidades das Ivy League mais frequentadas pelos membros do conselho da Freedom House (2005-2022) .....	126
Gráfico 10 – Avaliação da Freedom House sobre a Venezuela (1978-2013) .....	141

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>27</b>
2.1 Teoria Crítica: as Relações Internacionais pelas lentes gramscianas.....	27
2.2. Imperialismo.....	39
2.3. O papel das ONG's na formação de consenso: A Freedom House e a disseminação da ideia de democracia e liberdade.....	47
<b>3. POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>51</b>
3.1. Padrão histórico da política externa dos Estados Unidos para América Latina.....	51
3.2. Terceirização da Política Externa estadunidense.....	68
3.3 Relações Estados Unidos e Venezuela no governo de Hugo Chávez.....	75
<b>4. FREEDOM HOUSE.....</b>	<b>96</b>
4.1. Origens.....	96
4.2. Financiamento: Origem, magnitude e direção.....	115
4.3. Dirigentes.....	120
<b>5. FREEDOM HOUSE NA VENEZUELA.....</b>	<b>130</b>
5.1. Os relatórios da Freedom House sobre a Venezuela.....	130
5.2. As classificações da Freedom House como legitimadora da desestabilização...	142
5.3 A capacitação de oposição.....	147
5.4 Os meios de comunicação.....	158
5.5 Os relatórios e a legitimação de sanções.....	160
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>169</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a política externa dos Estados Unidos (EUA) baseou-se em uma supressão, muitas vezes brutal, de projetos democráticos e/ou progressistas na América Latina e no Terceiro Mundo (ROBINSON, 2007). Entretanto, essa mesma política externa, especialmente a partir da década de 1980, se baseou exatamente no discurso de promoção de democracia para, a partir disto, legitimar suas ações visando a manutenção da hegemonia e interesse da sua classe dominante<sup>1</sup>. Nesse contexto, ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, o governo dos Estados Unidos passa a redefinir parte de sua estratégia de atuação e intervenção no exterior. Desse modo, Ary Minella afirma que “o contexto global inclui um questionamento interno e externo das operações da Agência de Inteligência Americana (CIA), as implicações das ditaduras apoiadas na América Latina e as transformações que se operavam na economia capitalista” (MINELLA, 2009, p.14).

Assim, a partir da década de 1980, há uma “virada na política dos EUA” (ROBINSON, 2007, p.32). Segundo o autor, legisladores estadunidenses passam a desenvolver novas estratégias, modalidades e instrumentos de intervenção política sob a bandeira da promoção de democracia a partir da penetração da própria sociedade civil, a fim de controlar e limitar as mudanças advindas dela. Percebe-se, portanto, que os formuladores de políticas estadunidenses a partir de seus intelectuais orgânicos passaram a enxergar a sociedade civil como “o verdadeiro lugar do poder” (ROBINSON, 2007, p.33) e, assim, passaram a instrumentalizá-la. Neste sentido, Robinson afirma que “a intervenção dos EUA agora reforçaria as forças da sociedade civil aliado com os Estados Unidos e identificado com o capitalismo” (ROBINSON, 2007, p.33).

Desse modo, a partir das lentes teóricas do autor italiano Antônio Gramsci que compreende o papel das ideias na construção do consentimento para manter a hegemonia de uma classe dominante, pode-se perceber uma transição de uma dominação estritamente coercitiva – a exemplo da atuação estadunidense na América Latina durante a Guerra Fria - para uma dominação que está baseada na formação de consensos - sendo a difusão de uma determinada ideia da ‘democracia’, um desses instrumentos consensuais. A promoção dessa democracia, entretanto, está intimamente ligada com a promoção do neoliberalismo.

---

<sup>1</sup> Durante a pesquisa, será muitas vezes referenciado como ‘Estados Unidos’ para fins de facilitar a escrita e a compreensão. Entretanto, deve-se destacar que por ‘interesses estadunidenses’, refiro-me aos interesses de uma classe econômica e dirigente e, portanto, política dominante.

Para Robinson, “promover a democracia e promover o neoliberalismo são complementares, um processo singular na política externa dos EUA” (ROBINSON, 2007, p. 34). Nesta lógica, para ser ‘democrático’ aos moldes estadunidenses é preciso identificar-se com o capitalismo global, uma vez que “a sociedade normal é capitalista, qualquer outra visão é uma heresia antidemocrática” (ROBINSON, 2007, p. 34). Desse modo, o autor argumenta ainda que a separação entre o político e o socioeconômico é uma ilusão, pois a concentração de recursos econômicos leva à concentração do poder político (ROBINSON, 2007). Ou seja, Robinson considera que a concepção de democracia a partir de um entendimento formalista - simplesmente porque um país tem eleições e possui uma determinada constituição - é uma manobra ideológica que mantém um determinado consenso.

Assim, conforme a retórica do anticomunismo perdia força enquanto justificativa para a ingerência dos Estados Unidos nos assuntos domésticos de outros países, a promoção da democracia foi adquirindo um significado cada vez maior dentro de sua política externa. Como observa James Petras, “o fim da Guerra Fria reforçou, em Washington o impulso para consolidar seu imperialismo informal na América Latina” (PETRAS, 1997, p. 27) que, sob a égide da promoção dos valores democráticos, fomentou, mesmo que indiretamente, um conjunto de iniciativas de atores dispostos a converter os rumos políticos da região em prol dos interesses hegemônicos. Neste contexto, percebe-se, especialmente a partir da década de 1970, “as pretensões do governo estadunidense em criar um mecanismo que fosse capaz de promover, de forma privada, seus interesses no exterior, sem vincular sua imagem diretamente às ações promovidas” (BRUM, 2022, p. 82). A partir disso, Organizações Não Governamentais (ONG’s), *think tanks* e organizações internacionais se tornam fundamentais neste processo.

Segundo James Petras (1997), o financiamento para ONG’s aumentou nos Estados Unidos a partir dos anos 1980 com a crescente oposição ao neoliberalismo na América Latina. De acordo com o autor “há uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais desafiando o modelo neoliberal e o esforço para subvertê-los criando formas alternativas de ação social por meio das ONGs” (PETRAS, 1997, s/p). Nesse sentido, o autor afirma que as ONGs passaram a ser a ‘face comunitária’ do neoliberalismo e desempenhar um papel fundamental na manutenção do *status quo*. Assim, a atuação das ONG’s, aqui entendidas como aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2007), passam a ser centrais na política externa dos Estados Unidos.

Foi neste contexto, em 1983, que o governo Ronald Reagan e o Congresso dos Estados Unidos aprovaram a formação de uma instituição: o National Endowment for Democracy (NED). Estavam, assim, “institucionalizando, através de uma organização não governamental,

mas sustentada com recursos governamentais, um dos canais fundamentais de sua atuação e intervenção no exterior” (MINELLA, 2009, p.14). O NED é “formalmente uma organização privada dedicada ao fortalecimento de instituições democráticas em todo mundo” (VIDAL, BRUM, LOPEZ, 2021). Segundo Minella, esta organização foi “uma peça fundamental na construção de uma hegemonia que se caracterizou como neoliberal, mas que é, sobretudo, uma tentativa de atender à reestruturação capitalista em curso, conforme os interesses estratégicos do governo e das corporações norte-americanas” (MINELLA, 2009, p.14).

Com forte atuação externa, só na América Latina em 2019, o NED financiou 237 projetos no valor total de US\$ 25.639.175,00 (NED, 2019). Estes projetos consistem em atividades e organizações de diversos tipos no exterior, a saber: “centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como *think tanks*), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos, organizações diversas da sociedade civil” (MINELLA, 2009, p.15) contribuindo para o processo de “onguização” da política social (OLIVEIRA, 2006, p. 284). Os recursos do NED são repassados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), responsável por alocar recursos federais em instituições como o NED, e usados para financiar projetos e instituições em todo o mundo.

A USAID foi criada em 1961 e é encarregada de distribuir recursos para ‘ajuda externa’. O órgão, apesar de se caracterizar como uma agência federal independente, segue os direcionamentos de política externa do Secretário de Estado dos Estados Unidos e encontra-se ativo em mais de 100 países (GHELLER, 2022). No ano fiscal de 2021, a USAID “controlou mais de 85% do total desembolsado pelo governo dos Estados Unidos em assistência estrangeira para o mundo” (GHELLER, 2022, p.72). Além disso, de 2001 a 2021, a Agência enviou mais de 19 bilhões de dólares à América Latina (USAID; DOS, 2022), “sendo atualmente o órgão do governo dos Estados Unidos que mais investe dinheiro no hemisfério ocidental” (USAID; DOS, 2022). A Freedom House (FH) é uma destas ONG’s que recebem recursos tanto do NED quanto da USAID. Ou seja, recebe recursos públicos federais estadunidenses para atuar no exterior.

Tendo isso em vista, Petras (1997) argumenta que, ao contrário de como se intitulam, as ONG’s são ‘governamentais’, pois recebem financiamento de governos estrangeiros direta ou indiretamente, trabalham como contratados privados de governos locais e colaboram abertamente com agências governamentais. A partir disso, o autor afirma que “as ONGs minam a democracia tirando os programas sociais das mãos da população local e de seus funcionários eleitos para criar dependência de funcionários estrangeiros não eleitos e seus funcionários

ungidos localmente” (PETRAS, 1997, s/p). Para o autor (1997), as ONG’s criam uma dependência tanto cultural quanto econômica, fomentando assim um novo tipo de colonialismo em que os projetos elaborados por essas organizações refletem as diretrizes, interesses e prioridades dos centros imperiais e seus grupos dominantes. Isto ocorre a partir da atuação pedagógica e disciplinadora que busca atender às suas próprias demandas, objetivos, valores e ideologias (PETRAS, 1997) para manter sua hegemonia - não mais apenas a partir de políticas e atuações coercitivas, mas a partir da formação de consenso e, portanto, das ideias (tal como uma determinada concepção de ‘democracia’). Aí repousa a importância de instituições que atuam para esse fim, como é o caso da Freedom House. Assim, estas instituições são responsáveis por universalizar interesses privados que passam a ser entendidos como interesses públicos a partir de um processo de “colonização pedagógica” (JAURETCHE, 1975, p.11). Neste sentido, “os gestores das ONGs são atores fundamentalmente políticos cujos projetos e oficinas de capacitação [...] causam impacto ao desviar as pessoas da luta de classes para formas de colaboração com seus opressores” (PETRAS, 1997, s/p) visando consolidar a sua dominação e minar qualquer voz dissidente que coloque em discussão a sua hegemonia.

Petras afirma, portanto, que experiências demonstram que doadores estrangeiros financiam projetos durante as chamadas ‘crises’ - desafios políticos e sociais ao modelo neoliberal – e, assim, encaixam os projetos das ONG’s na agenda neoliberal (PETRAS, 1997). Essa utilização de ONG’s em momentos de desafio ao neoliberalismo pode ser observada no processo de desestabilização de um governo que representava uma ameaça à hegemonia e aos interesses materiais da classe dominante estadunidense sendo uma prática central durante o avanço imperialista estadunidense na Venezuela durante o governo de Hugo Chávez.

Nesse contexto, a eleição de Hugo Chávez representou a primeira vitória de um candidato alternativo à política convencional na América do Sul no contexto de implementação da agenda neoliberal que provocou um desgaste dos partidos convencionais, viabilizando assim a eleição de candidatos alternativos (DOS SANTOS, 2018). Desse modo, Chávez se elegeu com uma postura crítica ao neoliberalismo, de cunho nacionalista e com apoio de forças de esquerda (SANTOS, 2020). Já no seu primeiro ano de governo, Chávez aprova em 1999 uma nova Constituição que marca a refundação institucional e defende uma “democracia participativa e protagonista que vai muito além da desbotada ‘democracia’ representativa liberal” (SANTOS, 2020 p. 80). Assim, resultado de uma intensa atividade constitucional, Chávez “ampliou e atualizou os direitos humanos, incorporando direitos indígenas e ambientais; assinalou diversas formas de participação política direta, além da possibilidade de revogar mandatos, entre outras mudanças em terreno político” (DOS SANTOS, 2018, p.47).

Além disso, foram aprovadas 49 Leis Habilitantes, dentre elas destacam-se a Lei das Terras, que possibilitava a reforma agrária em terras consideradas improdutivas, a Lei da Pesca, que favorecia os pescadores artesanais em detrimento da grande indústria e a Lei dos Hidrocarbonetos, que possibilitaria o efetivo controle do Estado no setor do petróleo (SCHEID, 2019).

Conseqüentemente, o avanço das medidas populares do governo Chávez desagradava as elites venezuelanas e as forças representantes do capitalismo uma vez que as Leis habilitantes afrontavam diretamente os lucros e as propriedades da burguesia venezuelana e do capital estrangeiro (SANTOS, 2020). Além disso, a aprovação destas leis também tornou a oposição estadunidense em relação ao governo venezuelano ainda mais clara, pois, segundo Dona Hrinak, – então embaixadora dos EUA em Caracas – Chávez havia transcendido sua autoridade ao aprovar as Leis Habilitantes e considerava a além de considerar a Lei de Terras um ataque à propriedade privada (GOLINGER, 2005). Ademais, Chávez também aumentou a intervenção do Estado na estatal petrolífera Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) e procurou fortalecer a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que desagradou a elite venezuelana que estava atrelada diretamente ao capital internacional e, portanto, apoiava uma maior abertura para o capital estrangeiro. Além de afetar os interesses dessa elite venezuelana, a maior intervenção estatal no petróleo também gerou um descontentamento por parte de um determinado setor político e econômico nos Estados Unidos - que são um dos maiores compradores do petróleo venezuelano. Nesse sentido, é necessário ter em vista que o fortalecimento do Estado não se enquadra no neoliberalismo defendido pelos EUA, uma vez que um regime de livre mercado seria o mais apropriado para a defesa e a manutenção dos interesses estadunidenses na Venezuela e na América Latina. Assim, além da intervenção estatal no petróleo venezuelano, os programas sociais promovidos por Chávez foram caracterizados pelo governo estadunidense populistas e retóricos (SALGADO, 2021).

Esse conjunto de medidas, em especial a aprovação das leis habilitantes, desencadeou uma articulação conspiratória que culminou com a tentativa de golpe de Estado de 11 de abril de 2002 que contou com o apoio dos meios de comunicação e a participação estadunidense na conspiração golpista por meio de financiamento de vários grupos políticos e ONG's venezuelanas (GOLINGER, 2005). Tendo em vista esse contexto, o governo estadunidense passa “a treinar os opositores de Chávez para que conseguissem melhorar suas condições de vitória eleitoral” (SALGADO, 2021, p. 117), ou seja, o objetivo era interromper o governo chavista por meio de ações de defesa das organizações da sociedade civil, da ‘democracia’ e da ‘liberdade’. Logo, “para o corpo diplomático dos EUA, as ONGs eram de suma importância

para a organização da sociedade civil venezuelana, sendo que, a definição de sociedade civil estava restrita às forças opositoras” (SALGADO, 2021, p. 114). Neste período, diversas ONG’s foram financiadas, entre elas, uma das mais conhecidas: a Freedom House (FH).

A Freedom House, é uma ONG estadunidense, que vem sendo substancialmente financiada pelo governo dos Estados Unidos (FREEDOM HOUSE, 2022) para promover a ‘democracia’ e a ‘liberdade’ ao redor do mundo. A Freedom House tem atuado em diversas ‘crises’ na América Latina a partir de “doações, apoio de emergência, programas de capacitação, treinamentos, programas de intercâmbio internacional e atividades de *networking*”<sup>2</sup> (FREEDOM HOUSE, 2022, s/p, tradução nossa) trabalhando diretamente a partir da sociedade civil.

A Freedom House foi criada em 1941 para combater o isolacionismo dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (ZERNDT, 2016). Segundo a organização, 90% da população estadunidense na época se opunha ao envolvimento do país em guerras europeias (FREEDOM HOUSE, 2022), entretanto, a Freedom House afirma que a ascensão de Adolf Hitler representava uma ameaça à segurança e aos valores estadunidenses e, portanto, era necessário seu envolvimento. Assim, a Freedom House tomou forma com o apoio da então primeira-dama Eleanor Roosevelt e do então candidato Republicano indicado para concorrer às eleições, Wendell Willkie (FREEDOM HOUSE, 2022). O nome ‘Freedom House’ foi concebido como uma resposta ao *Braunes Haus* (Casa Marrom) a sede de Munique do Partido Nazista (BRADLEY, 2015).

Após a guerra, a Freedom House “apoiou uma política americana destinada a conter o expansionismo de Moscou e encorajar uma política externa estadunidense que colocava a promoção da liberdade em seu cerne” (FREEDOM HOUSE, 2023, s/p). Além disso, ainda preocupados com o avanço do comunismo, a organização apoiou políticas severas e intervencionistas na Coreia e no Vietnã (BRADLEY, 2015). Já na América Latina, a organização foi instrumento de intervenção de Washington em governos não simpáticos aos interesses dos Estados Unidos durante a Guerra Fria como foi o caso da participação da Freedom House nos movimentos anti-sandinistas na Nicarágua e no projeto estadunidense de promoção de democracia no Chile (ROBINSON, 1996). No caso do Chile, a Freedom House recebeu milhares de dólares da Editora Andante em Santiago. O programa Andante funcionou em todo o período de transição no Chile como um instituto de planejamento de políticas e como

---

<sup>2</sup> O texto na língua original: “grant-giving, emergency support, capacity-building programming, trainings, international exchange programs, and networking activities”.

fonte de divulgação de informações aos formadores de opinião pública no noticiário mídia, partidos políticos e grupos cívicos. Já na Nicarágua, a Freedom House – com financiamento do NED – criou uma editora anti-sandinista, uma think tank e um Diário Acadêmico trimestral em San Jose na Costa Rica, dirigido por personalidades proeminentes e intelectuais da elite nicaraguense (ROBINSON, 1996). Percebe-se, então, que a Freedom House esteve ligada com questão de política externa, segurança e inteligência nacional, trabalhando na promoção dos interesses estadunidenses e na desestabilização de governos não simpáticos aos Estados Unidos.

Entretanto, a Freedom House se define como uma organização não governamental localizada em Washington D.C, nos Estados Unidos, e declara que tem como objetivo promover a expansão da liberdade e da democracia em todo o mundo. Além da sua sede, a organização mantém 12 escritórios por todo o globo (FREEDOM HOUSE, 2022). A partir de diversos projetos em diferentes países, a Freedom House se dedica a trabalhar junto à sociedade civil. Neste sentido, a organização declara que se manifesta contra as ameaças à democracia e que capacita os cidadãos a exercerem seus direitos fundamentais por meio de uma combinação de análise, defesa e apoio direto aos defensores da liberdade na linha de frente (FREEDOM HOUSE, 2022). De acordo com a própria organização, os programas desenvolvidos pela Freedom House “apoiam os defensores dos direitos humanos e da democracia em seus esforços para promover um governo aberto, defender os direitos humanos, fortalecer a sociedade civil e facilitar o livre fluxo de informações e ideias” (FREEDOM HOUSE, 2022, s/p). Para alcançar a sociedade civil, a Freedom House trabalha em colaboração com diversas organizações parceiras por todo o mundo e apoia as iniciativas de grupos locais. Neste intuito de trabalhar próximo a sociedade civil, a organização possui Programas Regionais por todo o mundo, a saber: América Latina e Caribe, Europa, Eurásia, Asia-Pacífico, Oriente Médio e Norte da África, e por fim, África Subsaariana.

É válido destacar aqui que grande parte dos projetos voltados para a disseminação de uma determinada ideia de democracia desenvolvidos pela Freedom House, tem como seus principais financiadores o NED e a USAID, como afirmado anteriormente. De acordo com o Demonstrativo Financeiro da Freedom House de 2021, a organização "foi substancialmente financiada por doações do governo dos Estados Unidos" (FREEDOM HOUSE, 2021, p. 18), sendo responsáveis por 92% de sua receita anual. Além disso, seu quadro de funcionários é composto majoritariamente por antigos funcionários do governo estadunidense atuando em setores como o State Department, U.S. Department of Homeland Security, US Agency for International Development (USAID), entre outros, como pôde ser evidenciado durante essa pesquisa e será apresentada e aprofundado ao longo do trabalho.

A Freedom House se encaixa em uma lógica de utilização de ferramenta de monitoramento, ranqueamento e mensuração de democracias ao redor do mundo que responde às complexas relações de poder que são moldadas a partir dos interesses de uma classe dominante. Segundo Sarah Bush (2017) quando a Freedom House lançou sua avaliação anual da liberdade dos países em 1972, as reverberações foram rápidas e os líderes políticos estadunidenses passaram a citar “as classificações regularmente durante as discussões de política externa no Congresso, os jornalistas usavam rotineiramente as classificações para informar sobre os sistemas políticos dos países, citando-os nos principais jornais dos EUA”. (BUSH, 2017, p. 711). Membros da Freedom House já foram chamados para testemunhas perante comissões do Congresso sobre assuntos de importância internacional, sugerindo que seus índices podem ser usados como dados definidores acerca de determinada política (e alocação de orçamento) estadunidense. Segundo Emily A. Zernt,

Por exemplo, só em 2011, o ex-presidente da Freedom House, o Diretor Executivo David J. Kramer testemunhou perante o Congresso em quatro ocasiões separadas. Diante do Comitê de Relações Exteriores da Câmara, Kramer abordou o estado da democracia e liberdade na Europa Oriental, bem como especulações sobre abusos dos direitos humanos na Bielorrússia. Duas vezes em 2012, ele também assessorou o Comitê de Relações Exteriores do Senado sobre as relações EUA-Rússia e opções de política externa, bem como as que envolvem a Bielorrússia. Em 6 de maio de 2014, Kramer foi um dos cinco indivíduos que falaram perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado Relações em uma audiência intitulada “Ucrânia – Combatendo a Intervenção Russa e Apoiando um Estado Democrático.” Os outros depoimentos vieram de alto escalão representantes do Departamento de Estado, Departamento do Tesouro, Departamento de Defesa, e o Centro de Estudos da Eurásia, Rússia e Leste Europeu na Universidade de Georgetown. Também deve ser mencionado que antes de ocupar o cargo de Diretor Executivo da Freedom House, Kramer trabalhou para o Departamento de Estado por muitos anos (ZERNDT, 2016, p. 8-9).

Além disso, segundo Sarah A. Bush (2017), o uso das classificações do Freedom in the World (FITW) continua frequente nos Estados Unidos. Nesse sentido, é válido destacar que o governo estadunidense “os emprega para determinar se os países se qualificam para receber ajuda econômica por meio da Millennium Challenge Corporation (MCC), uma iniciativa que distribuiu mais de US\$ 10 bilhões desde 2004” (BUSH, 2017, p. 711). Além disso, o indicador da Freedom House também é utilizado para avaliar os esforços dos países do Norte Global “para promover a democracia no mundo em desenvolvimento” (BUSH, 2017, p. 711). Bush afirma ainda que os índices são utilizados por jornalistas, agências de classificação de risco, fundos de pensão e outras ONGs. O Banco Mundial, por exemplo, usa as classificações da Freedom House como fonte para o seus Indicadores Mundiais de Governança que, por sua vez, são usados pelos doadores para avaliar a eficácia dos programas de ajuda externa. Segundo Bush, os relatórios

da Freedom House “não apenas avaliam a democracia, mas também definem a democracia para certos públicos”<sup>3</sup>. (BUSH, 2017, p. 711, tradução nossa). Assim, é possível que, ao retratar um país como ‘não democrático’ a partir dos seus próprios índices de mensuração; a Freedom House não só retrata uma determinada realidade e ‘verdade’ desse país para o Congresso nos EUA, assim como para a mídia e sociedade civil; como contribui (e, portanto, legitima) a adoção prática de determinadas políticas pelo governo estadunidense (que podem ser, mas não se restringem a sanções e fins de acordos bilaterais, por exemplo). Ou seja, o uso de índices mais ou menos ‘democráticos’ para avaliação de países pode ser usado (e em certos casos foi usado como o MCC, Bielorrússia e Ucrânia, supracitados) como ferramenta que para legitimar e sustentar uma política externa hostil por parte do governo estadunidense.

Entretanto, pesquisadores como Gerardo Munk e Jay Verkuilen (2005) e Philippe Schmitter e Carsten Schneider (2004) enxergam os índices da Freedom House como um indicador “deficiente e distorcido” (SCHMITTER, SCHNEIDER, 2004, p.2). Em sua pesquisa, Nils Steiner (2014) identificou um favorecimento aos países tradicionalmente aliados aos interesses estadunidenses e portanto, avaliados mais positivamente. Nesse contexto, Andrei Tsygankov e David Parker (2014) mostraram que as avaliações que a Rússia recebe, por exemplo, são moldadas pela política externa dos Estados Unidos. Por este motivo, as avaliações da Freedom House são acusadas de possuir padrão duplo: ser utilizada para justificar domínio global e produzir conjunto de ferramentas conceituais – a partir da definição do que é democracia e quem são os países democráticos – que servem para justificar uma hegemonia global ocidental dominada pelos Estados Unidos (TSYGANKOV, PARKER; 2014). Portanto, segundo Ayhan Dolunay (et al, 2017, p. 19-20), a Freedom House é um instrumento utilizado pelas autoridades estadunidenses uma vez que defende e apoia os Estados Unidos em termos de sua política externa.

Assim, de acordo com Diego Giannone (2010), os instrumentos de mensuração de democracia da Freedom House são parte de uma estrutura de conhecimento que são um elemento essencial para o funcionamento e legitimidade de estruturas políticas, econômicas e sociais a partir do fornecimento de uma justificativa ‘científica’ para a distribuição de poder e a legitimidade do *status quo*. Logo, o desenvolvimento desses instrumentos está ligado à luta pela criação de um aparato hegemônico porque cria um novo terreno ideológico, leva a uma reforma da consciência e métodos de conhecimento e, na medida em que não são neutros, podem ser utilizados como ferramentas para adquirir e/ou fortalecer tal hegemonia.

---

<sup>3</sup> O texto na língua original: “not only rate democracy but also define democracy for certain audiences”.

A partir disso, sob o discurso de facilitar o impulso da performance de países avaliados, a Freedom House trabalha, segundo ela própria, diretamente para o fortalecimento da sociedade civil no ativismo pela democracia com o objetivo de defender e promover a liderança dos Estados Unidos na disseminação de direitos civis e políticos (FREEDOM HOUSE, 2022). Logo, nota-se que para além das falhas metodológicas, existem questões políticas e ideológicas que afetam a construção e a estrutura desses instrumentos de mensuração que são diretamente afetadas pelo clima neoliberal em que foram concebidas (GIANNONE, 2010). Percebe-se, portanto, uma instrumentalização dos indicadores e *rankings* para a promoção da ideia de democracia aos moldes estadunidenses com o objetivo de reproduzir a hegemonia de uma classe econômica e, portanto, política estadunidense.

Entretanto, os índices de democracia e liberdade da Freedom House são, de acordo com Tsygankov e Parker (2014), apenas uma área de atuação da organização para promover sua visão de democracia. Segundo os autores, a organização também atua ‘educando’ o público; fazendo *lobby* junto ao Executivo e ao Congresso; e apoiando e financiando grupos de oposição em Estados considerados como ‘autoritários’. Legítima, assim, sua atuação na desestabilização desse tipo de governo sob o argumento de estar promovendo a democracia neste país.

Assim, tendo em vista que a Freedom House produz um dos indicadores globais mais proeminentes e estabelecidos que, por décadas, seus resultados têm sido utilizados em artigos de notícias, análise de políticas e estudos (BRADLEY, 2015, p. 29); considerando também que os projetos regionais na organização que atuam junto com a sociedade civil ‘educando’ a população; e, por fim, levando em conta que a organização atua em contextos de ‘crises democráticas’; a presente pesquisa parte da seguinte problemática: De que forma a classe dominante estadunidense, representada pelo governo federal, instrumentalizou a Freedom House fazendo uso da promoção de ‘democracia’ para desestabilizar o projeto socialista na Venezuela liderado por Hugo Chávez?

A hipótese central desta pesquisa parte da perspectiva de que as ferramentas de monitoramento, ranqueamento e mensuração de ‘democracia’ da Freedom House respondem aos interesses de uma classe econômica dominante estadunidense que se utiliza do discurso de impulsionar a performance de países avaliados anualmente no *ranking*. Desse modo, há uma instrumentalização dos indicadores e *rankings* como tecnologias de saber/poder dentro do contexto para o qual são mobilizados. A partir disso, esses índices são utilizados como ‘conhecimento científico’ dotado de racionalidade técnica que legitimam atuações intervencionistas estadunidense com uma roupagem virtuosa e moral de promoção de valores democráticos a partir de um caráter pedagógico de ‘educação democrática’ que buscam a

criação de consenso para a universalização dos interesses de uma classe dominante visando a manutenção da sua hegemonia. Nesse sentido, infere-se que a Freedom House, ao trabalhar para determinada caracterização do governo Chavez, contribuiu e legitimou medidas hostis estadunidenses em relação a esse governo. Pode-se inferir ainda que a Freedom House também atuou na Venezuela – como instrumento de política externa terceirizada - para desestabilizar o governo chavista.

Dessa forma, o objetivo geral da investigação é evidenciar o uso de estratégias imperialistas no século XXI a partir do uso de indicadores para medição de democracia e de educação democrática, como é o caso da Freedom House. Para tanto, a pesquisa está pautada em quatro objetivos específicos, a saber: 1) Abordar a Teoria Crítica Neogramsciana de Relações Internacionais e sua relação com práticas imperialistas; 2) Apresentar o padrão histórico da política externa dos Estados Unidos para a América Latina como um contínuo baseado em práticas imperialistas; 3) Investigar a composição da Freedom House e seus mecanismos de promoção de democracia, seu financiamento e seu contexto e atuação histórica; e 4) Analisar se e como a Freedom House atuou na caracterização e, portanto, na desestabilização do governo Hugo Chávez na Venezuela.

Nesse contexto, a presente pesquisa se faz pertinente pois, revisitando as pesquisas feitas anteriormente, pode-se perceber que grande parte da literatura mais crítica acerca da Freedom House se concentra em análise meramente metodológicas dos índices e processo de mensuração de democracia do seu relatório anual ‘Freedom in the World’ – com pouca ou nenhuma análise às questões ideológicas. Nesse sentido, Kenneth Bollen (1990, 2000), Michael Coppedge (2002, 2011), Gerardo Munk e Jay Verkuilen (2005) e Philippe Schmitter e Carsten Schneider (2004) se dedicaram a evidenciar as deficiências metodológicas dos indicadores da Freedom House questionando a validade dessas medidas no sentido de ‘o que’ e ‘como’ estão medindo.

Entretanto, Emily A. Zerndt (2016) afirma que apesar destes trabalhos iniciaram a partir de uma visão crítica, as pesquisas acabam reafirmando o uso de concepções processuais de democracia pela Freedom House e, portanto, “um trabalho verdadeiramente crítico sobre a Freedom House está quase ausente da literatura” (ZERNDT, 2016, 27). Desse modo, Zerndt (2016) propõem uma análise histórica da Freedom House com o objetivo de tornar os estudiosos que usam essas medidas conscientes da história da instituição para que possam compreender a organização e seus indicadores não como uma entidade independente.

Nesse sentido, alguns trabalhos já se dedicaram a analisar as questões ideológicas por trás dos índices da Freedom House. Noam Chomsky e Edward S. Herman (1994) criticam a organização por avaliar com excessivo rigor os Estados que se opõem aos interesses

estadunidenses. Nessa mesma lógica, Nils Steiner (2012) se dedicou a evidenciar como os indicadores da organização – desde a sua primeira publicação – favoreciam Estados aliados ao governo estadunidense. Além disso, Diego Giannone (2010) também focou em investigar criticamente a natureza ideológica dos indicadores focando na conexão entre o neoliberalismo e a Freedom House argumentando que a organização acaba por validar a hegemonia dos Estados Unidos na medida em que defende sua visão de mundo. Segundo o autor, o conceito de liberdade defendido pela Freedom House foi redefinido pela ascensão do neoliberalismo (GIANNONE, 2010). Ademais, Andrei Tsygankov e David Parker (2014), analisam as alegações de autoridades russas de que as avaliações dos Estados Unidos sobre os desenvolvimentos econômicos e políticos na Rússia, particularmente as da Freedom House, são excessivamente críticas e frequentemente usadas para justificar pretensões globais. A conclusão a que os autores chegam é de que há uma análise mais crítica da Freedom House sobre a Rússia e que isto está diretamente relacionado aos interesses políticos e estratégicos e as prioridades de segurança nacional estadunidense.

Nota-se que a literatura acerca das deficiências metodológicas da Freedom House e como elas evidenciam uma parcialidade no ranqueamento dos Estados ‘democráticos’ e ‘não democráticos’ já foram bastante exploradas e contribuíram sobremaneira para compreender o papel da organização para a manutenção dos interesses de uma classe dominante estadunidense. O presente trabalho, entretanto, busca evidenciar como estes índices servem a uma lógica de produção de um suposto ‘conhecimento científico’ dotado de racionalidade técnica acerca da democracia ao redor do globo e como, a partir da Freedom House, são empregues estratégias para manutenção hegemônica estadunidense na região latino-americana, especificamente, na Venezuela.

Além disso, a pesquisa busca contribuir no entendimento de que, para além dos seus índices (mecanismos para influenciar a opinião pública e determinados setores políticos, como o Congresso, por exemplo), a Freedom House também trabalha com a ‘capacitação democrática’ da sociedade civil – entendida aqui como estratégias de oposição aos governos hostis aos interesses econômicos de uma classe dominante estadunidense – que não foram ainda exploradas pela literatura especializada. Nesse sentido, a presente pesquisa busca tecer especial atenção à atuação da Freedom House na América Latina, em especial ao caso da Venezuela onde a atuação da organização foi evidenciada por Tiago Salgado (2019) em sua tese de Doutorado.

A partir disso, a presente pesquisa busca contribuir para a literatura sobre o tema abordando-o a partir de uma visão classista das Relações Internacionais que se utiliza da Teoria

Crítica gramsciana para compreender o papel das classes dominantes na construção de hegemonia e na formação de consenso, bem como evidenciar o papel de organizações como a Freedom House neste processo. Ainda, ao tratar de conceitos gramscianos e de táticas de ingerências contemporâneas na América Latina, essa pesquisa busca resgatar para as Relações Internacionais o conceito de imperialismo e suas novas formas de atuação no mundo contemporâneo.

Busca-se aqui analisar a atuação da Freedom House a partir de um olhar latino-americano no subcontinente. Isto se faz necessário, pois é fundamental compreender as dinâmicas políticas, econômicas e sociais da região e as relações dos países latino-americanos com os Estados Unidos para compreensão da manutenção de estratégias de dependências, de colonialidade e de subdesenvolvimento regional. Logo, ao considerar a história latino-americana, nota-se o quanto esta esteve atrelada aos interesses estadunidenses, uma vez que não há como pensar o subdesenvolvimento da América Latina “sem levar em consideração o papel que classes dominantes, neste caso, a estadunidense, desempenharam para interromper todos os processos que foram desenvolvidos na América Latina para a formação de uma sociedade mais justa e mais igualitária” (VIDAL, 2022). Nesse sentido, se faz necessário aqui evidenciar práticas imperialistas no século XXI que se legitimam a partir de instituições ‘técnicas’ e ‘respeitáveis’ – como é o caso da Freedom House – que atuam com vistas ao desenvolvimento de um padrão civilizacional e moralmente aceito – como é o caso da ‘democracia’.

Desse modo, para realização da pesquisa com o devido rigor metodológico, os procedimentos metodológicos que serão utilizados são caracterizados como bibliográfico, documental e como um estudo de caso. Para atender ao primeiro objetivo de apresentar a política externa dos Estados Unidos para a América Latina, a presente pesquisa se apoiará em um procedimento metodológico bibliográfico a partir de livros, artigos em revista, dissertações, monografias, teses e sites oficiais que serão selecionados e analisados para a construção de uma contextualização sobre o tema a partir das literaturas mais relevantes.

Em relação ao segundo objetivo, a investigação da composição do corpo de diretores da Freedom House, se dará com uma coleta de dados primários a partir de meios oficiais como o site da Freedom House e de documentos primários referentes à Freedom House. O tratamento desses dados se dará a partir da metodologia de Análise de Redes Sociais para traçar o perfil desses indivíduos, analisando as seguintes variantes: formação acadêmica, gênero, funções anteriores. A Análise de Redes Sociais (ARS) torna possível a visualização gráfica das estruturas sociais e dos sujeitos que a integram e possibilitar observar de forma visual

“determinada estrutura social a partir dos agentes que nela atuam, pelo fato desses ocuparem posições específicas a depender do fluxo da comunicação, grau de conectividade e recursos em circulação” (SILVA, *et al*, 2021, p. 3). Neste sentido, estes dados serão fundamentais para fornecer uma constatação empírica das relações destes indivíduos que carregam consigo traços de diferentes variáveis - temporais, políticas, geográficas, sociais e econômicas - dentro de uma estrutura social e a promoção de valores específicos a partir da organização em que estão inseridas.

Além disso, para investigar o financiamento da organização, serão coletados dados a partir do Form 990<sup>4</sup> publicados anualmente pelo governo dos Estados Unidos e dos relatórios financeiros da Freedom House, disponíveis em seu sítio eletrônico. O tratamento destes dados se dará a partir da análise três indicadores propostos por Fernando Henrique Carneiro e Fernando Mascarenhas (2018), a saber: fonte do financiamento (relaciona-se com a origem dos recursos encaminhados para a organização); magnitude do gasto (verifica-se se houve manutenção, crescimento, redução ou realocação dos recursos); e, por último, a direção dos gastos (evidencia o caminho para onde foram dirigidos os recursos aplicados).

A partir dessa coleta e síntese dos dados supracitados, será feito um estudo de caso do papel da Freedom House na desestabilização do governo de Hugo Chávez na Venezuela. Nesse sentido, serão analisados dois aspectos a partir das diferentes formas de atuação da organização: primeiramente, será analisada a classificação da Venezuela no índice Freedom in the World da Freedom House do ano de 1999 a 2013 para compreender qual era a visão da organização em relação ao governo chavista no que diz respeito à ‘democracia’ e à ‘liberdade’. Em seguida, serão analisados a partir de uma metodologia de análise documental os documentos desclassificados e disponibilizado pelo site Wikileaks para compreender o papel da Freedom House na articulação do plano estadunidense de enfraquecer a base de apoio do governo de Hugo Chávez na Venezuela. O vazamento dos documentos secretos estadunidenses por Julian Assange por meio do Wikileaks possibilitou compreender a tentativa dos Estados Unidos de desestabilizar o governo chavista por meio do financiamento de diversas ONG’s – entre elas a Freedom House – com o intuito de formar líderes políticos, ‘educar’ a sociedade civil sobre o ‘verdadeiro’ significado da democracia e financiar grupos opositores ao mesmo tempo que acusavam o governo venezuelano de anti-democrático e portanto, justificando a sua ingerência.

---

<sup>4</sup> O Formulário 990 é uma declaração das organizações que reivindicam status de isenção de impostos federais devem apresentar anualmente.

Por fim, a pesquisa está organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo dedica-se a base teórica da pesquisa relacionando a teoria com o objeto central da pesquisa a partir da articulação de ideias centrais como hegemonia, imperialismo e a atuação das ONG's como aparelhos privados de hegemonia. Já o segundo capítulo está centrado na discussão sobre a política externa intervencionista dos Estados Unidos na América Latina e suas bases ideológicas, bem como uma análise da política externa estadunidense para a Venezuela durante o governo de Hugo Chávez. O terceiro capítulo, por sua vez, objetiva contextualizar a criação da ONG estadunidense Freedom House, verificando o cenário histórico em que foi criada, a composição do seu corpo de diretores, bem como seu financiamento. Por fim, o quarto e último capítulo analisa a atuação da Freedom House durante o governo de Hugo Chávez na Venezuela buscando averiguar como a organização foi utilizada como instrumento para a desestabilização de um governo democraticamente eleito.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo se dedicará a apresentar a base e a fundamentação teórica necessária para as análises feitas nesta pesquisa. Mais detidamente, será abordada a Teoria Crítica das Relações Internacionais – a partir das ideias de Antonio Gramsci e de teóricos neogramscianos como Robert Cox e Stephen Gil –, sua origem, os principais autores que a influenciaram e como esta teoria é aplicada na análise das Relações Internacionais contemporânea. Além disso, o capítulo também busca abordar o conceito de imperialismo – a partir de Vladimir Lênin e Domenico Losurdo – e a sua atualidade para compreender as dinâmicas das relações internacionais nos dias atuais, especialmente para compreensão das relações entre centro e periferia. Por último, será abordado precisamente o papel que as Organizações Não Governamentais (ONG's) desempenham na manutenção hegemônica da classe econômica dominante dos Estados Unidos. Todos estes conceitos e ideias serão expostos fazendo uma ligação direta com a investigação sobre a atuação da Freedom House na Venezuela tendo em vista que serão a base teórica para a análise.

### 2.1 Teoria Crítica: As Relações Internacionais pelas lentes gramscianas

Segundo Stephen Gill, “o movimento em direção à extensão das ideias gramscianas ao estudo das Relações Internacionais (RI), tem sido lento e recente, e envolve relativamente poucos estudos ambiciosos para definir as origens, o desenvolvimento e a dinâmica da emergente economia política global”<sup>5</sup> (GILL, 1993, p. 4, tradução nossa). Nesse sentido, as ideias de Antonio Gramsci passam a ser incorporadas na disciplina de Relações Internacionais como uma crítica metodológica e epistemológica às teorias positivistas que predominaram nessa área nos anos 1980, especialmente o Neorrealismo. É neste contexto que Robert Cox escreve dois ensaios (1981 e 1983) em que busca aplicar os conceitos Gramscianos no cenário internacional e reforçar as contribuições da Teoria Crítica para a área das Relações Internacionais.

Segundo Cox (1981), a Teoria Crítica se destaca da ordem prevalecente no mundo e questiona como essa ordem surgiu. Além disso, a teoria crítica, ao contrário da teoria de solução de problemas; questiona a origem e os processos de mudança das instituições, do social e do

---

<sup>5</sup> O texto na língua original: “The movement towards the extension of Gramscian ideas to the study of IR and IPE has been slow and recent, and has involved relatively few ambitious studies concerned to define the origins, development and dynamics of the emerging global political economy”.

poder. Nesse sentido, “a teoria crítica é a teoria da história no sentido de estar preocupada não apenas com o passado, mas com o processo contínuo de mudança histórica”<sup>6</sup> (COX, 1981, p. 129, tradução nossa).

Assim, Cox (1981) argumenta que a Teoria Crítica não deixa de se preocupar com o problema do mundo real e afirma que os objetivos são tão práticos quanto os da teoria de solução de problemas. Entretanto, entende-se aqui a prática a partir de uma perspectiva que transcende a ordem existente, enquanto a teoria de solução de problemas toma esta ordem como ponto de partida. Nesse sentido, o autor afirma:

A teoria crítica permite uma escolha normativa em favor de uma ordem social e política diferente da ordem vigente, mas limita o alcance da escolha a ordens alternativas que são transformações factíveis do mundo existente. Um objetivo principal da teoria crítica, portanto, é esclarecer essa gama de alternativas possíveis. A teoria crítica, portanto, contém um elemento de utopismo no sentido de que pode representar um quadro coerente de uma ordem alternativa, mas seu utopismo é limitado por sua compreensão do processo histórico. Deve rejeitar alternativas improváveis, assim como rejeita a permanência da ordem existente. Desta forma, a teoria crítica pode ser um guia para uma ação estratégica para trazer uma ordem alternativa, enquanto a teoria de resolução de problemas é um guia para ações táticas que, intencionais ou não, sustentam a ordem existente.<sup>7</sup> (COX, 1981, p. 130, tradução nossa)

A partir disso, passam a surgir trabalhos sobre a “internacionalização do estado e da sociedade civil, os aspectos internacionais da hegemonia e da supremacia social, as formações transnacionais de classes e blocos e forças econômicas, o papel dos intelectuais orgânicos e das organizações internacionais e outras questões que ajudam a definir a natureza da política global no século XX”<sup>8</sup> (GILL, 1993, p. 4, tradução nossa). Nesse sentido, as ideias e conceitos de Gramsci, em especial o conceito de hegemonia, passam a ser utilizados para interpretar as relações internacionais. Nesse sentido, apesar de Gramsci não tratar diretamente sobre as relações internacionais, o seu pensamento foi utilizado por Cox para analisar as organizações

---

<sup>6</sup> O texto na língua original: “Critical theory is theory of history in the sense of being concerned not just with the past but with a continuing process of historical change”.

<sup>7</sup> O texto na língua original: “Critical theory allows for a normative choice in favour of a social and political order different from the prevailing order, but it limits the range of choice to alternative orders which are feasible transformations of the existing world. A principal objective of critical theory, therefore, is to clarify this range of possible alternatives. Critical theory thus contains an element of utopianism in the sense that it can represent a coherent picture of an alternative order, but its utopianism is constrained by its comprehension of historical process. It must reject improbable alternatives just as it rejects the permanency of the existing order. In this way critical theory can be a guide to strategic action for bringing about an alternative order, whereas problem-solving theory is a guide to tactical actions which, intended or unintended, sustain the existing order”.

<sup>8</sup> O texto na língua original: “Internationalisation of state and civil society, the international aspects of social hegemony and supremacy, and the transnational class and bloc formations and economic forces, the role of organic intellectuals and of international organisations and other issues which help to define the nature of global politics in the twentieth century”.

internacionais, sua preocupação central neste período (COX, 1983). Assim, o autor introduz os conceitos e pensamentos de Gramsci para analisar a ordem internacional, sendo particularmente importante o conceito gramsciano de hegemonia.

Sobre o entendimento acerca da hegemonia, Cox afirma que foi retomado por Gramsci uma ideia corrente nos círculos da Terceira Internacional, a saber: “os trabalhadores exerciam a hegemonia sobre as classes aliadas e ditadura sobre as classes adversárias” (COX, 1981, p. 163). Porém, esta ideia foi aplicada na Terceira Internacional somente à classe trabalhadora expressando a sua capacidade de uma aliança entre trabalhadores, camponeses e grupos favoráveis à mudança revolucionária. Gramsci, entretanto, passou a aplicar esta ideia à burguesia e aos aparelhos ou mecanismos de hegemonia da classe dominante tornando possível reconhecer os casos em que a burguesia havia alcançado posições hegemônicas de liderança sobre as classes (COX, 1981).

Além disso, “a segunda vertente que leva à ideia de hegemonia Gramsciana veio de Maquiavel e ajuda a ampliar ainda mais o escopo potencial de aplicação do conceito” (COX, 1981, p. 164). A partir do que Maquiavel havia escrito, especialmente em O Príncipe, Gramsci herda a imagem do poder como centauro: meio homem, meio animal - uma combinação necessária de consentimento e coerção. Assim, “na medida em que o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece. A coerção é sempre latente, mas aplicada apenas em casos marginais e desviantes. A hegemonia é suficiente para garantir a conformidade de comportamento da maioria das pessoas na maior parte do tempo” (COX, 1981, p. 164). Nesse sentido, Cox (1983) afirma que a partir desta contribuição vinda de Maquiavel, o conceito de hegemonia gramsciano se liberta de um conceito de poder ligado com classes sociais historicamente específicas e dá a ele uma aplicabilidade mais ampla a relações de dominação e subordinação possibilitando, inclusive, analisar as relações de ordem mundial. Entretanto, é necessário destacar que a partir de uma leitura gramsciana, as relações de poder não devem ser entendidas como relações entre Estados estreitamente concebidos, mas a partir de classes – ou seja, a leitura continua sendo classista ao enxergar o Estado como instrumento legitimador e palco de atuação de uma classe dominante.

No que tange ao significado atribuído por Gramsci ao conceito de ‘hegemonia’, o teórico oscila entre um sentido mais restrito de ‘direção’ em oposição a ‘domínio’, e um mais amplo e compreensivo de ambos, ou seja, a combinação direção mais domínio (COSPITO, 2017). Neste sentido, entende-se que há distinção entre governar pela força e governar pelo consenso contrastando dois tipos ideais de supremacia: o domínio - exercício do poder sem o

consentimento crítico e ponderado dos governados - e a hegemonia ética, isto é, liderança intelectual e moral (AUGELLI, MURPHY; 2007, p. 201). Segundo Gramsci:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários que visa “liquidar” ou submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder; depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Assim, toda classe dominante foi primeiro dirigente, uma vez que dirige primeiro pelas ideias para depois alcançar uma posição que possa se utilizar de armas. A partir das lentes gramscianas compreendemos que a hegemonia deve ser entendida como fundamento do poder político que se dá a partir do equilíbrio entre força e consenso. Assim, Gramsci afirma que:

O exercício normal da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar é caracterizado por uma combinação de força e do consenso que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, também fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expressa pela assim ditas órgãos de opinião pública – jornais e associação – os quais, por isso, em certas situações são artificialmente publicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

A partir disso, Gramsci entende que a “opinião pública está estreitamente ligada com a hegemonia política e que é, portanto, o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 2007 p. 265), onde ‘consenso’ está ligado à sociedade civil e ‘força’ à sociedade política. Nesse sentido, “a opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante” (GRAMSCI, 2007, p. 265). Assim, Gramsci atribui a isso a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião para que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional (GRAMSCI, 2007).

Neste sentido, Cox (1983) afirma que essa percepção de hegemonia levou Gramsci a ampliar sua definição de Estado. Assim, “quando o aparato administrativo, executivo e coercitivo do governo foi efetivamente estrangulado pela hegemonia da classe dirigente de toda uma formação social, tornou-se sem sentido limitar a definição do Estado a esses elementos do governo” (COX, 1983, p. 164). Logo, Cox explica que, “para ser significativa, a noção de Estado também teria de incluir os fundamentos da estrutura política na sociedade civil.” (COX, 1983, p. 164). Dessa forma, Gramsci, pensando em termos históricos e materiais, apontou como a igreja, o sistema educacional e a imprensa, ajudaram a criar nas pessoas certos modos de comportamento e de expectativas consistentes com a ordem social hegemônica (COX, 1983).

Desse modo, Antonio Gramsci atribuiu o estabelecimento do aparelho (mecanismo) da hegemonia intelectual, moral e política da classe dominante às iniciativas individuais, moleculares e privadas (GRAMSCI, 2002). Segundo o autor:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como trama “privada” do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: **o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.** Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime dos partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o “corporativo” (política enxertada na economia) (GRAMSCI, 2007, p. 119, grifo nosso).

Logo, “o consenso ativo reside na relação que se estabelece entre quem governa e quem é governado”, portanto, é a capacidade de obter o consenso que determina a capacidade dirigente de uma classe, ou seja, “quando este consenso é menor presencia-se uma crise que atinge o Estado em seu conjunto, tratando-se de uma crise de consenso” (ROCCO, 2017, s/p). Assim, se a classe dominante deixa de ser dirigente, pois perdeu o consenso e passa a deter apenas a força da coerção, Mihele Filippini afirma que “isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam” (FILIPPINI, 2017, s/p). Assim, para mascarar a falta de consenso, os representantes do poder proclamam princípios morais e virtuosos com o objetivo de justificar o uso da força (AUGELLI, MURPHY; 2007).

Neste contexto, percebe-se que existe um nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo e a realização da hegemonia, ou seja, a capacidade que uma classe tem de construir sua hegemonia decorre da possibilidade dessa mesma classe elaborar uma visão de mundo própria e autônoma. Segundo Stephen Gill:

A hegemonia implica que a face coercitiva do poder retroceda e a face consensual se torne mais proeminente. Assim, a hegemonia de uma determinada classe, ou facção de uma classe, requer sucesso contínuo em persuadir outras classes e grupos da sociedade civil a aceitar sua liderança, bem como a maioria de seus valores chave. A hegemonia é exercida por meio do desenvolvimento e da mobilização de uma formação políticoeconômico transclasse ou coalizão de forças em um bloco histórico (GILL, 2008, p. 92).

Assim, nota-se que “a crise de hegemonia se manifesta no momento em que a sociedade civil priva o Estado do apoio constituído pela direção, pela organização do consenso de massa e pela formação ideológica de funcionários e quadros dirigentes” (FILIPPINI, 2017, s/p). Dito isso, uma classe se torna hegemônica quando ela consegue expandir e apresentar os seus interesses, que no primeiro momento eram restritos a sua classe, como universais. Em outras palavras, quando consegue-se alargar estes interesses de forma a abranger outras classes que passam a considerá-los seus próprios. É, portanto, a universalização dos próprios interesses que são apresentados e representados como interesses universais. Percebe-se, então, que a hegemonia busca uma universalização e, portanto, constrói consenso ao mesmo tempo em que esconde o caráter de classe. Afirma-se, desta maneira, que “o que Gramsci chama de hegemonia é o processo de construção do consenso sobre uma visão de mundo (ideologia) ampla e um projeto político amplo, somado ao uso da violência” (MOLL, 2012, p. 88).

A hegemonia requer que a classe hegemônica entenda e responda a interesses e aspirações. Em outras palavras, um grupo hegemônico lidera de duas formas, quais sejam, respondendo aos ‘interesses’ dos seus aliados e ajudando a dar forma às ‘aspirações’ ideais que surgem na sociedade civil. Portanto, para que um grupo se torne hegemônico, é necessário que este compreenda os seus próprios interesses e desenvolva a sua própria aspiração hegemônica e, assim, desenvolva autoconsciência do papel econômico que desempenha e do papel político que poderia desempenhar (AUGELLI, MURPHY; 2007).

É a partir dos três níveis de sociedade definidos por Gramsci, quais sejam, a estrutura econômica e os dois planos superestruturais – “a sociedade civil” e a “sociedade política”; que se operam a dominação pela força e pelo consenso na consolidação do poder (AUGELLI, MURPHY; 2007, p. 202). Segundo Gramsci:

Por enquanto, podem-se fixar dois “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função da “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 1971, p. 12).

Assim, “a ‘sociedade civil’ [...] constitui o momento de transição da estrutura econômica para a sociedade política” (AUGELLI; MURPHY, 2007, p. 203). Logo, é o domínio social no qual meros interesses corporativos podem ser transformados em aspirações políticas mais amplas e universalizados. Para Gramsci, a sociedade civil é o domínio no qual se dão todas as dinâmicas de formação de identidade, luta ideológica, atividades dos intelectuais e de

construção da hegemonia. É nesta esfera que pessoas se tornam conscientes e engajam-se pela primeira vez na ação política. É, portanto, nesta esfera que ocorre a transformação de interesses estreitos e específicos de classe para visões universais (AUGELLI; MURPHY, 2007).

Necessário aqui também compreender o que se entende por sociedade política para Gramsci. Para o italiano, a ‘sociedade política’ pode ser entendida como uma analogia ao ‘Estado’ na perspectiva Realista; entretanto, Gramsci entende que a força e a ameaça do uso da força não podem constituir a única base para a consolidação do poder sobre grandes territórios e populações. O uso da força, nesse sentido, é importante para distinguir a ‘sociedade política’ do que Gramsci chama de Estado no sentido orgânico mais amplo que se refere- à totalidade da “estrutura da superestrutura” (AUGELLI; MURPHY, 2007, p. 203), que pode incluir as instituições essenciais para a vida política da comunidade. Ou seja, “o Estado não é nem a expressão externa da sociedade [...] nem está situado acima da sociedade; o Estado é uma característica da sociedade, e está constituído pela articulação entre sociedade política e sociedade civil” (AUGELLI; MURPHY, 2007, p. 203). Neste sentido, “o Estado entendido como sociedade civil amplificada é o foco das lutas sociais, o lócus da construção da hegemonia e, conseqüentemente, a entidade básica das relações internacionais” (MOLL, 2012, p. 91).

É importante compreender também o que Gramsci chama de ‘bloco histórico’. Para o italiano, o Estado e a sociedade constituem juntos uma estrutura sólida em que a revolução implica o desenvolvimento de outra estrutura que seja suficientemente forte para substituir a primeira após todo o seu potencial se esgotar. Esta estrutura, seja emergente ou dominante, é denominada por Gramsci de bloco histórico. O autor afirma ainda o papel central dos intelectuais na construção destes blocos, uma vez que estão organicamente conectados a uma classe social e, portanto, desempenham a função de criar e sustentar “imagens mentais, tecnologias e organizações que mantêm coesos os membros de uma classe e de um bloco histórico ao redor de uma identidade comum” (COX, 2007, p. 112). Ressalta-se aqui que, para Gramsci, todos têm o seu lado intelectual, porém, nem todos desempenham este papel por tempo integral.

De acordo com Cox, aplicando o conceito de Gramsci para as Relações Internacionais:

[...] historicamente, para se tornar hegemônico, um Estado teria de fundar e proteger uma ordem mundial que fosse universal em termos de concepção, isto é, uma ordem em que um Estado não explore outros Estados diretamente, mas na qual a maioria desses (ou pelo menos aqueles ao alcance da hegemonia) possa considerá-la compatível com seus interesses (COX, 2007, p. 117-118).

Nesse aspecto, para Gramsci, os intelectuais desempenham uma função central uma vez que são responsáveis por “representar as ideias que constituem o terreno no qual a hegemonia é exercida” (GRAMSCI, 1975, p. 1.084). Logo, são responsáveis por prestar apoio intelectual e moral ao papel político dominante do grupo hegemônico. Sua função, portanto, é convencer e demonstrar em todos os campos do saber que as aspirações do grupo dominante a que estão vinculados coincidem com os interesses da sociedade como um todo, ou seja, devem construir uma visão de mundo coerente (GRAMSCI, 1971, p. 403). Tendo em vista seu papel fundamental, pode-se afirmar que “grupos hegemônicos em potencial fracassam quando não conseguem consolidar o apoio dos intelectuais” (AUGELLI, MURPHY; 2007, p. 206).

A partir do entendimento que a construção de hegemonia – o equilíbrio entre força e consenso – é transposto para a sociedade civil, torna-se necessário compreender o papel dos intelectuais orgânicos na obtenção de consensos. Neste sentido, os intelectuais são agentes da atuação hegemônica. Para Gramsci, “todos os homens são intelectuais”, porém, “nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1983, p.7), ou seja, para Gramsci não existem ‘não intelectuais’, existem diversos graus de atividade específica intelectual uma vez que “todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer” (GRAMSCI, 1983, p.7).

De acordo com Gramsci (1983, p. 11):

Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à imprensa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.

Entende-se, portanto, que intelectuais orgânicos devem ser entendidos de maneira ampla (não reduzidos a academia) como os agentes responsáveis por difundir determinada ideia e doutrina. Assim, é atribuído aos intelectuais um papel na construção da hegemonia, sendo esse o de divulgar e legitimar a estrutura econômica vigente. Nesse sentido, Gramsci afirma que cada grupo social cria para si camadas de intelectuais que tem por objetivo dar a sua classe homogeneidade e consciência da própria função tanto no campo econômico como no campo social e político (GRAMSCI, 1983).

Assim, Giuseppe Cospito (2017), a partir dos Cadernos do Cárcere, mostra que para Gramsci, toda relação de hegemonia necessariamente parte de um caráter pedagógico. Frosini

(2017) afirma ainda que nas obras de Gramsci, a questão da educação é estendida ao tema da hegemonia e do papel fundamental de mediação desenvolvido pelos intelectuais. Gramsci distingue os dois modos com os quais uma classe realiza sua supremacia: como domínio sobre os grupos adversários, ou como direção intelectual e moral sobre os grupos afins e aliados; nesse quadro, os intelectuais não existem como classe autônoma e independente, mas como camada que cada classe fundamental elabora como seu instrumento específico (FROSINI, 2017).

Deve-se destacar que, para Gramsci, no movimento rumo à hegemonia e à criação de um bloco histórico, existem três níveis de consciência, a saber: a consciência econômico-corporativo - neste nível um certo grupo possui conhecimento de seus interesses específicos; a solidariedade ou consciência de classe; e o hegemônico - que harmoniza os interesses da classe dirigente com as das classes subordinadas e incorpora esses outros interesses numa ideologia expressa em termos universais (GRAMSCI, 1971). Cox afirma que o processo de construção da hegemonia consiste em transformar os interesses específicos de uma classe ou de um determinado grupo em instituições e ideologias de caráter amplo, ou universais. Neste sentido, se essas instituições e ideologias forem hegemônicas, irão adquirir uma forma universal e, portanto, darão alguma satisfação aos grupos subordinados ainda que sem comprometer a posição de liderança da classe hegemônica e de seus interesses (COX, 2007).

Assim, para Gramsci, um ator corporativo que deseja manter sua hegemonia deve desenvolver uma autocompreensão crítica, fazer alianças e conquistar o domínio ideológico caso tenha a pretensão de estender o alcance sua hegemonia a maior número de pessoas. Esses requisitos são imprescindíveis e, caso um esteja ausente, o grupo hegemônico não consegue manter sua aliança social passando por uma “crise de autoridade” (AUGELLI, MURPHY; 2007, p. 207).

Neste sentido, no que diz respeito ao plano internacional, a hegemonia não é tão somente uma ordem entre Estados, ela é uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção que estão subordinados a ela. Segundo Gramsci,

Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. (GRAMSCI, 2022 p.42)

Nesse sentido, Gramsci afirma ainda que o Estado hegemônico, ou seja, a grande potência, “determina a vontade dos outros e não é determinado por esta” (GRAMSCI, 2022, p. 86). A hegemonia, por sua vez, é ao mesmo tempo um complexo de relações sociais, econômica e política que se expressa a partir de normas, instituições e mecanismos universais que criam regras para reger o comportamento dos Estados e das forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais (COX, 2007).

Entretanto, é necessário destacar aqui que esse exercício de hegemonia pelas grandes potências não deve ser entendido a partir dos olhares tradicionais Realistas. Aqui, a dominação está baseada no equilíbrio entre força e consenso, ou seja, para um Estado se tornar hegemônico é necessário que este consiga demonstrar e convencer que a expansão do seu poder em relação aos demais Estados representa o interesse universal e geral dos indivíduos presentes nesses. Além disso, para Gramsci, as relações internacionais seguem as relações sociais fundamentais, ou seja, “qualquer inovação orgânica na estrutura social, por meio de suas expressões técnico-militares, modifica organicamente as relações absolutas e relativas também no campo internacional” (GRAMSCI, 1997, p. 1562). Cox (1983) destaca que Gramsci não diminui a importância do Estado - que continua sendo o foco principal da luta social e a entidade básica das relações internacionais – mas o entende a partir da ideia de Estado ampliado que inclui sua própria base social. Dessa forma, “essa visão deixa de lado uma visão estreita ou superficial do Estado que o reduz, por exemplo, à burocracia da política externa ou às capacidades militares do Estado” (COX, 1981, p. 169).

Assim, analisando as relações de poder a partir de uma visão mais ampla, Gramsci afirma que a classe dirigente visa não somente a sua permanência, mas a sua “permanência em condições determinadas de prosperidade” (GRAMSCI, 2022, p. 88) inclusive incrementando essas condições. Desse modo, Cox se utiliza da análise que Gramsci fez sobre a Revolução Francesa para pensar o desenvolvimento do poder estadunidense e soviético. Segundo ele, “foram desenvolvimentos baseados em nações que ultrapassaram as fronteiras nacionais para se tornarem fenômenos expansivos internacionalmente. Outros países receberam o impacto desses desenvolvimentos de forma mais passiva” (COX, 1981, p. 170). Segundo Cox, “esse efeito ocorre quando o ímpeto para a mudança não surge de um vasto desenvolvimento econômico local, mas é, ao contrário, o reflexo de desenvolvimentos internacionais que transmitem suas correntes ideológicas para a periferia” (COX, 1983, p. 170), ou seja, os países periféricos deixam de pensar o seu próprio desenvolvimento e passam a entender os interesses da classe dominante do país hegemônico como seus próprios interesses.

Cox afirma ainda que “no nível puramente da política externa, as grandes potências têm relativa liberdade para determinar suas políticas externas em resposta aos interesses domésticos: potências menores têm menos autonomia” (COX, 1983, p. 169). Desse modo, a “vida econômica das nações subordinadas é penetrada e entrelaçada com a das nações poderosas” (COX, 1983, p. 169). Para evidenciar isso e aplicar o conceito gramsciano de hegemonia, Cox (1983) determina três períodos e os classifica como hegemônicos ou não, a saber: 1845-1875, 1875-1945 e 1945 até o presente.

O primeiro período (1845-75) pode ser considerado hegemônico, pois havia uma economia mundial com a Grã-Bretanha como centro. Assim, doutrinas econômicas consistentes com a supremacia britânica – mas universais na forma – como, por exemplo, vantagens comparativas, livre comércio e padrão-ouro; passaram a ser promovidas para fora da Grã-Bretanha. Nesse sentido, a Grã-Bretanha manteve o equilíbrio de poder na Europa e tinha a capacidade de impor a obediência dos países periféricos às regras do mercado (COX, 1983).

No segundo período (1875-1945), outros países desafiaram a supremacia britânica e o equilíbrio de poder na Europa tornou-se desestabilizado, levando a duas guerras mundiais. Além disso, as principais mudanças do período foram: a substituição do livre comércio pelo protecionismo; o fim do padrão-ouro; e a fragmentação da economia em blocos econômicos. Este foi um período ‘não hegemônico’ (COX, 1983). Já no terceiro período, após a Segunda Guerra Mundial (1945-65), os Estados Unidos assumiram o papel de hegemonia mundial e adaptaram as instituições e doutrinas à complexa economia às sociedades nacionais que passaram a ser ainda mais sensíveis às repercussões políticas das crises econômicas (COX, 1981).

Assim, em relação a essas instituições, Cox passa a entendê-las como parte de um conjunto de mecanismos que desempenham um papel hegemônico, apresentando-as como aparelhos privados de hegemonia. De acordo com o autor, essas organizações desempenham as seguintes funções:

Corporifica as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; 2) é, ela própria, produto da ordem mundial hegemônica; 3) legitima ideologicamente as normas da ordem mundial; 4) coopta as elites dos países periféricos; e 5) absorve ideias contra-hegemônicas (COX, 2007, p. 118-119).

Portanto, para Cox, “o poder nunca pode ser definido exclusivamente em termos físicos e materiais. O aspecto material do poder tem sua contraparte nas ideias” (COX, 1996, p. 362). Nesse contexto, as instituições internacionais têm um papel fundamental, pois devem ser

encaradas “como o processo que tem lugar nas relações mundiais de poder – um processo no qual a hegemonia se torna institucionalizada” (COX, 1996, p. 364). Em outras palavras: “as instituições são visíveis, a hegemonia é invisível” (COX, 1996, p. 364).

Dessa forma, Cox afirma que mesmo que indivíduos de países periféricos participem nestas instituições internacionais objetivando modificar o sistema, estes são condenados a trabalhar dentro das estruturas da revolução passiva. Ou seja, mesmo inseridos nestas instituições, estes países periféricos conseguirão, no máximo, transferir elementos de ‘modernização’ para seus Estados mas esta transferência é limitada, pois só ocorre até o ponto que continua coerente com os interesses dos poderes locais estabelecidos. Assim, para que de fato haja uma mudança estrutural significativa da ordem mundial, deve haver uma mudança fundamental nas relações sociais e nas ordens políticas nacionais; ou seja, a partir da construção de um novo bloco histórico dentro das fronteiras nacionais (COX, 2017).

Neste contexto, as organizações internacionais são reflexo de interesses, projetos políticos e visões de mundo capazes de formar um determinado consenso com vistas a manutenção de uma classe hegemônica. Moll (2012) afirma ainda que as organizações internacionais podem exercer um papel fundamental como elemento de legitimação democrática do uso da força, uma vez que tem, supostamente, o respaldo da maioria dos governos e cidadãos do globo. O autor afirma ainda que, em alguns casos, “as Organizações Internacionais podem funcionar como órgãos de violência simbólica ou física do polo contra hegemônico, sobretudo algumas Organizações Internacionais não Governamentais” (MOLL, 2012, p. 93). Percebe-se, portanto, que a partir da perspectiva gramsciana as organizações internacionais podem ser entendidas como espaços de correlação de forças e de disputa hegemônica e contra hegemônica.

Pode-se entender, portanto, que, a partir dos conceitos de Antonio Gramsci e da aplicação destes conceitos nas Relações Internacionais pelos teóricos neogramscianos; como os formuladores de política externa dos Estados Unidos, a partir de como seus intelectuais orgânicos, atuam na sociedade civil - entendida como o verdadeiro lugar de poder para formar consensos - para justificar suas intervenções e construir e manter a hegemonia de uma classe econômica e, portanto, política dominante estadunidense se utilizando de aparelhos privados de hegemonia como as ONG’s - neste caso, a Freedom House.

Essas instituições internacionais, assim, são instrumentos de dominação e fazem parte dos mecanismos de construção de hegemonia e práticas imperialistas na atualidade. Assim, será abordado na próxima seção uma discussão sobre imperialismo a partir do entendimento inicial de Vladimir Lênin e, posteriormente, a partir das ideias mais contemporâneas de Domenico

Losurdo nas formas atuais de neocolonialismo/imperialismo e o papel central que os Estados Unidos desempenham nesse processo.

## 2.2 Imperialismo

Para permitir uma melhor análise do objeto de estudo desta pesquisa, faz-se necessário, além dos entendimentos sobre hegemonia como foi feito na seção anterior, compreender também o que se entende por imperialismo e suas dinâmicas no século XXI. Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2011) afirma que há necessidade de resgatar a reflexão sobre o imperialismo como modo de funcionamento do sistema capitalista mundial. Segundo o autor, esta necessidade parte do fato de que é preciso negar a afirmação de que a supremacia ilimitada do capitalismo possibilitou um período de prosperidade, democracia e paz. Pelo contrário, foi responsável por promover instabilidade econômica a partir da intensificação das tendências autocráticas do regime burguês, ausência de qualquer limite à guerra econômica entre as megaempresas multinacionais que disputam o controle do mercado mundial e pela revitalização de formas explícitas de colonialismo e neocolonialismo que acompanham a terceira divisão do mundo pelas grandes potências imperialistas. Segundo o autor, esta realidade afetou diretamente a América Latina, caracterizada como “zona exclusiva de influência dos Estados Unidos – a potência plenipotenciária da era global” (SAMPAIO JR., 2011, p. 10). Neste sentido, os países latino-americanos foram atingidos economicamente, politicamente e socioculturalmente, deteriorando as condições de vida da maior parte da população.

Assim, tendo em vista o que foi exposto sobre a importância dos debates sobre imperialismo na contemporaneidade, esta seção se dedicará a abordar os debates sobre imperialismo a partir de Vladimir Lênin para melhor compreensão das históricas dinâmicas imperialistas e como esta prática se perpetua na atualidade por parte dos Estados Unidos na América Latina.

Logo, para Lênin, o ponto central que caracterizava o imperialismo e o distinguia das formas passadas de organização da ordem social capitalista, eram os monopólios. Segundo Lênin:

A política colonial e o imperialismo existiam já antes do mais recente patamar em que se encontra o capitalismo e até antes do capitalismo. [...] Mesmo a política colonial capitalista dos estágios *anteriores* do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro. [...] A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes proprietários. Tais monopólios são mais robustos quando arrebatarem em

uma única mão *todas* as fontes de matérias primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas dirigem os seus esforços para retirar do adversário qualquer possibilidade de concorrência, para adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, as jazidas de petróleo etc. A posse de colônias é a única coisa que dá plenas garantias ao sucesso do monopólio contra todas as contingências da luta com o oponente, mesmo quando este procura se defender com uma lei que implante o monopólio estatal. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais agudas são a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LÊNIN, 2021, s/p)

Lênin chama atenção ainda para a centralidade da busca por matéria prima ao analisar o imperialismo das grandes potências. Assim, o autor afirma que Lênin “para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis” (LÊNIN, 2021, s/p). Desse modo, possíveis terras úteis, novos métodos de exploração, elaboração e utilização de tais ou quais matérias-primas se tornam alvo das ofensivas imperialistas. Lênin (2021, s/p), argumenta, portanto, que é este fato que gera a “tendência inevitável do capital financeiro de ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral” (LÊNIN, 2021, s/p) levando a exploração das colônias e mesmo dos países formalmente independentes, mas que continuam dependentes economicamente e politicamente dos grandes centros.

Dessa forma, a partir das contribuições teóricas de Lenin que mostra a centralidade da busca por matérias primas e a tendência ao monopólio para analisar o imperialismo, pode-se analisar a indústria petroleira internacional. Segundo Marcio Voigt (2010), após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do capitalismo dos centros industrializados do Norte Global deveu-se, entre outras coisas, ao fornecimento do petróleo. As chamadas ‘sete irmãs’ (Texaco, Mobil, Exxon, Gulf, Chevron, British Petroleum e Shell), apoiadas pelos seus governos, controlaram o mercado mundial de petróleo e exploraram – e ainda exploram – reservas em seu próprio território e possuem atividades em outros países produtores, inclusive, na América Latina. Dentre essas sete empresas, a British Petroleum (BP) era britânica e a Shell, anglo-holandesa, as demais eram todas estadunidenses (VOIGT, 2010). Segundo o autor, o próprio processo de formação dessas corporações ilustra o caráter oligopolista do setor uma vez que das cinco companhias estadunidenses, três eram, na realidade, o produto da dissolução judicial de uma única companhia, a Standard Oil de John Rockefeller. Após a dissolução, emergiram a Standard Oil of New Jersey, que passou a chamar-se primeiro Esso e depois Exxon, a Standard Oil of New York, que transformou-se na Mobil e a Standard Oil of California, que tornou-se a Chevron (VOIGT, 2010). Posteriormente, as sete irmãs tornaram-se apenas quatro: ExxonMobil, ChevronTexaco, Shell e BP e seguem tendo um papel central

no controle do setor petrolífero internacional e utilizando o aparato estatal estadunidense para explorar cada vez mais reservas de petróleo.

Tendo isso em vista, ironicamente tende-se a referir-se à OPEP como um cartel e imputar à ela a maioria das mazelas das flutuações do mercado internacional de petróleo. Entretanto, a denominação de cartel caracterizou melhor as ‘sete irmãs’ em seu período áureo do que as companhias estatais dos países da OPEP, mostrando uma tendência de transferir aos países periféricos a responsabilidade de problemas que atingem os países centrais, suas empresas e organizações (VOIGT, 2010).

Assim, nota-se a necessidade do acesso a esses recursos naturais – detidamente aqui o petróleo – por parte das empresas petrolíferas estadunidenses. Nesse sentido, a reforma do setor do petróleo na Venezuela promovida por Hugo Chávez que visa aumentar o controle do Estado sobre os recursos petrolíferos no país (como será analisado no próximo capítulo), representa uma ameaça direta aos lucros das empresas estadunidenses que, outrora, exploravam esses recursos sem grandes obstáculos.

Neste contexto, Lênin afirma que além dos dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as próprias colônias –, também há aqueles que são independentes politicamente e formalmente, mas ainda são dependentes financeiramente e diplomaticamente (LÊNIN, 2021). Desse modo, o autor argumenta, então, que “o capital financeiro é uma força tão grande, pode se dizer, tão decisiva em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e de fato subordina, mesmo os Estados que contam com uma independência política mais completa” (LÊNIN, 2021, s/p).

De acordo com Lênin, o imperialismo surgiu a partir do desenvolvimento e continuação direta das características do capitalismo em geral. Entretanto, o autor destaca que “o capitalismo se tornou imperialismo capitalista apenas quando chegou a um determinado estágio, muito elevado, de seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a se transformar no seu oposto” (LÊNIN, 2021, s/p), ou seja, quando houve a transição para uma estrutura econômica e social mais elevada. Em relação a estas transformações, afirma Lênin:

A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é o oposto direto da livre concorrência, mas esta última começou a se transformar diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, suplantando a pequena, substituindo a grande por uma maior, terminando por concentrar a produção e o capital de tal maneira que, a partir dele, surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes, fundindo-se com eles o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem

acima e ao lado dela, engendrando, assim, contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e severos. O monopólio é a transição do capitalismo para um sistema mais elevado. (LÊNIN, 2021, s/p).

A partir disso, Lênin chega à afirmação de que “o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo” (LÊNIN, 2021, s/p). Esta definição é uma forma resumida de definir o imperialismo para o autor de forma que Lênin deixa claro que esta definição comporta o principal – o fato de que a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio –, entretanto, é necessário que uma definição sobre imperialismo inclua cinco características fundamentais, a saber:

1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas (LÊNIN, 2021, s/p).

Importante destacar que Lênin escreveu em 1916, “um momento muito particular da história mundial da luta de classes: antes da eclosão da revolução russa de 1917 e do término da primeira guerra mundial em 1918” (TRANSPADINI, BUENO, 2014, p. 187). Entretanto, suas contribuições para os debates sobre imperialismo continuam fundamentais. A partir da teoria do imperialismo de Lênin, é possível analisar brevemente aqui a contribuição da Teoria Marxista da Dependência que complementa a base teórica sobre imperialismo de Lênin. Nesse sentido, destacando a dependência - sucessora da condição colonial – que implica em um papel desigual na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) moldada pelas relações capitalistas conduzidas pelo grande capital internacionalizado que determina as formas predominantes de inserção das economias dependentes latino-americanas ao mercado mundial.

Em outras palavras, apesar de Lênin escrever em um período em que havia colônias formais, sua contribuição para melhor compreender as dinâmicas de dominação e as práticas imperialistas permanecem atuais tendo em vista que ainda há resquícios coloniais que mantêm estes países dependentes. Esta dependência, por sua vez, é, conforme uma lente gramsciana nos auxiliam na leitura, favorável aos países do Norte Global e ativamente construída e perpetuada a partir da coerção e da formação de consensos.

Desse modo, a burguesia passa a travar uma ofensiva ideológica para sacralizar o consumismo, o individualismo e a propriedade privada como formas do viver. Lênin já destacava a estratégia da burguesia de se utilizar de discursos morais e éticos para esconder a

sua dominação e exploração. Segundo o autor, “não nos enganemos com tais lemas maravilhosos sonoros, como liberdade, igualdade e vontade da maioria, os que se dizem democratas, partidários da democracia pura, partidários da democracia consequente” (LÊNIN, 2019, p. 37). Para ele, tratar de democracia, igualdade, liberdade, universalidade enquanto “os operários e trabalhadores estão famintos mal-trapilhos, arruinados e esgotados” (LÊNIN, 2019, p.20) significa “zombar dos trabalhadores e dos explorados” (LÊNIN, 2019, p.20). Desse modo, Lênin argumenta:

Nós sabemos muito bem que devemos lutar contra o capital internacional, sabemos muito bem que o capital internacional a seu tempo teve diante de si a tarefa da criação da liberdade, que aboliu a escravidão feudal, que criou a liberdade burguesa, nós conhecemos muito bem esse progresso histórico internacional. E nós declaramos contra o capitalismo, contra o capitalismo livre e, claro, sabemos que contra nós o capitalismo vai levantar a bandeira da liberdade. E nós lhe respondemos. Consideramos imprescindível dar essa resposta em nosso programa: qualquer liberdade é um engano se ela é oposta ao interesse da emancipação do jugo do capital (LÊNIN, 2019, p. 38).

Assim, Lenin distingue a democracia burguesa –o modelo na qual o exercício do poder político está ligado às classes dominantes que visam garantir a propriedade privada dos meios de produção – da democracia revolucionária que consiste em uma ampla participação dos setores subalternos. Desse modo, é necessário uma aliança das várias camadas de trabalhadores (ditadura do proletariado) para superar os limites da democracia burguesa em direção da promoção da ampla participação das massas trabalhadoras. Isso se dá porque o limite da democracia burguesa está justamente no ponto em que os interesses do capital sejam ameaçados (SAES, 1987).

Nesse sentido, há nas democracias liberais contemporâneas a convivência entre a igualdade política formal e profundas desigualdades sociais. Nas democracias liberais, a participação política se limita aos momentos de escolha dos representantes e não há nenhum controle sobre estes e sobre as instituições supostamente representativas da sociedade que – por estarem comprometidas com os interesses da burguesia – não implementam mudanças estruturais. Desse modo, o teórico Nicos Poulantzas (2000) defende um modelo de democracia participativa como um instrumento de luta contra o capitalismo com o objetivo de substituir as instituições capitalistas por instituições socialistas. Segundo ele:

Este longo processo de tomada do poder pela via democrática, rumo ao socialismo, consiste, essencialmente, em reforçar e coordenar os centros de resistência difusos de que as massas dispõem no âmbito do aparelho de Estado, criando e desenvolvendo novos, de tal forma que estes centros se

tornem, no terreno estratégico que é o Estado, os centros efetivos do poder real.(...) Não se trata de reformas progressivas, mas, claramente, de um processo de rupturas efetivas cujo ponto culminante - e sempre existirá forçosamente um - reside na mudança de correlação de forças em favor das massas populares no terreno estratégico do Estado (POULANTZAS, 2000, p.85-86).

Nesta linha, aplicado a contemporaneidade em relação ao imperialismo estadunidense, as formas de dominação e a democracia, o autor italiano Domenico Losurdo – de tradição leninista – se dedicou a demonstrar a simbiose liberalismo-imperialismo. Seus dois epicentros, Grã-Bretanha e EUA, combinaram o universalismo liberal assentado na defesa das instituições internacionais, na abertura de mercados e na defesa dos direitos humanos paralelamente às políticas imperiais e etnocêntricas voltadas a desestabilização de governos à abertura forçada de mercados e às intervenções militares. Além disso, o autor trata sobre a linguagem do império fazendo uma análise sobre o “léxico da ideologia estadunidense” (LOSURDO, 2010, s/p), ou seja, a utilização unilateral e distorcida de discursos maniqueístas - barbárie e a civilização, terroristas e não- terroristas, o retrógrado e a modernidade, Oriente e Ocidente, a religião e cultura islâmica versus a religião e cultura cristã-judaica – que compõe a base do discurso imperialista dos EUA e se apresentam como universais para legitimar a supremacia de determinadas estruturas de poder.

Portanto, Losurdo traz para o centro da sua análise as práticas imperialistas, periodizando e buscando as linhas de continuidade e descontinuidade entre o colonialismo e o neocolonialismo. Retomando os pensamentos de Lênin, Losurdo (2020a) afirma que este capítulo da história que Lênin escreve ainda não terminou. Segundo o autor, guerras como da Líbia, do Iraque, Irã são também guerras neocoloniais. Nesse sentido, Losurdo afirma que ainda há uma lacuna na cultura da ‘esquerda’, mesmo da marxista e comunista no que se refere à consciência “do caráter neocolonial das guerras que destruíram o Oriente Médio, destruíram a Iugoslávia, destruíram a Líbia e poderão destruir países como a China ou outros” (LOSURDO, 2020a, s/p). Segundo ele, isso se deve ao fato de a ideologia dominante denominar estas guerras como humanitárias, promovidas pelo Ocidente para evitar grandes massacres, mas que, na prática, produzem exatamente os massacres que afirmam querer evitar.

Assim, Losurdo (2020b) argumenta que atualmente a atuação dos Estados Unidos no globo é profundamente neocolonial e que estes são responsáveis por exercer um neocolonialismo econômico-tecnológico-judicial. É econômico, pois está pautado no controle da economia dos países dominados e na imposição embargos, isolamento e cerco econômico. Além disso, também é tecnológico, pois necessita de uma superioridade tecnológico-militar

para conduzir à impotência militar do inimigo, isso somado às tecnologias multimidiáticas<sup>9</sup> que caracterize o inimigo como barbaço e transgressor dos direitos humanos. Por fim, é judicial, pois esta grande desproporção de forças corresponde justamente a uma dupla jurisdição que garante impunidade ao agressor e o possibilita continuar atacando seu inimigo mesmo após sua rendição.

Neste contexto, além das tradicionais intervenções militares, o autor afirma que “em um mundo unificado sob a hegemonia dos Estados Unidos, o embargo constitui, precisamente, a arma de destruição em massa por excelência” (LOSURDO, 2020b, p. 95). Além disso, a dimensão midiática se articula a mobilização das novas tecnologias de guerras e a garantia de impunidade. O autor afirma que dentro desta dinâmica, “não são poucas as ONGs que, mais do que compreender as razões da vítima, fazem eco à propaganda do carrasco” (LOSURDO, 2020b, p. 258). Além disso, o autor (2020b) argumenta que o imperialismo se expressa por meio de diversos mecanismos econômicos-sociais que impedem a emancipação dos países dominados e impõem aos países periféricos uma expropriação a partir de agendas neoliberalizantes. Logo, para o autor, o neoliberalismo é um mecanismo imperial que se entrelaça ao neocolonialismo ao argumentar que:

[...] a crítica ao neoliberalismo deveria abarcar também o neocolonialismo; ainda mais que o desmantelamento do setor público da economia – recomendado e frequentemente imposto pelo neoliberal “Consenso de Washington”, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial – é um pressuposto para o controle neocolonial exercido pelas multinacionais e pelas grandes potências capitalistas sobre o país de vez em quando “auxiliado” (LOSURDO, 2020b, p. 74).

Losurdo afirma que esta é a ofensiva do neoliberalismo no plano econômico. Entretanto, o autor argumenta que geralmente se tem uma visão limitada sobre o neoliberalismo, como se ele não tivesse também uma dimensão política (LOSURDO, 2020a). Como tratado anteriormente, dentro da lógica estadunidense, a difusão do neoliberalismo está diretamente ligada com o discurso de promoção de democracia e do combate ao comunismo. Assim:

Tornando-se nesse meio-tempo mais madura, mas sem perder o seu fascínio, a senhorita Democracia pode agora coroar o seu sonho de amor mediante o casamento com o senhor Capitalismo; cercado pelo respeito e admiração geral, o feliz e inseparável casal adora levar a sua vida entre Washington e Nova York, entre a Casa Branca e Wall Street. Com essa configuração das coisas, não é mais permitido ter qualquer dúvida: o comunismo é o inimigo implacável da democracia, a qual pôde

---

<sup>9</sup> Losurdo se refere ao controle dos Estados Unidos das mídias, TVs, jornais, internet e redes sociais para manipular a opinião pública e as emoções da população, vilanizar seus inimigos, criar alarmismos, produzir notícias falsas e criar mitos como poder midiático do imperialismo estadunidense.

consolidar-se e desenvolver-se apenas depois de tê-lo derrotado (LOSURDO, 2020a, s/p).

Desse modo, estes discursos são comumente utilizados para desestabilizar governos definidos como ‘antidemocráticos’ que, entretanto, para além de julgamentos acerca do quão democrático são – e mesmo sobre o que significa ‘democracia’ - muitas vezes são governos contrários aos interesses da classe dominante estadunidense. Desse modo, Losurdo chama atenção para os mecanismos de *regime change* no pelo qual os Estados Unidos trabalham há mais de meio século promovendo mudanças de regime nos “países considerados insubmissos ao Império” (LOSURDO, 2020b, p. 99). Segundo Losurdo, historicamente os Estados Unidos vêm realizando “operações que visam a desestabilizar o país inimigo ou potencialmente inimigo e a produzir no seu interior a mudança de regime pretendida por Washington” (LOSURDO, 2020b, p. 113) a partir da preparação de golpes de Estado para consolidar ou reimplantar seu domínio total (LOSURDO, 2020b).

Por fim, para compreender o complexo sistema de dominação que envolve o imperialismo, Losurdo (2015) chama atenção para a questão nacional e a luta anticolonial. Para o autor, o nacionalismo possui suas contradições, tendo em vista que ao mesmo tempo que pode assumir formas reacionárias, colonialistas, imperialistas e xenofóbicas com o objetivo de justificar e legitimar o expansionismo, as guerras e a supremacia racial. Pode também, por sua vez, ser base das lutas pela emancipação das nações, pela soberania e pela autodeterminação.

Percebe-se, portanto, a atualidade e a relevância das discussões sobre imperialismo e a necessidade de trazer esse debate para Relações Internacionais. Se antes as ações de conquista imperial se caracterizavam principalmente por conquista da posse formal de terras, atualmente há uma gama de novas formas de intervenções de países imperialistas como as sanções e os embargos unilaterais, as ofensivas midiáticas de vilanização do inimigo, a instrumentalização da própria institucionalidade internacional, o direito à guerra via OTAN com o respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os mecanismos de *regime change* e a utilização de ONG’s para ingerência em assuntos externos - como o caso da Freedom House que será investigado nessa pesquisa. Portanto, há hoje formas mais sutis de imperialismo, mas não menos violentas, e ações legitimadas por uma mobilização ideológica de um discurso moral e virtuoso de proteção da democracia, liberdade e direitos humanos que escondem – ou tentam esconder – seu caráter dominador. Assim, na próxima seção será discutido mais precisamente o papel das ONG’s no processo de formação de consenso e como a instrumentalização destas para fins de dominação deve ser visto como práticas contemporâneas de imperialismo.

### 2.3 O papel das ONG's na formação de consenso: A Freedom House e a disseminação da ideia de democracia e liberdade

Corroborando com a leitura de Robert Cox, Nicolas Guilhot (2005) evidencia como o governo estadunidense e as instituições internacionais se apropriaram da ideia de defesa da 'democracia' e dos direitos humanos com fins materiais e hegemônicos. Segundo o autor, ativistas de direitos humanos, ONGs e até mesmo as igrejas têm sido tradicionalmente canais para movimentos de reforma democrática. Entretanto, outros atores institucionais e individuais como *think tanks*, fundações filantrópicas, administrações estaduais, organizações como as Nações Unidas ou o Banco Mundial, consultorias privadas, associações profissionais, advogados ativistas e acadêmicos; estão investindo cada vez mais seus recursos e sua experiência na expansão deste campo.

Guilhot afirma que essas instituições, embora baseadas em ideais de emancipação individual e coletiva, dominaram o campo a partir de 'especialistas', em vez de líderes de base - ou seja, agem com base em uma suposta especialização técnica e não necessariamente em um compromisso cívico. Assim, instituições estatais, burocracias internacionais e redes de profissionais colonizaram o território dos movimentos sociais e apropriaram-se de recursos locais como linguagem, conceitos, estratégias e perspectivas acerca de um dado fenômeno (GUILHOT, 2005). De acordo com o autor:

Da mesma forma, as mesmas instituições que estiveram associadas à Guerra Fria e foram atacadas em nome dos direitos humanos ou da democracia estão hoje na vanguarda de um novo ativismo democrático global (GUILHOT, 2005, p. 4).<sup>10</sup>

Neste processo, as ONGs tem desempenhado um papel fundamental passando de uma posição subordinada e antagônica para posições dominantes nas redes globais de poder. Sendo administradas como empresas multinacionais, podemos perceber, a partir das trajetórias de carreira dos profissionais que nelas atuam, a complementaridade entre ONGs e organizações internacionais. Estando presentes ao redor do mundo oferecendo 'expertise' em uma ampla gama de questões como denúncias de corrupção, violação de direitos humanos, fraude eleitoral, depredação ambiental e restrições da liberdade individual; as ONGs contribuem para o

---

<sup>10</sup> O texto na língua original: "the very same institutions that were associated with the cold war and were then most often attacked in the name of human rights or democracy are today at the cutting edge of a new global democratic activism".

estabelecimento e a aplicação de padrões globais. Guilhot (2005) afirma ainda que no campo político, de liberdades civis e corrupção econômica, estes padrões já existem e são em parte monitorados por meio das práticas de mensuração da Freedom House ou Transparency International - duas ONGs que classificam os países em níveis de liberdade e democracia. Estas ONG's conseguiram alcançar credibilidade internacional e anualmente publicam relatórios de ranqueamento que alcançam às manchetes dos jornais mais importantes (GUILHOT, 2005).

Importante destacar que Guilhot não afirma em nenhum momento que todas as ONGs sejam subservientes às necessidades ou aos interesses dos países desenvolvidos ou que foram simplesmente cooptados, embora esta seja, em alguns casos, uma estratégia deliberadamente desenvolvida por certas fundações. Guilhot defende, entretanto, que as ONGs se tornaram atores reguladores da globalização, em pé de igualdade com instituição financeira ou organização internacional, muitas vezes se sobrepondo a agências governamentais, organizações internacionais e corporações. Portanto, o 'formato' de ONG's tornou-se uma modalidade específica do exercício do poder (GUILHOT, 2005). Segundo o autor:

Mais uma vez, deve-se enfatizar que esse registro não necessariamente qualifica a promoção da democracia como uma atividade conspiratória. Em vez disso, significa que esse campo de políticas internacionais se desenvolveu como uma ponte ou como um terreno comum entre áreas progressistas e internacionalistas da política americana, por um lado, e um quadro de estrategistas da Guerra Fria, por outro lado (GUILHOT, 2005, p. 9).<sup>11</sup>

Desse modo, Losurdo (2016, p.259) argumenta também que “a religião civil dos direitos humanos” que é encarnada pelas ONGs, tem um papel fundamental, uma vez que é esta religião que o atual neocolonialismo se ancora, a religião enquanto *instrumentum imperii* (recurso de governo). Assim, Losurdo afirma que quando há a subserviência de certas ONG's à ideologia dominante, isto “não significa que elas esporadicamente não entrem em contradição com os governantes e com os funcionários do Império” (LOSURDO, 2016, p.259). Para o autor, esta lógica está relacionada à análise de Marx que afirma que estas contradições irrompem “entre os que se empenham na gestão prática do poder (neste caso, do poder imperial) e os que são chamados a legitimá-lo e transformá-lo no plano ideológico: mas se trata ainda de uma tensão interna e de uma divisão do trabalho no geral funcional à legitimação e à defesa do Império” (LOSURDO, 2016, p.259).

---

<sup>11</sup> O texto na língua original: “Once again, it should be emphasized that this record does not necessarily qualify democracy promotion as a conspiratorial activity. Rather, it means that this field of international policies has developed as a bridge or as a common ground between progressive, internationalist areas of American politics on the one hand, and a cadre of cold war strategists on the other hand”.

Neste sentido, a história da promoção da democracia é a história dos “fabricantes de democracia” (GUILHOT, 2005, s/p, tradução nossa)<sup>12</sup> que conseguiram institucionalizar suas habilidades ou vender seus conhecimentos com sucesso trazendo para as principais agências estatais ou instituições internacionais uma expertise originalmente adquirida em outro lugar e convertendo esse conhecimento crítico em um conhecimento internacional dominante. Para Guilhot (2005), os atuais expoentes das novas ortodoxias internacionais são muitas vezes ‘ex-hereses’.

Segundo esse mesmo autor, na história recente dos Estados Unidos, a promoção da democracia no exterior tem sido pensada e concebida como uma política cultural, senão ideológica. Essa dimensão cultural, portanto, permite analisar esta política em termos de ‘hegemonia’ e estender alguns conceitos de Gramsci para a análise das relações internacionais - tendo em vista que a hegemonia em Gramsci se apresenta como uma forma universal, não transparecendo como expressão de interesse de classe. Portanto, o apelo moral e a roupagem virtuosa da promoção de democracia e da defesa dos direitos humanos os tornam instrumentos perfeitos para organizar um amplo consenso nacional e internacional para a manutenção das políticas da ordem mundial existente (GUILHOT, 2005).

Neste contexto, as lentes gramscianas são basilares para compreender a atuação da ONG Freedom House (FH) que vem sendo substancialmente financiada pelos Estados Unidos (FREEDOM HOUSE, 2022) para promover a ‘democracia’ e a ‘liberdade’ ao redor do mundo e têm atuado em diversas ‘crises’ na América Latina a partir da ‘educação’ e ‘capacitação’ da sociedade civil (FREEDOM HOUSE, 2022). Assim, a partir da perspectiva de Gramsci, será possível analisar como a Freedom House e seus programas são responsáveis por atribuir às intervenções e práticas imperialistas estadunidenses um caráter moral e virtuoso contribuindo assim, a um certo consenso tanto a nível doméstico quanto internacional a ponto de legitimar ações hostis estadunidenses.

Como afirmado anteriormente por Guilhot, a Freedom House se encaixa em uma lógica de utilização de ferramenta de monitoramento, ranqueamento e mensuração de democracias ao redor do mundo que responde às complexas relações de poder que são moldadas a partir dos interesses de uma classe dominante. Neste sentido, uma vez que esses instrumentos não são neutros e imparciais, o seu desenvolvimento está ligado a criação de aparelhos hegemônicos capazes de criar novos terrenos ideológicos que leve a uma reforma da consciência e métodos de conhecimento com o intuito de contruir e/ou manter uma hegemonia.

---

<sup>12</sup> O texto na língua original: “the democracy makers”.

Entretanto, os índices de democracia da Freedom House são, de acordo com Andrei P. Tsygankov e David Parker (2014), apenas uma área de atuação da organização para promover sua visão de democracia. Segundo os autores, a organização também atua ‘educando’ o público, fazendo *lobby* junto ao governo e Congresso estadunidense e apoiando e financiando grupos de oposição aos Estados considerados como ‘não democráticos’. Tendo isso em vista, as contribuições gramscianas são fundamentais para analisar estas complexas dinâmicas que não seriam bem exploradas a partir de outras teorias das Relações Internacionais.

Assim, considera-se que essas práticas configuram ingerência a partir do momento que são utilizadas para caracterizar e, assim, desestabilizar governos que se apresentam como ameaça aos interesses da classe dominante estadunidense. Percebe-se, portanto, que estas práticas imperialistas no século XXI, mesmo que não formalmente (ou exclusivamente) coercitivas a partir do emprego de recursos militares; se utilizam do campo das ideias e da formação de consenso para manter o status quo, tornado mais difícil de ser percebido o mecanismo de dominação, ou seja, “a invisibilidade do imperialismo hoje significa que ele se tornou ainda mais poderoso, não que desapareceu” (PATNAIK, PATNAIK, 2015, s/p). Assim, a partir das lentes gramscianas sobre as Relações Internacionais, é possível perceber aspectos fundamentais do objeto de pesquisa que não seria possível sob o olhar das perspectivas tradicionais.

Desse modo, os conceitos desenvolvidos por Gramsci e aplicados nas Relações Internacionais por teóricos neogramscianos permite evidenciar práticas imperialistas na atualidade. Assim, a partir dessa lente teórica será possível a análise da atuação da Freedom House na América Latina a partir do seu financiamento por parte do governo estadunidense, tendo em vista que a ONG recebeu financiamento para atuar em projetos para desestabilizar o governo de Hugo Chaves que se apresentava como uma ameaça aos interesses da classe dominante dos Estados Unidos.

Assim, tendo em vista que a perspectiva gramsciana permite compreender a importância da dinâmica doméstica, será possível explorar a partir de uma análise classista das Relações Internacionais como as aspirações de uma classe dominante em manter a sua hegemonia se traduz em práticas imperialistas e de ingerência a partir da força e do consenso que se complementam mutuamente para a manutenção dos interesses de classe que são propagados como interesses universais a partir de uma roupagem virtuosa e o papel que os intelectuais têm neste processo.

### **3. POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA AMÉRICA LATINA**

O presente capítulo tem o objetivo de – por meio de uma revisão bibliográfica – apresentar as principais bases da política externa dos Estados Unidos que construíram a sua hegemonia no mundo e os padrões de relação do país imperialista com os países latino-americanos. Para tanto, a primeira seção se dedica a apresentar as principais doutrinas que orientaram a atuação estadunidense no continente (e no mundo) desde o Destino Manifesto, passando pela Doutrina Monroe e pela Doutrina Truman, até o pós Guerra Fria. A segunda seção, por sua vez, está dedicada a apresentar a nova ‘modalidade’ de intervenção e de tentativa de manutenção hegemônica dos Estados Unidos: a ‘terceirização’ e capilarização da sua política externa por meio de ONG’s, *think tanks* e organizações internacionais. Por último, a terceira seção foca na relação dos Estados Unidos com a Venezuela de Hugo Chávez, buscando mostrar como, nesse âmbito específico, a capilarização e terceirização da sua política externa conta com atores como a Freedom House para manutenção hegemônica.

#### **3.1. Padrão histórico da política externa dos Estados Unidos para América Latina**

A política externa dos Estados Unidos - desde sua independência, em 1776, até a consolidação de sua hegemonia pós Segunda Guerra Mundial (1945) passando pela Guerra Fria e o Pós Guerra Fria - apresentou diversas fases que correspondem a uma forma de posição, comportamento e prioridades no sistema internacional. Entretanto, é entre o período entre 1776 e 1945 que Cristina Pecequillo (2003) considera que foram construídas as bases fundamentais da política externa estadunidense que, ao longo da evolução das relações internacionais, foram muitas vezes mantidas e às vezes retrabalhadas. Nesse sentido, a autora argumenta que há um alto grau de continuidade entre as prioridades e estratégias dos Estados Unidos do século XVIII e as do XX que orientaram a sua ação no mundo. Em outras palavras, há a manutenção e a preservação de um conjunto de ideias nascidas com a República em 1776 que, com as transformações internas e externas, foram reincorporadas à agenda sendo perseguidas de maneiras diferenciadas mantendo-se, entretanto, como princípios fundamentais para definição e formulação de política externa. Tal afirmativa pode ser observada no pós-1945 após a consolidação da hegemonia estadunidense a nível mundial e com a emergência da Guerra Fria, no qual foram resgatadas tradições e introduzidos aspectos diferenciados de ação que refletiam a nova posição ocupada pelo país e, assim, as necessidades do mesmo. O mesmo aconteceu no

pós-Guerra Fria no qual foram mantidas aspirações tradicionais e inseridos novos temas de engajamento.

Assim, Pecequilo (2003) afirma que há sete componentes do padrão histórico de atuação dos Estados Unidos que surgiram durante o período de 1776 a 1945, são eles: “o experimento norte-americano, o isolacionismo e o unilateralismo, a expansão das fronteiras, o sistema americano, as portas abertas, o império norte-americano e o wilsonianismo” (PECEQUILO, 2003, p. 37). Para a autora, houve acontecimentos-chaves que definiram essa divisão em fases, a saber: a Revolução Americana, a Doutrina Monroe, a Guerra Hispano-Americana, a política de Portas Abertas, as intervenções latino-americanas, a Primeira Guerra Mundial, a crise do entreguerras e a Segunda Guerra Mundial.

O período de 1776 a 1898 corresponde ao período inicial da formação da República estadunidense. Em termos de relações internacionais, estas estavam subordinadas às necessidades do progresso e da estabilidade interna e visavam a consolidação do poder nacional pela expansão de fronteiras e pelo desenvolvimento doméstico. De acordo com Luis Fernando Ayerbe (2002), até meados da década de 1860, os Estados Unidos estavam preocupados fundamentalmente com sua fronteira interna. Assim, na política externa, a orientação do país se pautava pelo isolacionismo, evitando o envolvimento nas disputas entre as potências europeias (AYERBE, 2002, p.50). Entretanto, como afirma Pope G. Atkins (2018), sua política externa nunca foi absolutamente isolacionista, uma vez que seus princípios de não envolvimento não se estendiam às relações dos Estados Unidos com a América Latina no mesmo sentido que foi aplicado aos assuntos europeus. Portanto, mesmo que priorizando seu desenvolvimento interno, esse desenvolvimento estava diretamente ligado à sua atuação para além de suas fronteiras formais, em especial na América Latina. O que se percebe, então, é a presença de dois componentes nas suas diretrizes de atuação: a expansão terrestre para além das suas fronteiras formais a partir de necessidades entendidas como domésticas.

Assim, nessa época, houve a combinação de movimentos internos e externos que possibilitaram a ascensão dos Estados Unidos como potência. A política externa estava a serviço da política interna e portanto, as ações de política externa estiveram envolvidas na consecução da expansão territorial e dos interesses estadunidenses nesse período. Foi neste momento que os Estados Unidos se envolveram em uma segunda guerra de independência com a Grã-Bretanha (1812) e promulgaram a Doutrina Monroe (1823) (PECEQUILO, 2003).

Neste contexto, a partir de 1800 iniciou-se uma fase de ampliação das fronteiras do país por todo o continente que foi produto de uma série de iniciativas que contou com ações diplomáticas, projetos de colonização e ações militares. Assim, utilizou-se diversas táticas

visando a consolidação do projeto de ocupação continental, que foi rapidamente justificada pelo Destino Manifesto - que pregava o direito e dever divino dos Estados Unidos de se espalhar por toda a América do Norte, começando do Atlântico e terminando no Pacífico, para levar 'liberdade', 'progresso' e 'democracia' para outros povos. Ayerbe (2002) afirma que o Destino Manifesto justificou a expansão territorial da primeira metade do século centrada na ideia de missão civilizadora dos povos anglo-saxões. Desse modo, o Manifesto foi precursor da crença no atraso latino-americano e na missão civilizadora dos Estados Unidos.

Assim, a doutrina do Destino Manifesto significava que os Estados Unidos iriam ocupar o continente Norte Americano (DIVINE et al., 2013). Portanto, essa doutrina expansionista se materializou em uma política unilateral e militarizada que ignorava manifestação de soberania (PENIDO, 2021). Sua ideologia, portanto, na década de 1840, foi necessária para justificar a tomada de terra mexicana que, por sua vez, a haviam tomado de seus habitantes indígenas (SCHOULTZ, 2000). Além disso, os estadunidenses compraram da França a Louisiana; da Espanha foi comprado o território da Flórida; foram anexados diversos territórios mexicanos; além de invadirem Guam, Smoa e as Filipinas (PENIDO, 2021).

É neste período que observa-se o desenvolvimento político e econômico que permitiram a ascensão decisiva dos Estados Unidos como uma potência no sistema internacional. Desse modo, conquistada a fronteira interna, passa-se a incorporar a necessidade de atuação externa emergindo mais um componente do padrão histórico de atuação desse país: o sistema interamericano. Assim, é importante destacar que, mesmo antes do efetivo envolvimento dos Estados Unidos no sistema internacional, o país já havia sinalizado as suas prioridades dentro do hemisfério a partir de duas iniciativas de política externa, são elas: a Doutrina Monroe (1823) e a I Conferência Pan-Americana (1889) que lançaram base para as ideias do 'América para os Americanos' e o pan-americanismo (PECEQUILO, 2003).

A Doutrina Monroe tem como antecedentes o processo de libertação das antigas colônias ibéricas no hemisfério, em uma onda que durou de 1808 a 1826, facilitada e impulsionada pelo menor controle europeu no continente devido a seus problemas internos e Guerras Napoleônicas. Desse modo, esta doutrina formulada em 2 de dezembro de 1823 pelo presidente James Monroe declarava o repúdio a uma nova colonização europeia no continente ao mesmo tempo em que visava manter a hegemonia estadunidense sobre o Hemisfério Ocidental, conquistar e assegurar as fontes de matéria-prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, afastando da região a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa como a Alemanha. Com efeito, a declaração unilateral de Monroe que deu forma à doutrina, definiu as ações dos Estados Unidos no que tange ao

relacionamento da Europa com as Américas e do próprio Estados Unidos em relação à América Latina sendo considerada a pedra angular da política externa geral desse país (ATKINS, 2018). Assim, a Doutrina Monroe foi responsável por reproduzir políticas de dominação e paternalismo similares às dos antigos colonizadores europeus manifestando sua hegemonia continental (PECEQUILO, 2003).

Em relação à Conferência Pan-Americana, ela foi realizada em Washington em novembro de 1889 visando “promover o comércio hemisférico e desenvolver mecanismos para a resolução pacífica e disputas” (PECEQUILO, 2003, p. 73), ou seja, a proposta era formar com os Estados latino-americanos uma comunidade comercial - uma espécie de união aduaneira que garantisse um tratamento preferencial e uma reserva para a comercialização dos seus produtos (MONIZ BANDEIRA, 2010). Apesar das ideias propostas não terem sido aceitas devido à oposição da Argentina e do Chile, esta iniciativa, na prática, representava uma ofensiva comercial que buscava institucionalizar a hegemonia estadunidense no subcontinente. Além disso, a tentativa de conquistar mercados tornara-se mais palpável ao final do século XIX quando os Estados Unidos enfrentavam dificuldade em administrar a sua produção agrícola e industrial, que já não era mais absorvida totalmente pelo mercado interno.

De acordo com Pecequilo (2003), foi neste período que se generalizou a percepção da correlação entre prosperidade dos Estados Unidos e sua expansão. Em outras palavras, acreditava-se que, para resolver problemas que estavam sendo enfrentado e evitar futuros desequilíbrios, se fazia necessário recorrer ao mercado externo e, portanto, a expansão econômica era vista como vital para o sucesso do sistema econômico e político estadunidense. Assim, pressionados por necessidades internas e pelas transformações do sistema internacional no século XIX, os Estados Unidos passam por uma fase de transição de sua política externa. Dois momentos marcaram essa transformação, a saber: A Guerra Hispano-Americana (de abril a julho de 1898) e a política das portas abertas (1898 a 1899) (PECEQUILO, 2003).

Apesar da retórica oficial afirmar que a Guerra Hispano-Americana pela independência de Cuba foi travada com o objetivo de garantir a autonomia da ilha e expulsar os antigos colonizadores, pragmaticamente, o objetivo parecia ser o de expulsar os poderes extra continentais do hemisfério americano preservando para os EUA a sua zona de influência como uma área de interesse intocada (PECEQUILO, 2003). Vijay Prashad (2020) afirma que o papel dos Estados Unidos na guerra Hispano-americana está envolto na falsa premissa de que o governo estadunidense ajudou a libertar as colônias do império espanhol. Na prática, os Estados Unidos retiraram esses países do domínio espanhol para absorvê-los em sua órbita. Assim, derrotaram violentamente as forças de libertação nacional em cada um desses lugares, negaram

a participação aos revolucionários de Cuba nas negociações de paz em Paris, impediram que o general Calixto Garcia participasse da rendição espanhola em Cuba. Em outras palavras, usurparam os ganhos da guerra e não permitiram que as ex-colônias de fato se tornassem independente.

Uma vez que, apesar de repudiar a presença europeia no subcontinente, a Doutrina Monroe não previa a intervenção direta dos Estados Unidos no hemisfério, essa prerrogativa passou a ser garantida com o presidente Theodore Roosevelt. O ‘Corolário’ à Doutrina Monroe (1904) - também conhecido como a política do *Big Stick* - racionalizava e justificava a intervenção estadunidense em outros Estados latino-americanos (BANDEIRA, 2010). A Guerra Hispano-Americana, então, inaugurou uma nova fase do relacionamento do país hegemônico com o subcontinente e sinalizou que os Estados Unidos iriam preservar ali os seus interesses econômicos e estratégicos, mesmo se fosse necessário o uso da força.

Neste período, Roosevelt compreendia que a atuação dos Estados Unidos deveria orientar-se segundo dois princípios: ordem e estabilidade, e reafirmava o papel central do país no policiamento e na condução dos demais Estados, em especial os da América Latina, visando evitar tendências disruptivas. Desse modo, Roosevelt defendia que os Estados Unidos tinham a responsabilidade de “pacificar e democratizar o mundo, salvando os povos da barbárie” (PECEQUILO, 2033, p. 90). Os principais acontecimentos que marcaram a atuação dos Estados Unidos na América Latina nesse período foram a assinatura da Emenda Platt, em 1902, que estabeleceu a tutela estadunidense sobre Cuba e a autorização para a instalação de uma base militar em Guantánamo; o apoio à insurreição separatista de Panamá em relação à Colômbia, que levou a criação de um novo Estado e a cessão do controle da zona do canal aos Estados Unidos; e o desembarque na República Dominicana em 1905, assumindo a administração das aduanas com o objetivo de garantir o pagamento da dívida externa (AYERBE, 2002).

Além da atuação estadunidense pautada em práticas de expansão imperiais, outra dimensão importante nesse contexto foi a política de portas abertas que surgiu em um período em que as potências europeias disputavam por zonas de influência, novos mercados e matérias primas. Assim, essa política estava ancorada na promoção dos interesses econômicos dos EUA no exterior pela preservação e aprofundamento de um sistema comercial e financeiro aberto e representou a estratégia dos Estados Unidos para expandir seu poder econômico e estratégico. Dessa forma, além das intervenções políticas, os Estados Unidos também atuaram no campo econômico, controlando a alfândega e os fluxos comerciais e financeiros de alguns países a partir da sua diplomacia do dólar. Segundo Lars Schoultz (2000), a Diplomacia do Dólar foi responsável por fornecer oportunidades para a atividade bancária dos Estados Unidos e abrir

portas ao setor de serviços financeiros em geral. Assim, o governo estadunidense passava a ter como meta a integração econômica de todo o hemisfério uma vez que é uma região rica em recursos, que possui mercado consumidor de bens e serviços dos Estados Unidos e fonte de mão de obra barata. Portanto, em resposta às transformações internas da República e às do sistema internacional, percebe-se que no início do século XX, o governo estadunidense passa a adotar ações de política externa distintas dos anos anteriores, sem abandonar, no entanto, suas diretrizes originais. Em vez disso, passaram a adequar e a ampliar esses elementos à sua nova situação de poder e à conjuntura mundial (PECEQUILO, 2003).

Dessa forma, entre 1914 e 1917, os Estados Unidos assistiram à distância a Europa passar pela Primeira Guerra Mundial. Entretanto, à medida que a guerra avançava, crescia a possibilidade de uma vitória Alemã - segunda maior potência do sistema na época - que poderia vir a confrontar diretamente os Estados Unidos. Assim, um dos fatores centrais que levaram os Estados Unidos à guerra foi o risco à estabilidade do sistema internacional, representado pela Alemanha, e as conseqüentes alterações que se processariam no equilíbrio de poder. Entretanto, tendo em vista que a política externa estadunidense tem “uma necessidade constante de explicar ações em termos morais, considerando ‘inadequadas’ e desprezando como perversas as tradicionais concepções de poder na política internacional” (PECEQUILO, 2003, p. 94), sua entrada na Guerra foi justificada pelo presidente Woodrow Wilson em termos morais: a Alemanha não representava apenas uma ameaça em termos de equilíbrio de poder, mas também em termos de um sistema político e social - autoritário e não democrático - diferente do retoricamente defendido pelos Estados Unidos. Assim, em 1917 o país entrou na Guerra para derrotar a Alemanha (PECEQUILO, 2003).

Importante destacar que Woodrow Wilson entendia a correlação entre democracia e paz e a preservação da paz como objetivo de todos os Estados. Esses objetivos, portanto, deveriam ser perseguidos por meios legais, porém, se necessário fosse, se valer da ação direta por meio do uso da força. Pecequilo (2003) resume os três principais fundamentos do wilsonianismo em: 1. Democracia; 2. Segurança Coletiva; 3. Autodeterminação (PECEQUILO, 2003, p. 97). Dessa forma, nota-se que estas concepções para a paz e para a ordem internacional expostas por Wilson em seu discurso conhecido como Quatorze Pontos perante o Senado norte-americano em janeiro de 1918 marcou profundamente a sua política externa e as relações internacionais caracterizando a vertente liberal da política externa estadunidense.

Necessário destacar que o compromisso de Wilson com a ‘democracia’ na Europa não representava maior apreço por processos democráticos latino-americanos. Pelo contrário, Wilson compreendeu a importância estratégica do Canal do Panamá para os Estados Unidos e

atuou de forma a atingir esses objetivos, mesmo que com o uso da força. A tentativa, entretanto, era parecer desinteressado no que os Estados Unidos poderiam ganhar com a expansão da democracia no hemisfério e enfatizar o dever moral dos Estados Unidos de promover, tanto quanto possível, o crescimento da democracia constitucional em todo o mundo (SMITH, 1994).

Entretanto, após uma participação ativa na Guerra e no seu encerramento, os Estados Unidos abdicaram de suas responsabilidades na manutenção do cenário e passaram por um processo de desengajamento. Esse 'retorno à normalidade' pode ser lido como consequência de oposição doméstica à manutenção do internacionalismo. Isso se deu pois o Congresso naquele momento se opunha a associar os Estados Unidos a compromissos políticos e de segurança com nações europeias que pudessem comprometer ou subordinar suas ações de política externa. Portanto, evitava a ligação do país com instituições coletivas ou multilaterais (PECEQUILO, 2003).

Como consequência direta do arranjo pós-Versalhes, o período entre guerras (1919-1939) foi conturbado para as relações internacionais. A incapacidade de construir um novo ordenamento para o cenário levou a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Essa instabilidade do arranjo pós-guerra tem sua expressão na Grande Depressão de 1929, e na crise das democracias com a ascensão do fascismo e do nazismo. Assim, tanto os Estados Unidos quanto a Europa entraram em uma profunda crise, no caso dos Estados Unidos, a Grande Depressão contribuiu ainda mais para uma política de isolamento e distanciamento dos negócios internacionais. Desse modo, Pecequilo (2003) afirma que o isolacionismo estadunidense que os deixaram ausentes no cenário internacional e a fraqueza pós-guerra que as potências europeias como Grã-Bretanha e França enfrentavam, possibilitou que a Alemanha - que se recuperou rapidamente da crise com a ascensão de Hitler -, a partir de 1936, se fortalecesse política e economicamente e expandisse seus territórios aos Estados vizinhos (PECEQUILO, 2003).

Percebe-se, então, que, com a Segunda Guerra Mundial, retorna a ameaça aos Estados Unidos de uma hegemonia continental alemã. Além disso, no Pacífico também ensaiava-se mais uma esfera de liderança de uma potência hostil aos Estados Unidos, no caso, uma hegemonia na Ásia perseguida pelo Japão, da mesma forma que a Rússia em sua casa europeia e asiática. Em outras palavras, os desenvolvimentos da Segunda Guerra Mundial estavam levando à “constituição de duas potências regionais, que passariam a dominar suas áreas de influência, ameaçando os interesses globais dos Estados Unidos” (PECEQUILO, 2003, p. 110). Tendo esse cenário em vista, a política externa seguida pelos Estados Unidos até então - de isolamento e não engajamento - já não mais servia às novas estruturas do poder internacional, ou seja, se

antes era possível ignorar o mundo, após essa fase já não era mais possível seguir esse padrão (PECEQUILO, 2003).

Apesar de, por muito tempo, a política externa dos Estados Unidos ter sido baseada em relativo isolacionismo (ao menos no que se refere a questões europeias), esse padrão não pode ser observado na sua atuação no hemisfério, tendo em vista que os Estados Unidos continuaram dando prioridade à consolidação do sistema americano e de sua hegemonia dentro dele. Apesar da crise do pós-Primeira Guerra e todas as suas consequências sentidas no período entre guerras, os Estados Unidos não abandonaram em sua política de liderança continental, mantendo sua hegemonia e preservando a região de influências externas. Dessa forma, paralelamente ao eixo isolacionista da política externa estadunidense, estava também o eixo hemisférico (PECEQUILO, 2003). Assim, Tony Smith (1994) argumenta que os Estados Unidos não adotaram uma posição isolacionista em relação a todas as regiões do mundo ao longo de 1930, pois apesar de evitar grandes envolvimento na Europa, os Estados Unidos aumentaram cada vez mais a sua ingerência na América Latina para consolidar a sua esfera de influência.

Como discutido anteriormente, a política hemisférica foi conduzida segundo os princípios da Doutrina Monroe, aos quais foram adicionadas as orientações do Corolário Roosevelt, responsável por uma onda de intervencionismos estadunidenses no continente que contrariava os próprios princípios wilsonianos da autodeterminação dos povos. Na perspectiva do governo dos Estados Unidos, apesar de contraditório, era preciso primeiro que se espalhasse pelo continente a democracia e os valores estadunidenses por meio de intervenções feitas pelos Estados Unidos para então, chegar à autodeterminação. Porém, estas intervenções tornaram-se cada vez mais custosas ao país intervencionista quando considera-se as seguintes dimensões:

[...] primeira, a Grande Depressão e a crise econômica norte-americana e mundial e ela associadas reduziram a capacidade de projeção de poder e de controle dos Estados Unidos sobre a América Latina, diminuindo os recursos disponíveis para sua atuação externa; segunda, o aprofundamento da instabilidade política na Europa, com a crise das democracias, a ascensão das ideologias totalitárias e a proximidade da guerra aumentaram a incerteza no cenário, com reflexos globais; terceira, a mudança no caráter dos países latino-americanos que, apesar das dificuldades, haviam se tornado mais complexos política e economicamente e começavam a demonstrar sua insatisfação com o caráter da política dos Estados Unidos (intervencionista, paternalista, clientelista) (PECEQUILO, 2003, p. 116-117).

Dessa forma, considerando as dimensões supracitadas, na década de 1930, com a Presidência de Franklin D. Roosevelt, observa-se uma tentativa de reformular as bases do relacionamento hemisférico introduzindo uma dimensão de diálogo entre as diferentes partes da América: a Política de Boa Vizinhança (PBV). Esta política representou uma mudança na

política dos Estados Unidos que contou com a retirada de tropas que ainda estavam no continente, o abandono de grande parte das intervenções armadas, seguindo-se a instalação de um processo de cooperação que passava a reconhecer a soberania dos países da América Latina. Essa nova política, entretanto, não representou o abandono das diretrizes originais estadunidenses de consolidação de sua hegemonia regional e exclusão de ameaças externas, pelo contrário, a PBV buscava consolidar a esfera de influência dos Estados Unidos sob outras formas. Assim, a estratégia era, às vésperas da Segunda Guerra, conquistar aliados e desmobilizar a influência das forças do Eixo na região. Em outras palavras, embora tenham mudado as formas, pouco se alterou o conteúdo da política estadunidense sendo difícil, assim, perceber uma renovação do relacionamento tendo em vista que não existiam medidas concretas para a construção de arranjos que garantissem a cooperação e diminuíssem a liderança do país na região (PECEQUILO, 2003).

Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial com a capitulação alemã e a rendição japonesa, os Estados Unidos foram um dos países industrializados menos afetados pelo conflito - tendo em vista que não houve conflito bélico no seu território continental; estavam aumentando sua produtividade fabril e sua capacidade tecnológica e militar; sua moeda se tornara forte; e suas indústrias culturais não haviam sido atingidas pela guerra (PRASHAD, 2020). Assim, conscientes do poder que haviam acumulado, os Estados Unidos abandonam a política de isolacionismo e adotam o internacionalismo desempenhando um papel decisivo na formação de uma nova ordem internacional. Nesse sentido, Franklin Delano Roosevelt afirmou: “Neste ano de guerra, 1945, aprendemos que não podemos viver sozinhos em paz; que nosso bem-estar é dependente do bem-estar de outras nações distantes. Aprendemos que devemos viver como homens, não como avestruzes” (ROOSEVELT, 1945, in The American Presidency Project, 2013, sp).

Em 1944, um ano antes do fim da guerra, os Estados Unidos receberam em Bretton Woods (New Hampshire), representantes de governos de várias partes do mundo para uma conferência sobre a nova ordem mundial. Segundo Prashad (2020), esta não era uma conferência entre iguais, mas uma reunião para os Estados Unidos ditarem os termos da rendição. Na ocasião, tendo em vista que boa parte da Europa estava passando por dificuldade financeira e com suas moedas perdendo valor, os Estados Unidos atrelaram as moedas europeias ao dólar que, por sua vez, foi atrelado ao preço do ouro. Nessa conferência foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Além disso, em 1949, também por iniciativa dos Estados Unidos, as potências da Europa Ocidental aderiram à Organização do

Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o aspecto militar da unificação europeia sob a égide dos EUA (PRASHAD, 2020).

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a Europa enfraquecida, o sistema internacional foi dividido em dois grandes polos: o polo capitalista liderado pelos Estados Unidos e o polo socialista pela União Soviética que ficou conhecido como Guerra Fria. Assim, nesse período os Estados Unidos passam a preocupar-se com a contenção do comunismo iniciando um período de constantes interferências na região (MERENDI, 2007). Três fatores principais definiram os caminhos tomados na formação da nova ordem do sistema internacional e na própria política externa dos Estados Unidos, a saber:

Primeiro, a Segunda Guerra tinha sido o capítulo final da destruição da Europa (e de suas principais potências: França, Inglaterra e Alemanha) como centro das relações internacionais, representando um profundo declínio político e econômico, sem chances de recuperação imediata, e que criava um vácuo de poder político dentro do continente. Segundo, o conflito havia beneficiado os Estados Unidos mais do que qualquer outro país, ao mesmo tempo em que produzira enormes perdas em seus aliados de guerra, aí incluída a sua futura adversária, a URSS. Em 1945, a posição de poder norte-americana era extremamente mais avançada do que em 1918, com uma vantagem política, diplomática, militar, estratégica e econômica incomparável. Terceiro, mesmo com as perdas da guerra, a URSS emergia, ao lado dos Estados Unidos, como uma potência internacional, também favorecida pelo declínio europeu. Claramente, o eixo de poder mundial estava mudando, e os Estados Unidos deveriam trabalhar dentro dessa realidade (PECEQUILO, 2003, p. 128).

Além disso, o sistema internacional também estava se transformando fora do seu centro, com importantes acontecimentos se desenvolvendo na periferia que precisavam ser incorporados pela política externa estadunidense. Nesse sentido, é importante lembrar o impulsionamento dos movimentos de descolonização a partir da segunda metade dos anos 50, com a quebra dos antigos impérios coloniais na Ásia e na África que vieram a se tornar - em um contexto de bipolaridade - zonas de disputa de influência entre os Estados Unidos e a URSS, com implicações para o conjunto da Guerra Fria e da política externa estadunidense. Tendo em vista esse cenário, os Estados Unidos passaram a pautar a sua política externa contemporânea a partir de dois objetivos: a construção da ordem mundial e a contenção do comunismo, criando assim novas formas de engajamento ao mesmo tempo que recuperavam prioridades e os temas tradicionais (PECEQUILO, 2003).

Assim, até 1944, a política externa estadunidense se pautou em um engajamento estreito e limitado no sistema internacional que se caracterizava por intervenções periódicas e localizadas, à exceção do wilsonianismo. Todavia, com as duas guerras mundiais e suas consequências para o cenário mundial, os Estados Unidos passaram a perseguir uma política

externa mais internacionalista que já havia sido apresentada inicialmente por Woodrow Wilson no encerramento da Primeira Guerra Mundial, recuperada no pós-1945. Desse modo, agora sob a liderança dos Estados Unidos, uma das primeiras etapas de transição do pós-guerra foi a construção de uma nova ordem internacional visando estabelecer estratégias que lhes permitissem modificar o mundo em seu benefício por meio da promoção de democracia e do liberalismo econômico (PECEQUILO, 2003). Assim, Walter McDougall (1997) afirma que o processo de construção da ordem representou a 'missão' dos Estados Unidos de moldar o mundo à sua imagem e semelhança e de propagar e considerar como válido somente o seu modelo de organização da sociedade. Essa construção de uma nova ordem que servisse aos seus interesses começou a ser construída ainda durante o conflito e contou com a criação de arranjos institucionais de caráter multilateral como as Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Neste contexto de declínio europeu e de formação de uma nova ordem mundial junto com os Estados Unidos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ascendia como grande potência trazendo implicações diretas para as relações internacionais. Assim, entre 1945 e 1947, os Estados Unidos e a União Soviética abandonaram uma posição de relativa cooperação que se manteve durante a Segunda Guerra, para uma gradual posição de confronto. A ordem mundial neste momento tornava-se bipolar e os Estados Unidos passariam a orientar sua política externa através da estratégia de contenção que visava impedir a expansão da URSS (MERENDI, 2007).

Segundo Pecequilo (2003), as Conferências de Yalta e Potsdam sinalizaram a existência de diferenças de posição e objetivos que levaram à ruptura definitiva entre as duas potências que, com a posse de Truman, passa a desenhar-se com maior clareza as esferas de influência estadunidense e soviética correspondentes, respectivamente, ao Ocidente e ao Oriente. Assim, com o fim da Segunda Guerra, a Europa Ocidental cai sob a influência da União Soviética, sinalizando a divisão da Europa em dois campos diferentes. Ademais, o aprofundamento da distância em relação à União Soviética foi reforçado pela impressão de que estava havendo um avanço nas posições deste país em áreas como o Oriente Médio. Além da ameaça do expansionismo territorial soviético, os Estados Unidos também temiam a expansão do comunismo como corrente ideológica contrária ao capitalismo estadunidense. Desse modo, a Guerra Fria se deu pela combinação de fatores ideológicos e estratégicos, ou seja, embora a oposição ideológica tenha se constituído em um dos principais pilares da doutrina de contenção, esta não pode ser entendida como a única justificativa para o conflito. Em vez disso, a Guerra Fria pode ser compreendida como “produto da percepção de incompatibilidade, mas também

como resultado de confrontos de interesses reais entre as duas superpotências” (PECEQUILO, 2003, p.143). Em outras palavras, apesar do fator ideológico ter sido utilizado para justificar as ações durante o período de conflito, a Guerra Fria se deu a partir da percepção de ameaças concretas materiais dos interesses divergentes das duas potências.

Durante este período, a política externa dos Estados Unidos passou a ser guiada pela Doutrina Truman - também conhecida como doutrina da contenção - que visava a contenção da União Soviética e, assim, preconizava a expansão dos ideais estadunidenses e práticas de livre mercado. A ‘missão’ que cabia aos Estados Unidos no pós-Guerra, assim, seria a expansão dos povos livres e a sua proteção contra a ameaça comunista. A Doutrina da Contenção, entretanto, só tornou-se uma estratégia de Estado para a política externa dos Estados Unidos a partir da formulação, em 1950, do NSC-68 que completou a estrutura filosófica da Doutrina da Contenção e constitui-se como o guia orientador da política externa estadunidense durante todo o período. Nesse sentido, a estratégia da contenção passou por diferentes combinações de táticas militares, políticas e econômicas para conter a União Soviética (MERENDI, 2007). A estratégia de contenção é dividida por Pecequilo (2003) em fases, a saber: a Confrontação (1947 a 1962), a Coexistência (1963 a 1969), a Détente (1969 a 1979), a Confrontação Renovada (1979 a 1985) e Retomada do Diálogo (1985-1989). De acordo com Maria Regina Soares de Lima (2003), apesar da Contenção ter sido uma estratégia defensiva em relação a União Soviética, em relação aos países periféricos do sistema internacional, detidamente a América Latina - área de influência geográfica dos Estados Unidos - a Doutrina da Contenção se vale da retórica do combate ao comunismo para justificar as intervenções unilaterais nos países latino-americanos. Em outras palavras, em relação ao continente americano, a contenção foi altamente ofensiva, apoiando, muitas vezes, regimes políticos autoritários.

Nesse sentido, para Washington, a segurança do país dependia, entre outros fatores, da consolidação da sua hegemonia sobre a região latino-americana. Para isso, era necessário restringir a independência e a autonomia dos países da região, uma vez que a sua hegemonia seria comprometida caso os países latino-americanos estreitassem laços com países parte da órbita soviética. Assim, no restante da década de 1950, o objetivo principal dos Estados Unidos em relação à América Latina era evitar “uma outra Guatemala” (SCHOULTZ, 2000, p. 380). Para tanto, o governo estadunidense tinha a percepção de que países e populações pobres procurariam soluções para os seus problemas e pressionariam os seus governos para aumentar a produção e diversificar suas economias, o que poderia ser um fator que favoreceria o comunismo na região. Os Estados Unidos perceberam, então, que o objetivo era fazer algo em relação à pobreza latino-americana, porém, para isso seria necessário quantias substanciais de

recursos. Além disso, um programa governamental de assistência ao desenvolvimento latino-americano também criaria problemas para a ênfase tradicional dos EUA à empresa privada, ou seja, em vez de uma ajuda econômica semelhante ao Plano Marshall, o objetivo era encorajar governos latino-americanos a reconhecer que o capital necessário para seu desenvolvimento econômico seria mais bem suprido pela iniciativa privada e a criação de uma ambiente favorável para atrair investimento privado (SCHOULTZ, 2000).

Nesse contexto, em 1959, com a ascensão de Fidel Castro ao poder em Cuba, a América Latina ganha ainda mais importância na política externa dos Estados Unidos. O governo de Castro acelerou a transformação da sociedade cubana, o que prejudicou a posição estratégica e os interesses econômicos da classe dominante nos EUA. Decorrente disso, as relações dos Estados Unidos com Cuba deterioraram rapidamente ao mesmo tempo que Cuba estreitou laços com a União Soviética. O presidente Kennedy, ainda no seu debate presidencial, alertava para a ascensão de Fidel Castro e suas consequências para a América Latina:

Castro é apenas o começo de nossas dificuldades em toda a América Latina. A grande luta será impedir que a influência de Castro se espalhe para outros países – México, Panamá, Bolívia, Colômbia. Vamos ter que tentar estreitar os laços, nos associar ao grande desejo dessas pessoas por uma vida melhor se quisermos evitar que a influência de Castro se espalhe por toda a América Latina (KENNEDY, 1960, s/p, tradução nossa).<sup>13</sup>

A ideia de que a pobreza que assolava grande parte da América Latina faria com que a população se voltasse para o comunismo fez com que o desenvolvimento econômico da América Latina passasse então a ser uma “obsessão em Washington” (SCHOULTZ, 2000, p. 394). O presidente Kennedy em seu mandato – visando reforçar sua influência no hemisfério e garantir seus interesses – propôs a denominada Aliança para o Progresso (Alpro) (SCHOULTZ, 2000). Os objetivos da Alpro, ao menos no discurso, incluíam o envio de fluxo de capital para países da América Latina, e de uma suposta promoção da democracia, justiça social. Entretanto, o programa mostrou-se mais comprometido com o fluxo de capital estadunidense do que com o avanço socioeconômico dos países da região (IORIS, MOZER, 2019). Ao fim, a Alpro buscava retomar a ofensiva política e estratégia na região, impedindo novos avanços soviéticos. Segundo Paulo Vizentini (1994), a Alpro priorizava capitais privados e relações bilaterais. A

---

<sup>13</sup> Do texto original: Castro is only the beginning of our difficulties throughout Latin America. The big struggle will be to prevent the influence of Castro spreading to other countries – Mexico, Panama, Bolivia, Colombia. We’re going to have to try to provide closer ties, to associate ourselves with the great desire of these people for a better life if we’re going to prevent Castro’s influence from spreading throughout all of Latin America.

Alpro trazia na sua base, assim, as premissas da Doutrina Monroe de afastamento de poderes extracontinentais e de ameaças à influência estadunidense (MERENDI, 2007).

O programa não obteve o sucesso esperado. Segundo Felipe Loureiro (2020), a literatura não chegou a um consenso sobre o que levou ao fracasso da aliança. Entretanto, atribui-se a fatores como impasses burocráticos, falta de um verdadeiro interesse e compromisso com reformas estruturais nos países latino-americanos, ausência de um objetivo comum, desconfiança nacionalista-esquerdista e fragilidade das classes médias latino-americanas (IORIS, MOZER, 2019; WESSON, 1979). Apesar de seus resultados, a Alpro foi a mais abrangente e ambiciosa iniciativa diplomática de cunho multilateral formulada pelos Estados Unidos para a América Latina que se valeu de uma política editorial para influenciar os debates sobre desenvolvimentismo travados no Brasil e em outros países latino-americanos e, assim, promover defesa de um capitalismo que atendessem aos objetivos econômicos de Washington, ou seja, adequado à hegemonia estadunidense (IORIS, MOZER, 2019). Além disso, a Alpro desempenhou um papel central no processo de desestabilização da democracia brasileira e no golpe civil-militar de 1964 especialmente por meio da ajuda econômica a governadores de oposição ao presidente João Goulart (LOUREIRO, 2020).

Em substituição a Alpro, o governo estadunidense retorna a uma estratégia já experimentada nos anos 1950: a tentativa de destituição de governos nacionalistas – portanto, não subservientes ao interesse estadunidense na América Latina. Nesse contexto, os Estados Unidos adotam uma postura intervencionista – direta ou indiretamente – em países da América Latina, como Nicarágua, Guatemala, República Dominicana, entre outros. Segundo Atílio Boron (1994, p. 34), durante um longo período, para o governo estadunidense, as ditaduras latino-americanas garantiam melhor a proteção dos seus interesses do que “as turbulentas e instáveis democracias” que ocasionalmente despontavam na região. Assim, os Estados Unidos, contrariando os próprios valores que retoricamente defendiam, apoiaram golpes militares e regimes autoritários na região que foram responsáveis por sistemáticas violações de direitos humanos. Esses “ditadores amistosos” (SCHOULTZ, 2000, p. 382) ajudavam os Estados Unidos, reprimindo o comunismo e impedindo irrupções revolucionárias.

Entretanto, esta política de apoio a governos autoritários passa a mudar com o governo de Carter em 1977 que fez dos direitos humanos tema principal de sua campanha eleitoral. O presidente, em seu discurso na Universidade de Notre Dame, propôs o fim do intervencionismo estadunidense em escala global. Ayerbe (2002) argumenta que a intenção era melhorar a

imagem do país que havia sido deteriorada com o escândalo de Watergate<sup>14</sup>, com a intervenção no Vietnã e pela relação de proximidade dos Estados Unidos às ditaduras reacionárias do sul global – inclusive América Latina. Entretanto, a política de Direitos Humanos de Carter acabou sendo suplantada nas eleições de 1980 que conduziram ao poder um representante do Partido Republicano: Ronald Reagan. Segundo Izaura Merendi (2007, p. 63), esse novo governo reforçava a urgência de desafiar os regimes considerados comunistas na região e, assim, desenvolveu um programa estratégico que tinha os seguintes pontos fundamentais:

- 1) forçar a União Soviética a entrar em defensiva estratégica, a fim de consolidar a supremacia militar e econômica dos Estados Unidos, para isso recorreu-se a intensificação da corrida armamentista (com destaque para o programa ‘Guerra nas Estrelas’) e as ameaças de ‘guerra nuclear localizada’; no limite, o objetivo era derrotar o que Reagan chama de ‘Império do Mal’ radicalizando a Doutrina Truman;
- 2) estancar os gastos com as despesas sociais, que seriam compensados pelo aumento dos gastos militares;
- 3) buscar a formação de acordos com Japão e Alemanha, que dessem fim às represálias econômicas e permitissem a “liberalização do comércio mundial - o que na verdade os Estados Unidos queriam, sob esse disfarce, era abrir espaço para os mercados norte-americanos.

Uma importante base da política externa de Reagan pode ser encontrada no artigo de Jeanne Kirkpatrick, *Dictatorships and double standards* (Ditaduras e padrões duplos). No artigo, a autora critica a política externa do governo Carter por ter colaborado ativamente na “substituição de autocratas moderados amigos dos interesses estadunidenses por autocratas menos amigáveis de persuasão extremista”<sup>15</sup> (KIRKPATRICK, 1979, s/p). Usando o exemplo de Somoza na Nicarágua e Shah no Irã, Kirkpatrick (1979) afirma que apesar dessas nações serem lideradas por homens que não tinham sido eleitos através de eleições livres, que não toleravam oposição chegando a prender, encarcerar, exilar e torturar os seus oponentes; nenhum dos dois tentou alterar significativamente a distribuição de bens, *status* ou poder. Além disso, tanto Somoza quanto Shah, além de anti-comunistas, tinham também boas relações com os Estados Unidos, os apoiavam nas votações nas Nações Unidas e defendiam os interesses e as posições estadunidenses nesses fóruns, mesmo que isso implicasse algum custo pessoal e/ou político (KIRKPATRICK, 1979). Em resumo, Kirkpatrick defendia que os Estados Unidos deveriam apoiar governos ditatoriais se estes fossem anti-comunistas e subservientes às demandas de Washington. Jeane Kirkpatrick além de integrar o governo Reagan (foi

<sup>14</sup> Escândalo político envolvendo atividades ilegais de espionagem durante a administração de Richard Nixon que culminou com a renúncia do presidente

<sup>15</sup> *Texto original:* actively collaborated in the replacement of moderate autocrats friendly to American interests with less friendly autocrats of extremist persuasion.

embaixadora na ONU no primeiro mandato do presidente), fez parte do Conselho de Diretores da Freedom House como será visto mais adiante.

Reagan foi um dos presidentes que mais se usou do ‘combate ao comunismo’ como justificativa para apoio público às intervenções estadunidenses. Entretanto, ao mesmo tempo em que acusava a União Soviética de ser o “império do mal” (REAGAN, 1983, s/p), o governo dos Estados Unidos fazia alianças com regimes ditatoriais, quando não eram eles próprios os responsáveis por instaurá-los. Durante a administração de Reagan, “qualquer país que tentasse empreender políticas independentes de Washington, principalmente em seu ‘quintal’, era repreendido” (MERENDI, 2007, p. 56). Assim, o presidente afirmava que,

Muitos de nossos cidadãos não entendem plenamente a seriedade da situação, então deixe-me falar claramente: Há uma guerra na América Central que está sendo incentivada pelos soviéticos e os cubanos. Eles estão armando, treinando, suprindo e encorajando uma guerra para submeter outra nação ao comunismo, e essa nação é El Salvador. Os soviéticos e os cubanos estão operando a partir de uma base chamada Nicarágua. E esta é a primeira agressão comunista real no continente americano (REAGAN, 1983, p. 1044).

Pode-se inferir, portanto, que um dos mais emblemáticos casos de intervencionismo estadunidense durante o governo Reagan é o da Nicarágua; ainda assim, tampouco titubeou ante a decisão de invadir unilateralmente a pequena ilha de Granada em 1983 (LA FEBER, 1997). Em outras palavras, a defesa da democracia por parte dos Estados Unidos limitou-se à retórica.

Entretanto, no final de 1981, sob pressão do Congresso e diante das transições democráticas na América Latina, houve uma certa mudança no discurso do governo dos Estados Unidos que passa a ser substituído crescentemente pela suposta promoção de democracias na região. Essa nova retórica não significa, entretanto, que as intervenções tenham parado de acontecer. De acordo com Abraham Lowenthal (1999), na América Latina seguiu existindo a preocupação de um possível intervencionismo estadunidense que não mais era justificado pelo discurso anticomunista mas agora pelo discurso de defesa e promoção da democracia e dos direitos humanos no âmbito do combate ao narcotráfico, por exemplo.

Não obstante, ainda durante a década de 1980, essas intervenções começam a gerar resistência no plano externo, como a criação, em 1983, do grupo da Contadora para a questão da Nicarágua; do Plano Arias para a paz na região e a iniciativa de Cartagena. Além disso, no plano interno também houve resistência do próprio Congresso que passou a negar a autorização para ajuda econômica aos contras e aos governos autoritários de El Salvador e Guatemala. Tendo isso em vista, Reagan desenvolve alternativas com o objetivo de criar consenso em torno

da sua política externa para a América Latina, entre elas estão: a Iniciativa para a Bacia do Caribe (Caribbean Basin Initiative - CBI), uma Comissão Bipartidária e a criação do Fundo Nacional Para a Democracia (National Endowment for Democracy - NED) (MERENDI, 2007).

Nesse sentido, Robinson (1996) argumenta que na década de 1980, houve uma mudança estratégica da política externa estadunidense passando a promover o discurso de ‘promoção de democracia’, uma vez que as políticas do governo estadunidense de intervenção direta e de apoio aos regimes autoritários na região estavam dando espaço para revoluções populares, como a Revolução Sandinista em 1979. Essa nova estratégia veio acompanhada de novos mecanismos hegemônicos que visavam possibilitar que o governo estadunidense realizasse abertamente o que Agência Central de Inteligência (CIA) tradicionalmente vinha fazendo de maneira secreta, como será analisado mais profundamente na próxima seção.

Percebe-se, portanto, que foram três os interesses centrais que ditaram a política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina durante a Guerra Fria, a saber: a necessidade de proteger a segurança e o domínio estratégico dos EUA, o desejo de acomodar as demandas da política interna dos EUA e o empenho de promover desenvolvimento econômico dos EUA (SCHOULTZ, 2000). Como visto, as estratégias e as políticas adotadas para alcançar esses interesses variaram de acordo com as gerações, mas sem perder as suas diretrizes e tradições centrais. Assim, do Destino Manifesto, passando pela Doutrina Monroe, posteriormente com o Big Stick se transformando na Diplomacia do Dólar e em seguida na Boa Vizinhança, até a contenção do comunismo, a promoção da democracia, do livre comércio e do combate ao tráfico de drogas; os Estados Unidos buscaram legitimar sua atuação intervencionista na América Latina. Pôde-se perceber, assim, a crença, partilhada por seus governantes, de que os Estados Unidos devem ter acesso à América Latina para manter sua economia forte e seu papel hegemônico na região, ou seja, dependem da abertura dos mercados estrangeiros. Não apenas isso, dependem também da força de trabalho barata. Em outras palavras, os Estados Unidos se valeram de diferentes políticas, retóricas e estratégias durante toda sua história mantendo inalterado suas diretrizes centrais com o objetivo de promover seus interesses materiais e manter sua hegemonia.

Portanto, a atuação civilizatória e missionária dos Estados Unidos, presente desde o Destino Manifesto até os dias atuais com a promoção de democracia e valores estadunidenses, deve ser entendida como forma de construção, de exercício e de manutenção de sua hegemonia. Em outras palavras, é uma ferramenta para manter, reforçar e legitimar sua influência na região e satisfazer seus interesses sem recorrer em primeiro lugar à ação coercitiva, mas à formação de consentimento, como já argumentado por Gramsci.

### 3.2. Terceirização da Política Externa estadunidense

Como visto anteriormente, o governo estadunidense ao fim dos anos 1970 e início dos 1980 redefiniu sua estratégia de atuação e de intervenção no exterior em um contexto em que suas intervenções estavam gerando resistência frente aos desastrosos impactos causados pelas ditaduras apoiadas na América Latina, frente a contestação da atuação da CIA na região e mesmo frente as transformações que a economia capitalista estava passando. É neste período que é criado no governo Reagan o NED, institucionalizando assim um importante canal da sua atuação e intervenção no exterior que se mostra até os dias atuais como central na construção da hegemonia estadunidense (MINELLA, 2009).

Segundo Robinson (1996), as duas principais ferramentas da política externa dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial têm sido programas de ajuda militar (ou de segurança) e programas de ajuda econômica, integrados aos esforços gerais de política externa. Esses dois instrumentos foram usados eficazmente no processo de formação de uma nova ordem global na qual os Estados Unidos passaram a intervir nos assuntos de grande parte das nações do mundo. Entretanto, ao perceber que as intervenções militares tradicionais eram muitas vezes contraproducentes, passam a aderir ao conceito de guerra de baixa intensidade que representa a modalidades de engajamento contra movimentos e governos nacionalistas e revolucionários na década de 1980. Essa mudança se deu a partir, entre outros fatores como visto acima, da derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã que levou os estrategistas estadunidenses a repensar participação do país em conflitos não convencionais, aplicando essas conclusões, também, para a realidade da América Latina. Robinson afirma que essas conclusões foram:

[...] primeiro, o alvo de tais campanhas deve ser a própria população, as mentes das pessoas, e não as forças militares inimigas; em segundo lugar, nessa empreitada, os formuladores de políticas deveriam levar em conta a cultura, as sensibilidades e a história específicas da população-alvo, bem como as capacidades dos adversários. As campanhas contra outros países seriam feitas sob medida para atender às circunstâncias particulares de cada operação de política externa. Em terceiro lugar, não basta tentar destruir as forças organizadas dos adversários (sejam elas forças revolucionárias, nacionalistas ou outras); um movimento ou grupo sensível aos interesses dos Estados Unidos tinha que ser criado, legitimado e apresentado à população-alvo como uma alternativa viável ao governo a ser derrubado ou substituído ou ao movimento a ser derrotado. Quarto, novas formas de organização política e militar tiveram que ser desenvolvidas. (Essa conclusão ajudou a formar o NED e outras agências de "promoção da democracia".) Quinto, os projetos

intervencionistas só podem ser sustentados se houver um forte eleitorado americano que apoie o esforço (ROBINSON, 1996, p. 81)<sup>16</sup>

Desse modo, em seu discurso perante o Parlamento Britânico em 1982, Reagan inaugura simbolicamente a nova política dos Estados Unidos pautada na promoção de programas para o suposto fortalecimento da democracia ao redor do mundo. Nesse contexto, a retórica e as estratégias de ajuda internacional e de assuntos humanitários passaram a ser vistas como componentes essenciais das operações na política externa. Segundo um membro do Conselho de Segurança Nacional de Reagan, os programas de assistência econômica nas décadas de 1980 e 1990 tornaram-se instrumentos de precisão eficazes na promoção do modelo econômico neoliberal no Terceiro Mundo. Importante, destacar, entretanto, que essa ‘nova’ intervenção não suplantou os dois instrumentos tradicionais de política externa; ao contrário, esses instrumentos foram reformados e amplamente implantados. Todavia, a nova retórica desempenhou um papel central em facilitar a mudança na política e trazer consenso em torno da promoção de ‘democracia’ (ROBINSON, 1996).

Os programas de ajuda política tampouco foram uma criação inédita de Reagan, ainda que foram esporádicos e pouco desenvolvidos no período pós-Segunda Guerra Mundial. Estes programas eram administrados pela CIA que, durante a Guerra Fria, “realizou milhares de operações secretas; derrubou incontáveis governos; e contribuiu para a morte, direta ou indiretamente, de milhões de pessoas como resultado de suas ações” (ROBINSON, 1996, p. 86). A CIA, além de coletar informações e realizar campanhas paramilitares, também financiaram e orientaram aliados políticos, grupos e indivíduos nos países-alvo de intervenção. Até as décadas de 1950 e 1960, a CIA gozava do respeito de grande parte do público estadunidense. Porém, na década de 1970, muitas de suas operações secretas se tornaram públicas, resultando assim no descrédito da instituição e nos países-alvo no exterior. Assim, qualquer política com associação aos programas da CIA significava um imediato repúdio pela população (ROBINSON, 1996).

---

<sup>16</sup> Texto original: " first, the target of such campaigns must be the population itself, the minds of the people rather than the enemy's military forces; second, in this under- taking, policymakers had to take into account the specific culture, sensibilities, and history of the target population, as well as the capabilities of the adversaries. Campaigns against other countries would be tailor-made to suit the particular circumstances of each foreign-policy operation. Third, it is not enough to try to destroy the organized forces of adversaries (be they revolutionary or nationalist forces or otherwise); a movement or group responsive to US interests had to be created, legitimated and presented to the target population as a viable alternative to the government to be overthrown or replaced or the movement to be defeated. Fourth, new forms of political and military organization had to be developed. (This conclusion helped lead to the formation of the NED and other "democracy promotion" agencies.) Fifth, interventionist projects can only be sustained if there are strong US constituencies who support the effort. These, too, have to be garnered, mobilized, and legitimized.

Entre as principais críticas à instituição está o fato de que a CIA sabia desestabilizar governos muito eficazmente, mas obviamente pouco conseguia em termos de estabilidade nos países intervencionados - como na Guatemala e no Chile. Assim, tendo essa realidade exposta, o governo estadunidense passa a transferir aspectos cruciais das operações políticas da CIA – ‘ajuda política’ - para uma nova agência. A sua atuação não cessou; entretanto, criou-se uma entidade mais especializada com foco em operações políticas. Em 1983, foi criado o NED com o objetivo de assumir a maior parte do financiamento e a orientação política a partir de um engajamento de partidos políticos, sindicatos, grupos empresariais, mídia e organizações cívicas estadunidenses, desempenhando o trabalho que tradicionalmente caía sob responsabilidade da CIA (ROBINSON, 1996, p. 87).

O NED, desse modo, foi construído a partir de uma base ideológica de promoção de democracia para reconstruir o consenso para operações políticas no exterior. O objetivo era construir uma imagem apolítica e benevolente mesmo que, na prática, a atuação do NED esteja mais próxima de órgãos clandestinos e de segurança nacional, como a CIA, do que de doações apolíticas ou humanitárias, como seu nome sugere. Assim, o NED foi responsável por operar diversas intervenções nas décadas de 1980 e 1990 (ROBINSON, 1996).

Válido destacar que o NED atua concomitantemente com seus congêneres. Segundo Robinson (1996), os grupos que lidam com a maior parte dos fundos e com os programas do NED são: o National Democratic Institute for International Affairs (NDI) e seu congêneres, o International Republican Institute (IRI) que são as "alas internacionais" do Partidos Democrata e Republicano; o Center for International Private Enterprise (CIPE), uma filial da Câmara de Comércio dos Estados Unidos; e o Free Trade Union Institute (FTUI), braço internacional da American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) que também atua no exterior por meio de três organizações regionais, a saber: African American Labor Council (AALC), para a África, Asian-American Free Labor Institute (AAFLI), para a Ásia, e American Institute for Free Labor Development (AIFLD), para a América Latina. Desse modo, esses grupos realizam programas nos países-alvo com os setores considerados estratégicos da sociedade: trabalho (FTUI), negócios (CIPE) e os partidos e organizações políticas (NOi e IRI). Além disso, há uma série de organizações ‘privadas’ dos Estados Unidos envolvidas com a política externa, como a Freedom House (objeto de estudo desta pesquisa), o Council on the Americas, o Center for Democracy e universidades, fundações, think-tanks e até mesmo o Young Men's Christian Association (YMCA) dos EUA, que lidam com programas de ‘educação cívica’.

Interessante notar que uma característica da estrutura do NED é o sistema de diretorias interligadas, por exemplo, os conselhos dos ‘grupos centrais’ e o anfitrião de outros grupos ‘privados’ na sociedade civil dos EUA que participam de programas de ‘promoção da democracia’ da Freedom House, do Conselho das Américas e assim por diante, como será observado mais detalhadamente no próximo capítulo.

Esses mecanismos de hegemonia possibilitaram uma nova forma de intervenção eleitoral mais sofisticada da América Latina. O processo de intervenção eleitoral para realizar mudanças de regimes é uma estratégia tradicional estadunidense. Entretanto, essa nova indústria eleitoral atua a partir de equipes especializadas que são enviadas para o país intervencionado para realizar “desde ‘seminários de formação partidária’ até ‘treinamento cívico’ e ‘monitoramento internacional’” (ROBINSON, 1996, p. 110), se valendo de ferramentas de manipulação psicológica em massa e dos novos meios de comunicação.

Entretanto, Robinson (1996) afirma que apesar da retórica de ‘democracia eleitoral’ empreendida pelo governo estadunidense e pelas organizações que se baseiam no discurso de defesa da democracia como o NED e a Freedom House, os Estados Unidos só buscam assegurar processos eleitorais ilibados quando as circunstâncias ou os resultados favorecem os seus interesses. Nesse sentido, o que se nota é que apesar de retoricamente defender eleições livres, o governo dos Estados Unidos, não parece preocupado com o processo, mas, sim, com o resultado; ou seja, o objetivo da intervenção eleitoral não é necessariamente de assegurar processos transparentes, mas de intervir de modo a controlar esses processos garantindo a vitória de governos aliados aos seus interesses. Essa afirmativa pode ser verificada quando se observa a rejeição por parte dos Estados Unidos do processo eleitoral de 1984 na Nicarágua no qual o governo sandinista venceu de forma democrática, enquanto reconhecem como legítimas eleições fraudulentas como as eleições de 1984 no Panamá, 1988 no México, 1994 na República Dominicana e diversas outras eleições em El Salvador (ROBINSON, 1996).

Como visto até agora, durante grande parte do século XX, os Estados Unidos faziam uso de práticas intervencionistas mais diretas sob a égide do Pentágono e da CIA que passariam a ser alvo de críticas a partir da década de 1970 quando tornou-se público o seu papel na instituição e na manutenção de regimes militares, em especial na América Latina. Assim, já ao final da Guerra Fria, tendo em vista a perda de credibilidade da CIA ao mesmo tempo em que a retórica do anticomunismo perdia força para justificar a ingerência dos Estados Unidos no mundo, a promoção da democracia foi adquirindo um papel central da retórica do governo que visava “consolidar seu imperialismo informal na América Latina” (PETRAS, 1997, p. 27). Assim, os Estados Unidos passam - sob a égide da promoção dos valores democráticos -

fomentar mesmo que indiretamente, “um conjunto de iniciativas de atores dispostos a converter os rumos políticos da região em prol dos interesses hegemônicos.” (BRUM, 2022, p. 85).

O governo estadunidense passou por uma readaptação de suas práticas e justificativas para suas ingerências. Nesse sentido, apesar das intervenções não terem cessado, o que se nota a partir dessa reformulação de estratégia da política externa é uma lógica mais indireta, se valendo de organizações e de grupos da sociedade civil visando a construção e a manutenção de um consentimento que favoreça a defesa e reprodução dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Como resultado, foi criado o NED que até os dias atuais funciona como uma ferramenta capaz de canalizar recursos públicos e encobri-los na forma de financiamento privado em apoio a organizações civis em outros países, mas que, na prática, visa esconder a sua ligação direta com o governo estadunidense, suas intervenções e interesses (BRUM, 2022).

Dessa forma, os Estados Unidos passam a ‘terceirizar’ a sua política externa desviando a atenção do aparato estatal e governamental, ao destinar apoio para grupos do setor privado como ONG’s e *think tanks* dissimulando, assim, sua própria origem primária e seus objetivos estratégicos. Em outras palavras, a atuação do NED e de seus institutos congêneres constitui a estratégia estadunidense de criar mecanismos capazes de promover, de forma privada, seus interesses no exterior, sem vincular sua imagem diretamente às ações promovidas, se desvinculando das possíveis consequências dessa atuação (BRUM, 2022).

Percebe-se, então, que a partir da década de 1980 há em curso um processo cada vez maior de ‘terceirização’ da política externa estadunidense em um esforço de tornar cada vez mais difícil de identificar suas práticas de ingerência. Segundo Scott e Walters (2000, p. 255), o NED – mas também seus institutos congêneres – permite “desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não intervenção, e essa diplomacia informal é um elemento potencialmente útil para a política externa”. Dessa forma, essas instituições como o NED – e também a Freedom House – referem-se a si mesmos como ONG’s visando garantir uma imagem de neutralidade e criar credibilidade para sua atuação. Entretanto, o maior montante recebido pelo NED – e pela Freedom House como será analisado no próximo capítulo – advém do Congresso dos Estados Unidos que é posteriormente redistribuído para as organizações pertencentes à estrutura do NED (CIPE, ACILS, NDI e IRI) (BRUM, 2022). Desse modo, há uma confusão intencional entre o ‘público’ e o ‘privado’ na política externa dos Estados Unidos diminuindo a separação entre atuação estatal e privada, tendo em vista que essas ONG’s são atores políticos e sociais que estão geralmente vinculadas a seus principais doadores (ROBINSON, 1996; PETRAS, VELTMEYER, 2001).

Nesse sentido, o NED juntamente com os institutos ligados a ele vem atuando com maior intensidade nos países considerados como estratégicos na agenda estadunidense para a América Latina utilizando-se, para isso, do discurso de promoção de democracia, do livre mercado e dos direitos humanos, dissimulando seus interesses materiais (BLUM, 2001). O NED e seus parceiros, portanto, vem atuando de forma a consolidar uma oposição de direita e deslegitimar e desestabilizar governos esquerda desalinhados aos seus interesses e objetivos sob a égide da promoção de reformas políticas, econômicas e educacionais (BRUM, 2022).

Percebe-se, portanto, que os Estados Unidos regatam uma ideia de promoção de democracia para defender interesses materiais: livre mercado, matéria-prima abundante e mão de obra parata, ou seja, promover o neoliberalismo. Portanto, os governos alinhados com esses ideais são considerados, não a toa, democráticos; enquanto os que se posicionam contrários, não o são e devem ser combatidos. Nesse sentido, a partir do exposto anteriormente, na América Latina, o que se observa é que a “Revolução Independentista, no início do século XIX, promovida pelas frágeis burguesias latino-americanas, não se configurou num movimento hegemônico, resultando, antes, numa forma de neocolonialismo” (BORELLI, 2008, p. 12). Esse novo tipo de dependência desembocou, já no século XX, em uma política externa imperialista que viria se consolidar na década de 1980 com a ascensão de Ronald Reagan, marcado pelo realismo pragmático que também caracterizou o governo de George H.W. Bush (BORELLI, 2008). Assim, as reformulações na política externa estadunidense em relação a América Latina realizadas no governo Reagan tiveram continuidade com Bush.

A década de 1980 foi marcada pelas consequências da crise financeira acompanhada pela explosão da dívida externa que levou a um ajuste estrutural aderindo políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado visando a suposta superação da crise. O objetivo, na prática, era impulsar às exportações por meio da liberalização do comércio exterior, concentrando assim, o investimento no setor privado da economia, em uma lógica de jogo das forças de mercado. Frente a esse cenário, em 1990, Bush lançou o “Plano Iniciativa para as Américas”, propondo a liberalização de mercados, como “chave para o crescimento sustentado e a estabilidade política” (BORELLI, 2008, p. 13). O objetivo do plano era a criação de um fundo de investimento e de um novo programa de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) dirigido àqueles países que reduzissem obstáculos à inversão externa, incentivassem a criação de zonas de livre comércio e firmassem acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BORELLI, 2008).

Essa crise global da economia no século XX foi responsável por fragilizar o estatismo e reduzir a autonomia por parte dos Estados. Segundo Elizabeth Borelli (2008), esse contexto

permitiu a retomada do liberalismo econômico, originando o modelo neoliberal que foi responsável por introduzir “um novo padrão social de acumulação; ao favorecer a constituição do mercado informal de trabalho, consolida uma redefinição global do campo econômico, político-institucional e das relações sociais, assumindo a pobreza como categoria efetiva para o seu funcionamento” (BORELLI, 2008, p. 13). Desse modo o projeto neoliberal necessariamente prevê a privatizações em massa no qual o Estado passa a estar submisso às leis de mercado e aos grandes monopólios. Nesse contexto, sob o Plano Bush, os Estados Unidos passam a se utilizar da situação de endividamento dos países como instrumento de pressão política resultando no aumento do endividamento desses países, da desnacionalização e da dependência, em benefício das grandes potências e em detrimento do desenvolvimento nacional (ALTMANN, 1994; BORELLI, 2008).

Nota-se, portanto, que o neoliberalismo na América Latina foi impulsionado diretamente pelos Estados Unidos por meio do seu governo, seu sistema financeiro, suas empresas transnacionais e seus organismos internacionais diretamente controlados por esse país (sobretudo o FMI e o Banco Mundial), bem como pelas próprias elites locais aliadas (BORELLI, 2008). É nesse contexto que as ONG's ganham um papel central na disseminação de um projeto político neoliberal por meio de mecanismos de auxílio internacional.

Nesse sentido, apesar das ONG's se identificarem por uma desvinculação do governo, Petras (2000) afirma que as ONGs não são organizações não-governamentais, pois, como visto, recebem fundos de governos externos, atuam em projetos dos governos locais e/ou recebem subsídios de fundações privadas que mantêm relações de trabalho com o Estado. Percebe-se, então que

[...] as ONGs parecem ter um papel contraditório na política. Por um lado, criticam as ditaduras e as violações aos direitos humanos. Por outro lado, competem com os movimentos sociopolíticos radicais ao tentar canalizar os movimentos populares para relações colaborativas com as elites sociais dominantes (PETRAS, 2000, p. 180-181).

Nesse sentido, à medida que a atuação das ONGs é baseada na auto-ajuda, elas despolitizam e desmobilizam grupos de pessoas pobres ao mesmo tempo que a partir da educação popular e treinamentos visam cooptar líderes locais fragilizando, assim, as lutas contra o sistema. O que ocorre, portanto, é o desvio da luta de classes para a colaboração com os seus opressores à medida que visam tratar de temas sociais, mas sem questionar a raiz do problema, focando no sintoma superficial e incorporando a população mais pobre à economia neoliberal (PETRAS, 1999).

Percebe-se, então, que essas ONG's se valem de uma suposta neutralidade enquanto ocultam interesses econômicos e políticos que permeiam a sua atuação. Segundo Maria Carmelita Yazbek (1999), o próprio assistencialismo das ONGs representam uma adesão às teses neoliberais do Estado mínimo, uma vez que os financiamentos públicos a tais entidades configuram-se como subsídios, em trocas de serviços prestados em um contexto caracterizado pela omissão do Estado; ou seja, as ONGs passam a assumir funções que deveriam estar sendo executadas pelo Estado e portanto, há uma espécie de privatização de serviços que deveriam ser universalizados no âmbito público.

Assim, Borelli (2008) argumenta que em meio as ditaduras latino-americanas na década de 1970, ao mesmo tempo em que as ONG's se dedicavam a defesa dos direitos humanos, em contraposição aos excessos do autoritarismo – o que permitiu essas organizações criassem uma imagem positiva - estas não creditavam as violações de direitos humanos às políticas neoliberais. Assim, Yazbek (1999) afirma que há uma ambiguidade nessas organizações, pois atuam a partir do reconhecimento do dever moral de prestar socorro aos pobres e inadaptados à vida social, mas não reconhecem seus direitos sociais.

Conclui-se dessa seção, então, que apesar do predomínio militar dos Estados Unidos sobre o continente americano ainda ser enorme, surgiram novas estratégias de exercer hegemonia e satisfazer seus interesses não mais unicamente a partir da força coercitiva direta. Assim, os Estados Unidos passam a criar e a manter regimes e instituições que estabeleçam a agenda, decidam quais problemas são importantes e como resolvê-los, criando assim uma consciência e um consenso em torno de valores comuns destinados a legitimar sua autoridade ao mesmo tempo que dissimula o vínculo dessas instituições com o aparato estatal estadunidense.

### **3.3 Relações Estados Unidos e Venezuela no governo de Hugo Chávez**

Após a Segunda Guerra Mundial, a Venezuela passou por um período de governo autocrático com a chegada do general Pérez Jiménez ao poder. O golpe capitaneado pelo General Jiménez ocorreu em 1948 e destituiu a presidência de Rómulo Gallegos. Seus dez anos de governo autoritário foram apoiados pelos Estados Unidos que visavam garantir sua hegemonia sobre a América Latina na Guerra Fria reduzindo, assim, o grau de autonomia dos países latino-americanos. O período em que governou a Venezuela foi marcado por intensa repressão, cerceamento de direitos fundamentais, ausência de eleições diretas e prescrição de partidos políticos. Além disso, Jiménez investiu em grandes obras públicas de modernização

como construção de rodovias, edifícios comerciais, portos e aeroportos; além de fomento nas áreas de siderurgia e petroquímica a partir de gastos públicos e de um crescente endividamento do país (SCARTEZINI, 2012). Esse cenário foi responsável por levar a um descontentamento das massas ao abandono do governo por frações da burguesia do país (SANTOS, 2020)

É nesse contexto que, na clandestinidade, o Partido Comunista Venezuelano (PCV) e a União Republicana Democrática (URD) se uniram e conformaram a chamada Junta Patriótica para derrubar o governo de Pérez Jimenez. Posteriormente, contariam com a adesão da Ação Democrática (AD) e do Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente (COPEI). Assim, a Junta Patriótica se reuniu em Nova York em dezembro de 1957 onde estavam presentes Rómulo Betancourt pela AD, Rafael Caldera pelo COPEI e Jóvito Villalba pela URD, além do empresário Eugenio Mendoza. Como se nota, houve a exclusão do PCV no encontro, uma vez que o entendimento acerca dos novos rumos pelos quais o país deveria caminhar não passariam por forças políticas consideradas mais ‘radicais’, como era o caso do PCV - mesmo que este tenha sido central para a mobilização das classes trabalhadoras e, portanto, para o enfraquecimento do governo militar. Esse encontro em Nova York, e o acordo dele resultante, foi responsável pelo desenvolvimento de um projeto político e econômico que se seguiria (SCARTEZINI, 2012).

Já em 21 de janeiro de 1958, houve uma greve geral na Venezuela articulada por forças oposicionistas, com destaque para o PCV, que resultou em enfrentamentos contra as forças de repressão do governo. Após perder o apoio dos militares, Jiménez fugiu para a República Dominicana, encerrando dez anos de governo ditatorial e inaugurando um período a que Gilberto Maringoni descreve como a “mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano” (MARINGONI, 2004. p. 104). Assim, três partidos políticos que já mantinham conversas desde o ano anterior passam a reorganizar o sistema político no pós-Jiménez sem, entretanto, comprometer o padrão de acumulação assentado nas oligarquias do petróleo e no processo desenvolvimentista conduzido por esse governo. As conversações entre as forças da AD, do COPEI e da URD resultaram na Era do Pacto de Punto Fijo que só se encerrou com a eleição de Hugo Chávez (SANTOS, 2020 p.71). Assim, Maringoni afirma que:

O Pacto Punto Fijo, de saída, tinha a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado. Na prática, ele se converteria, mais tarde, num acordo entre AD e COPEI e um terceiro partido, de acordo com a sua força eleitoral de momento. O pacto representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja

e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos (MARINGONI, 2009, p. 62)

Natalia Scartezini (2012) afirma que a repressão violenta aos levantes populares durante o período do Pacto de Punto Fijo impediu o nascimento de um movimento de massas genuinamente contestatório. Assim, a AD e o COPEI alternaram-se no poder na Venezuela por cerca de 40 anos mantendo um sistema corrupto, clientelista e repressivo, mas que internacionalmente se projetava como uma ‘democracia’ (SCARTEZINI, 2012). As bases para esse sistema já estavam sendo construídas em 1957, em meio a articulações de vários setores sociais para derrubar Pérez Jiménez. Após sua queda e a vitória da oposição, os principais segmentos da Junta Patriótica excluíram partidos e movimentos considerados de ‘esquerda’ de determinados setores considerando que seriam inadequados a uma boa imagem da Venezuela no exterior, em especial em relação aos Estados Unidos, uma vez que não eram vistos como parceiros confiáveis para o futuro governo que seria implementado (VALENTE, 2013).

Nesse contexto de repressão e de expurgo dessa ‘esquerda’, as lideranças mais conservadoras passaram a enxergar alguns setores militares de baixo escalão, movimentos sindicais e, especialmente, o Partido Comunista da Venezuela como forças opositoras para a manutenção de seus espaços de poder. Isso se deu em um contexto em que a AD, o COPEI e setores empresariais acreditavam que era essencial manter boas relações com os Estados Unidos e, portanto, era necessário dar sinais favoráveis a Washington em meio a Guerra Fria. Nesse sentido, o governo estadunidense reforçava seu apoio a estratégia de expurgar partidos, movimentos e indivíduos considerados de ‘esquerda’ do processo político da Venezuela. O vice-presidente Richard Nixon em visita a Caracas ressaltou que o novo governo venezuelano deveria assimilar e disseminar ‘valores americanos’ - isso significava adotar uma postura anticomunista (VALENTE, 2013).

Rômulo Betancourt – que já havia sido presidente da Venezuela entre 1945 e 1948– foi eleito presidente da República no dia 28 de dezembro de 1958 e governou até 1964. O período em que governou o país foi marcado por uma política econômica de substituição de importações, pelo apoio ao capital privado e pela consolidação institucional do Pacto por meio de uma nova Constituição, implementada em 1961 (SCARTEZINI, 2012). Entretanto, Betancourt logo quando eleito foi visto com certa desconfiança por parte do governo dos Estados Unidos iniciando, assim, seu mandato com o desafio de manter a adesão popular e, ao mesmo tempo, a aceitação internacional. Nesse sentido, a Presidência de Bettancourt centrou suas forças na execução de projetos que atendiam aos interesses setoriais de elites econômicas

venezuelanas e estadunidenses, como a adoção de leis que manteriam a propriedade privada e os privilégios dessa mesma classe econômica (VALENTE, 2013).

Além disso, durante sua gestão, Betancourt teve de enfrentar situações de tensão em um mundo bipolar, como a Revolução cubana, a crise dos mísseis, a Baía dos Porcos, e a própria contenção de governos comunistas de países vizinhos que pudessem interferir nos assuntos domésticos venezuelanos. Por conta da relação estabelecida pelos Estados Unidos entre petróleo e contenção do comunismo no sistema interamericano, a Venezuela demonstrava adesão aos interesses estadunidenses, tendo sua maior representação na Doutrina Betancourt que evidenciava a consonância entre objetivos domésticos e internacionais (CALDERA, 2013, p. 33). A partir dessa doutrina, o governo venezuelano passaria a caracterizar os governos latino-americanos considerados de ‘esquerda’ ou aliados aos interesses soviéticos como nocivos à segurança nacional venezuelana e, assim, se aliando aos Estados Unidos para, internamente, combater o comunismo e, externamente, combater a Revolução Cubana. A Doutrina Betancourt, portanto, representou o alinhamento da Venezuela aos Estados Unidos em um período de Guerra Fria e consistia no não reconhecimento de governos considerados autoritários que estavam passando por regimes ditatoriais ao mesmo tempo em que defendia, no âmbito internacional, o respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pela cooperação pacífica entre os países. Paradoxalmente, essa postura adotada pela Venezuela ia de encontro às próprias ditaduras latino-americanas apoiadas por Washington (VALENTE, 2013).

Todavia, é importante notar que foi ainda no governo de Betancourt que a política do petróleo começa a sinalizar uma relativa independência e, assim, são frequentes as pressões pelas grandes empresas estadunidenses e europeias para redução do preço do barril. Essas pressões, por óbvio, passam a desagradar o governo venezuelano e outros países exportadores da *commodity*. Consequentemente, frente a possibilidade da perda de divisas, Betancourt desempenha participação ativa na criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), em 1960, mesmo sobre pressão negativa dos Estados Unidos (VALENTE, 2013).

Logo, Roberto Santana Santos (2020) afirma que a hegemonia de Punto Fijo só foi possível graças à bonança petroleira. Assim, a criação da OPEP em 1960 e a alta dos preços do produto no mercado internacional, especialmente na década de 1970 devido aos dois choques do petróleo (1973 e 1979), permitiram manter a hegemonia de Punto Fijo e possibilitaram que a AD e o COPEI melhorassem, gradualmente, as condições de vida de boa parte da população, ainda que sem redução efetiva da desigualdade nacional. Logo, foi neste período que houve a criação da companhia Petróleo da Venezuela S.A (PDVSA), a estatal petroleira do país que aumentou a participação estatal nos dividendos sem diminuir o controle do capital

estrangeiro. Com um aumento notório do bem-estar das classes médias e altas, o país chegou a ser chamado durante esse governo de “Venezuela Saudita” (VALENTE, 2013, s/p).

Assim, apesar de até o início da década de 1990, com exceção de divergências pontuais, as relações políticas bilaterais com os Estados Unidos terem sido de cooperação sem grandes percalços; a diplomacia do petróleo levou muitas vezes o país a uma posição delicada em relação aos Estados Unidos. Isso se deve a uma entrada de recursos sem precedentes por causa da alta do petróleo em que os preços quadruplicaram após o choque de 1973 e que possibilitou o desenvolvimento de uma política mais independente e pragmática em relação aos Estados Unidos (VALENTE, 2013). Nesse sentido, o presidente Carlos Andrés Perez também intensificou as ações para uma maior influência do país na América Central e no Caribe. Valente (2013) afirma que essa estratégia visava usar o poder da indústria do petróleo para aumentar a ajuda e interdependência econômica entre as regiões, algo muito parecido ao que Hugo Chávez faria algumas décadas depois.

A entrada de divisas também levou à nacionalização de grandes empresas estrangeiras petrolíferas que atuavam no país - na maior reforma do setor desde 1943, o que desagradou o governo dos Estados Unidos. O presidente Andrés Perez comprou subsidiárias de companhias estadunidenses e europeias na Venezuela totalizando um gasto de cerca de US\$ 1 bilhão. Importante notar, entretanto, que a compra foi feita por valores de mercado e, portanto, sem prejuízos financeiros para as grandes multinacionais - ou seja, mesmo com uma política externa relativamente independente e com as nacionalizações feitas por Pérez, as relações com a Venezuela ainda era considerada pelos Estados Unidos como dentro da normalidade e estratégicas uma vez que possuía uma base política de sustentação conservadora que se opunha as ideias revolucionárias da esquerda. Porém, devido a grande dívida externa deixada por Andrés Pérez, a entrada de divisas oriundas do petróleo não era mais suficiente para manter a situação macroeconômica do país estável. Além disso, o grande endividamento fez com que, em 1983, o Banco Central da Venezuela se declarasse insolvente gerando uma crise econômica sem precedentes no país. Ademais, a política externa venezuelana de certa autonomia foi afetada tanto pela crise econômica quanto pela volta do acirramento bipolar da Guerra Fria durante o governo de Ronald Reagan (VALENTE, 2013).

Nesse contexto, com a Crise da Dívida e com a queda dos preços do petróleo no início da década de 1980, a estrutura que mantinha o Pacto de Punto Fijo se deteriorou. Assim, houve a diminuição do fluxo de dólares para o país e a elevação dos juros das dívidas contraídas pelos países periféricos que se atrelavam ao dólar - o que as tornava impagáveis – drenaram os recursos e destruíram as economias periféricas (SANTOS, 2020). Desse modo, com a queda

dos preços do petróleo, a Crise da dívida e as fissuras do Pacto de Punto Fijo, a economia venezuelana entrou em profunda crise marcada por desemprego em massa, inflação alta e aumento do custo de vida.

Já em 1988, o candidato da AD, Carlos Andrés Pérez, foi eleito com a promessa de recuperar a economia venezuelana e tomar medidas nacionalistas - assim como implementara em seu primeiro mandato quando da nacionalização de indústrias e da criação da empresa estatal Petróleos de Venezuela, S.A. Entretanto, após tomar posse, Pérez, ao contrário da sua promessa, instituiu um pacote econômico neoliberal destinado a aumentar os preços da gasolina em 100% durante o primeiro trimestre de 1989, impactando diretamente em questões sociais e econômicas da nação (GOLINGER, 2005). Assim, frente a crise que se instaurava, Carlos Andrés Pérez anuncia a assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em troca de um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões, impõem um pacote liberalizante que incluía a:

[...] desvalorização da moeda nacional, o bolívar, a redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento de preços de gênero de primeira necessidade. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. Na prática, esses reajustes chegaram também a 100%. Nada disso havia sido ventilado durante a campanha (MARINGONI, 2009, p. 70).

Este pacote, que visava garantir os lucros do capital financeiro garantindo que a riqueza no país seria direcionada para a banca internacional, provocou uma piora na realidade social venezuelana. Assim, a década de 1980 foi marcada por uma queda na economia venezuelana, outrora em expansão, e pelo aumento dos níveis de pobreza. A AD e o COPEI perpetuavam-se no domínio sobre a política do país desde a derrubada de Pérez Jiménez em 1958, mas sua popularidade e legitimidade ia aos poucos sendo contestada frente aos crescentes atos de corrupção e suas responsabilidades nas mudanças na distribuição da riqueza petrolífera devido a agenda neoliberal implementada. Desse modo, começou-se a intensificar a desconfiança da população venezuelana em relação ao governo (GOLINGER, 2005).

Desse modo, no dia 27 de fevereiro de 1989 houve manifestações que logo foram crescendo e tomando as ruas de Caracas – e em várias outras cidades da Venezuela – “numa explosão social de raiva e descontentamento, sem pauta ou organização, escancarando a crise do país e a falta de representatividade na política” (SANTOS, 2020 p.75) que ficou conhecido como *Caracazo*.

Fundado e liderado por Hugo Chávez, o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200) se articulou para uma insurgência contra o governo vigente prevista para 4 de fevereiro de 1992. O chamado ‘4F’ visava deter o presidente venezuelano assim que ele retornasse de uma viagem ao exterior e tomar pontos estratégicos da capital e de outras cidades. Entretanto, após horas de combate, a insurreição não conseguiu tomar o poder e Hugo Chávez negociou a rendição. Apesar da derrota, esta ação liderada por Chávez “traduziu uma insatisfação que vinha desde o Caracazo e despertou na população, principalmente nos trabalhadores pobres, a sensação de que alguém os ouvia e tomou uma atitude contra a dramática realidade em que viviam” (SANTOS, 2020 p.76-77) fortalecendo a imagem de Chávez frente ao cenário político venezuelano. Com o aprofundamento da crise na Venezuela com a aplicação do pacote liberalizante do FMI, porém, ocorreram novas insurreições militares, constantes protestos e denúncias de corrupção, o que levou Carlos Andrés Pérez a ser afastado da presidência.

Em 1994, após um breve governo interino, aconteceram novas eleições nas quais Rafael Caldera foi eleito apoiado por uma ampla coalizão anti-neoliberal. Entretanto, após empossado, tomou as mesmas medidas neoliberais do governo Pérez que estavam em consonância com o FMI e com o Banco Mundial. Durante a presidência de Caldera, a crise econômica se agravou, a moeda venezuelana desvalorizou-se, a pobreza aumentou ainda mais e a dívida nacional do país ultrapassou os 23 bilhões de dólares. Caldera também cancelou o processo contra Hugo Chávez e seus compatriotas, por sua participação na rebelião militar de 1992, liberando-os da prisão. Durante os dois anos de prisão, Chávez consolidou seu partido e encontrou apoiadores em outras forças políticas. Em 1997, Chávez decidiu concorrer às eleições com seu movimento, o chamado Movimiento V República (MVR), e se uniu ao La Causa R, ao MAS e a um novo partido considerado de esquerda, chamado Pátria Para Todos (PPT). A partir dessa união, criou-se o Polo Patriótico (PP), uma aliança multipartidária e popular. Nas eleições presidenciais de 1998, Chávez foi um dos candidatos mais populares, em um momento em que AD e COPEI perdiam grande parte de seu apoio no país (GOLINGER, 2005).

O descontentamento da população com a situação econômica do país e com o sistema político fizeram com que houvesse um importante apoio popular para a proposta de campanha chavista de criação de uma Assembleia Nacional Constituinte que condensasse os anseios da população. Desse modo, Chávez prometeu que, se eleito, convocaria um pleito para eleição de deputados constituintes que elaborariam uma nova carta magna que aumentaria “a participação popular nos mecanismos de governo e à soberania nacional, principalmente das riquezas do petróleo” (SANTOS, 2020 p.79). Já no início da sua campanha presidencial em 1998, Chávez foi convidado por um jornalista peruano a visitar Miami, mas seu visto para entrar no país foi

negado sob o argumento de ‘atividade terrorista anterior’ devido à rebelião de 1992. O governo estadunidense emitiria ainda uma declaração pública sobre os motivos da rejeição, mostrando descontentamento com sua candidatura (GOLINGER, 2005).

Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela com mais de 56% dos votos em um contexto de grande descontentamento dos movimentos sociais com a democracia limitada *puntofijista* associada com o neoliberalismo excludente (MORAES, 2010). Essa crise do modelo neoliberal pela qual passava a Venezuela não era isolada, a agenda neoliberal entrava em crise em toda a região. Desse modo, a Venezuela não pode ser vista de forma desconectada da região, mas dentro de um contexto regional e internacional que afetaram os rumos de sua Política Externa frente a uma crise de paradigma (OLIVEIRA, 2011). Importante notar também, uma peculiaridade do contexto do país, pois, enquanto grande parte dos países latino-americanos que estavam saindo de regimes ditatoriais no final da década de 1980 e buscando a consolidação da democracia representativa, a Venezuela já havia saído de um período ditatorial em 1958 e estava passando por uma crise da democracia representativa com uma grande parcela da população questionando esse modelo democrático restrito e reivindicando o aprofundamento da democracia (MENDES, 2006). Além disso, este também era um período de fim da bipolaridade que impunham novos desafios para a liderança unipolar estadunidense e sua relação com a América Latina.

Desse modo, Chávez se elegeu com uma postura nacionalista, crítica ao neoliberalismo e com apoio de forças de esquerda (SANTOS, 2020). Entretanto, em seus primeiros atos como presidente da República, Chávez evitou entrar em divergências com as forças de oposição e com as elites empresariais do país. Suas primeiras ações como presidente foram tomadas mais fortemente no campo político, enquanto as mudanças econômicas se deram de forma mais gradativa.

Antes de sua cerimônia de posse em 2 de fevereiro de 1999, o presidente havia planejado uma viagem à Espanha, Itália, França, Alemanha, Canadá, Cuba, Estados Unidos e República Dominicana. Entretanto, durante sua reunião na Espanha recebeu um telefonema do Departamento de Estado propondo que Chávez cancelasse sua visita a Cuba antes de viajar aos Estados Unidos, pois não seria prudente se encontrar com o presidente Fidel Castro em Cuba antes de chegar à Casa Branca – ameaçando ainda cancelar a visita a Washington se Chávez não aceitasse a proposta. Todavia, Chávez informou que não tinha intenção de cancelar sua visita a Cuba. Consequentemente, quando o presidente venezuelano chegou a Washington foi recebido informalmente em uma reunião não oficial que durou aproximadamente quinze minutos e não foi anunciada (GOLINGER, 2005).

Percebe-se que Chávez já era visto com certa desconfiança pelos EUA. Apesar disso, não construiu, inicialmente, uma orientação externa totalmente diferente da dos governos anteriores. Rafael Duarte Villa (2004, 2007) argumenta que as relações dos dois países durante o governo de Bill Clinton foram caracterizadas pelo pragmatismo e cautela e deu ênfase a diplomacia presidencial. Assim, no primeiro momento, Chávez não rejeitava as relações com os EUA. Na realidade, estreitar as relações comerciais com o governo estadunidense era, naquele momento, visto como uma estratégia para reverter a queda de entrada de divisas e obter recursos para a execução de seus projetos de reformas internas e programas sociais a partir do aumento das exportações de petróleo para seu maior mercado consumidor. Estas relações, entretanto, para Chávez não seria pautada em uma subserviência e um alinhamento incondicional como foi feito por alguns governos anteriores (VALENTE, 2013). Em carta ao presidente Clinton, Chávez afirma:

Nossos governos compartilham interesses comuns, assim como nosso povo. Certamente compartilhamos o desejo de uma democracia sólida e vibrante, tal como idealizada e praticada por homens como Abraham Lincoln e Simon Bolívar. [...] Sr. Presidente, nosso país está aberto a todos os tipos de iniciativas estadunidenses, tanto privada quanto pública, para promover o desenvolvimento mútuo de nossos países. Da mesma forma, partilho plenamente da firme intenção de combater o narcotráfico e todos os crimes relacionados com essa doença (CHÁVEZ, 1999, s/p, tradução nossa).<sup>17</sup>

Nesse sentido, pode-se perceber uma ruptura mais visível e imediata em relação às políticas implementadas pelos governos venezuelanos dos anos 1980 e 1990 e de seus projetos neoliberais. Ao mesmo tempo, também se nota uma semelhança, no primeiro momento, com as políticas implantadas no país entre os anos 1960 e 1970. Ou seja, a busca de articulação com a OPEP, uma postura diplomática mais autônoma, ainda que não antagônica aos Estados Unidos, e ênfase nas relações com os vizinhos sul-americanos - medidas estas que faziam parte das agendas de vários governos de Punto Fijo, apesar de motivações diferentes e em conjunturas distintas (VALENTE, 2013).

O que se percebe é que, durante o primeiro ano do governo de Chávez, as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela foram relativamente calmas; entretanto, em dezembro desse primeiro ano houve fortes chuvas na Venezuela deixando milhares de desabrigados. Nesse

---

<sup>17</sup> Our governments share common interests, as do our people. We certainly share the desire for a solid and vibrant democracy, the kind envisioned and practiced by men such as Abraham Lincoln and Simon Bolívar [...] Mr. President, our country is open to all types of US private and public sector initiatives to advance our countries' mutual development. Likewise, I fully share the firm intention to fight drug trafficking and all crimes related to that disease.

contexto, muitas nações ofereceram assistência internacional inclusive os Estados Unidos que enviaram navios e helicópteros. O recebimento destes, no entanto, foi negado por Chávez por receio de maior ingerência estadunidense no país. O governo estadunidense e a oposição nacional à Chávez utilizaram essa situação para criticar o presidente alegando que havia negado ‘ajuda’ em um momento de crise (GOLINGER, 2005).

É válido ressaltar, nesse sentido, o contexto global em que Chávez assumiu a Venezuela. O período era marcado por uma crise sistêmica que colocava em xeque o modelo neoliberal dos anos 1990 e pelo fim da bipolaridade que impunham novos desafios para a liderança estadunidense. Nessa seara, Chávez já passa a ser visto com desconfiança pelos Estados Unidos devido a sua formação e seu histórico revolucionário. Para Chávez, entretanto, era preciso estreitar as relações comerciais com o governo estadunidense, naquele momento visto como uma estratégia para reverter a queda de entrada de divisas e para obter recursos para a execução de seus projetos de reformas internas e de programas sociais a partir do aumento das exportações de petróleo para o mercado consumidor. Ainda assim, estas relações comerciais não seriam pautadas por subserviência ou alinhamento incondicional - como fora feito pelos governos anteriores. Pelo contrário, o discurso de posse do recém-eleito presidente afirmava que a autodeterminação e a independência eram direitos não renunciáveis da Venezuela (VALENTE, 2013).

Fiel à sua proposta, Chávez emitiu um decreto convocando o processo constituinte que se iniciaria com uma consulta popular por meio de referendo para perguntar se a população estaria de acordo com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Com 87% da população a favor da convocação do processo, foram eleitos em julho desse ano os deputados constituintes no qual o Polo Patriótico – frente de partidos que apoiavam o governo – conseguiu 119 das 131 cadeiras. Em dezembro de 1999, o novo texto constitucional foi aprovado por 71% dos votos (SANTOS, 2020).

A nova Constituição de 1999 marca uma refundação institucional e defende uma “democracia participativa e protagonista que vai muito além da desbotada ‘democracia’ representativa liberal” (SANTOS, 2020 p. 80). Reconhecia, pela primeira vez na Venezuela, a proteção ao meio ambiente e aos direitos dos povos indígenas, vistos tradicionalmente apenas como “objeto de piedade e caridade” (AMENTA, 2010, p. 87), que passam a ser representados no parlamento e ter as suas terras protegidas por lei. Além disso, reconhecia os conselhos populares e as assembleias de vizinhos como entidades políticas de organização do povo e institucionalizava os referendos, em especial o revogatório que possibilitava que a população

propusesse uma consulta para retirar, no meio do mandato, um governante eleito (SANTOS, 2020).

Assim, na primeira fase de seu governo, de 1999 a 2006, sem romper com a democracia representativa, passou a ser introduzido mecanismos de democracia direta, rumo a um modelo de democracia participativa. Dessa forma, o governo, a partir do seu projeto de ‘democracia participativa e protagônica’, buscava ampliar a democracia representativa incluindo mecanismos de democracia direta, tais como plebiscitos, referendos, conselhos populares, entre outros. No ano seguinte à promulgação da nova Constituição, foram convocadas novas eleições para todos os cargos eletivos no qual Chávez novamente se candidatou e venceu com 59% dos votos (uma margem maior que nas eleições de 1998), estabelecendo então seu primeiro mandato de seis anos sob a nova constituição. Assim, após sua posse para o novo mandato, o presidente lançou um programa de governo intitulado *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*<sup>18</sup> pautando as diretrizes do projeto de Estado chavista (SCHEID, 2019).

Chávez também realizou mudanças no setor petrolero. O petróleo não é apenas uma importante arma geopolítica, mas o impulsionador das estratégias de cooperação e integração política regional da Venezuela. Desse modo, é fundamental compreender as transformações no setor petrolero realizadas por Chávez. A nova Constituição buscou retomar o crescimento do setor petrolero e garantir uma maior participação do Estado garantindo do direito estatal sobre a atividade petrolera garantindo assim não um papel coadjuvante como havia acontecido com a nacionalização do petróleo no período anterior, mas um papel central na regulação do setor (OLIVEIRA, 2011).

As primeiras mudanças econômicas aprovadas por Chávez visavam incidir de maneira mais direta na desigual sociedade venezuelana, o que levou a aprovação de novas leis que reestruturavam todos os setores da economia (SANTOS, 2020). Nesse sentido, foram aprovadas 49 Leis Habilitantes. As três Leis Habilitantes que causaram mais polêmicas foram a Lei das Terras, que possibilitava a reforma agrária em terras consideradas improdutivas; a Lei da Pesca, que favorecia os pescadores artesanais em detrimento da grande indústria; e a Lei dos Hidrocarbonetos, que possibilitaria o efetivo controle do Estado no setor do petróleo (SCHEID,

---

<sup>18</sup> O documento dava as diretrizes gerais do projeto de Estado chavista, visando a construção do Socialismo do Século XXI, através das seguintes diretrizes: a refundação da Nação Venezuelana e a centralidade do pensamento de Simón Bolívar; a construção de uma estrutura social inclusiva; o reforço da independência, da liberdade e do poder do indivíduo; a eliminação da divisão social do trabalho, da sua estrutura hierárquica e da produção de riqueza subordinada à reprodução do capital; a promoção de um desenvolvimento territorial descentralizado; o petróleo como elemento central para consolidação do Modelo Produtivo Socialista e a construção de um mundo multipolar quebrando a hegemonia unipolar.

2019). Dessa forma, o avanço das medidas populares do governo Chávez desagradava as elites venezuelanas e as forças representantes do capitalismo estadunidense, uma vez que as Leis Habilitantes afrontavam diretamente os lucros e as propriedades da burguesia venezuelana e do capital estrangeiro (SANTOS, 2020). A aprovação dessas leis também tornou a oposição estadunidense em relação ao governo venezuelano ainda mais clara, pois, segundo Dona Hrinak – então embaixadora dos EUA em Caracas – Chávez havia transcendido sua autoridade ao aprovar as Leis Habilitantes, além de considerar a Lei de Terras um ataque à propriedade privada (GOLINGER, 2005). O uso dos recursos oriundos das exportações de petróleo para projetos de inclusão social desagradou a oposição e a nova Constituição, despertou a atenção dos EUA e também das forças conservadoras venezuelanas.

Desse modo, em resposta a aprovação destas leis, a oposição chavista convocou, por parte da Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Produccion (Fedecameras), uma série de manifestações contra o governo. Nesse sentido, o presidente da Fedecameras, Pedro Carmona, exigia a anulação imediata das 49 Leis Habilitantes aprovadas. Neste contexto, vale destacar também a disputa dentro da estatal petrolífera PDVSA que, frente a reestruturação neoliberal na década de 1990 que ganhara independência frente ao Estado, voltava a ser conduzida por entidades estatais a partir da Constituição de 1999 e com a aprovação das Leis Habilitantes. Consequentemente, uma vez que o Estado passa a controlar a empresa, os executivos ligados aos partidos políticos e com fortes vinculações com subsidiárias estrangeiras, principalmente dos EUA, tiveram seus benefícios excluídos (SALGADO, 2021).

Ademais, também houve oposição ao fortalecimento da OPEP, que buscava controlar a produção de petróleo, uma vez que a oposição venezuelana é composta de parte da burguesia atrelada diretamente ao capital internacional e, portanto, apoiavam uma maior abertura para o capital estrangeiro e o afastamento das políticas da OPEP (SALGADO, 2021). Vale lembrar que, na década de 1990, a OPEP estava relativamente enfraquecida, com o petróleo sendo vendido por cerca de US\$ 8 o barril. Em junho de 2000, a Venezuela foi eleita presidente da Organização e passou a adotar uma série de medidas para controlar a produção e para contribuir para elevação dos preços do petróleo que chegou a cerca de US\$ 30 o barril. Assim, Hugo Chávez decidiu realizar uma viagem internacional para visitar os países membros, incluindo o Iraque, tornando-se, assim, o primeiro chefe de Estado eleito democraticamente a visitar o Iraque e seu líder, Saddam Hussein, desde a primeira Guerra do Golfo em 1990. Tais ações desagradaram o Departamento de Estado que ameaçou o governo venezuelano, sob o argumento de que a visita violava as sanções políticas das Nações Unidas (GOLINGER, 2005).

Além de afetar os interesses materiais da elite venezuelana, a maior intervenção estatal no petróleo, também gerou descontentamento por parte dos Estados Unidos – na época, um dos maiores consumidores do petróleo venezuelano. Nesse sentido, é necessário ter em vista que o fortalecimento do Estado não se enquadra no neoliberalismo defendido pelos EUA, uma vez que um regime de livre mercado seria o mais apropriado para a defesa e a manutenção dos interesses estadunidenses na Venezuela e na América Latina. Assim, além da intervenção estatal no petróleo venezuelano, os programas sociais promovidos por Chávez foram caracterizados pelo governo estadunidense como populistas e retóricos (SALGADO, 2021).

Em abril de 2001, durante a Cúpula das Américas realizada em Québec, Chávez manifestou sua oposição ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), bloco comercial hemisférico proposto pelos Estados Unidos que visava criar a maior área de livre comércio do mundo abrangendo 34 nações do Hemisfério Ocidental e incluindo 800 milhões de pessoas. Sua oposição colocava em risco a possibilidade de que o acordo proposto fosse aprovado e implementado, aumentando assim a divergência entre os dois países. Além disso, em outubro de 2001, Chávez publicamente se opôs ao bombardeio estadunidense ao Afeganistão, lançado dentro da ‘guerra ao terror’ declarada por George W. Bush, argumentando que não se podia combater terror com mais terror (GOLINGER, 2005). Como consequência do posicionamento de Chávez, no final de 2001, Washington enviou um alto funcionário do Departamento de Estado a Caracas com o objetivo de avisar que Washington faria represália caso a Venezuela não se alinhasse com a campanha estadunidense para restabelecer sua hegemonia global. Chávez rejeitaria as ameaças, o que aumentou ainda mais a polarização das relações Estados Unidos-Venezuela (PETRAS, VELTMEYER, 2014).

Nesse contexto, percebe-se que as relações EUA-Venezuela haviam mudado e que o novo governo venezuelano não iria ser subserviente aos interesses dos Estados Unidos. Assim, foi por volta desse período que o NED quadruplicou seu financiamento na Venezuela e a oposição começou a crescer agressivamente. Em setembro de 2001, a Embaixada dos Estados Unidos em Caracas começou a enviar sinais a Washington sobre a possibilidade de uma mudança de governo na qual Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras, ocupasse a cadeira presidencial já que era considerado um líder empresarial "de grande prestígio e influência que tem consistentemente desempenhado um papel fundamental na promoção dos interesses comerciais dos Estados Unidos na Venezuela" (GOLINGER, 2005, p. 55).

Esse conjunto de medidas, em especial a aprovação das Leis Habilitantes, desencadeou uma articulação oposicionista que culminou com um golpe de Estado de 11 de abril de 2002 que contou com o apoio dos meios de comunicação e com a participação estadunidense por

meio de financiamento de grupos políticos e ONG's venezuelanas (GOLINGER, 2005). Em resposta ao golpe, a base de apoio de Chávez se concentrou ao redor do Palácio Miraflores onde houve um confronto entre as forças e que resultou em grande número de feridos e mortos. A cobertura da mídia responsabilizou os manifestantes chavistas pelos disparos e pelas mortes ocorridas. Assim, Hugo Chávez foi detido e recolhido no Forte Tiuna, área metropolitana de Caracas (SALGADO, 2021).

Pedro Carmona se tornaria o presidente interino até a chegada das próximas eleições. Entretanto, assim que assumiu a presidência, Carmona mostrou o caráter autoritário do seu governo a partir da suspensão da Constituição de 1999, além de dissolver poderes públicos como a Assembleia Nacional e Supremo Tribunal de Justiça. O governo estadunidense reconheceu o governo Carmona e, buscando justificar a mudança de governo venezuelano, estavam empenhados em convencer a opinião pública de que Chávez havia instigado a violência justificando, assim, sua prisão. Além disso, também passaram a pressionar outras nações da região a reconhecer o governo de Carmona como legítimo. As outras nações não apenas se recusaram a aceitar a pressão dos Estados Unidos, mas decidiram emitir um comunicado condenando a derrubada ilegal do presidente Chávez. Os manifestantes a favor de Chávez pressionaram, por fim, pela volta do presidente eleito - restaurado no poder após 48 horas (GOLINGER, 2005).

Percebe-se, portanto, que o fracasso da manutenção do golpe “mostrou que as condições objetivas em que se encontravam as lutas sociais na Venezuela já não permitiram as quarteladas que marcaram a história latino-americana durante o século XX” (SALGADO, 2021, p. 82). Seria necessário, assim, buscar alternativas para os EUA e para os grupos opositores à Chávez para recuperarem o poder político no país. Desse modo, no dia 2 de dezembro de 2002, foi organizada uma paralisação nacional que durou 63 dias. A principal empresa a aderir à manifestação foi a PDVSA – a qual ainda contava em seus quadros com dirigentes e executivos contrários ao governo Chávez – que paralisou a produção de petróleo do país, gerando uma grande queda na atividade econômica da Venezuela (SALGADO, 2021). Esse locaute ficou conhecido como *Paro Petrolero* e se configura como um dos momentos mais importantes do governo de Chávez.

Ainda, logo após fracasso do golpe, o Departamento de Estado nos EUA canalizou US\$ 1 milhão em ‘fundos especiais para a Venezuela’ para o NED e distribuiu fundos adicionais aos mesmos grupos que haviam sido protagonistas do golpe contra o presidente Chávez. O fracasso do golpe repercutiu desagradavelmente no governo dos Estados Unidos. Ficava claro que era preciso ter uma nova estratégia que se adaptasse às circunstâncias peculiares venezuelanas

daquela nação. Assim, alguns meses após o golpe, o Departamento de Estado instaurou um Escritório de Iniciativas de Transição (OTI)<sup>19</sup> da USAID na Venezuela (GOLINGER, 2005).

Corroborando com essa afirmativa, Tiago Salgado (2021) afirma que a instalação do OTI vinculado à USAID visava ser uma alternativa para derrubar o governo Chávez e instaurar na Venezuela um governo simpático ao neoliberalismo e aos negócios do capital estadunidense. Esse escritório tinha como objetivo promover um auxílio político a países que supostamente estão passando por um período de transição política e por uma crise social e/ou econômica. Dessa forma, o OTI/USAID passaram a atuar juntamente com grupos opositoristas como ONGs e partidos políticos com o intuito de desestabilizar o governo chavista, utilizando como argumento um discurso em defesa de valores democráticos (SALGADO, 2021).

Percebe-se então que a estratégia – formulada pelo NED – era penetrar e organizar as forças opositoras ao governo chavista composta pelos partidos tradicionais, historicamente alinhados aos interesses dos EUA. Para tanto, os Estados Unidos financiaram sindicatos, ONGs, associações empresariais e partidos políticos que visavam defender a ‘democracia’ na Venezuela. (SALGADO, 2021). Os investimentos na Venezuela somavam mais de 20 milhões de dólares para fomentar os conflitos e a instabilidade e, assim, enfraquecer o governo Chávez (GOLINGER, 2005).

De fato, o NED estava presente na Venezuela, embora em menor escala, desde o final dos anos 1980 quando começou a financiar o CTV; no entanto, de 2000 a 2001, o orçamento do NED na Venezuela quadruplicou e os fundos começaram a fluir para organizações grandes e pequenas que compartilhavam uma característica comum: a antipatia pública pelo presidente Chávez. Dos mais de \$ 877.000 que o NED doou à Venezuela em 2001 para ‘promover a democracia’, muitos dos destinatários do dinheiro incluíam organizações venezuelanas que receberam doações diretas do NED sem qualquer intermediário. Numerosas outras organizações receberam financiamento através das quatro principais instituições do NED, nomeadamente IRI, NDI, CIPE e o Solidarity Center (ACILS) (GOLINGER, 2005).

Após a tentativa de golpe, essas instituições locais ligadas aos EUA continuaram operando na Venezuela com financiamento para treinamento de grupos de oposição ao presidente Chávez ao mesmo tempo que buscavam alternativas para desestabilizar seu governo

---

<sup>19</sup> O OTI é um escritório vinculado à USAID criado em 1994 para mobilizar recursos mais rapidamente e com menos burocracias do que outros braços estrangeiros do governo dos EUA. Formalmente, o escritório tem como objetivo apoiar os objetivos da política externa estadunidense ainda que sob o manto da promoção da paz e da democracia. Seu foco central seria o apoio na transição do autoritarismo para a democracia em ‘países frágeis’. O escritório ainda está em atividade e atua em diversos países latino-americanos como: Colômbia, Equador, Honduras, El Salvador e Guatemala.

por meio de ações diretas e com a presença legitimadora da OTI, da USAID e do NED na Venezuela. Assim, uma série de instituições receberam incentivos financeiros e jurídicos dos EUA, voltadas para a defesa dos Direitos Humanos e vinculadas à USAID/OIT como é o caso da Freedom House. Além do aporte financeiro dado para a oposição, também houve uma atuação de caráter pedagógico assumido pelos EUA em relação à Venezuela, visando “treinar e educar a ‘sociedade civil’ venezuelana” como afirmou o embaixador Brownfield (SALGADO, 2021, p. 131). Esse papel de ‘educar’, ‘capacitar’, oferecer assistência técnica, realizar intercâmbios e influenciar a opinião pública nacional e internacionalmente foi, em grande parte, desenvolvido pela Freedom House como será analisado nesta pesquisa.

O que se percebe, então, é a criação da tentativa de um golpe não convencional; ou seja, o objetivo não seria mais promover um golpe militar clássico; mas, sim, uma desestabilização política a partir da adoção de um discurso em defesa dos direitos humanos, da democracia e da liberdade de imprensa que supostamente representava o governo dos Estados Unidos e que faltava ao governo de Chávez. A estratégia, entretanto, apresentava contradições uma vez que condenava os atos do governo e tolerava a violência da oposição (SALGADO, 2021).

Com o fracasso do golpe, a oposição passa utilizar ferramentas constitucionais para retirar Chávez da presidência. Assim, é convocado um plebiscito revogatório para o ano de 2004 do qual Chávez saiu vitorioso com 58,21% dos votos legitimando seu governo e fortalecendo seu projeto político que se traduziu em uma radicalização da sua política externa. Além disso, que a Revolução Bolivariana liderada por Chávez na Venezuela é portadora de uma transformação histórica. Nesse sentido, a preservação do modelo interno está diretamente ligada às condições externas que facilitam sua sobrevivência. Nessa seara, é válido considerar que a vitória sobre a oposição golpista na Venezuela se consolidava no momento em que governos progressistas latinos – apesar das particularidades de cada caso – como Lula no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina assumiam o poder, fato esse que contribuiu para a radicalização bolivariana na Venezuela (DOS SANTOS, 2018).

No plano interno, Chávez aumentou a participação do Estado nas explorações petrolíferas; aprovou uma lei que permite a nacionalização de empresas estratégicas para a soberania nacional; investiu nas Universidades Bolivarianas, nos mercados populares (Mercal) e nas Livrarias do Sul visando melhorar a qualidade de vida da população (SALGADO, 2021). A radicalização de Chávez também pode ser percebida em sua retórica tendo em vista que chegou a se referir ao Presidente dos EUA como “o diabo” e que o país seria o “porta voz do imperialismo” nas Nações Unidas. Além disso, o presidente venezuelano frequentemente denunciava a participação dos EUA no golpe de 2002 e em diversos golpes na América Latina.

O golpe e, as evidências do envolvimento dos EUA nessa ofensiva, é, por muitos autores, considerado o marco entre uma postura mais reservada e cética e uma a postura mais radical em relação aos Estados Unidos na América Latina (OLIVEIRA, 2011). Carlos Romero (2006) afirma que os primeiros anos de governo de Chávez foram marcados por importantes reformas políticas e econômicas com vistas a pôr fim ao modelo político do Pacto de *Punto Fijo* e promover a recuperação econômica do país. Posteriormente, com a aprovação das reformas dos hidrocarbonetos, o golpe fracassado e o paro petrolero, deu-se início a um período mais conturbado que só iria recuperar as suas condições de governabilidade em 2004 com a vitória no Referendo Revogatório. Esses acontecimentos tiveram impacto na Política Externa chavista que se radicalizou em seu discurso anti-imperialista.

A vitória no referendo revogatório de 2004 renovou a legitimidade do presidente permitindo avançar os objetivos de seu projeto político a partir de uma posição mais fortalecida. (LEITE, PEREZ FLORES, 2007). As diretrizes da sua política externa mais ativa estão delimitadas em dois documentos: O Novo Mapa Estratégico de 2004 e nas Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2007-2013 que evidenciam o comprometimento venezuelano em construir um sistema internacional multipolar se aliando a parceiros que seguem os valores anticapitalistas ou anti-hegemônicos defendidos por Chávez e fortalecendo sua participação no mercado petrolífero mundial (KFURI, PÉREZ FLORES, 2009).

O diplomata Stephen G. McFarland, em documento, afirma que após vencer o referendo revogatório, Chávez tem voltado sua atenção para as relações externas para além do Hemisfério Ocidental. A primeira grande incursão foi a viagem do chanceler Jesus Perez ao Irã, Índia e China, seguida pela visita do vice-presidente Rangel à Rússia. Chamando de ‘a jornada missionária anti-imperialista de Chávez’ o diplomata chama atenção para o fato de que nas suas viagens o presidente venezuelano elogiava sua ‘relegitimação’ após referendo, denunciava a conspiração e o imperialismo dos EUA e conclamava a um movimento mundial por democracia popular. Além disso, chama atenção para o apoio de Chávez a Fidel Castro afirmando que a consideração de Chávez por Castro está profundamente enraizada e é improvável que mude no futuro próximo.

Em documento, o diplomata Shapiro afirma que a campanha anti-EUA de Chávez alcançou novos níveis a partir de 29 de fevereiro de 2004. Na ocasião o presidente venezuelano acusou os EUA de apoiar o golpe de abril de 2002 e de financiar terroristas para desestabilizar seu governo. No dia 09 de maio do mesmo ano, no programa Alô Presidente, Chávez voltou a acusar os EUA de interferência em assuntos internos e conspiração para derrubar seu governo.

Além disso, condenou o governo estadunidense pelas violações dos direitos humanos no Iraque afirmando que isso se caracteriza como terrorismo. Nesse sentido, Chávez afirmou que os EUA querem condenar Cuba por supostas violações de direitos humanos, mas ninguém condena Washington por suas violações de direitos humanos no Iraque. Em seu discurso proferido dia 16 de maio de 2004, Chávez afirma que a Revolução Bolivariana entrou em sua fase anti-imperialista.

Nesse sentido, Chávez adotou uma política externa mais autônoma que buscava investir os excedentes dos ingressos do petróleo na luta contra o subdesenvolvimento (BRICEÑO MONZÓN, 2011). Assim, o presidente passa a incorporar uma retórica anti-imperialista (que se acentua ainda mais após a tentativa de golpe de 2002) e buscar uma maior integração com os países latino-americanos e do Sul global com a criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) em 2004 (em contraposição à Área de Livre Comércio das Américas - Alca); a constituição da Petrocaribe em 2005; o ingresso no Mercosul consumado em 2012; além de relações aprofundadas com países como China, Irã, Rússia e Bielorrússia (DOS SANTOS, 2018).

Desse modo, percebe-se que Chávez buscava ampliar a participação venezuelana em foros internacionais na perspectiva de reorientar sua política exterior em direção a uma confrontação com o modelo capitalista propondo uma contraposição: um socialismo do século XXI<sup>20</sup> que se fundamentava em uma estratégia econômica com o Sul global, em especial, com a América Latina (BRICEÑO-MONZÓN, 2011). Nota-se, então, que a política estrangeira de Chávez “está ensinando como se pode prescindir da generosidade extremamente desinteressada dos EUA, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial” (AMENTA, 2010, p. 79). A lógica chavista buscava reproduzir na América do Sul o mesmo que ocorreu na Europa, ou seja, a união dos países para competir com o resto do mundo. Desse modo, os Estados Unidos estariam tentando evitar impactos negativos na sua própria economia e contestação da sua hegemonia regional, uma vez que “uma América do Sul progressista, tirando de si séculos de dominação estrangeira, não seria uma aliada ideal e tolerante como é a indecisa Europa” (AMENTA, 2010, p.79). Além disso, Amenta (2010) argumenta ainda que a Venezuela é o único país da América do Sul onde não há possibilidade dos EUA estabelecerem uma base

---

<sup>20</sup> Segundo a teórica marxista chilena Marta Harnecker (2011), o termo Socialismo do Século XXI foi cunhado por Hugo Chávez para diferenciá-lo do ‘socialismo real’ do século XX na União Soviética e nos países do Leste Europeu. Segundo a autora, a principal lição do projeto chavista é a importância de combinar o socialismo com a democracia, não uma democracia liberal, mas sim uma democracia participativa e direta

militar, apesar das diversas tentativas utilizando-se dos discursos antidrogas, de combate à guerrilha colombiana e das calamidades naturais.

Apesar da chegada de Chávez à presidência na Venezuela não ter representado de pronto a construção de uma orientação externa totalmente diferente da de seus antecessores, é possível identificar que a política externa chavista apresenta inovações no comportamento internacional do país (VALENTE, 2013). Desse modo, embora o discurso fortemente anti-imperialista de Chávez tenha sido mais intenso após a tentativa de golpe de 2002 e após o Paro Petrolero; o presidente desde a sua campanha já se posicionava contra a má distribuição do poder internacional (CICERO, 2016). Assim, o governo chavista entendia que parte da culpa pelo subdesenvolvimento da Venezuela deveria ser imputada às nações poderosas e que a existência de apenas um polo de poder (Estados Unidos) acentuava as assimetrias e gerava um cenário desanimador para os demais Estados, tendo em vista que dessa forma não haveria nenhuma outra opção ao projeto neoliberal e globalizador estadunidense (CLEMENTE, 2022). Portanto, a sua política externa passaria a ser pautada na luta por uma nova ordem mundial. Segundo Chávez:

É necessário lutar contra um mundo unipolar e a favor de uma nova ordem internacional, da qual se fala há décadas, mas que ficou apenas no discurso. Uma política internacional justa, democrática e equilibrada é indispensável. Mas, para isso, devemos contribuir para a criação desse mundo pluripolar<sup>21</sup> (Chávez Frías, 2001, s/p, tradução nossa).

Neste contexto, Chávez lança o Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación (PNDESN) que determinava as diretrizes gerais na política chavista versando sobre a necessidade de repensar as assimetrias internacionais, fortalecendo a soberania nacional ao mesmo tempo em que buscava promover uma ordem multipolar privilegiando as relações com os países latino-americanos e caribenhos. Esta tentativa de repensar a ordem global e de buscar novas alianças no sistema internacional tinha por objetivo se desvincular do *status quo* operante que configurava a Venezuela como aliada praticamente incondicional dos EUA. Assim, a partir da tentativa de fortalecer seu protagonismo energético internacionalmente e de promover estratégias para uma integração latino-americana, Chávez visava fugir da ‘tutela’ estadunidense no país e na região (CLEMENTE, 2022) uma vez que entendia que, para fazer frente a

---

<sup>21</sup> Texto na língua original: Hay que luchar contra un mundo unipolar y a favor de un nuevo orden internacional del que se viene hablando desde hace ya décadas, pero que se ha quedado en el discurso. Una política internacional justa, democrática, equilibrada resulta indispensable. Pero para lograrlo hay que contribuir a la creación de ese mundo pluripolar

hegemonia dos Estados Unidos, era necessário uma América Latina unida - tanto fisicamente quanto politicamente. Nesse sentido, fugir do domínio estadunidense significava também fugir das instituições financeiras permeadas por seus interesses que atuam na promoção de uma agenda neoliberal. Desse modo, em oposição ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, foi pensado o Banco del Sur como alternativa para que as reservas dos países do sul fluíssem para o Fondo del Sur (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, por ter o petróleo e seus derivados como principal fonte de exportação e ser um dos principais polos de exportação mundial deste recurso, a Venezuela não desenvolveu suficientemente bases agrícolas e industriais próprias. Como consequência disso, houve uma certa limitação estrutural em efetivar a política externa frente aos Estados Unidos, uma vez que abandonar esse mercado consumidor implicaria “não conseguir as divisas necessárias para a consecução de seus projetos internos e externos, a escassez de produtos importados daquele país, bem como complicações no sistema de refino de petróleo, que se dava nos EUA” (CLEMENTE, 2022, p.62). Assim, tendo em vista essa dependência, Chávez pautou sua política externa em duas estratégias centrais no que tange a este assunto, a saber: o fortalecimento da OPEP e a diversificação de parcerias visando aumentar a abrangência do comércio exterior do país (CLEMENTE, 2022).

Desse modo, a utilização de recursos petrolíferos como dispositivo para projeção política venezuelana não foi uma inovação das políticas chavistas. Entretanto, sua utilização, visando diminuir a dependência da Venezuela do mercado estadunidense e aumentar a sua autonomia a partir do fortalecimento de alianças com polos alternativos como China e Irã, bem como com os países latino-americanos; foi uma política central do governo chavista. Assim, em 2005, Chávez assina o Petrocaribe com a assinatura do Acordo de Cooperação Energética de Chefes de Estado e de Governo do Caribe que tinha como objetivo central “coordenar as políticas públicas energéticas dos países membros e aproveitar os recursos energéticos da Venezuela para resolver as assimetrias no âmbito da integração regional” (BRICEÑO-MONZÓN, 2011, p. 88). Assim, a proposta é que os países da Bacia do Caribe pudessem pagar sua cota de petróleo à Venezuela com carência de 2 anos aceitando o seu pagamento com o fornecimento de bens e serviços, além do governo venezuelano custear o desenvolvimento da infraestrutura energética necessária, estruturar um fundo social para os países do Caribe e construir uma rede de refinarias para processar o petróleo venezuelano em Cuba, na Jamaica, na República Dominicana e na Guiana (BRICEÑO-MONZÓN, 2011).

Como supracitado, além de fortalecer seu protagonismo energético, Chávez também percebia a necessidade de promover uma integração política com a América do Sul. Desse

modo, foi criada em 2004 a Comunidade Sul-Americana de Nações (posteriormente nomeada de UNASUL) como uma alternativa regional a uma integração com a presença dos Estados Unidos, bem como um componente de equilíbrio onde as forças militares convencionais falharam (a exemplo da fronteira Venezuela e Colômbia) (BRICEÑO-MONZÓN, 2011).

Por fim, pôde-se perceber, portanto, que a Venezuela é um dos maiores produtores e exportadores de petróleo e os Estados Unidos um de seus principais compradores. Desse modo, as mudanças promovidas por Chávez visando uma maior autonomia e melhoria da condição de vida da população venezuelana, que havia sido precarizada pelas políticas neoliberais de outrora, não agradou a elite da Venezuela e o governo estadunidense que via a maior intervenção do Estado na PDVSA e na aprovação das Leis Habilitantes como ameaças aos seus interesses materiais e estratégicos. Logo, nota-se que a tentativa de derrubada e de deslegitimação da agenda chavista se deu, principalmente, devido às reformas econômicas promovidas por Chávez em especial no setor petrolífero com a Lei dos Hidrocarbonetos pois afetava diretamente os negócios estadunidenses no país e portanto, seus lucros.

Tendo em vista que as condições para a reprodução do modo de produção capitalista estavam sendo questionadas por Chávez, houve, assim, a tentativa de golpe que acabou fracassando. Esta tentativa de golpe, entretanto, não segue a cartilha de um golpe militar convencional já que busca, por meio da penetração da sociedade civil pautada no discurso de defesa da democracia e dos direitos humanos, desestabilizar o governo chavista. Válido ressaltar que essa estratégia foi colocada em prática através da terceirização da política externa estadunidense que financiou instituições e ONG's para atuar na promoção da democracia – ligada à promoção do neoliberalismo – visando a deposição do presidente eleito democraticamente.

Nota-se, assim, que as velhas táticas tradicionalmente aplicadas, como foi o caso do governo de Hugo Chávez, em que os presidentes latino-americanos eleitos democraticamente e com a proposta de repensar a dependência dos países periféricos em relação aos países capitalistas do centro, são apresentados como antidemocráticos e são alvos de tentativa de golpe e de desestabilização para satisfazer os privilégios e poder econômico dessas classes dominantes e tradicionalmente centrais na política latino-americana.

## 4. FREEDOM HOUSE

O presente capítulo tem por objetivo investigar a composição da Freedom House e seus mecanismos de promoção de democracia; seu financiamento; além de seu contexto de surgimento e sua atuação histórica. Nesse sentido, além de uma revisão de literatura, visando confrontar a teoria com a empiria, mobiliza-se documentos primários para explorar a atuação da organização na América Latina, a composição do seu corpo diretivo e seu financiamento visando compreender se e como a Freedom House se insere como um aparelho privado de hegemonia dos Estados Unidos para atuação externa.

### 4.1 Origens

A Freedom House acredita que os Estados Unidos têm um papel essencial a desempenhar na luta global pela liberdade. Os Estados Unidos têm uma capacidade única e uma obrigação moral de cultivar alianças com nações livres e apoiar os defensores da democracia em contextos autoritários ou de transição (FREEDOM HOUSE, 2023, sp, tradução nossa).<sup>22</sup>

Uma parte da história da Freedom House é a sua relação com o governo dos Estados Unidos. Ao contrário das organizações cuja missão é estritamente definida como a promoção dos direitos humanos, e que muitas vezes adotam uma atitude de confronto com o governo estadunidense, a Freedom House tem tido uma política um pouco diferente que não impede o trabalho cooperativo com agências governamentais para o avanço da ideia democrática. Esta política tem origem nas origens da Freedom House, quando esta trabalhou em cooperação com a administração Roosevelt na preparação dos Estados Unidos para a entrada na guerra contra o fascismo. A Freedom House não considerou a sua relação inadequada, nem considerou inadequadas outras instâncias de cooperação com o governo quando o objectivo era a difusão da liberdade (Leonard Sussman, ex-diretor executivo da Freedom House, 2002 *apud* ZERNDT, 2016, p. 231, tradução nossa).<sup>23</sup>

Várias organizações estadunidenses surgiram durante o final dos anos 1930 e início dos anos 1940 em uma tentativa de reunir apoio para o envolvimento do país na guerra. Duas dessas organizações, a The Committee to Defend America by Aiding the Allies (CDAAA) e a Fight for Freedom (FFF), mais tarde se fundiriam para se tornar a Freedom House (FH) (ZERNDT, 2016).

---

<sup>22</sup> Texto original: Freedom House believes that the United States has an essential part to play in the global struggle for liberty. The US has a unique capacity and a moral obligation to cultivate alliances with free nations and lend support to democracy advocates in authoritarian or transitional settings.

<sup>23</sup> Texto original: A part of the Freedom House story is its relationship with the government of the United States. Unlike organizations whose mission is narrowly defined as the promotion of human rights, and who often adopt a confrontational attitude to the American government, Freedom House has had a somewhat different policy that does not preclude working cooperatively with government agencies towards the advancement of the democratic idea. This policy stems from Freedom House's origins, when it worked cooperatively with the Roosevelt administration in preparing the United States for entry in the war against fascism. Freedom House did not consider its relationship as inappropriate, nor did it regard other instances of cooperation with the government as inappropriate when the objective was the spread of freedom.

Um dos primeiros grupos a promover ajuda às forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial foi o Non-Partisan Committee for Peace through the Revision of the Neutrality Law, um grupo de *lobby*, chefiado pelo editor do *Emporia Gazette* - o republicano William Allen White - que visava apoiar o movimento de Franklin D. Roosevelt para fornecer ajuda aos Aliados. Posteriormente, o grupo formou o Committee to Defend America by Aiding the Allies (CDAAA) em maio de 1940 para ajudar os Aliados por meio do fornecimento de armas, recursos materiais e apoio diplomático. Esses grupos e organizações partilhavam uma proposta intervencionista e propunham uma resposta ofensiva à propaganda nazista uma vez que compreendiam que um ataque direto aos Estados Unidos era improvável de ocorrer e que a ameaça mais perigosa e realista para o país naquele momento era a propaganda. Nesse sentido, se preocupavam que os nazistas semeassem a discórdia interna, paralisassem os processos governamentais e os esforços de defesa, cortassem a nação de mercados estrangeiros e fontes de matérias-primas e destruíssem a imagem dos Estados Unidos no exterior por meio de propaganda. Assim, esses grupos empreenderam a tarefa de influenciar a opinião pública e pressionar Roosevelt a reagir à ameaça alemã – detidamente, a propaganda (LAURIE, 1996).

O CDAAA, fundado por William Allen White, foi um desses grupos intervencionistas nos Estados Unidos na época. A organização estava "comprometida com o sucesso dos Aliados porque os Estados Unidos e o modo de vida estadunidense estariam gravemente ameaçados por uma vitória do Eixo" (LAURIE, 1996, p. 37, tradução nossa)<sup>24</sup>. Os membros do CDAAA faziam parte da elite política, social e econômica do país; a maioria era protestante, anglo-saxões brancos que possuíam alta educação formal e pertenciam a grupos empresariais. Esses membros posteriormente passariam a ocupar importantes cargos do governo dos Estados Unidos, como o secretário da Guerra, Henry Stimson; o secretário da Marinha, Frank Knox; os ex-governadores de Nova York, Maine, Rhode Island, Nova Jersey, Kansas e Flórida; os presidentes de universidades como Harvard (James B. Conant), Yale (Charles Seymour), Newark (Frank Kingdon) e Carolina do Norte (Frank P. Graham); o bibliotecário do Congresso, Archibald MacLeish; e o rabino Steven Wise (LAURIE, 1996). A organização foi criada com o objetivo de influenciar a opinião pública e, para isso, contavam com editores de jornais como membros (LANGER, GLEASON, 1952).

Robert Sherwood (dramaturgo e propagandista) havia ingressado no CDAAA após um convite do próprio William Allen White. À medida que a Alemanha avançava na Europa, Sherwood sentia que era cada vez mais urgente reunir apoio para a causa dos Aliados e chegou

---

<sup>24</sup> Texto original: "committed to an Allied success because America and the American way of life will be gravely imperiled by an Axis victory".

a criticar a passividade do CDAAA (ALONSO, 2007). Com apoio de White, Sherwood criou um anúncio intitulado “Stop Hitler Now!” (ALONSO, 2007, p.214). Esse anúncio e o artigo que Sherwood havia escrito para o *The New York Times* em julho de 1940 chamou a atenção do presidente Roosevelt. Sherwood seria convidado a integrar o governo e posteriormente escreveria o discurso do presidente para o Dia do Colombo. A partir de então, se tornaria o redator oficial de discursos para a Casa Branca (LAURIE 1996). Após um *lobby* bem-sucedido e a aprovação da Lei Lend-Lease<sup>25</sup>, White passou a discordar dos intervencionistas mais veementes do CDAAA que o criticavam pela sua posição, considerada mais moderada. Herbert Agar – veterano da Primeira Guerra Mundial – criticava abertamente o comitê mais moderado proposto por White afirmando: “Acho que o título menos atraente já criado foi ‘O Comitê para Defender a América ajudando os Aliados. [...] Se o nosso país precisava de ser defendido, porque é que não o defendemos, em vez de pedir aos franceses e aos britânicos que fizessem o trabalho?’” (AGAR s.d, s/p apud OLSON, 2013, p. 189). Assim, White renunciou ao cargo de presidente da organização em 1º de janeiro de 1941 (OLSON, 2013).

Nesse contexto, Agar liderava outro grupo intervencionista, – a Fight for Freedom (FFF), anteriormente chamada de Century Group – que publicou uma declaração chamada ‘A Summons to Speak Out’ (em tradução livre, Uma convenção para falar abertamente) em que defendia um engajamento maior na guerra contra as potências do Eixo (LEVENSTEIN, 1965). Agar defendia que os Estados Unidos declarasse guerra contra a Alemanha (OLSON, 2013). Muitos dos membros do CDAAA, que não concordavam com a posição considerada ‘moderada’ da organização; à medida que a Alemanha nazista avançava, aderiram à FFF junto de figuras influentes politicamente, como os membros da família Rockefeller - Wendell Willkie, Greenville Clark e Lewis Douglas (OLSON, 2013). A organização circulou petições, recrutou editores de jornais locais para apoiar a sua causa, realizou comícios, escreveu cartas para o Congresso e financiou campanhas para incitar maior apoio da população estadunidense em um maior engajamento na guerra (LAURIE, 1996; OLSON, 2013).

Acreditando que a propaganda ainda teria um papel fundamental, mesmo após Pearl Harbor, esses grupos encerraram o debate sobre a extensão do envolvimento dos Estados Unidos na guerra e votaram para ingresso na Freedom House - criando-se, assim, a organização de direitos humanos considerada a mais antiga dos Estados Unidos (KOREY, 1998). O nome

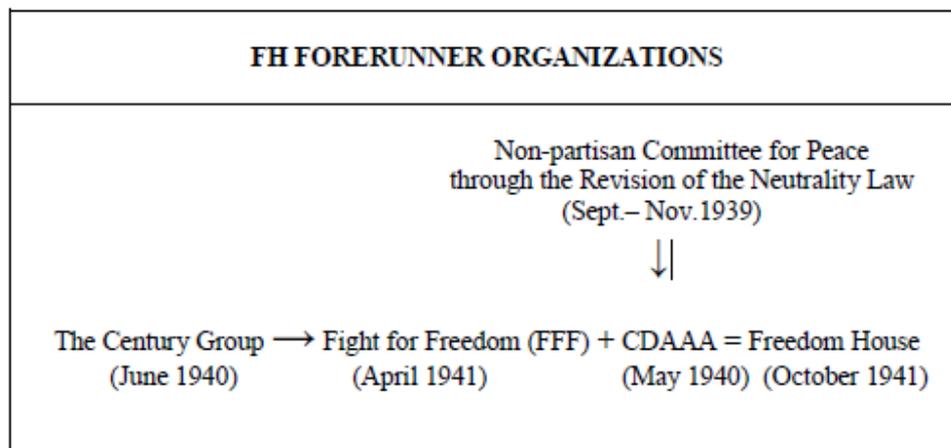
---

<sup>25</sup>Lei aprovada em 11 de março de 1941 que possibilitou aos Estados Unidos emprestar ou arrendar suprimentos de guerra a qualquer nação considerada ‘vital para a defesa dos Estados Unidos’. A lei atendeu à necessidade de suprimentos da Grã-Bretanha e permitiu que os Estados Unidos se preparassem para a guerra, permanecendo oficialmente neutros.

‘Freedom House’ foi concebido como uma resposta ao ‘*Braunes Haus*’ (Casa Marrom) - a sede de Munique do Partido Nazista (BRADLEY, 2015). Herbert Agar tornou-se o primeiro presidente da Freedom House e discursou na inauguração do primeiro edifício da organização junto com Wendell Willkie (LEVENSTEIN, 1965). Posteriormente, Agar se afastou temporariamente da organização para servir como tenente-comandante da Marinha durante a guerra pela qual havia feito campanha (LEVENSTEIN, 1965).

Assim, a Freedom House foi criada a partir da fusão de dois grupos intervencionistas: o CDAAA fundado após a dissolução do Non-partisan Committee for Peace through the Revision of the Neutrality War e a FFF anteriormente chamada de Century Group como foi sistematizado na figura abaixo.

Figura 1 – Organizações precursoras da Freedom House



Fonte: Emily. A Zerndt (2016, p. 76)

Dentro da Freedom House, um dos seus principais funcionários era Archibald MacLeish que ocupou espaços influentes particularmente durante a guerra, influenciando opinião pública no Office of Facts and Figures (OFF)<sup>26</sup> no qual era diretor durante a administração de Roosevelt (ZERNDT, 2016). MacLeish foi contratado pelo diretor educacional da Freedom House à época, William Agar, junto com a ajuda de um grupo de escritores para a escrita de livros, discursos, panfletos, artigos, transmissões e manifestos para consumo público (LEVENSTEIN, 1965). MacLeish desempenhou papel relevante para a organização uma vez que ele trabalhava

<sup>26</sup> A agência tinha como objetivo coordenar as transmissões de rádio nacionais e fornecer aos meios de comunicação informações sobre departamentos governamentais e assuntos de defesa. As funções desempenhadas pela agência foram, posteriormente assumidas pelo Office of War Information (OWI), nome cunhado pelo próprio MacLeish” (LAURIE, 1996).

com técnicas supostamente ‘científicas’ no âmbito da esfera social da opinião pública e que poderiam ser eficazes para a “construção da moral” desse público (STEELE, 1985, p. 94).

Nota-se que as primeiras atividades da Freedom House, bem como de suas organizações antecedentes - CDAAA e FFF; cobriam uma ampla gama de técnicas de propaganda como comícios, petições, discursos, panfletos e transmissões de rádio. Uma das mais bem-sucedidas atividades de propaganda foi o programa de rádio patrocinado pela Freedom House intitulado “Nossa arma secreta – a verdade”<sup>27</sup> (ZERNDT, 2016, p.95). Inspirada nas histórias de detetive com o personagem Nero Wolfe - criado por Rex Stout (membro do Fight for Freedom antes de pertencer à Freedom House) - Sue Taylor White<sup>28</sup> teve a ideia de criar um boletim de rádio durante a guerra no qual fosse possível disseminar as ideias da Freedom House ao público e, como resultado, aumentar o apoio à organização e ao governo dos Estados Unidos (ZERNDT, 2016). Entre agosto de 1942 e outubro de 1943, 62 episódios do programa de rádio de 15 minutos foram ao ar na CBS (DUNNING,1998).

O programa era composto por leituras na íntegra de programas alemães, italianos e japoneses por um locutor que simulava o sotaque de cada um desses países e era seguido pelos comentários de Stout que visam combater as ‘mentiras’ do Eixo e usava uma linguagem inflamatória e sarcástica (DUNNING,1998). O programa tornou-se popular e foi uma das mais bem-sucedidas ferramentas de propaganda da Freedom House (ZERNDT, 2016). Um ano após Pearl Harbor, a revista Newsweek avaliou o programa afirmando que “não há dúvidas sobre o seu sucesso”<sup>29</sup> (MCALEER, 1977, p. 397, tradução nossa).

Em 1953, para promover suas posições nos anos do pós-guerra, o diretor executivo da Freedom House, George Field,<sup>30</sup> e sua equipe começaram a publicar relatórios periódicos chamados de Balance Sheets of Freedom (em tradução livre, ‘balanços da liberdade’). Esses relatórios anuais resumiam os principais eventos internacionais e domésticos do ano anterior dos quais a organização acreditava representar avanços e retrocessos em termos de liberdade global. Ainda que membros do Conselho e mesmo membros da Organização tivessem espaço para opinar nos textos dos relatórios, esses foram em grande parte uma produção interna dominada pela visão pessoal de Field e pelo pouco cientificismo. Assim, esses relatórios não incluíam índices metodologicamente válidos ou classificações numéricas - embora uma

---

<sup>27</sup> Texto original “Our Secret Weapon – The Truth”.

<sup>28</sup> Membro da Freedom House e esposa de Paul White, então diretor da CBS News, emissora que transmitiu o programa proposto por ela.

<sup>29</sup> Texto na língua original: There’s no doubt of its success.

<sup>30</sup> George Field foi Diretor Executivo da Freedom House desde sua criação em outubro de 1941 até 1967. Inicialmente, fazia parte do CDAAA e, posteriormente, ingressou na Freedom House junto com membros do FFF. Field foi responsável pelo estabelecimento do primeiro edifício da Freedom House.

tendência quantitativa seja evidente em suas metáforas como ‘balanço’ para ‘registrar’ ‘débitos’ e ‘créditos’ na liberdade e democracia no mundo (BRADLEY, 2015). O principal foco temático da organização era a necessidade de vigilância contra invasões soviéticas e o estabelecimento de governos aliados à URSS no exterior (BRADLEY, 2015).

Os Balance Sheets foram substituídos em 1973 pelos Comparative Survey – o relatório Freedom in the World – que consiste em um sistema de pontuação numérica. De acordo com um dos seus principais formuladores, Leonard Sussman, esta mudança teve como objetivo tornar as conclusões da Freedom House de natureza mais científica e menos anedótica (ZERNDT, 2016).

Nesse contexto, nota-se que a Freedom House se encaixa em uma lógica de utilização de ferramentas de monitoramento, ranqueamento e mensuração de supostas democracias ao redor do mundo frente ao avanço do nazismo e, ao fim da Segunda Guerra Mundial, ao avanço do socialismo. Importante notar que o conhecimento a partir da quantificação também desempenhou um papel central nos índices de mensuração a partir de uma linguagem supostamente neutra, apartidária e científica. Vale lembrar, nesse sentido, que o estabelecimento do domínio colonial dos países europeus ao sul global se utilizava de dados estatísticos para criar estratégias para legitimação e manutenção dos seus domínios (BUTAH et al., 2018). Em outras palavras, governar por meio de dados, números e estatísticas foi essencial para a formação do Estado Moderno (BOWKER, LEIGH STAR, 1999).

Embora os indicadores tenham sido usados ao longo da história, a prática de dar nota e de classificar os países em termos de ‘liberdade’ ou ‘democracia’ é um fenômeno relativamente novo no contexto da Política Internacional (LÖWENHEIM, 2008). A rápida difusão dessas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) está intrinsecamente ligada aos primeiros anos de seu desenvolvimento - ocorrido na década de 1970. Assim, as mudanças paradigmáticas ocorridas nesse período nos países industrializados do Ocidente capitalista desempenharam um papel fundamental na sua legitimidade como critério de medição do ‘progresso da sociedade’ (GIANNONE, 2009).

A construção do instrumento de medição da Freedom House foi influenciada pelo clima político e ideológico em que foi concebido: ou seja, em consonância com a ascensão, ao longo da década de 1970, de um novo paradigma hegemônico - o neoliberalismo. Desse modo, nesse contexto neoliberal, defende-se uma versão de democracia ligada ao conceito de liberdade individual. A democracia neoliberal resultou na defesa de uma democracia relacionada aos direitos civis e políticos (os direitos de liberdade individual) e no consequente descrédito dos direitos econômicos e sociais que visam reduzir as desigualdades socioeconômicas. Assim, a

democracia passou a coincidir com determinados preceitos de liberdade do indivíduo e a defesa do livre comércio, do livre mercado e da liberdade de iniciativa como os garantidores legítimos das várias liberdades individuais. (GIANNONE, 2010)

Já o surgimento de uma “cultura de indicadores” (MERRY, 2015, p. 9) generalizou o uso de ferramentas quantitativas como parte da formulação de políticas nas Relações Internacionais. Atualmente, diversos indicadores e outras formas de quantificação são produzidos por organizações internacionais e ONG’s e usados para medir, monitorar e classificar países em questões como níveis de democracia, competitividade econômica, corrupção e igualdade de gênero, entre outras categorias (SHORE e WRIGHT, 2015). Assim, a crescente demanda por indicadores gerou uma indústria global de índices e *rankings* visando justificar suas decisões em termos de política externa (MARQUES, 2022).

A estratégia de mensuração é entendida aqui, portanto, como uma ferramenta para legitimar uma certa hierarquia do desenvolvimento - atribuindo a alguns países o rótulo de ‘mais avançados’, outros ‘em desenvolvimento’ ou ‘subdesenvolvidos’; ou seja, uma tentativa de justificar, com a aura supostamente ‘científica’ uma superioridade que, não por acaso, é ocidental. Assim, podemos perceber que instrumentos de mensuração, quantificação e ranqueamento de países fazem parte de uma estrutura de conhecimento instrumentalizados para o funcionamento e a legitimidade de estruturas políticas, econômicas e sociais que fornecem uma justificativa ‘científica’ para a distribuição de poder e a legitimidade do *status quo*. Logo, o desenvolvimento desses instrumentos está ligado à luta pela criação de um aparelho hegemônico porque cria um novo terreno ideológico, leva a uma reforma da consciência e métodos de conhecimento e, na medida em que não são neutros, podem ser utilizados como ferramentas para adquirir e/ou fortalecer tal hegemonia (GIANNONE, 2010).

A convergência de abordagens, harmonização de metodologias e padronização de indicadores têm sido o principal objetivo das instituições internacionais configurando-se como uma espécie de “universalismo ocidental”<sup>31</sup> (GIANNONE, 2009, p. 191, tradução nossa) através do estabelecimento de um modelo único de desenvolvimento e da imposição de uma doutrina político-econômica específica (neoliberalismo). Assim, define-se um conjunto de práticas e diretrizes apenas aparentemente universais, mas que na prática atendem aos interesses dos países desenvolvidos, pois são baseados em conceitos econômicos, políticos, tecnológicos e sociais especificamente ocidentais (HYDER, 2005). Nesse sentido, a adoção desses *rankings* baseados em critérios que levam em consideração aspectos econômicos e procedimentais de

---

<sup>31</sup> Texto na língua original: Western universalism

democracia típicos dos países do norte global e, não por acaso europeus e estadunidense; por exemplo, vincula-se a uma hegemonia ocidental. Nesse sentido, conforme discorre Giannone (2009), ao longo da história, a tecnologia e a riqueza foram as principais medidas utilizadas pela civilização ocidental para demonstrar sua superioridade.

Desse modo, a utilização desses instrumentos de mensuração de democracia é falho por dois motivos: 1) as medições não podem ser importadas e exportadas por todas as nações do mundo, em grande parte devido às diferenças culturais, econômicas e sociais; 2) o modelo de desenvolvimento no qual se baseiam as medições é justamente aquele que contribui e perpetua uma dominação econômica e política e, portanto, a exploração das nações em desenvolvimento pelos mais poderosos (HYDER, 2005). Em outras palavras, esses índices refletem e promovem objetivos de países desenvolvidos, às vezes impactando negativamente os dos países em desenvolvimento (HYDER, 2005). O usuário mais proeminente dos índices de governança no financiamento do ‘desenvolvimento’ do Sul Global tem sido o governo dos Estados Unidos por meio do Millennium Challenge Corporation (MCC)<sup>32</sup> criado em 2004 (ERKKILÄ; PIIRONEN, 2018).

Segundo Luciana Ballestrin (2017), a criação e a proliferação de rankings internacionais para classificação e medição de democracia, liberdade, transparência, corrupção e correlatos é uma manifestação imperialista atual que visa a hierarquização dos espaços, geografias, povos e países. Segundo a autora, esses rankings obedecem e correspondem a uma nova estratégia classificatória que cria índices ideais e ideais de comportamento biopolítico, valorização e valoração de determinadas práticas (BALLESTRIN, 2017). Segundo Sarah Bush (2017), quando a Freedom House lançou sua avaliação anual da liberdade dos países em 1972, as reverberações foram rápidas e os líderes políticos estadunidenses passaram a citar “as classificações regularmente durante as discussões de política externa no Congresso, os jornalistas usavam rotineiramente as classificações para informar sobre os sistemas políticos dos países, citando-os nos principais jornais dos EUA” (BUSH, 2017, p. 711). Membros da Freedom House já foram chamados para testemunhas perante comissões do Congresso sobre assuntos de importância internacional.

---

<sup>32</sup> Em 2002, o presidente George W. Bush propôs o Millennium Challenge Corporation que visava promover políticas que promovessem a liberdade econômica. O MCC foi criado para fornecer financiamento aos países que atendessem os critérios de 16 indicadores abrangendo três critérios de elegibilidade: 1) governar com justiça; 2) investimento nas pessoas; e 3) liberdade econômica. Na América Latina, o MCC já atuou na Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Paraguai. Entre os indicadores usados para selecionar os países elegíveis está o da Freedom House, da Heritage Foundation, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, entre outros.

Além disso, segundo Sarah A. Bush (2017), o uso das classificações do Freedom in the World (FITW) continua frequente nos Estados Unidos. Nesse sentido, é válido destacar que, como visto, o governo estadunidense “os emprega para determinar se os países se qualificam para receber ajuda econômica por meio do Millennium Challenge Corporation, uma iniciativa que distribuiu mais de US\$ 10 bilhões desde 2004” (BUSH, 2017, p. 711). Além disso, o indicador da Freedom House também é utilizado para avaliar os esforços dos países do Norte Global “para promover a democracia no mundo em desenvolvimento” (BUSH, 2017, p. 711). Bush afirma ainda que os índices são utilizados por jornalistas, agências de classificação de risco, fundos de pensão e outras ONGs. O Banco Mundial, por exemplo, usa as classificações da Freedom House como fonte para o seus Indicadores Mundiais de Governança que, por sua vez, são usados pelos doadores para avaliar a eficácia dos programas de ajuda externa.

Segundo Bush, os relatórios da Freedom House “não apenas avaliam a democracia, mas também definem a democracia para certos públicos”<sup>33</sup>. (BUSH, 2017, p. 711, tradução nossa). Os dados da Freedom House, seus conceitos de democracia e tipos de regime são hoje muitas vezes utilizados em pesquisas e em questões que não têm ligação direta com a história das relações exteriores dos Estados Unidos. Assim, aqueles que os utilizam o demonstram pouca consciência das origens dessas categorias e da interpretação histórica nelas incorporada. Essa prática é problemática uma vez que a interpretação da organização, como visto, tende a associar a democracia aos aliados dos Estados Unidos e a sua rejeição aos seus ‘inimigos’ (OREN, 2003).

Além disso, os índices da Freedom House também servem como instrumento de legitimador de intervenções. Tal afirmação pode ser comprovada quando se nota que anualmente o Departamento de Estado submete ao Congresso Nacional relatórios sobre práticas de direitos humanos de países ao redor do mundo que são embasados em dados obtidos a partir de diversas organizações, entre elas, a Freedom House. O Congresso exige que o Departamento de Estado informe sobre direitos humanos no exterior como parte da Lei de Assistência Externa.

Desse modo, percebe-se, portanto, a função que este instrumento de medição da ‘democracia’ no sentido de legitimar ‘cientificamente’ o modelo de democracia (neo)liberal para o qual foi desenvolvido. Com base em metodologia e indicadores específicos, a Freedom House coloca os países em *rankings* de democracia que geram, a nível estrutural, um impacto profundo nas relações internacionais, nas políticas humanitárias, na ajuda ao desenvolvimento e na política externa dos governos (GIANNONE, 2010).

---

<sup>33</sup> O texto na língua original: “not only rate democracy but also define democracy for certain audiences”.

Pesquisadores como Gerardo Munk e Jay Verkuilen (2005) e Philippe Schmitter e Carsten Schneider (2004) enxergam os índices da Freedom House como um indicador “deficiente e distorcido” (SCHMITTER, SCHNEIDER, 2004, p.2). Em sua pesquisa, Nils Steiner (2014) identificou um favorecimento aos países tradicionalmente aliados aos interesses estadunidenses e, portanto, avaliados mais positivamente. Nesse contexto, Andrei Tsygankov e David Parker (2014) mostraram que as avaliações que a Rússia recebe, por exemplo, são moldadas pela política externa dos Estados Unidos. Por este motivo, as avaliações da Freedom House são acusadas de possuir padrão duplo: ou seja, é utilizada para justificar domínio global e produzir um conjunto de ferramentas conceituais – a partir da definição do que é democracia e quem são os países democráticos – que servem para justificar uma hegemonia global ocidental dominada pelos Estados Unidos (TSYGANKOV, PARKER; 2014). Portanto, segundo Ayhan Dolunay (et al, 2017), a Freedom House é um instrumento utilizado pelas autoridades estadunidenses uma vez que defende e apoia os Estados Unidos em termos de sua política externa.

A partir disso, sob o discurso de facilitar o impulso da performance de países avaliados, a Freedom House trabalha, segundo a própria instituição, diretamente para o fortalecimento da sociedade civil no ativismo pela democracia com o objetivo de defender e promover a liderança dos Estados Unidos na disseminação de direitos civis e políticos (FREEDOM HOUSE, 2022). Logo, nota-se que, para além das falhas metodológicas, existem questões políticas e ideológicas que afetam a construção e a estrutura desses instrumentos de mensuração que são diretamente afetadas pelo clima neoliberal em que foram concebidas (GIANNONE, 2010). Percebe-se, portanto, uma instrumentalização dos indicadores e *rankings* pela classe econômica dominante para justificar suas decisões em termos de política externa.

Tais afirmativas podem ser comprovadas quando se observam documentos da biblioteca presidencial de Ronald Reagan publicados pelo jornalista Robert Parry (2015). Neles, podemos observar que tanto a Freedom House como o NED trabalharam junto com especialista em propaganda da CIA na década de 1980. O documento evidencia Leo Cherne - um alto funcionário da Freedom House – repassando um rascunho do relatório feito por Bruce McColm – ‘especialista’ da Freedom House na América Central e no Caribe – sobre El Salvador para o então diretor da CIA, William Casey, para que essa Agência então pudesse verificar os fatos no sentido que a organização faria as correções e mudanças que fossem solicitadas. Leo Cherne afirma no documento:

Estou anexando uma cópia do rascunho do manuscrito de Bruce McColm, especialista residente da Freedom House na América Central e no Caribe. Este manuscrito sobre El Salvador foi o que eu pedi para ser preparado e na pressa de fazê-lo o mais rápido possível, está bastante bruto. Você mencionou que os fatos poderiam ser verificados com precisão meticulosa dentro do governo e isso seria muito útil. [...] Se houver alguma dúvida sobre o manuscrito de McColm, sugiro que quem estiver trabalhando nele entre em contato com Richard Salzmann no Research Institute<sup>34</sup>. Ele é editor-chefe do Instituto e presidente do Comitê de Salvador da Freedom House. Ele garantirá que as correções e mudanças cheguem a Rita Freedman, que também trabalhará com ele. Se houver algum benefício a ser obtido com a vinda de Salzmann a qualquer momento para falar com essa pessoa, ele está disponível para fazê-lo<sup>35</sup> (CHERNE, 1981, s/p, tradução nossa)

Assim, a partir da década de 1970 a concepção de liberdade e democracia da organização também sofreu mudanças específicas. Nesse período, passou-se a adotar uma definição de democracia muito mais procedimental e, em 1981, as considerações mais substantivas, com relação à questões estruturais e sociais, foram retiradas do debate. O Relatório de 1981, em especial, apresentou a ideia de que a interferência do governo em diversas áreas da vida da população estadunidense na tentativa de corrigir a discriminação e desigualdade, é falha e perigosa. Ademais, no relatório fica evidente uma maior preocupação com a promoção da segurança e dos “interesses nacionais dos Estados Unidos” que chegava a mimetizar e, em alguns casos a superar, a defesa da liberdade e a democracia. O foco passaria a ser então a defesa um sistema econômico e militar que pudesse avançar o poder global dos Estados Unidos (ZERNDT, 2016, p. 108).

A partir da década de 1970, com a introdução do Comparative Survey of Freedom, a organização começa a retratar seu trabalho como objetivo e científico. A defesa de uma agenda ideológica sob o disfarce da ciência objetiva é o que tem guiado a atuação da Freedom House atualmente. Seus objetivos tornaram-se entrelaçados não apenas para uma devoção firme aos princípios do livre comércio, mas também para uma justificativa de repúdio e ação contra governos considerados violadores de direitos humanos. Para a Freedom House, este seria o

[..] dilema democrático. Como nação, apoiamos a liberdade humana em um mundo em que muitos governos, incluindo alguns de nossos aliados, violam os direitos humanos. Devemos reconhecer que todos nós, como indivíduos ou como nação, às vezes enfrentamos problemas éticos que exigem que façamos uma escolha entre os males. [Assim] A maneira mais eficaz de promover a liberdade a longo prazo, é

<sup>34</sup> Uma organização da qual Leo Cherne era diretor executivo.

<sup>35</sup> I am enclosing a copy of the draft manuscript by Bruce McColm, Freedom House's resident specialist on Central America and the Caribbean. This manuscript on El Salvador was the one I had urged be prepared and in the haste to do so as rapidly as possible, it is quite rough. You had mentioned that the facts could be checked for meticulous accuracy within the government and this would be very helpful. [...] If there are any questions about the McColm manuscript, I suggest that whomever is working on it contact Richard Salzmann at the Research Institute [an organization where Cherne was executive director]. He is Editor-in-Chief at the Institute and the Chairman of the Freedom House's Salvador Committee. He will make sure that the corrections and changes get to Rita Freedman who will also be working with him. If there is any benefit to be gained from Salzmann's coming down at any point to talk to that person, he is available to do so.

umentar o poder estadunidense em todo o mundo. Isso pode significar, no entanto, que [nós] podemos ter que apoiar um regime parcialmente livre hoje para evitar uma tomada mais totalitária amanhã. Pode ser necessário tolerar violações de direitos humanos de curto prazo para evitar negações irreversíveis de direitos humanos de longo prazo (Annual Report, 1981, p. 9 APUD ZERNDT, 2016, p. 138, tradução nossa).<sup>36</sup>

O discurso da Freedom House nesse período expressa similaridades com a doutrina defendida por Kirpatrick nos anos Reagan que legitimou o apoio estadunidense à ditaduras aliadas de Washington. Pode-se notar também na publicação de março-abril de 1976 da Freedom House, *Freedom at Issue* (o principal jornal da organização), o seu apoio ao papel das instituições de inteligência nas sociedades democráticas. Não apenas todos os artigos apresentados nesta edição defendem as operações secretas por parte dos governos democráticos, como um deles ainda foi escrito por Arthur Lester Jacobs - oficial de alto escalão da CIA (ZERNDT, 2016).

As mudanças que começaram na década de 1970 tornaram-se incorporadas à imagem e à retórica da Freedom House no início dos anos 1980. Várias mudanças importantes se solidificaram em 1981 como uma maior ênfase na segurança nacional e no uso de uma concepção mais procedimental de democracia, ilustrando seu crescente alinhamento com a agenda e os interesses dos formuladores de política externa e de agências de inteligência dos EUA. Além disso, o Relatório Anual de 1981 defendia uma redução na regulamentação governamental da economia e enfatizava princípios do livre mercado - que passaram a ser vistos como pedra angular dos sistemas democráticos (ZERNDT, 2016).

Observa-se que, no início, a organização explicitava sua orientação política e ideológica tendo como objetivo a persuasão por meio da propaganda. Porém, a partir da década de 1970 e, em especial na década de 1980, a Freedom House passou a se apresentar como imparcial, não ideológica, não partidária, não governamental, neutra e científica. Essas mudanças na organização se devem especialmente a dois fatores: a criação do indicador de democracia e o ambiente neoliberal no qual foi concebido; e também à crescente dependência de financiamento de agências do governo dos EUA (ZERNDT, 2016).

Entretanto, essa neutralidade e independência da Freedom House nunca existiu. Em 1982 pode-se observar Cherne – então presidente do comitê executivo da Freedom House – em busca de financiamento para os projetos da organização. Assim, o diretor executivo da Freedom

---

<sup>36</sup> The most effective way to promote freedom in the long run, the Report claimed, is to increase American power cross the globe. This might mean, however, that “[w]e may have to support a partly free regime today to prevent a more totalitarian take-over tomorrow. It may be necessary to abide shortterm violations of human rights in order to avoid long-term, irreversible denials of human rights”.

House – Leonard R. Sussman – envia uma carta a Walter Raymond Jr – um dos principais especialistas em ações secretas da CIA e membro da equipe do Conselho de Segurança Nacional de Reagan – afirmando que a Freedom House era um “um canal de comunicação significativo e único”<sup>37</sup> (RAYMOND JR, 1982, s/p, tradução nossa) uma vez que seus projetos apareciam em jornais, revistas, livros e em emissoras de TV nos Estados Unidos e no exterior. Dessa forma, a organização permanecia como uma maneira eficaz de transmitir a mensagem do governo dos Estados Unidos de maneira que a população fosse facilmente persuadida a aceitar dado que representaria uma fonte aparentemente independente, sem vínculos aparentes com o governo (PARRY, 2015). Além disso, a partir do documento, pode-se perceber a influência que a Freedom House exercia na opinião pública nacional e internacionalmente.

A estratégia de financiar o setor privado para servir em nome dos interesses da política externa estadunidense continuou sendo uma prática recorrente no governo estadunidense. Em 07 de março de 1984, Walt Raymond Jr em documento a Roy Godson afirma que Brian Crozier<sup>38</sup> “está procurando financiamento do setor privado para trabalhar na questão do ‘antiamericanismo’ no exterior. Estou convencido de que é um problema significativo a longo prazo” (RAYMOND, 1984, s/p, tradução nossa)<sup>39</sup>. Em outro documento, Walter Raymond Jr discute a necessidade de gerar o apoio da opinião pública para as políticas dos Estados Unidos na América Central. Segundo a carta:

Vários apoiadores do governo identificaram etapas que consideram importantes para gerar o apoio da opinião pública para nossas políticas na América Central. As várias propostas pedem a criação de uma coalizão bipartidária de cidadãos preocupados para gerar apoio majoritário às políticas do presidente. Isso requer programas informativos detalhados que destaquem desenvolvimentos e realidades na região. [...] Roy Godson e eu discutimos isso e estamos preocupados com o fato de que os esforços empreendidos pelo escritório de Faith tendem a se limitar à pregação aos convertidos. Recomendamos o financiamento via Freedom House ou alguma outra estrutura que tenha credibilidade no centro político (RAYMOND JR, 1983, s/p, tradução nossa).<sup>40</sup>

Essa não seria a única vez que a Freedom House teria sido usada como uma braço da política externa dos Estados Unidos. Em 1982, Raymond Jr. afirma que Bill Casey, em reunião com Dick Scaife, Dave Abshire e outros; estavam debatendo a necessidade de dar apoio “aos

<sup>37</sup> Texto original: it’s a significant, unique channel of communication.

<sup>38</sup> Crozier possui uma longa história de envolvimento com as questões de propaganda da CIA.

<sup>39</sup> Texto original: Cozier is looking for private sector funding to work on the question of “anti-Americanism” overseas. I am persuaded it is a significant long term problem. It is also the king of thing.

<sup>40</sup>Texto original: Several Administration supporters have identified steps, which they believe are important to generating public opinion support for our policies in Central America. The various proposals call for the creation of a bipartisan coalition of concerned citizens to generate majority support for the President’s policies. This requires detailed informational programs, which highlight developments and realities in the region. [...] Roy Godson and I have discussed this and we are concerned that efforts undertaken by Faith’s office tend to be confined to preaching to the converted. We recommended funding via Freedom House or some other structure that has credibility in the political center.

nossos amigos ao redor do mundo” (RAYMOND JR, 1982, s/p, tradução nossa)<sup>41</sup>. Isso incluiria “construir a democracia” – o tema principal do discurso do presidente em Westminster – quanto ajudar a revigorar os programas de mídia internacional”<sup>42</sup> (RAYMOND JR, 1982, s/p, tradução nossa). Uma das preocupações mencionadas na carta também era “fortalecer organizações de informação pública nos Estados Unidos, como a Freedom House” (RAYMOND JR, 1982, s/p, tradução nossa)<sup>43</sup>. Para isso, Raymond Jr. afirma que estariam dispostos a aumentar o financiamento federal e fazer esforços para arrecadar fundos privados.

Posteriormente, a Freedom House se caracterizaria como uma das principais organizações críticas ao governo sandinista da Nicarágua. Além disso, também foi responsável por fazer campanha, propaganda e criar meios de comunicação para as forças antisandinistas. O NED financiava publicações antisandinistas publicadas fora da Nicarágua e a organização que gerenciava a maioria desses programas era a Freedom House, que também estava envolvida com às questões de Relações Públicas dos contrarrevolucionários (os Contras). Além disso, com aproximadamente um milhão de dólares em financiamento do NED, a Freedom House criou uma editora anti-sandinista, um *think-tank* e um jornal acadêmico trimestral em San Jose, Costa Rica, administrado por personalidades e intelectuais proeminentes da elite do país (ROBINSON, 1996).

Importante afirmar que, apesar de mais conhecida pelos seus índices de democracia e liberdade, Tsygankov e Parker (2014) afirmam que esta é apenas uma área de atuação da organização para promover sua própria visão de democracia. Segundo os autores, a organização também atua ‘educando’ o público para influenciar a opinião pública; fazendo *lobby* junto ao Executivo e ao Congresso; e apoiando e financiando grupos de oposição aos Estados considerados como ‘autoritários’. O histórico de atuação da organização na América Latina é vasto, como pode ser observado a seguir.

Em 15 de setembro de 1984, Bruce McColm - do Centro de Estudos sobre Caribe e América Central da Freedom House - enviou a Raymond Jr uma proposta do projeto “The Nicaraguan Papers”, um livro com o intuito de se opor às ideias e práticas sandinistas. Na carta, McColm afirma que os Nicaraguan Papers “estarão prontamente acessíveis ao leitor em geral, aos jornalistas, formadores de opinião, acadêmicos e afins. O livro seria amplamente distribuído

---

<sup>41</sup> Texto original: Discussed the need to get moving in the general area of supporting our friends around the world.

<sup>42</sup> Texto original: By this definition he is including both ‘building democracy’ – the key theme in the President’s Westminster speech – and helping invigorate international media programs.

<sup>43</sup> Texto original: also concerned about strengthening public information organization in the United States such as Freedom House.

a esses setores e tenho certeza de que será extremamente útil”<sup>44</sup> (MCCOLM, 1984, s/p, tradução nossa). Ainda e acordo com a carta, McColm argumenta que os Nicaraguan Papers:

[...] serão uma adição importante à enorme bibliografia sobre a América Central, bem como um antídoto muito necessário para a confusão do público sobre a verdadeira natureza da revolução sandinista. Será marcado e distribuído de forma agressiva, especialmente no mercado de comércio. Os planos de marketing incluem distribuição gratuita para membros do Congresso e funcionários públicos importantes; distribuição de provas antes da publicação para publicidade máxima e revisões oportunas em jornais e revistas de assuntos atuais; coletiva de imprensa na Freedom House em Nova York e no National Press Club em Washington D.C (MCCOLM, 1984, s/p, tradução nossa).<sup>45</sup>

Além do uso da mídia, a observação internacional também tornou-se um instrumento para penetrar e manipular processos eleitorais internacionalmente, obscurecendo a distinção entre observação neutra ou imparcial e a intervenção partidária. Muitos dos grupos de ‘observadores’ que estiveram presentes na Nicarágua durante o período da campanha foram financiados pelo governo dos Estados Unidos. Assim, se tornou possível para os agentes dos Estados Unidos a manipulação do processo eleitoral e da conduta dos observadores. Ou seja, os Estados Unidos se colocavam como o ‘juiz’ do processo eleitoral. Assim, se os sandinistas vencessem as eleições, muitos desses observadores estariam em posição de emitir relatórios questionando os resultados e influenciando a opinião internacional. Entre os grupos financiados pelo governo estadunidense estavam o American Institute for Free Labor Development (AIFLD), o Center For Democratic Consultation (CAD), o NDI e o NRI, e a Freedom House (ROBINSON, 1996).

Robinson (2016) afirma que a Freedom House está intimamente ligada – desde sua criação em 1941 – ao aparato de segurança e inteligência nacional dos EUA. Seus principais oficiais também fazem parte de diversos outros Conselhos de outras redes e instituições de intervenção política como será visto ao longo do trabalho. A organização é especializada em aspectos informativos e de comunicação da intervenção política, como a circulação de literatura de ‘teoria democrática’, financiamento de turnês de palestras internacionais de destinatários do NED em países intervencionados e financiamento de meios de comunicação nos países-alvo

---

<sup>44</sup> Texto original: The Nicaraguan Papers will also be readily accessible to the general reader, the journalist, opinion-maker, the academic and the like. The book would be distributed fairly broadly to these sectors and I am sure will be extremely useful.

<sup>45</sup> Texto original: will be important addition to the massive bibliography on Central America as well as a much needed antidote to the public’s confusion over the true nature of the Sandinista revolution. It will be aggressively marked and distributed, especially in the trade market. Marketing plans include free distribution to members of Congress and key public officials; distribution of galleys in advance of publication for maximum publicity and timely reviews in newspaper and current affairs magazines; press conference at Freedom House in New York and at the National Press Club in Washington D.C.

(ROBINSON, 2016). Isso foi feito no Chile, onde a organização recebeu centenas de milhares de dólares para a editora Editorial Andante de Santiago. O relatório do NED afirma que:

[A] Freedom House apoiará Editora Andante, uma pequena editora de Santiago, na produção de livros que promovam a difusão dos valores democráticos. Esta doação apoiará a redação, edição e publicação de cinco livros que representam uma ampla gama de pontos de vista democráticos no Chile. Escrito por jovens políticos conhecidos, os livros focarão nos melhores métodos para promover um futuro democrático estável para este país (NED Annual Reports, 1987 p, tradução nossa)<sup>46</sup>

O objetivo era que a editora publicasse e distribuisse uma série de documentos sobre questões políticas, sociais e econômicas que o Chile enfrentava (NED, Annual Reports, 1990). A Andante, embora fosse tecnicamente uma editora, funcionou durante todo o período de transição como um instituto de planejamento de políticas e uma central de distribuição de informações para formadores de opinião pública nos meios de comunicação, partidos e grupos cívicos (ROBINSON, 1996). Em 1988, a Freedom House foi financiada em US\$ 95.000 para ajudar a editora Andante na produção de ‘manuais de cidadania’ e outros materiais destinados a “ajudar os cidadãos comuns a entender seus direitos e responsabilidades políticos fundamentais e a incentivar a participação política informada”<sup>47</sup> (NED, Relatório Anual 1988, p. 35, tradução nossa). No ano de 1989, a Freedom House recebeu mais US\$ 45.300 do NED para auxiliar a editora Andante no patrocínio de uma série de fóruns públicos sobre questões-chave relacionadas às eleições presidenciais e parlamentares chilenas de dezembro de 1989 que posteriormente seriam publicadas pela editora e distribuídas por meio de seminários (NED, Relatório Anual, 1989).

A Freedom House também recebeu um financiamento de US\$ 30.000 do NED para “produzir e distribuir dentro de Cuba cópias de escritos de proeminentes ativistas e acadêmicos democráticos da Europa Oriental e Ocidental” (NED, Relatórios Anuais, 1990, p.39). Em uma reunião do conselho da Freedom House em janeiro de 2000, ao discutir as atividades da organização no país, o diretor-executivo afirmou que “provavelmente Castro não tem conhecimento [das atividades da Freedom House] e queremos mantê-lo assim” (BRADLEY, 2015, p.34). Além disso, em 2006 a organização ainda operava no país com um financiamento

---

<sup>46</sup> Texto original: “Freedom House to support Editorial Andante, a small publishing house in Santiago, in the production of books that promote the spread of democratic values. This grant will support the writing, editing and publication of five books representing a wide range of democratic viewpoints in Chile. Written by well-known young politicians, the books will focus on the best methods for promoting a stable democratic future for this country”.

<sup>47</sup> Texto original: to assist ordinary citizens in understanding their fundamental political rights and responsibilities, and to encourage informed political participation.

de US\$ 541.591 para o projeto Iniciativas Estratégicas para a Democracia em Cuba (SIDC)<sup>48</sup>, o cerne do programa era “uma série de treinamentos para o desenvolvimento da democracia e a capacidade de estabelecer vínculos com diferentes setores da sociedade”<sup>49</sup> (FORM 990, 2006, p. 26, tradução nossa).

Ademais, para atuar na América Central, a Freedom House também recebeu US\$ 410.000 (somado os valores de 1985 e 1986) para ajudar a Libro Libre:

Um programa de publicação e distribuição de livros e panfletos localizado na Costa Rica. O esforço centra-se na distribuição de literatura aos dirigentes sindicais, na promoção dos valores democráticos e pluralistas através de conferências e seminários e na relação entre o governo e a sociedade (Relatório Anual do NED, 1985, p. 44, tradução nossa).<sup>50</sup>

O programa Libro Libre envolveria a “publicação de livros e a organização de seminários e palestras com uma perspectiva democrática” (NED Annual Report, 1986, p. 46). O programa era composto por autores, especialistas em direitos humanos, filósofos e ex-presidentes e embaixadores e visava disseminar suas publicações e estabelecer um sistema de distribuição tanto na Costa Rica como no Panamá, El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua (NED Annual Report, 1986). Essa iniciativa faz parte dos programas de Free trade Union institute financiados pelo NED.

Em 1988, a Freedom House recebeu mais um financiamento de US\$ 308.000 para prestar assistência à associação Libro Libre para continuar e expandir “seu programa de difusão do pensamento democrático na América Central” (NED Annual Report, 1987, p. 65). Segundo o relatório anual, em dois anos e meio, graças ao financiamento do FTUI e do NED, a Libro Libre conseguiu aumentar sua taxa de publicação para três a quatro livros por mês sobre tópicos como direitos humanos, filosofia política e história latino-americana. Além disso, o financiamento também teria sido usado para estabelecer, por meio do Libro Libre, um Centro de Pesquisa e Informação da América Central (CINCO) que se dedicará à pesquisa, análise e desenvolvimento de estratégias para promoção de uma democracia estável na América Central (NED Annual Report, 1987). No mesmo ano, a Freedom House ainda recebeu mais US\$ 228.800 em financiamento para ajudar o Libro Libre a divulgar o ‘pensamento democrático’ na América Central por meio de publicação de livros e revistas e da organização de seminários e palestras (NED Annual Report, 1988).

---

<sup>48</sup> Texto original: Strategic Initiatives for Democracy in Cuba.

<sup>49</sup> Texto original: The heart of the program is a series of training for democracy development and capacity to forge links with different sectors of society.

<sup>50</sup> Texto original: book and pamphlet publishing and distribution program located in Costa Rica. The effort focuses on literature distribution aimed at trade union leaders, the promotion of democratic and pluralist values through conferences and seminars, and on the relationship between government and society.

Em 1985, foi estabelecido o programa Enxchanges – programa do Free Trade Union institute – que visava:

Estabelecer vínculos mais estreitos entre os sindicalistas do governo latino-americano e seus homólogos estadunidenses, alinhados ao desenvolvimento de habilidades específicas, educação em valores democráticos e avanço na discussão de problemas políticos interamericanos (Relatório Anual da NED, 1985, p.43, tradução nossa).<sup>51</sup>

A Freedom House recebeu um financiamento de US\$ 175.000 para continuar e expandir o programa Exchange, “uma rede de formadores de opinião democráticos tanto no mundo em desenvolvimento quanto no mundo desenvolvido”<sup>52</sup> (NED Annual Report, 1986, p. 50). Esta rede é composta por mais de 300 indivíduos em mais de 60 países que estão empenhados em ler e usar os artigos incluídos nas correspondências do Exchange e compartilhar com outras pessoas no circuito os melhores textos curtos sobre temas democráticos. Uma Oficina de Democracia foi realizada em outubro de 1986 para participantes latino-americanos e trabalhou objetivos, táticas e ferramentas para fortalecer e promover a disseminação de institutos democráticos na região (NED Annual Report, 1986, p. 50). No mesmo ano, a Freedom House recebeu um financiamento no valor de US\$ 58.560 para ajudar a revista Pensamiento Centroamericano “um jornal de escritos originais de alguns dos mais notáveis autores e pensadores políticos da América Central, a expandir sua circulação na América Central”<sup>53</sup> (NED Annual Report, 1986, p. 47, tradução nossa).

Como pôde ser evidenciado, além dos índices, a Freedom House também vem atuando de maneira a dirigir e formar a opinião pública sobre variados assuntos e, em específico, sobre a ‘democracia’ ao longo dos anos nas sociedades latino-americanas. Entretanto, além dos programas de “educação democrática, bem como na produção e distribuição de editoriais, jornais, livros e revistas, a organização também trabalha diretamente fazendo lobby no Congresso dos Estados Unidos e testemunhando perante autoridades políticas” (BRADLEY, 2015, p.33). Segunda a própria organização (FREEDOM HOUSE, 2010, s/p, tradução nossa):

A equipe da Freedom House testemunhou perante vários comitês do Congresso, incluindo os Comitês de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, a Comissão de Segurança e Cooperação dos EUA na Europa (Comissão de Helsinque) e a Comissão de Direitos Humanos Tom Lantos sobre uma variedade de questões, incluindo direitos humanos na Ásia, Marrocos, Bahrein, a antiga União Soviética. A Freedom House também oferece *briefings* sobre uma ampla variedade de tópicos para membros do Congresso e suas equipes, desde descrições detalhadas de nossas publicações até discussões com acadêmicos e ativistas sobre as questões de liberdade mais urgentes

<sup>51</sup> Texto original: establish closer links between Latin American Government trade unionists and their US counterparts, lined to the development of specific skills, education in democratic values and advancing discussion of Inter-American political problems.

<sup>52</sup> Texto original: a network of democratic opinion-leaders in both de developing and the developed.

<sup>53</sup> Texto original: a journal of original writings of some of the most notable Central American authors and political thinkers, in expanding its circulation in Central America.

do dia. Além disso, a Freedom House é frequentemente consultada para auxiliar com novas legislações e resoluções do Congresso. Mais recentemente, a Freedom House trabalhou de perto nos esforços do Congresso para reescrever a legislação de assistência externa, que não foi revisada em 50 anos. A diretora-executiva da Freedom House, Jennifer Windsor, prestou depoimento sobre o assunto perante o Comitê de Relações Exteriores da Câmara e a equipe da Freedom House liderou uma coalizão de grupos de direitos humanos e democracia engajados nos debates sobre a reforma<sup>54</sup>

A Freedom House sempre teve sua abordagem principal no uso dos meios de comunicação e propaganda para promover sua agenda. Foi financiadora e promotora dos porta-vozes propagandistas de Washington no mundo (GOLINGER, 2014). Como parte do esforço do governo dos Estados Unidos em promover e financiar emissoras de rádio contra Cuba, em 2018, a Freedom House fez uma parceria com a Radio e TV Martí. A Rádio Marti é uma emissora de rádio e televisão estatal estadunidense que começou a transmitir em maio de 1985(MARTÍ, 2018), promovendo conteúdo anti-Cuba. Segundo Tomás Regalado, responsável por operar a Rádio e TV Martí, o projeto ‘Cubano conoce tus derechos’ (Cubano, Conheça Seus Direitos) consistia na emissora criar uma linha para receber denúncias de violação de direitos humanos em Cuba e enviá-las à Freedom House que, por sua vez, divulgaria os relatórios a governos estrangeiros, meios de comunicação e líderes da sociedade civil (US Agency for Global Media, 2018).

Em 2022, a Freedom House premiou um dos fundadores do NED – Carl Gershman – com o *Leadership Award* (Prêmio de liderança) (FREEDOM HOUSE, 2022). Segundo Michael Abramowitz, atual presidente da Freedom House, Gershman foi premiado por ser um “defensor incansável e feroz da liberdade”<sup>55</sup> (ABRAMOWITZ, 2022, s/p, tradução nossa). Além disso, afirmou ainda que, sob a sua liderança, o NED se tornou “um poderoso baluarte de apoio aos defensores dos direitos humanos e outros ativistas que lutam pela liberdade em todo o mundo, e um símbolo do compromisso bipartidário dos EUA com a causa da democracia global”<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Texto original: Freedom House staff has testified before the several Congressional committees, including the House and Senate Foreign Affairs Committees, the U.S. Commission on Security and Cooperation in Europe (Helsinki Commission) and the Tom Lantos Human Rights Commission on a variety of issues including human rights in Asia, Morocco, Bahrain, the former Soviet Union. Freedom House also hosts briefings on a wide variety of topics for Members of Congress and their staffs ranging from detailed descriptions of our publications to discussions with academics and activists on the most pressing freedom issues of the day. Additionally, Freedom House is frequently consulted to assist with new Congressional legislation and resolutions. Most recently, Freedom House has worked closely on Congressional efforts to re-write foreign assistance legislation, which has not been overhauled in 50 years. Freedom House Executive Director Jennifer Windsor delivered testimony on the topic before the full House Foreign Affairs Committee and Freedom House staff has led a coalition of human rights and democracy groups in engaging in the reform debates.

<sup>55</sup> Texto na língua original: an unflagging and fierce defender of freedom

<sup>56</sup> Under his leadership, the National Endowment for Democracy has become a potent bulwark of support for human rights defenders and other activists fighting for freedom all over the world, and a symbol of American’s bipartisan commitment to the cause of global democracy.

(ABRAMOWITZ, 2022, s/p, tradução nossa). Gershman também já foi pesquisador Sênior na Freedom House durante a década de 1980 (GUILHOT, 2005).

Esses são apenas alguns exemplos da atuação da Freedom House tanto em questão de opinião pública como no Congresso. Essa capacidade de atuar de forma mais direta foi possível especialmente após a organização começar a receber mais financiamento do governo federal nas décadas de 1980 e 1990 (BRADLEY, 2015). O orçamento total da organização vem crescendo anualmente e possui como principal contribuidor o governo estadunidense como será analisado abaixo.

#### **4.2 Financiamento: Origem, magnitude e direção**

Entre 1941 e 1967, a Freedom House nunca excedeu um orçamento de \$ 40.000 por ano. Assim, embora as origens políticas da Freedom House e sua forte ligação com a promoção da política externa dos Estados Unidos não possam ser negadas, o escopo de suas atividades e influência foram limitados nesse período devido ao seu pequeno orçamento (ZERNDT, 2016). Entretanto, a partir da década de 1980 a Freedom House passou a receber um financiamento maior do governo federal, aumentando sua capacidade de atuação e influência (BRADLEY, 2015). Esse aumento está diretamente ligado à crescente influência do governo dos Estados Unidos sobre a organização que recebe mais de 90% do seu orçamento do governo estadunidense como será aprofundado nessa seção.

O argumento central que será trabalhado nessa seção da pesquisa se baseia na ideia de que os projetos que a Freedom House empreende são impulsionados pelos objetivos do seu principal contribuinte: a classe dominante estadunidense representada pelo governo federal. Além disso, que os membros do Conselho da Freedom House também fazem parte dessa elite estadunidense e que dirigem a organização a partir dos seus próprios interesses e manutenção dos seus privilégios.

Como mencionado anteriormente, a Freedom House desde sua origem vem atuando como um braço da política externa dos Estados Unidos. Entretanto, sua capacidade de influência às vezes fora limitada por questões financeiras da organização. Como pode ser observado nas tabelas e gráficos abaixo, houve um crescimento nos recursos direcionados à organização, que chegou a US\$ 64.626.506 em 2020 (FORMS 990, 2020), sendo que o governo federal corresponde a 92,9% dessa contribuição. Os dados da tabela abaixo foram extraídos do Forms 990, formulários enviados ao Internal Revenue Service pela Freedom House como uma organização 501(c)(3) isenta de impostos. Nela pode ser observado que do ano 2000 até 2020

houve um aumento no orçamento da Freedom House. Da mesma forma, fica evidente que a maior parte desse orçamento vem do governo, o que coloca em xeque a dita neutralidade e a independência da organização.

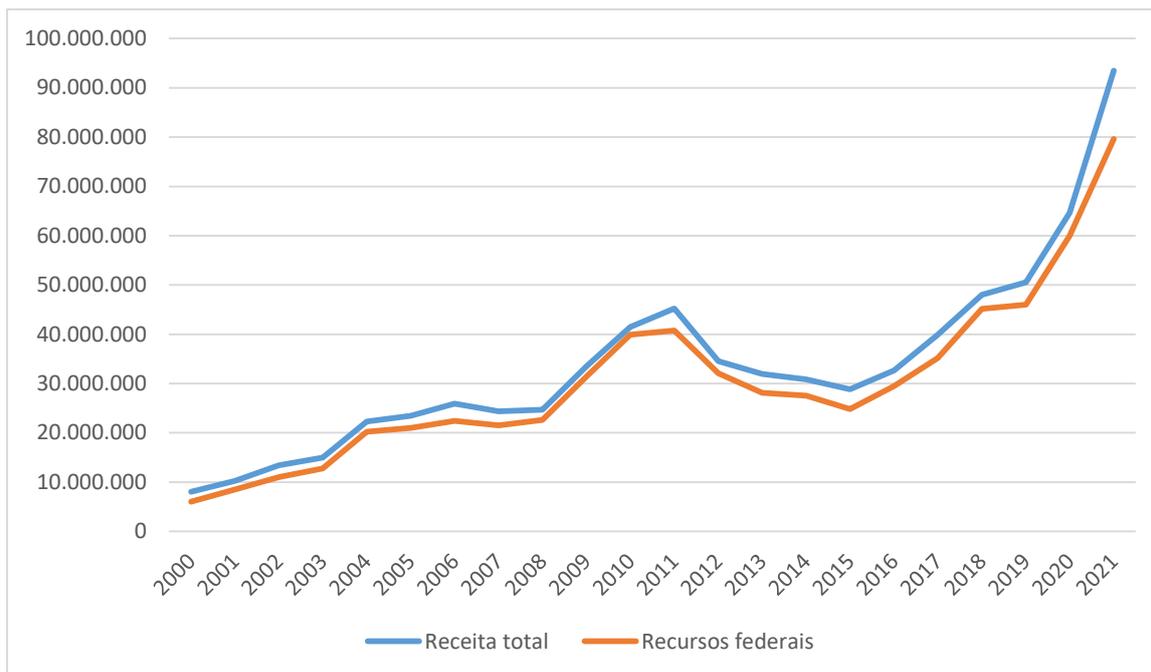
Tabela 1 – Receita da Freedom House (2000-2021)

Ano	Receita total	Recursos federais	Recursos federais em porcentagem
2021	\$ 93,499,518	\$ 7.606.961	85,1%
2020	\$ 64.626.506	\$ 60.010.371	92,8%
2019	\$ 50.524.461	\$ 45.999.197	91 %
2018	\$ 48.017.381	\$ 45.147.366	94%
2017	\$ 39.904.249	\$ 35.206.355	88,2%
2016	\$ 32.650.022	\$ 29.502.776	90,3%
2015	\$ 28.826.975	\$ 24.813.164	86%
2014	\$ 30.856.377	\$ 27.559.822	89,3%
2013	\$ 31.965.126	\$ 28.153.101	88,1%
2012	\$ 34.528.992	\$ 32.077.136	92,9%
2011	\$ 45.249.648	\$ 40.734.566	90,0%
2010	\$ 41.448.447	\$ 39.919.947	96,3%
2009	\$ 33.511.970	\$ 31.406.443	93,7%
2008	\$ 24.694.112	\$ 22. 586.439	91,5%
2007	\$ 24.353.279	\$ 21.485.686	88,2%
2006	\$ 25.910.084	\$ 22.436.883	86,6%
2005	\$ 23.469.504	\$ 20.998.613	89,5%
2004	\$ 22.280.460	\$ 20.248.012	90,9%
2003	\$ 14.960.775	\$ 12.768.691	85,3%
2002	\$ 13.407.800	\$ 11.043.836	82,7%
2001	\$ 10.258.040	\$ 8.470.960	82,6%
2000	\$ 8.030.388	\$ 6.065.672	75,5%

Fonte: Elaboração própria com base em Form 990 (2000-2021)

Como pode ser evidenciado no gráfico abaixo, os recursos federais correspondem a quase totalidade do orçamento da organização. Ou seja, o seu próprio funcionamento está diretamente ligado com o recurso proveniente do governo federal. Dessa forma, podemos depreender que a Freedom House não foi de fato independente, neutra e, portanto, ‘não governamental’ mas sim, uma extensão da política externa dos Estados Unidos.

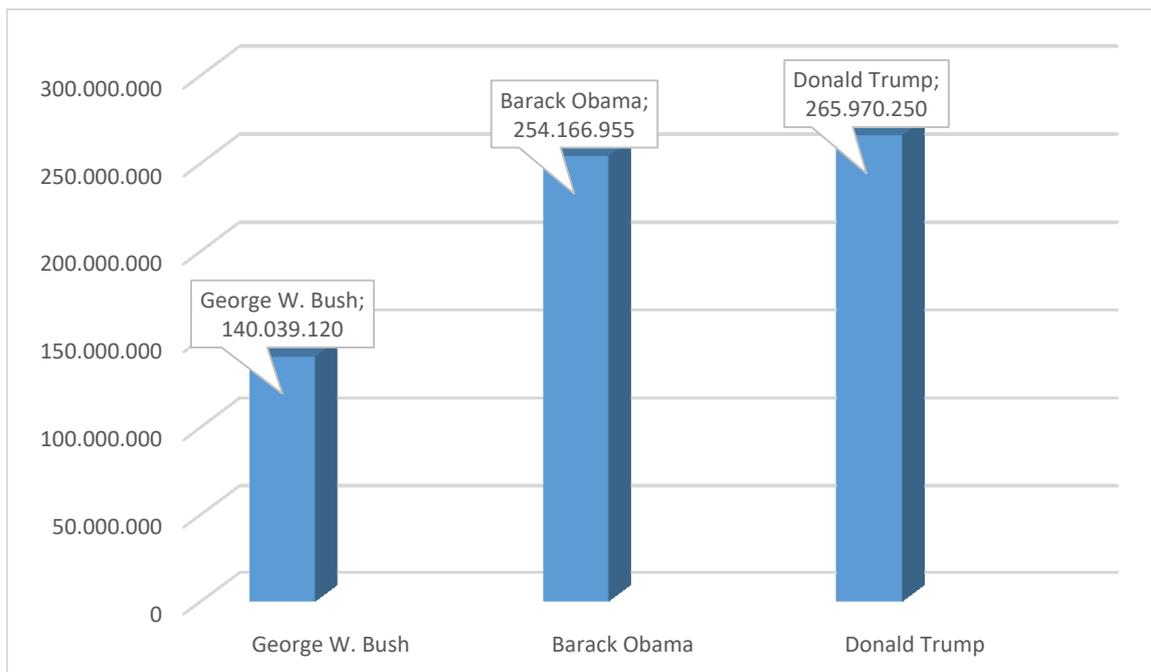
Gráfico 1 – Receita total vs. Recursos Federais recebidos pela Freedom House (2000-2021)



Fonte: Elaboração própria com base em Form 990 (2000-2021)

Observando a tabela e o gráfico acima, percebe-se que os dados abarcam o período de 2000 a 2021 compreendendo as administrações de George W. Bush, Barack Obama e Donald Trump. Nesse sentido, nota-se que houve um aumento dos gastos federais direcionados a Freedom House, especialmente durante a administração de Donald Trump, que, apesar de ter cumprido apenas um mandato, superou o orçamento dos presidentes que o antecederam, como pode ser observado no gráfico abaixo. Este dado revela que a organização tem ganhado cada vez mais importância dentro da ampla estratégia de terceirização da política externa estadunidense.

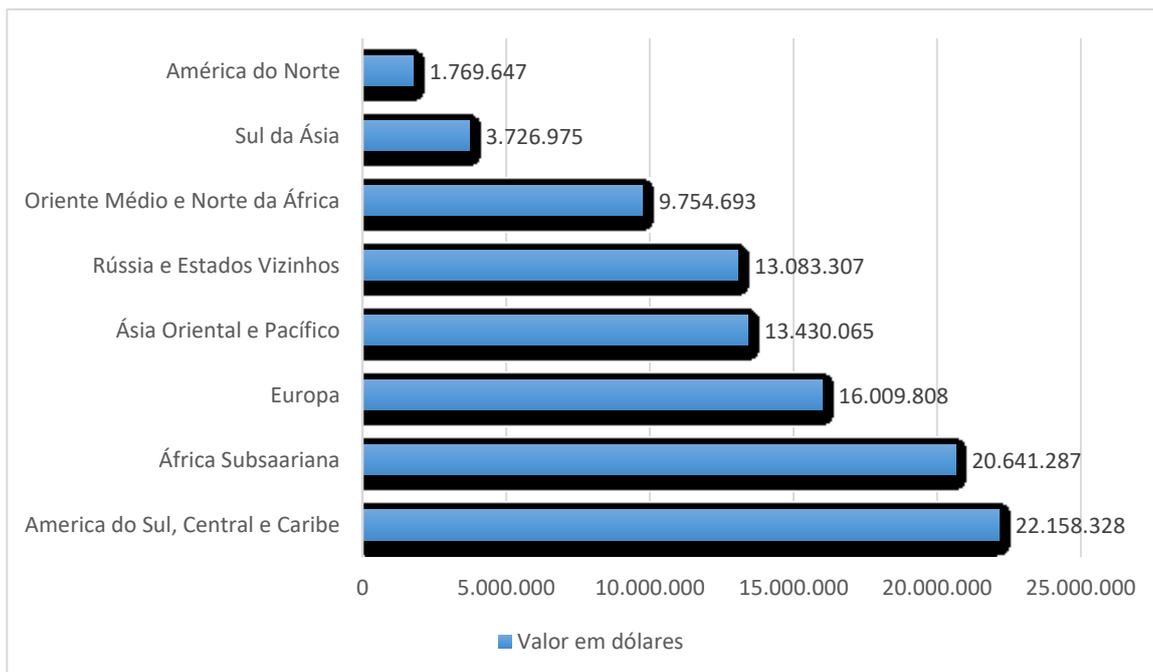
Gráfico 2 – Orçamento da Freedom House durante as administrações de Bush, Obama e Trump



Fonte: Elaboração própria com base em Form 990 (2000-2021)

Além de determinar a origem dos recursos, é necessário também investigar a direção dos gastos da Freedom House. Ou seja, é necessário analisar quais são as regiões prioritárias de atuação da organização e para onde ela tem enviado mais recursos. Assim, também a partir da análise do Forms 990, foi possível identificar que a América Latina foi a região que mais recebeu recursos da Freedom House entre os anos de 2009 e 2021 - como pode ser observado nos gráficos abaixo. O período temporal de análise foi determinado com base nos documentos disponibilizados pela Auditoria Federal.

Gráfico 3 – Atividades fora dos Estados Unidos (2009-2021)



Fonte: Elaboração própria com base em Form 990 (2009-2021)

Como visto acima, grande parte do financiamento da Freedom House foi destinado à América Latina (América do Sul, América Central e Caribe – a exceção do México que consta como América do Norte) mostrando a prioridade da organização pela região e, portanto, concentrando grande parte da sua atuação no território latino-americano. Apesar dos documentos não apontarem especificamente quais países estão recebendo esse financiamento, o grande fluxo de recursos da Freedom House para a América Latina evidencia a necessidade de investigar a atuação da organização na região.

Percebe-se então, que a Freedom House é uma das instituições que se apresentam como privadas e apartidárias, mas que possuem um estreito vínculo com Washington D.C. e atuam como instrumentos de atuação externa, recebendo, para isso, financiamento público. Desse modo, como argumenta Guilhot, essa capacidade de filtrar o dinheiro público por meio de inúmeras camadas burocráticas para que pareça dinheiro privado, permite que Washington mantenha um certo tipo de intervencionismo político (GUILHOT, 2003).

As relações com o governo não estão só no financiamento da organização. Seus membros também têm uma estreita conexão com o governo e muitas vezes ligadas ao setor empresarial e representam uma elite que comanda as atividades da Freedom House. Para evidenciar essa afirmativa, foi feita uma análise do Conselho Diretivo da organização de 2005 a 2021 como pode ser visto no próximo subcapítulo.

### 4.3. Dirigentes

O Conselho (*Board of Trustees*) da Freedom House se refere à instância de maior hierarquia dentro da instituição. Segundo a organização, os seus membros do Conselho estão “unidos na visão de que a liderança estadunidense em assuntos internacionais é essencial para as causas dos direitos humanos e da democracia” (FREEDOM HOUSE, 2008, s/p). O Conselho da organização é composto por líderes empresariais, antigos altos funcionários do governo, acadêmicos, escritores e jornalistas (FREEDOM HOUSE, 2008).

Atualmente, alguns dos indivíduos que fazem parte do Conselho da organização são William H. Taft IV, advogado que serviu no governo dos Estados Unidos sob várias administrações republicanas e bisneto do ex-Senador e ex-Presidente William Howard Taft; e Tom Dine, um defensor de diversas das iniciativas de política externa da administração G. W. Bush e ex-chefe da American Israel Public Comissão de Assuntos Internos (AIPAC) - um dos mais importantes lobbies pró-Israel. Além disso, o Conselho inclui Kenneth L. Adelman, um ex-funcionário do governo Reagan e um dos principais apoiadores da intervenção dos Estados Unidos no Iraque até 2006. Ademais, também é conselheiro da organização Joshua Muravchik um dos neoconservadores mais influentes dos Estados Unidos e defensor da intervenção militar estadunidense no Médio Oriente chegando a escrever um editorial no Los Angeles Times em 2006 onde afirmava que os EUA deviam bombardear o Irã<sup>57</sup> (GIANNONE, 2010). Por fim, Jane Harman, que serviu como conselheira externa da CIA de 2011 a 2013, também faz parte dos dirigentes da organização.

Já passaram também pelo cargo indivíduos como J. Brian Atwood, ex-presidente do NDI e ex-diretor da USAID durante a Administração de William Clinton durante os anos de 1993 a 1999; o Embaixador Thomas S. Foley, ex-presidente da Comissão Trilateral e ex-presidente do Conselho Consultivo de Inteligência do Presidente na Administração de Bill Clinton durante o período de 1996 a 1999; Malcolm Forbes (Revista Forbes); Theodore Forstmann (presidente da Empower America); Samuel Huntington, o teórico do “Choque de Civilizações” (1996); Francis Fukuyama, autor do livro “Fim da História e o último homem” (1992); Jorge Quiroga (ex-Presidente da Bolívia); e Jeane Kirkpatrick (ex-embaixadora nas Nações Unidas em Genebra entre 1981 e 1985 e membro do Conselho de Segurança Nacional no Gabinete de Ronald Reagan)

---

<sup>57</sup> O texto original: WE MUST bomb Iran.

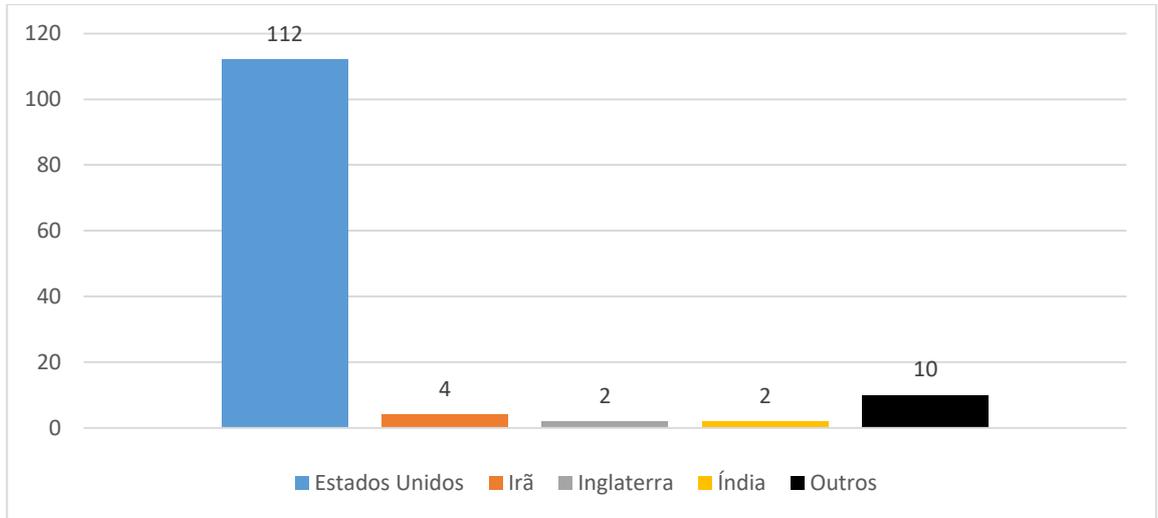
O perfil desses indivíduos será analisado nessa seção. Isso se faz necessário, pois, as posições ocupadas pelos indivíduos analisados são “inseparavelmente localizações estratégicas, lugares a defender e conquistar em um campo de lutas marcado pelo esforço de manutenção do consenso neoliberal na sociedade” (BRUM, 2022, p. 135). Como afirma Cox (1981), as perspectivas de mundo, valores e interesses particulares de cada indivíduo deriva da posição no tempo, espaço e contexto social e político que esses indivíduos se inserem. Portanto, todo conhecimento refletirá particularidades de quem o produz e sua produção intelectual não pode ser separada das relações sociais sob as quais é produzida (ROBINSON, 1996).

Nesse sentido, esses indivíduos representam os interesses da classe que ocupam, em termos gramscianos, são os intelectuais orgânicos de sua classe. Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício da hegemonia (GRAMSCI, 1983) e são responsáveis por difundir determinada ideia e doutrina que legitime a sua posição na estrutura econômica vigente. Uma classe ou fração de classe que luta pela hegemonia deve adquirir liderança intelectual e moral. Logo, os intelectuais têm um papel fundamental no processo de legitimação de um projeto que almeja alcançar a condição de hegemonia ou de mantê-la (CASIMIRO, 2016). São os intelectuais que decidem quais pontos de vista e opiniões devem chegar até nós, quais fatos são importantes o suficiente para nos serem contados e de que forma e ângulo eles devem ser apresentados (HAYEK in SMITH, 2015).

Partindo dessa concepção sobre a atuação dos intelectuais, essa seção será dedicada a analisar o perfil dos indivíduos que fizeram parte do Conselho da Freedom House de 2005 a 2022, totalizando 130 pessoas. A análise foi realizada com base no maior recorte temporal possível levando em consideração a capacidade de obter as informações no website da organização - de onde foram retirados os dados - utilizando-se a ferramenta do Wayback Machine. Cada indivíduo foi analisado a partir das seguintes categorias: nacionalidade, gênero, atuação profissional e formação acadêmica.

Em relação a nacionalidade dos membros do Conselho da Freedom House, foram analisados os 130 indivíduos que passaram por este cargo:

Gráfico 4 – Nacionalidade dos membros do Conselho da Freedom House (2005-2022)

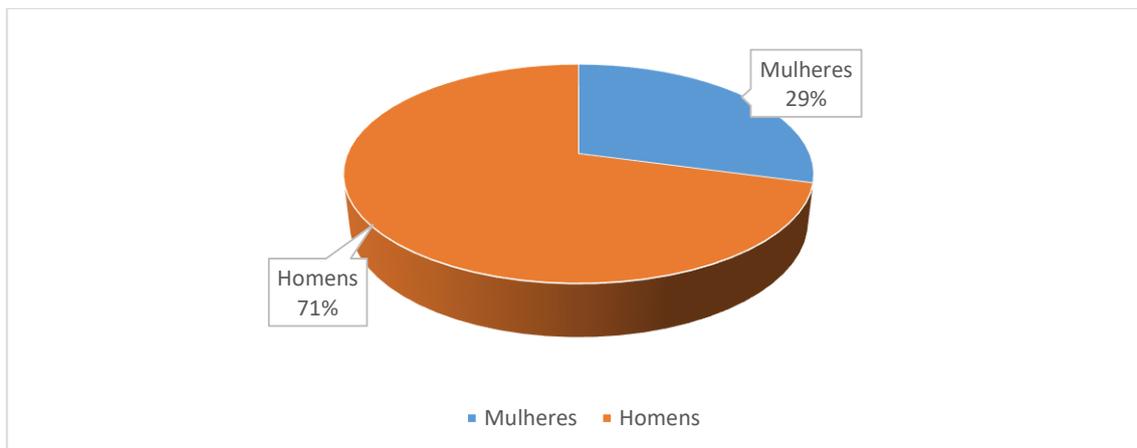


Fonte: Elaboração própria com base em Freedom House (2005-2022)

Como se pode notar, o Conselho da Freedom House é composto majoritariamente por indivíduos estadunidenses: dos 130 membros do conselho diretivo, 112 são cidadãos/ãs estadunidenses. Esses dados mostram que os dirigentes da organização compartilham da mesma origem e existe pouco espaço para indivíduos fora desse contexto. A Freedom House é, portanto, uma organização estadunidense composta majoritariamente por indivíduos estadunidenses que tem, formalmente, o objetivo de ‘levar a democracia’ aos outros países. Esses intelectuais orgânicos são responsáveis por sugerir políticas e até participam na sua aplicação (ROBINSON, 1996). Assim, esse dado reforça a ideia de que o centro detem o saber técnico capaz de desenvolver saberes, ideias e ‘conhecimentos’; enquanto os países da periferia devem reproduzir essas ideias (COX, 1981). A predominância de indivíduos estadunidenses que veem os países periféricos, em especial a América Latina, como seu principal alvo de atuação reforça a ideia da ‘missão civilizatória’ dos Estados Unidos de, a partir da ‘promoção da democracia’ e do ‘desenvolvimento’ de outros povos perpetuando, assim, uma verdadeira “colonização pedagógica” (JAURETCHE, 1975, p.11)

Além de compartilhar a mesma origem, pôde-se perceber a partir de uma análise com base no conceito de heteroidentificação do IBGE (levando em consideração não necessariamente a autodeclaração) e a partir da ideia de binaridade de gênero, que a posição no Conselho da organização foi ocupada majoritariamente por homens: 71% dos membros do conselho diretivo. Assim, verifica-se que os homens desempenham um papel central na condução das atividades da organização como pode ser evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Relação Homens x Mulheres no Conselho da Freedom House (2005-2022)

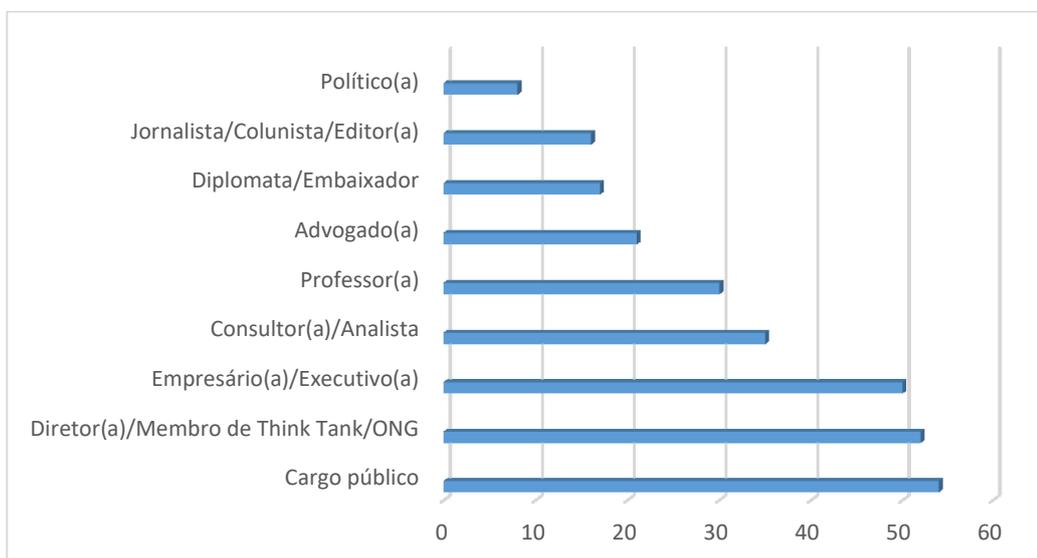


Fonte: Elaboração própria com base em Freedom House (2005-2022)

A análise também permitiu identificar que, além da maioria dos conselheiros serem homens estadunidenses, estes também frequentam espaços sociais similares, ou seja, esses indivíduos possuem uma trajetória acadêmica e profissional semelhante - como será aprofundado a partir da observação do gráfico 5.

Segundo Guilhot (2005), a profissionalização das organizações formalmente voltada para os direitos humanos tende a incorporar posições como advogados, gestores, funcionários, economistas, entre outros e aproxima-se das próprias instituições estatais contra as quais foi inicialmente construída. O profissionalismo evoca imagens de neutralidade, apartidarismo e habilidades técnicas isentas de valores (GUILHOT, 2005).

Gráfico 6 – Atuação profissional dos membros do conselho da Freedom House (2005-2022)



Fonte: Elaboração própria com base em Freedom House (2005-2022)

A partir da investigação, identificou-se que a maior parte dos conselheiros da Freedom House tem/tiveram a) cargo público; b) vínculo com *think tanks* e ONG's; e c) relação com o setor empresarial. Assim, grande parte desses indivíduos ocupavam ou passaram a ocupar cargos públicos na CIA, USAID, Departamento de Estado, Departamento de Defesa, Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos e como Diplomatas e Embaixadores. Além disso, também são vinculados a *Think Tanks* e ONG's nos Estados Unidos especializadas em políticas públicas e/ou política internacional como o Woodrow Wilson Center, Hudson Institute, Fundación Libertad y Desarrollo. Ademais, grande parte também está diretamente ligado ao setor empresarial dos Estados Unidos, representando empresas como Walt Disney, Unilever, Forbes e Johnson & Johnson.

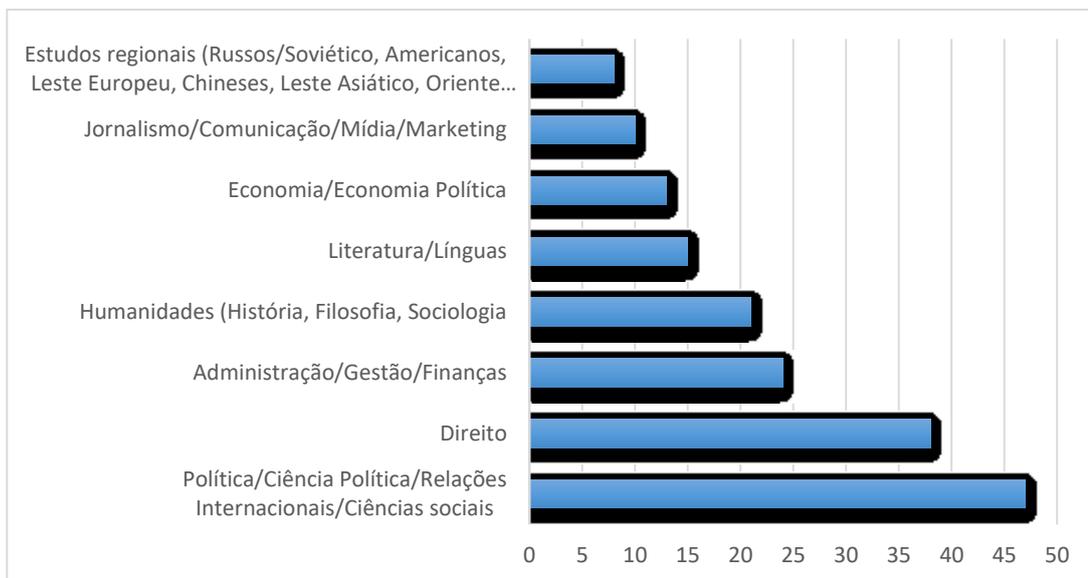
Como afirma Guilhot (2005), a maioria desses atores ocupam múltiplas posições em diferentes áreas da sociedade. Para o ele, os atores que mais contribuíram para a construção e ampliação do campo de 'promoção da democracia' são aqueles que souberam atuar em diferentes níveis, ocupar posições-chave e mobilizar os diversificados recursos de todos esses campos como conhecimento, afiliações, redes, recursos financeiros, entre outros. Assim, as fronteiras simbólicas entre o nacional e o internacional, entre o governamental e o não-governamental, entre o que tem fins lucrativos e o sem fins lucrativos, o científico e o ativista, são, na verdade, construções - e não fatos - uma vez que esse atores alternam constantemente entre essas posições ao mesmo tempo que atuam na manutenção de tais fronteiras (GUILHOT, 2005)

Além de uma trajetória profissional tão similar, a formação acadêmica desses indivíduos também é semelhante. Foi constatado que os conselheiros da Freedom House têm pelo menos o ensino superior completo sendo que a formação acadêmica predominante no Conselho da Freedom House de 2005 a 2021 foi na área de Ciência Política/Relações Internacionais/Ciências Sociais como pode ser observado no gráfico 6.

De acordo com Guilhot (2005), a construção científica da *expertise* internacional sobre democracia está ocorrendo principalmente no campo da Ciência Política revelando a importância das relações internacionais, da política comparada, dos estudos de área e das políticas públicas. Os cientistas políticos fornecem tanto a legitimação científica como as ferramentas para abordar os seus principais problemas e questões. (GUILHOT, 2005). Assim, dotados de legitimidade intelectual que a credencial acadêmica lhes confere, esses 'profissionais da democracia' (GUILHOT, 2003), além exportar ideias e razões de mundo,

também são os responsáveis por implementá-las para além das fronteiras dos Estados Unidos (VIDAL, BRUM, LOPEZ, 2021). São os responsáveis por universalizar e naturalizar seus próprios interesses sob uma roupagem virtuosa de promoção de democracia. Assim:

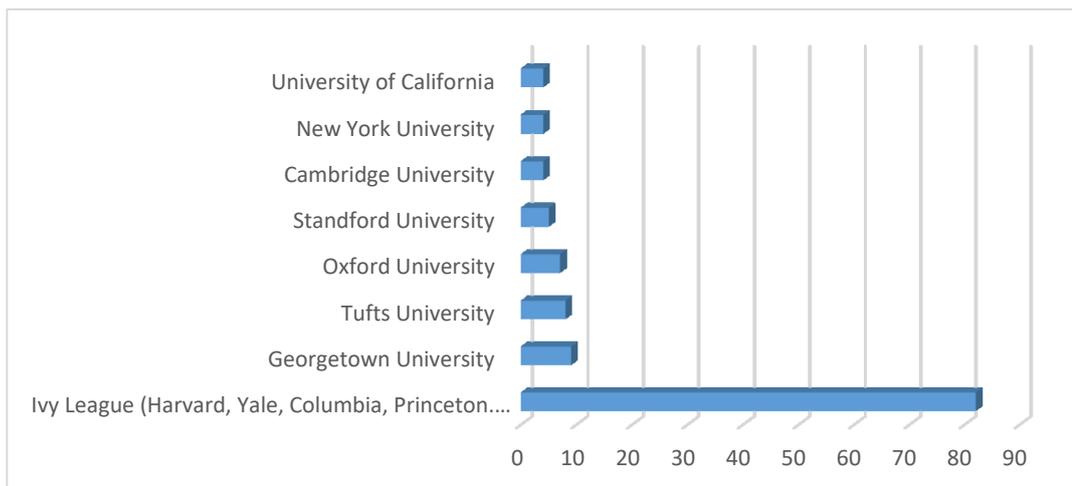
Gráfico 7 – Formação acadêmica dos membros do conselho da Freedom House (2005-2022)



Fonte: Elaboração própria com base em Freedom House (2005-2022)

Também foram analisadas as universidades mais frequentadas pelos membros do Conselho da Freedom House. Para esta análise, foram consideradas as universidades que os indivíduos obtiveram tanto o título de graduação, mestrado, doutorado ou MBA. Além disso, com o intuito de evitar uma lista muito extensa das universidades frequentadas, optou-se por apresentar aqui as instituições mais pontuadas como pode ser visto no gráfico abaixo.

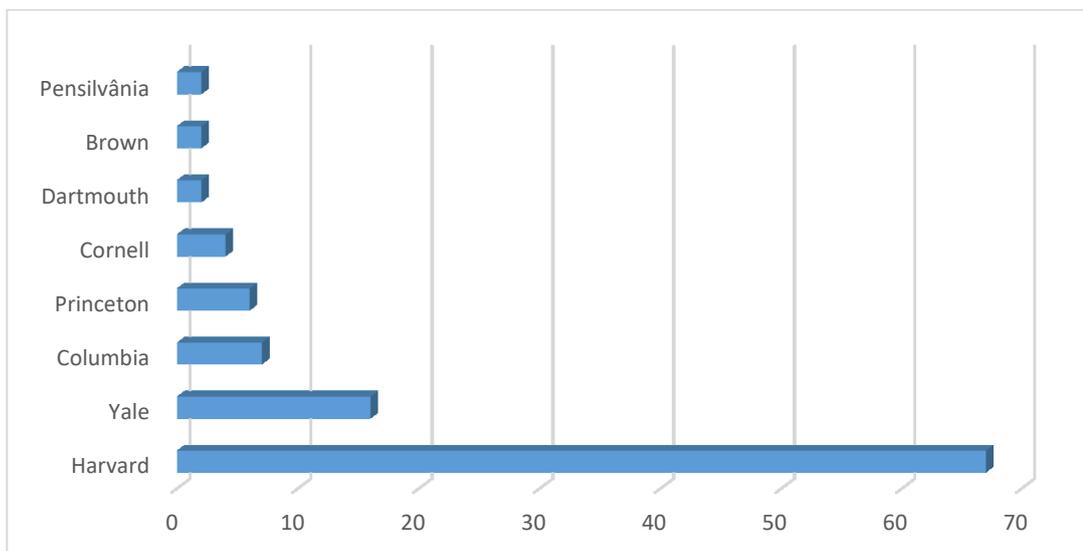
Gráfico 8 – Universidades mais frequentadas pelos membros do conselho da Freedom House (2005-2022)



Fonte: Elaboração própria com base em Freedom House (2005-2022)

Como pôde-se identificar, grande parte dos membros do Conselho da Freedom House passaram por alguma das instituições que compõem a chamada Ivy League formada pelas universidades: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Universidade da Pensilvânia, Princeton e Yale. A Ivy League representa as universidades mais prestigiadas dos Estados Unidos. Assim, tendo em vista o número expressivo de indivíduos formados por essas universidades tanto a nível de graduação, como mestrado e doutorado, pode-se observar abaixo um desdobramento do gráfico 7 para evidenciar quais as principais universidades Ivy League que os membros da Freedom House frequentaram.

Gráfico 9 – Universidades das Ivy League mais frequentadas pelos membros do conselho da Freedom House (2005-2022)



Fonte: Elaboração própria com base em Freedom House (2005-2022)

Como pôde-se evidenciar, os dirigentes da organização possuem ensino superior completo cursado majoritariamente em universidades da *ivy league*, como Harvard, Yale, Princeton, entre outras e outras instituições localizadas em Washington D.C como a Georgetown University, evidenciando que estas redes de conselheiros estão social e geograficamente próximas dos principais centros de poder (GUILHOT, 2005). Apesar de universidades outras, como a Universidade de Buenos Aires, a Universidade de Leningrad, a Universidade de Delhi, a Universidade de Zambia e a Kashmir University estarem representadas, ainda são uma minoria. Grande parte dos membros do Conselho da Freedom House foram formados em universidades estadunidenses ou inglesas e especialmente as que compõem a Ivy League, ou seja, foram formados nas universidades mais prestigiadas e caras dos Estados Unidos. Assim, esses dados apontam para uma circulação homogênea, ou seja, esses indivíduos circulam em um ambiente de ensino superior endógeno e que não ultrapassa o mundo anglo-saxão.

A partir dessa análise, foi possível constatar que o Conselho é majoritariamente formado por homens estadunidenses com uma alta educação formal, formados na sua maioria em uma das universidades da Ivy League e, portanto, de grande prestígio. Além disso, são em sua maioria formados em Ciência Política/Relações Internacionais/Política/Ciências Sociais e possuem vínculos expressivos com o governo ao mesmo tempo que possuem uma forte ligação com o setor empresarial dos Estados Unidos. Assim, esses indivíduos circulam em um ambiente de ensino superior endógeno e anglo-saxão e possuem trajetórias profissionais similares.

A sobrerrepresentação de indivíduos estadunidenses, homens, com uma formação anglo-saxã na direção da Freedom House evidencia a rigidez da estrutura da instituição em garantir que uma mesma classe (e os mesmos interesses) permaneçam no controle da organização. Desse modo, a Freedom House, como aparelho privado de hegemonia (GRAMSCI, 2007), se apresenta a partir desses seus intelectuais orgânicos que estão relacionados com a classe dominante estadunidense e que buscam a manutenção e a propagação de seu sistema de dominação e, portanto, guiam as atividades da organização conforme esse mesmo interesse privado, ou seja, o de manter seus privilégios como parte de uma classe dominante.

A análise dos dirigentes da Freedom House permitiu identificar que a organização possuiu: a) a maioria de conselheiros estadunidenses que tomam decisões sobre a atuação da organização no exterior; b) a maioria dos dirigentes são homens do Norte Global; c) membros com vínculo estreito com o governo dos EUA, em sua maioria ocupando cargos públicos; d)

vínculo com *think tanks* e ONG's; e) membros com forte vínculo com o setor empresarial, f) membros com pelo menos ensino superior completo e formados principalmente em Ciência Política e Relações Internacionais; e g) Membros que frequentaram praticamente as mesmas instituições e se formaram em sua maioria nas universidades mais prestigiadas dos Estados Unidos, aquelas que compõem a Ivy League.

Nesse capítulo, foi possível perceber que a Freedom House já possuía laços estreitos desde o governo Roosevelt e possuía em seu corpo diretivo membros que ocupavam cargos oficiais no governo evidenciando, assim, um caráter e/ou uma relação próxima com o governo. Assim, como visto, a Freedom House foi responsável pela disseminação de informações e de propaganda contra o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial por meio de programas de rádio, livros, discursos, panfletos, artigos, manifestos para consumo público, comícios e petições; ainda que formalmente carregasse a promoção de democracia como a missão (ZERNDT, 2016).

Nesse sentido, podemos observar uma natureza política da Freedom House e das organizações que a atenderam, bem como de seus líderes que atuaram muito próximos do governo Roosevelt no período da sua criação. Atualmente, como observado nessa seção, os diretores da organização continuam tendo uma relação estreita com o governo, tendo ocupado diversos cargos públicos na administração de presidentes como Ronald Reagan, George. W. Bush, William Clinton, entre outros. Logo, é possível desconstruir a imagem de neutralidade e imparcialidade defendida atualmente pela organização. Além disso, pôde-se perceber como os indicadores e relatórios da Freedom House atuaram para a legitimação de decisões tomadas em termos de política externa nos Estados Unidos, essa atuação persiste até os dias atuais como será analisado no próximo capítulo no estudo de caso na Venezuela de Hugo Chávez.

Percebe-se, então, que a Freedom House esteve ligada com as questões de política externa, segurança e inteligência nacional; trabalhando na promoção da agenda política estadunidenses e na desestabilização de governos não simpáticos aos EUA tendo, portanto, um histórico intervencionista. Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Freedom House “apoiou uma política americana destinada a conter o expansionismo de Moscou e encorajar uma política externa estadunidense que colocava a promoção da liberdade em seu cerne” (FREEDOM HOUSE, 2023, s/p). Além disso, ainda preocupados com o avanço do comunismo, a organização apoiou políticas severas e intervencionistas na Coreia e no Vietnã (BRADLEY, 2015).

No início da sua criação, os indicadores da Freedom House eram secundários em relação a outras prioridades organizacionais como, por exemplo, o fornecimento de apoio – inclusive financeiro, muitas vezes por meio de fundos provenientes de agências do governo dos Estados

Unidos – para ativistas em países classificados como ‘não livres’. Atualmente, a organização é mais conhecida pelos seus indicadores de democracia, mas sua atuação na capacitação de opositores em países taxados pela organização como não democráticos parece ser também uma atividade constante, ainda que pouco tratada na literatura especializada. Como pôde-se perceber, a Freedom House atuou difundindo ideias anti-sandinistas na Nicarágua e anti-Fidel Castro em Cuba, entre outros países, a partir da circulação de livros, promoção de palestras, financiamento de editoras, treinamento e capacitação de opositoristas aos governos que eram vistos como uma ameaça à manutenção dos privilégios da classe dominante estadunidense.

Para compreender de forma mais profunda a atuação da organização no que se refere a a intervenção para manutenção da hegemonia estadunidense, será feito no próximo capítulo um estudo de caso das suas atividades na Venezuela. Assim, será possível evidenciar como a Freedom House atua no processo de “colonização pedagógica” (JAURETCHE, 1975, p.11) para formação de consenso a partir da universalização de interesses privados que passam a ser compreendidos como públicos devido a sua roupagem ‘virtuosa’, como a promoção de democracia por exemplo (VIDAL. BRUM, LOPEZ, 2021). Desse modo, a Freedom House faz parte de uma tentativa de travar uma guerra de classes moralmente legitimadas pautada não apenas na dominação coercitiva, mas, principalmente, na dominação por consenso.

## **5 FREEDOM HOUSE NA VENEZUELA**

Este capítulo se dedica a analisar se (e como) a Freedom House atuou na caracterização e, portanto, na desestabilização do governo Hugo Chávez na Venezuela. Nesse sentido, analisamos os relatórios da Freedom House sobre a Venezuela de 1999 a 2013 para compreender como a organização caracterizava o governo chavista em termos de liberdade e democracia a partir de seus índices. Nesse contexto, posteriormente busca-se compreender de que forma a Freedom House, a partir da caracterização do governo de Chávez como antidemocrático, legitimou medidas hostis estadunidenses em relação a Venezuela, detidamente, ao governo de Hugo Chávez. Ademais, analisa-se a partir de documentos primários, a atuação da Freedom House para a capacitação de opositores que visavam, se não a desestabilização e derrubada do presidente democraticamente eleito, ao menos seu enfraquecimento.

### **5.1 Os Relatórios da Freedom House sobre a Venezuela**

A democracia é um conceito essencialmente contestado, ou seja, é um conceito no qual existem definições diferentes e concorrentes (ROBINSON, 1996). Robert Alford e Roger Friedland (1985) afirmam que as definições de conceitos não são teoricamente neutras, tampouco são simplesmente o resultado do gosto individual ou preferência do escritor. As definições de conceitos também são impostas pelo seu uso dominante em um grupo ou sociedade tornados-os oficiais, inclusive, por imposição de sanções contra o seu uso “errado” (ALFORD, FRIEDLAND 1985, p. 394-395). Assim, determina-se quais ideias são adequadas e quais não são. Como afirma Ludwig Von Mises (2009, p. 101), “devemos substituir as ideias errôneas por outras melhores [...] ideias, e somente ideias, podem iluminar a escuridão. As boas ideias devem ser levadas às pessoas de tal modo que elas se convençam de que essas ideias são corretas e saibam as errôneas”. Nesse sentido, interesses de classe e de grupo, são muitas vezes abrigadas no que é apresentado como uma discussão científica e objetiva da democracia (ROBINSON, 1996).

Tony Smith (2012) argumenta que a democracia defendida pelos Estados Unidos em sua política externa é pautada por uma concepção institucional similar à abordada por William Robinson (1996) - caracterizada como poliarquia. A partir de uma interpretação marxista, na poliarquia, o Estado é de domínio das classes dominantes, enquanto as classes populares são incorporadas à sociedade civil sob a hegemonia desta classe dominante – que é a fórmula para o exercício da dominação consensual. A poliarquia compete com conceitos de democracia popular em que a construção de uma ordem política democrática requer a construção de uma

ordem socioeconômica democrática e envolve mecanismos participativos para que os setores populares utilizem o Estado na prossecução dos seus interesses, sendo a mobilização na sociedade civil a principal forma de exercício do poder político. Logo, a promoção da democracia popular constitui uma ameaça profunda aos interesses das classes dominantes nos Estados Unidos e aos centros do sistema mundial e aos seus homólogos no Sul Global. Desse modo, quando os Estados Unidos e seus intelectuais orgânicos falam em ‘promover a democracia’ estão falando na supressão da democracia popular na teoria e na prática, e na promoção da poliarquia (ROBINSON, 1996).

Assim, a promoção desse modelo de democracia é executada no âmbito do livre mercado, através de ações dentro dos países que se rebelam contra a hegemonia estadunidense (RALPH, 2010), como foi o caso do Hugo Chávez na Venezuela. Logo, a Freedom House, como um aparelho privado de hegemonia estadunidense, faz parte de um complexo institucional de promoção de um modelo de democracia que proporcione, ou não interfira, nas dinâmicas de uma economia de livre mercado (BARBOSA, 2018).

Assim, o objetivo desta seção é de analisar os relatórios anuais da Freedom House em relação a Venezuela durante os mandatos de Hugo Chávez (1999-2013) para compreender como a organização retratava o países durante esse período e, assim, compreender a visão da organização em relação ao modelo de democracia proposto por Chávez. O tratamento dos dados se baseou na análise de conteúdo com a utilização do *software* Iramuteq. Organizou-se o corpus textual a partir dos relatórios e foram geradas análises desde as mais simples, como a Lexicografia, até as mais complexas, como a Análise de Similitude e Classificação Hierárquica Descendente.

Os relatórios analisados se dividiram em 1096 segmentos de textos<sup>58</sup>, com o aproveitamento de 922 destes, totalizando 84.12%, o que indica que a amostra pode ser analisada com o uso de software de forma satisfatória (CAMARGO; JUSTO, 2013). Obteve-se 39.669 ocorrências<sup>59</sup> e 3567 o número de formas<sup>60</sup>. O ponto de corte para a significância das palavras foi calculado da seguinte forma: dividindo-se o número de ocorrências pelo número de formas, multiplicado por dois, de onde se extraiu o seguinte resultado:  $(39.669/3.567) \times 2 = 22,2$ . Desta forma, foram consideradas para análise os termos com frequência superior a 22.

---

<sup>58</sup> Os segmentos de texto são as unidades de análise textual utilizadas pelo Iramuteq. Apesar de haver a possibilidade de o pesquisador construir os seus próprios seguimentos de textos, optou-se pela demarcação automática do software.

<sup>59</sup> O número de ocorrências refere-se à quantidade total de palavras.

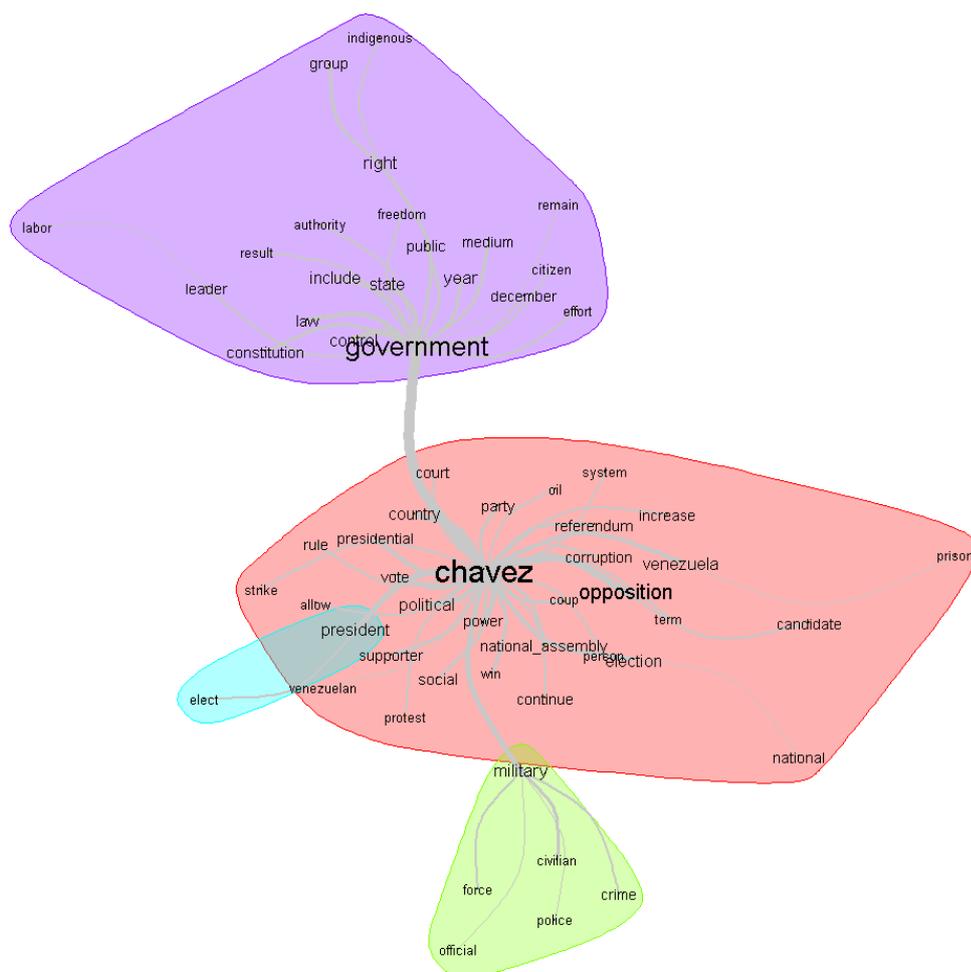
<sup>60</sup> Número de formas são os tipos gramaticais das palavras presentes no texto (ativas ou suplementares) como substantivos, verbos, adjetivos e advérbios.



Fonte: elaboração da autora com base nos relatórios Freedom in the World (1999-2013) organizado com base no software IRAMUTEQ

A Análise de Similitude, por sua vez, está baseada na teoria dos grafos e proporciona a identificação das coocorrências entre as palavras cujo resultado pode indicar a conexão entre as palavras auxiliando, assim, na identificação da estrutura de um corpus textual (BUENO, 2018). A análise representa os grupos de palavras mais associadas entre si, que variam em tamanho e posição, e anunciam diferentes graus de interconexão de subtemas (MORAIS, 2022). O objetivo desta análise é estudar a proximidade e a relação entre os elementos de um conjunto. Assim, realizou-se a análise de similitude dos relatórios e obteve-se a figura que pode ser vista abaixo:

Figura 3 – Análise de similitude dos Relatórios Freedom in the World sobre a Venezuela (1999-2013)



Fonte: elaboração da autora com base nos relatórios Freedom in the World (1999-2013) organizado com base no software IRAMUTEQ

A análise permite explorar a estrutura do corpus analisado, apontando as palavras mais frequentes e as relações entre elas. Nota-se que as palavras mais citadas, como já visto na análise lexicográfica, são: ‘Chavez’ com frequência de 491 repetições e ‘Government’ com frequência de 395 repetições. Olhando primeiramente para a palavra com maior frequência, observa-se que os vocabulários que possuem uma maior relação de coocorrência e ligação são: ‘Opposition’, ‘Coup’ (Golpe), ‘Corruption’ e ‘Military’. Esse último, por sua vez, possuem uma forte relação de coocorrência com os vocabulários ‘Force’ (Força), ‘Crime’, ‘Police’ (Polícia), ‘Civilian’ (Cívís), ‘Official’ (Oficial), evidenciando uma tendência a categorizar a Venezuela como uma nação violenta - como pode ser observado no seguinte trecho:

A recent study ranked Venezuela as second of the ten most violent nations in the Americas and Europe. Widespread arbitrary detention and torture of suspects, as well as dozens of extrajudicial killings by **military** security **forces** and the **police**, continue<sup>62</sup> (FREEDOM HOUSE, 1999, p. 524 grifo nosso)

Como visto na figura acima, ‘Coup’ também é um vocabulário diversas vezes associado a imagem do Chávez e recorrentemente nos relatórios fica evidente a preocupação com o efeito “*Spillover*” (FREEDOM HOUSE, 2001, p. 166) do governo chavista. Segundo o relatório de 2003 da organização, “Lucio Gutierrez, inspired by another coup plotter, Venezuela’s Hugo Chavez, won a surprise first round victory in the October 20, 2002”<sup>63</sup> (FREEDOM HOUSE, 2003, p. 186). ‘Corruption’ também é um vocabulário diversas vezes utilizado quando se trata do governo de Chávez - como pode-se observar no seguinte trecho: “In September 2000 Transparency International ranked Venezuela as one of the most corrupt countries in the world”<sup>64</sup> (FREEDOM HOUSE, 2000, p. 579). A organização argumenta ainda que este seria um problema ‘crônico’ que se espalha por todo o sistema político venezuelano. Não por outro motivo, as palavras ‘political’ (Político) e ‘system’ (Sistema) também aparecem associadas ao Chávez como pode ser observado na análise de similitude e comprovado no seguinte trecho:

Until Chavez took power, the judicial system was headed by a nominally independent supreme court, although it was highly politicized, undermined by the chronic **corruption** including the growing influence of narcotics traffickers that permeates the

<sup>62</sup> Tradução nossa: Um estudo recente classificou a Venezuela como a segunda das dez nações mais violentas das Américas e da Europa. A detenção arbitrária generalizada e a tortura de suspeitos, bem como dezenas de execuções extrajudiciais cometidas pelas forças de segurança militares e pela polícia, continuam.

<sup>63</sup> Tradução nossa: Lucio Gutierrez, inspirado por outro conspirador golpista, o venezuelano Hugo Chávez, obteve uma surpreendente vitória no primeiro turno em 20 de outubro de 2002.

<sup>64</sup> Tradução nossa Em setembro de 2000, a Transparência Internacional classificou a Venezuela como um dos países mais corruptos do mundo.

entire **political system**, and was unresponsive to charges of rights abuses<sup>65</sup> (FREEDOM HOUSE, 1999, p. 524, grifo nosso).

Observando agora a segunda palavra com maior frequência, a saber, ‘Government’; percebe-se que os vocabulários com maior relação de coocorrência são: ‘Control’ (Controle), ‘Constitution’ (Constituição), ‘Referendum’ (Referendo), ‘December’ (Dezembro), ‘Freedom’ (Liberdade) ‘State’, ‘Rights’. A palavra com maior ligação essa categoria é ‘Control’ evidenciando a constante crítica da Freedom House ao controle estatal e burocratizações como pode ser visto no trecho a seguir:

The Chavez government has done little to free the government from excessive bureaucratic regulations, registration requirements, and or other forms of **control** that increase opportunities for corruption, relying instead on attacking persons and social sectors it considers to be corrupt and selectively enforcing good government laws and regulations against its opponents<sup>66</sup> (FREEDOM HOUSE, 2004, p.625, grifo nosso).

Ademais, pode-se notar uma constante menção aos referendos realizados por Chávez na Venezuela, especialmente o que aprovou a reforma da Constituição de 1999 - como pode ser evidenciado no seguinte trecho: After Venezuelans approved the new **Constitution** in a national **referendum** on **December** 15, 2000, congress and the Supreme Court were dismissed<sup>67</sup> (FREEDOM HOUSE, 2000, p. 580).

As palavras ‘Freedom’ e ‘Rights’ também são diversas vezes associadas ao governo Chavista mencionando, nesse sentido, a piora da liberdade e dos direitos políticos no país, como pode ser observado nas seguintes passagens:

Major setbacks for **freedom** also occurred in 1999. Venezuela exited the ranks of Free countries and is now rated Partly Free, in large measure because of the authoritarian actions of its president, Hugo Chavez<sup>68</sup> (FREEDOM HOUSE, 1999, p. 6, grifo nosso)

Venezuela political **rights** rating declined because of an increase in corruption and voter intimidation. In 2005, President Hugo Chavez continued promoting his anti United States, anti free-trade, policies while stressing his close ties to Cuba and left wing groups in the hemisphere<sup>69</sup> (FREEDOM HOUSE, 2006, p.11, grifo nosso)

<sup>65</sup> Tradução nossa: Até Chávez tomar o poder, o sistema judicial era liderado por um Supremo Tribunal nominalmente independente, embora fosse altamente politizado, minado pela corrupção crônica, incluindo a crescente influência de traficantes de droga, que permeia todo o sistema político, e não respondia às acusações de abusos de direitos.

<sup>66</sup> Tradução nossa: O governo Chávez pouco fez para libertar o governo de excessivas regulamentações burocráticas, requisitos para registro e/ou outras formas de controle que aumentam as oportunidades de corrupção, baseando-se, em vez disso, no ataque a pessoas e setores sociais que considera corruptos e na aplicação seletiva de leis governamentais e regulação contra seus oponentes.

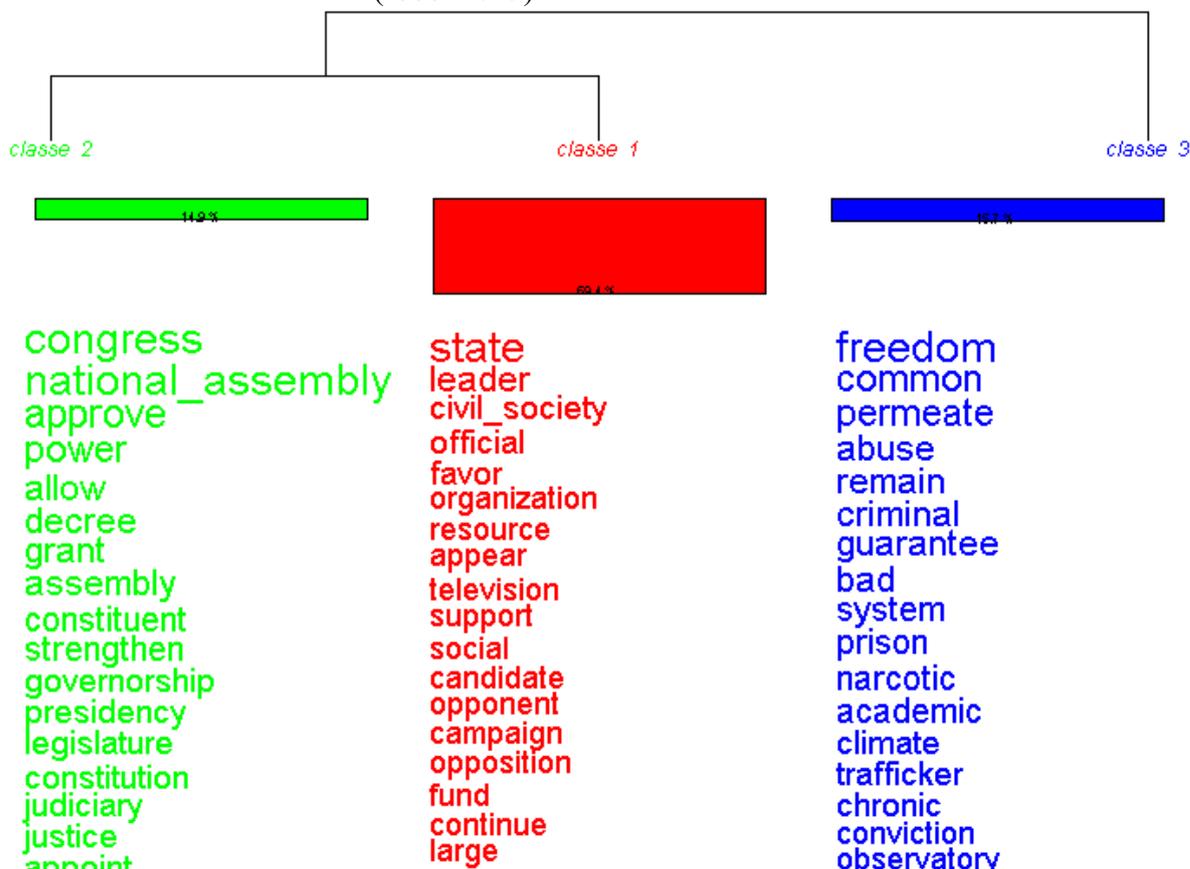
<sup>67</sup> Tradução nossa: Depois que os venezuelanos aprovaram a nova Constituição em referendo nacional em 15 de dezembro de 2000, o Congresso e a Suprema Corte foram destituídos.

<sup>68</sup> Tradução nossa: Grandes reveses para a liberdade também ocorreram em 1999. A Venezuela saiu do rank dos países Livres e é agora classificada como Parcialmente Livre, em grande parte devido às ações autoritárias do seu presidente, Hugo Chávez.

<sup>69</sup> Tradução nossa: A classificação dos direitos políticos da Venezuela diminuiu devido ao aumento da corrupção e da intimidação dos eleitores. Em 2005, o presidente Hugo Chávez continuou a promover suas políticas anti-

Em relação a análise dos relatórios, também foi realizada uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD) no qual foi possível identificar a formação de três classes temáticas categorizadas quanto ao conteúdo dos relatórios da Freedom House. Por meio da CHD, foi possível identificar as ideias centrais dos relatórios. A figura gerada pela análise pode ser observada abaixo:

Figura 4 –Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente dos Relatórios Freedom in the World sobre a Venezuela (1999-2013)



Fonte: elaboração da autora com base nos relatórios Freedom in the World (1999-2013) organizado com base no software IRAMUTEQ

A classe 1 foi responsável por 69.41% dos segmentos de texto. As palavras que se relacionaram a esta classe foram: ‘State’, ‘leader’ (Líder), ‘civil society’ (Sociedade Civil), ‘Opposition’, ‘Fund’ (Financiar/financiamento), por exemplo. O conteúdo da classe 1 evidencia

---

Estados Unidos e anti-livre comércio, ao mesmo tempo em que enfatizava seus laços estreitos com Cuba e grupos de esquerda no hemisfério.

a preocupação quanto as lideranças da oposição a Chávez e quanto ao financiamento estrangeiro de ONG's venezuelanas. Alguns trechos exemplificativos dessa categoria:

Tabela 2 - Trechos exemplificativos da Classe 1

Classe 1	
The <b>state</b> harsh rhetorical and legal response has fallen heavily on labor sector, <b>non governmental organizations</b> are also frequent antagonists of the government which has sought to undermine the legitimacy of human rights and other <b>civil society organizations</b> by questioning their ties to international group <sup>70</sup> (FREEDOM HOUSE, 2012, p. 744)	In 2005 the <b>leaders</b> of civic <b>organization</b> Súmate which received support from the United States based National Endowment for Democracy were brought up on charges of conspiracy against the government <sup>71</sup> (FREEDOM HOUSE, 2006, p. 789)

Fonte: Relatório Freedom in the World (2012 e 2006)

Essa classe evidencia uma reivindicação de maior atuação das ONG's e a denúncia da proibição de financiamento estrangeiro a ONG's venezuelanas. A retórica mênssianica da atuação dessas organizações 'filantrópicas' camufla os problemas desta via assistencialista que serve como meio e campo na construção de hegemonia por parte dos Estados Unidos (BARBOSA, 2018). Além disso, a crítica à maior participação do Estado, ao mesmo tempo que defende a atuação de organizações da sociedade civil, transfere a responsabilidade das políticas sociais para o Terceiro Setor. Desse modo, a cidadania passa a ser identificada como solidariedade e caridade com a população pobre e executada por meio da filantropia e voluntariado, típico da cultura estadunidense (DAGNINO, 2006; BARBOSA, 2018).

A classe 2 foi responsável por 14.86% dos segmentos de texto e é composta por palavras como: 'Congress' (Congresso), 'National Assembly' (Assembleia Geral), 'Power' (Poder) e 'Decree' (Decreto). O conteúdo desta classe representa a preocupação com a convocação de uma Assembleia Constituinte no dia da posse de Chávez, que resultou na aprovação de uma nova Constituição para Venezuela. A convocação da Assembleia foi aprovada por referendo popular. Entretanto, esse modelo de democracia proposto pela Freedom House parece não reconhecer outras formas de participação senão pela via da representação política. Assim, conforme afirma Robert Dahl (2015), na concepção hegemônica da democracia, os instrumentos participativos da população vão perdendo espaço. Além disso, percebe-se uma

<sup>70</sup> Tradução nossa: A dura resposta retórica e jurídica do Estado recaiu fortemente sobre o setor trabalhista, as organizações não governamentais são também frequentes antagonistas do governo que tem procurado minar a legitimidade dos direitos humanos e de outras organizações da sociedade civil, questionando os seus laços com grupos internacionais.

<sup>71</sup> Em 2005, os líderes da organização cívica Súmate, que recebeu apoio do National Endowment for Democracy, com sede nos Estados Unidos, foram acusados de conspiração contra o governo.

constante preocupação com o fortalecimento do poder do Presidente da República e de controle das instituições do Estado. Abaixo, pode-se observar alguns trechos referentes a essa classe:

Tabela 3 - Trechos exemplificativos da Classe 2

Classe 2	
A Constituent Assembly dominated by Chavez followers drafted a new constitution that would make censorship of the press easier, allow a newly strengthened chief of executive the right to dissolve Congress and make it possible for Chavez to retain power until 2013 <sup>72</sup> (FREEDOM HOUSE, 1999, p. 522)	On the national level, there are no independent government institutions, the military high command is loyal to a single person: the president, rather than to the constitution and the law. Chavez controls the National Assembly though narrowly <sup>73</sup> (FREEDOM HOUSE, 2004, p. 624)

Fonte: Relatório Freedom in the World (1999, 2004)

A Freedom House, então, se opõe ao modelo de democracia participativa proposto por Chávez e defende uma democracia liberal aos moldes estadunidenses que preconiza uma democracia procedimental baseada apenas em eleições, desconsiderando questões democráticas mais substantivas. Contraditoriamente, o próprio modelo eleitoral dos Estados Unidos, diversas vezes não cumpriu com o pressuposto básico da democracia liberal: o voto direto nos ‘representantes’ que devem ser eleitos a partir do voto da maioria.

Tal afirmativa é confirmada quando observa-se que nos Estados Unidos, o voto é indireto e segue o sistema de Colégios Eleitorais, por meio do qual são eleitos o presidente e seu vice. O Colégio Eleitoral é composto por 538 delegados que são responsáveis por eleger o presidente e seu vice de acordo com o resultado das eleições gerais. A contagem de votos das eleições gerais é feita por cada estado e, quando um candidato obtém a maioria dos votos na unidade federativa, os votos de todos os delegados incumbidos por ele são destinados ao candidato mais votado. O candidato eleito deve receber no mínimo 270 votos dos delegados (a metade de 538 mais um), não importando se, no voto popular total, o candidato eleito foi o menos votado. Desse modo, houve cinco ocasiões na história dos Estados Unidos na qual o candidato com maior número de votos populares não foi eleito. Entre eles, dois ocorreram somente nas últimas duas décadas, a saber: em 2016, com a eleição de Donald Trump apesar de Hillary Clinton ter quase 3 milhões de votos a mais que seu adversário na época, e em 2000

<sup>72</sup> Tradução nossa: Uma Assembleia Constituinte dominada por seguidores de Chávez redigiu uma nova constituição que tornaria mais fácil a censura à imprensa, permitiria a um chefe do executivo recentemente fortalecido o direito de dissolver o Congresso e tornaria possível a Chávez manter o poder até 2013.

<sup>73</sup> Tradução nossa: A nível nacional, não existem instituições governamentais independentes, o alto comando militar é leal a uma única pessoa: o presidente, e não à Constituição e à lei. Chávez controla a Assembleia Nacional, embora por pouco

quando George W. Bush foi eleito mesmo o candidato Al Gore possuindo mais de meio milhão de votos de vantagem sobre o ex-presidente (AMARAL, SILVA, 2020).

Por último, analisaremos a classe 3, responsável por 15.73% dos segmentos de texto. Os principais elementos relacionados a esta classe foram: ‘Freedom’, ‘Common’ (Comum), Abuse, ‘Criminal’ (Criminoso), Bad (Ruim), ‘Prison’ (Prisão), ‘Narcotic’ (Narcóticos), ‘Chronic’ (Crônico), entre outros. O conteúdo desta classe retrata o esforço em retratar o governo chavista como um governo autoritário, que limita a liberdade da população e viola os direitos humanos. Além disso, retrata esse mesmo governo como corrupto, inclusive fazendo alusão a tráfico de narcóticos. Tal afirmativa pode ser comprovada observando alguns trechos exemplificativos dessa categoria como:

Tabela 4 - Trechos exemplificativos da Classe 3

Classe 3	
Freedom in the World judged that <b>freedom</b> in Venezuela remained under duress pointing to pressures on <b>freedom</b> of assembly, the independent press and academic <b>freedom</b> <sup>74</sup> (FREEDOM HOUSE, 2008, p. 10)	Undermined by the <b>chronic</b> corruption including the growing influence of <b>narcotics</b> traffickers that permeates the entire political system and unresponsive to charges of rights <b>abuses</b> under Chavez, the effectiveness and impartiality of the judicial branch remains <b>tenuous</b> <sup>75</sup> (FREEDOM HOUSE, 1999, p. 524)

Fonte: Relatório Freedom in the World (2008, 1999)

Segundo Robinson (1998), os Estados Unidos vêm promovendo a sua versão de democracia no Sul Global de modo que restrinja aspirações populares e de massa por uma democratização mais profunda e que possibilite o livre mercado (ROBINSON, 1998). Os relatórios da Freedom Huse deixam claro a defesa desse modelo no qual um governo, como o de Hugo Chávez, com tendência a políticas que interfiram na livre circulação do capital estadunidense é visto como uma ameaça aos interesses privados da sua classe dominante e que são universalizados como uma ameaça a democracia. Nesse modelo, o foco é a atuação na sociedade civil a partir de fundações, ONGs internacionais e a comunidade local que atual como meio condutor dessas políticas (BARBOSA, 2018).

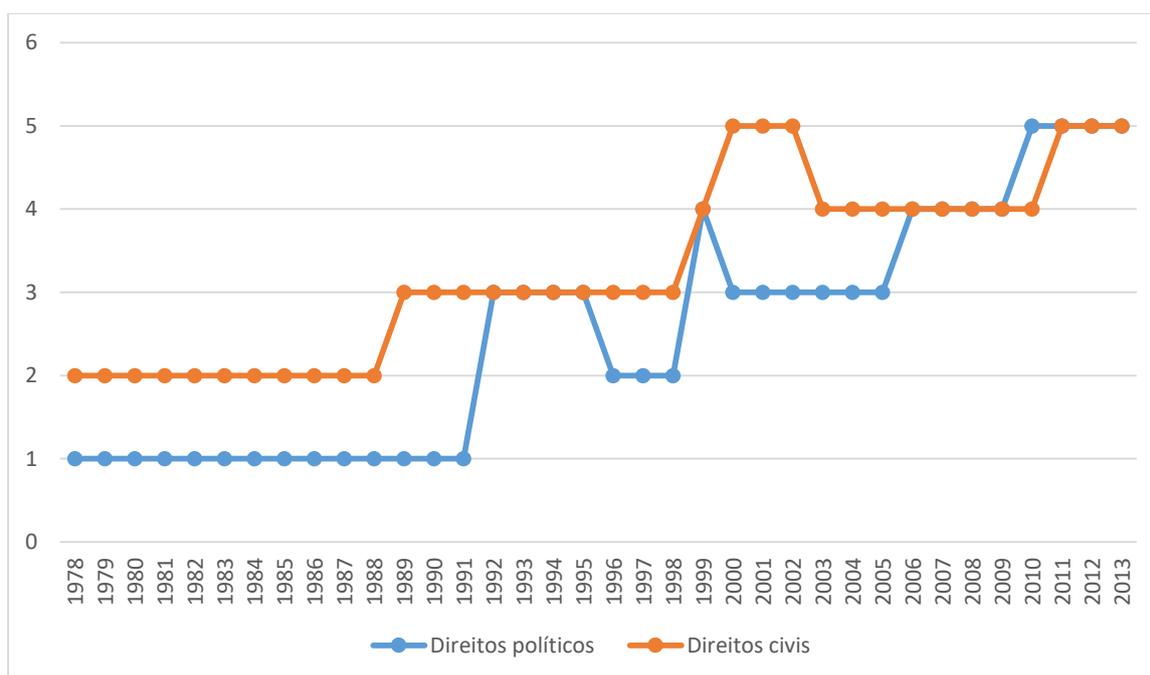
Nos seus relatórios, a Freedom House dá nota aos países avaliados. Para a organização, ser avaliado com 1 significa ser um país livre; enquanto receber 7 como avaliação significa um

<sup>74</sup> Tradução nossa: O Freedom in the World considerou que a liberdade na Venezuela permaneceu sob coação, apontando para pressões sobre a liberdade de reunião, a imprensa independente e a liberdade acadêmica.

<sup>75</sup> Tradução nossa: Minado pela corrupção crônica, incluindo a crescente influência de traficantes de narcóticos que permeia todo o sistema político e indiferente às acusações de abusos de direitos sob Chávez, a eficácia e a imparcialidade do poder judicial permanecem tênues.



Gráfico 9 – Avaliação da Freedom House sobre a Venezuela (1978-2013)



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos relatórios do Freedom in the World da Freedom House (1978-2013)

Como pode ser visto no gráfico, com exceção do segundo mandato de Rafael Caldera, os outros governos do Pacto de Puntofijo são classificados com notas entre 1 e 2, sendo considerado um dos países mais democráticos nas avaliações da Freedom House. Com a posse de Chávez em 1999, a Venezuela passa a ser classificada entre 4 e 5, sendo considerada parcialmente livre. Abaixo pode-se ver uma sistematização das avaliações da Venezuela:

Tabela 5 – Classificação da liberdade na Venezuela pela Freedom House

Ano	Classificação da liberdade
1979 -1991	Livre
1992-1995	Parcialmente livre
1996-1998	Livre
1999-2013	Parcialmente livre

Fonte: Elaboração própria da autora com base nos relatórios do Freedom in the World da Freedom House (1979-2013)

A partir da análise dos relatórios da Freedom House, foi possível compreender e sintetizar a forma que a organização retratou o governo de Chávez de 1999 a 2013 de forma a facilitar a compreensão do leitor. A análise dos relatórios evidenciou uma oposição da Freedom House ao governo do Chávez que se expressa, no fim, com uma ‘nota ruim’ mostrando o ‘baixo desempenho’ do seu governo em termos de democracia, liberdade e direitos humanos. Além

disso, foi possível perceber que a democracia proposta pela Freedom House contribui para os interesses da classe dominante estadunidense, uma vez que é orientada pelo livre mercado de onde essa mesma classe se beneficia materialmente. Assim, só é democrático aquele governo que segue a cartilha neoliberal proposta por Washington.

Nesse sentido, por trás dos números que transmitem cientificidade para os relatórios da Freedom House, está uma concepção de democracia elitista que defende o interesse privado de uma classe dominante que se naturaliza e se universaliza por meio de dados ‘neutros’ e ‘imparciais’. Esses relatórios e índices foram utilizados para legitimar a atuação do NED e da USAID na Venezuela, bem como para justificar a primeira sanção aplicada ao país pelo ex-Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, como será analisado nas próximas seções.

## 5.2 As Classificações da Freedom House como legitimadora da Desestabilização

A criação de indicadores objetiva trazer uma concretude para a realidade social permitindo atuar, intervir e governar mais ‘facilmente’ (BHUTA et al, 2018). Maria Uribe (2012) afirma que os indicadores têm dois efeitos, um de conhecimento e um de governança, já que um conhecimento supostamente objetivo do desenvolvimento é produzido pelo indicador e esse conhecimento, por sua vez, influencia as políticas e regulamentos dos Estados receptores. Logo, são atraentes para os tomadores de decisão porque permitem apresentar estes processos como eficientes, consistentes, transparentes, científicos e imparciais. Em outras palavras, basear as decisões políticas em indicadores divulgados publicamente diminui a possibilidade de críticas. Como Theodore Porter (1995) argumenta, quanto menos confiável é o governante, mais atraente se torna esse tipo de ‘imparcialidade’ demonstrada.

Percebe-se a importância destas classificações e dos relatórios anuais de ONG’s no documento confidencial de 30 de Agosto de 2004 intitulado *‘Chavez revives new media law - Venezuelan press feels there are greater threats’* no qual o diplomata Stephen G. McFarland afirma que “teremos muito mais impacto, no entanto, se pudermos expressar nossas opiniões em conjunto com outros países e ONG’s”<sup>76</sup> (MCFARLAND, 2004, s/p, tradução nossa). Nesse sentido, a Freedom House exercia o papel de identificar e rotular nações-alvo em seu relatório anual, os caracterizando como ‘livres’, ‘parcialmente livres’ ou ‘não livres’ (MACKINNON, 2010). Eva Golinger (2007) afirma que a Freedom House, entre outros organismos que são considerados ‘promotores da democracia’ no mundo, pretende convencer a comunidade

---

<sup>76</sup> Texto na língua original: we will have far more impact, however, if we can voice our opinions in concert with other countries and NGOs.

internacional de que sua visão da democracia representativa é o único modelo de liberdade aceito como democracia. Portanto, o modelo de democracia participativa proposto por Chávez seria um regime “semi-autoritário” (GOLINGER, 2007, s/p) e que, portanto, careceria de democracia e liberdade.

Os indicadores produzem formas de conhecimento prontamente compreensíveis e convenientes sobre o mundo que moldam a maneira como os formuladores de políticas e o público em geral o compreendem (MERRY, 2011). São muitas vezes utilizados para justificar decisões em termos de política externa (MARQUES, 2022). Isso pode ser percebido quando observamos que o NED divide os programas de concessão de recursos para organizações da sociedade civil e os formata estrategicamente de acordo com a situação de cada país. A instituição considera, para isso, a classificação da Freedom House que anualmente lança seu relatório classificando os países ao redor do mundo (BARBOSA, 2018).

No *Strategy Document*<sup>77</sup> (NED, 2002), o NED afirma que concentrará a maior parte de seus recursos nos países onde as “barreiras para democracia” são maiores (NED, 2002, p.4, tradução nossa). Esses países enquadram-se em duas grandes categorias: ditaduras e sistemas semi-autoritários no qual as ditaduras incluem sistemas totalitários e autoritários, e o semiautoritarismo inclui países que estão se aproximando ou se afastando da democracia plena, (ou, ainda que estão não se movendo perceptivelmente em nenhuma direção) (NED, 2002).

Assim, o NED afirma que deve continuar envolvido em países semi-autoritários como a Venezuela “cujo sucesso ou fracasso afetará significativamente a perspectiva de democracia desenvolvimento nas suas respectivas regiões”<sup>78</sup> (NED, 2002, p.7, tradução nossa). Nesse sentido, a instituição afirma que, tendo em vista que o semi-autoritarismo envolve deficiências em diversos setores, o NED atua de forma multisetorial nesses países trabalhando simultaneamente em diferentes áreas como o fortalecimento da sociedade civil, dos meios de comunicação independentes, de partidos políticos, associações empresariais, sindicatos e instituições formadoras de políticas públicas que “possam fazer a mediação entre o Estado e o mercado e efetuar uma verdadeira reforma econômica”<sup>79</sup> (NED, 2002, p. 7, tradução nossa).

No documento estratégico publicado pelo NED em 2007, afirma-se que democracia e a promoção da democracia estão prosperando como nunca antes. No documento, o NED afirma que, de acordo com o relatório da Freedom House, aumentaram a quantidade de países

---

<sup>77</sup> Os documentos estratégicos do NED constam as diretrizes da atuação da instituição. O NED publicou cinco documentos até o momento, a saber: em 1992, 1997, 2002, 2007 e 2012.

<sup>78</sup> Texto na língua original: whose success or failure will significantly affect the prospect for democratic development in their respective regions.

<sup>79</sup> Texto na língua original: can mediate between the state and the market and effect real economic reform.

classificados como ‘livres’, elevando para 123 o número total de países que podem ser classificados como democracias. Entretanto, afirma que, para além dessa realidade, há em certos países uma “estagnação do progresso democrático e um fraco desempenho das democracias emergentes, bem como na ascensão de novas ameaças à democracia e promoção da democracia”<sup>80</sup> (NED, 2007, p.8, tradução nossa). Por fim, argumenta que desde o final da década de 1990, houve uma deterioração da democracia em diversos países estrategicamente importantes como a Venezuela (NED, 2007).

Assim, para promover a ‘democratização’ nesses países semiautoritários, o NED e seus institutos: 1) Ajudam ONGs, partidos políticos e sindicatos independentes; 2) Apoiam esforços para criar coalizões amplas e colaboração entre organizações da sociedade civil pró-democracia e ajudá-las a incluir partidos políticos da oposição; 3) Trabalham para expandir o alcance dos meios de comunicação independentes; 4) Ajudam nos esforços para garantir a integridade das eleições; e 5) Incentivam a assistência transfronteiriça dentro regiões para reforçar a cooperação democrática e a solidariedade (NED, 2007).

Já no último documento estratégico publicado pelo NED em 2012, afirma-se que durante os primeiros quatro anos após a publicação do Strategy Document de 2007, a democracia experimentou um declínio constante. Citando os dados da Freedom House, o documento apresenta que o número de democracias eleitorais no mundo caiu - de 123 em 2006 para 115 no final de 2010. De acordo com a Freedom House, o número de países que registam queda nos direitos políticos de 2006 a 2010 excederam aqueles que registraram ganhos (NED, 2012). Entre os países que registraram queda, está a Venezuela (NED, 2012).

Entretanto, esses mesmos relatórios da Freedom House utilizados pelo NED como forma de legitimar a necessidade de intervenção em países classificados como parcialmente livres e não livres, são financiados pelo próprio NED. De acordo com o relatório da Freedom House ‘*Defending Latin American Human Rights and Democracy Activists*’, em sua primeira página consta a seguinte menção: “Este relatório foi possível graças ao generoso apoio do National Endowment for Democracy (NED)”<sup>81</sup> (FREEDOM HOUSE, 2018, s/p, tradução nossa). Assim, usando a legitimidade moral que a promoção de ‘democracia’ em um país ‘semi autoritário’ lhe confere, o NED apoiou partidos políticos, sindicatos, movimentos de dissidentes e meios de comunicação totalizando mais de 20 milhões de dólares de repasse de recursos. Esse

---

<sup>80</sup> Texto na língua original: stagnation of democratic progress and the poor performance of emerging democracies, as well as in the rise of formidable new threats to democracy and democracy promotion

<sup>81</sup> Texto na língua original: This report was made possible through the generous support of the National Endowment for Democracy (NED).

valor foi direcionado para financiar os setores da oposição ao governo Chávez (GOLINGER, 2005).

Assim como o NED, a USAID também utiliza indicadores para determinar (ou legitimar) sua alocação de recursos e estratégias de atuação. Segundo seu documento *'Performance and Accountability Report'* de 2002, a agência afirma que a utilização de indicadores “reflete o compromisso do presidente em financiar ajuda ao desenvolvimento, baseada em metas mensuráveis e parâmetros concretos para alcançar os objetivos”<sup>82</sup> (USAID, 2002, p. 126, tradução nossa). Assim, para entender o contexto geral em que a Agência trabalha, “indicadores de contexto” (USAID, 2002, p.126) são apresentados para ilustrar tendências gerais. No setor da democracia, o indicador de contexto utilizado é o Freedom in the World, da Freedom House.

Segundo o documento ainda, democracia e a liberdade teriam se espalhado globalmente em um ritmo sem precedentes e que os programas de democracia e governança da USAID desempenharam um papel importante nesta conquista histórica (USAID, 2002). Para ‘provar’ esse fato, o documento cita os indicadores da Freedom House afirmando que “O quadro global é claro. O número de países ‘livres’ aumentou de 12 em 1992 para 21 em 2001, e a proporção de países classificados como ‘não livres’ pela Freedom House caiu de 29% de 64 países em 1989 para 25% de 64 em 2001”<sup>83</sup> (USAID, 2002, p.162, tradução nossa).

Os indicadores da Freedom House proporcionaram um elemento de legitimidade científica à atividades do NED e da USAID para ‘transição para a democracia’ na Venezuela. Nesse contexto, os instrumentos de mensuração, quantificação e ranqueamento de países compõem uma estrutura de conhecimento que serve a legitimar estruturas políticas, econômicas e sociais através de um suposto cientificismo sobre a distribuição de poder e manutenção do *status quo*. O desenvolvimento desses instrumentos representa um aparelho privado hegemônico (GRAMSCI, 2007), criando um consenso ideológico sobre métodos, categorias e comportamentos políticos, e construção de conhecimento. Ainda que se proponham estatisticamente neutros, são utilizados como ferramentas para adquirir e/ou fortalecer a hegemonia vigente (GIANNONE, 2010).

---

<sup>82</sup> Texto na língua original The FY 2002 Performance and Accountability Report reflects the President’s commitment to fund development assistance, based on measurable goals and concrete benchmarks for achieving these goals.

<sup>83</sup> Texto na língua original: The global picture is clear. The number of “free” countries has increased from 12 in 1992 to 21 in 2001, and the proportion of countries classified as “not free” by Freedom House has fallen from 29% of 64 countries in 1989 to 25% of 64 in 2001.

Os indicadores são, inevitavelmente, políticos enraizados em concepções específicas do que é um problema e do que não é, além de representarem as perspectivas e os enquadramentos daqueles que os produzem. Nesse sentido, é necessário atentar para a relação entre os sistemas globais de produção de conhecimento e usos e efeitos locais desses sistemas globais (MERRY et al., 2015). Os processos de criação e de circulação desses indicadores podem reproduzir desigualdades em termos de riqueza, influência e conhecimentos, especialmente entre os países do Norte e do Sul global (HYDER, 2005). Isto porque esses índices refletem e promovem os objetivos de países desenvolvidos (em específico, de suas classes dominantes), às vezes impactando negativamente os dos países em desenvolvimento (HYDER, 2005). Entretanto, por meio dos indicadores e da sua leitura supostamente científica e neutra, esses objetivos e interesses privados - próprios dessas classes e desses países - passam a ser difundidos como universais, uma vez que, a partir de uma interpretação gramsciana, a manutenção de uma determinada hegemonia não aparece como a expressão de interesses particulares, mas de interesses universais (GRAMSCI, 2007). Assim, o apelo moral da democracia e dos direitos humanos, portanto, torna-os instrumentos perfeitos para organizar um amplo consenso nacional e internacional para a ordem mundial existente (GUILHOT, 2005) - especialmente quando estes são expressos em forma de dados supostamente científicos, neutros e imparciais.

Logo, a estratégia de mensuração é entendida aqui como uma ferramenta de legitimação da superioridade ocidental e da hierarquia do desenvolvimento. A adoção de rankings baseados em critérios exclusivamente econômicos e procedimentais de democracia referem-se a hegemonia ocidental (GIANNONE, 2009). Além disso, baseia-se nos pressupostos neoliberais para as relações econômicas e sociais, embasadas na concorrência (DARDOT e LAVAL, 2016). Assim, os indicadores promovem um “universalismo ocidental” (GIANNONE, 2009, p. 191) através do estabelecimento do neoliberalismo como modelo único de desenvolvimento e de doutrina político-econômica.

Percebe-se, então, que a produção dos indicadores, relatórios e recomendações da Freedom House foram e ainda são utilizadas por legisladores e formuladores de política externa para influenciar e legitimar a agenda política do país. Assim, a organização também foi responsável por exportar suas *expertises* para diversas organizações opositoras na Venezuela. Assim, a Freedom House não só contribuiu e legitimou medidas hostis estadunidenses em relação ao governo de Hugo Chávez, como também atuou na Venezuela – como instrumento de política externa terceirizada - para desestabilizar o governo chavista, como será analisado na seção seguinte.

### 5.3 A capacitação de oposição

De acordo com o ex-secretário de Estado George Shultz, as atividades de ‘promoção da democracia’ envolvem cinco áreas estreitamente relacionadas e muitas vezes sobrepostas, a saber: (1) Treinamento de liderança; (2) Educação; (3) Fortalecimento de instituições democráticas; (4) Transmissão de ideias e informações; e (5) Desenvolvimento de vínculos pessoais e institucionais (*apud* ROBINSON, 1996). A primeira envolve a seleção, o preparo e a formação de lideranças através de seminários e bolsas de estudo para programas de formação em universidades dos EUA. A segunda área objetiva inculcar os princípios e os valores dos Estados Unidos nos sistemas educativos de outras nações. A terceira, visa a organização, o financiamento e o aconselhamento de partidos, sindicatos, meios de comunicação, empresas e grupos cívicos nos países intervencionados. Essas atividades, na maioria das vezes, estão a cargo de ONG's estadunidenses. A quarta área é destinada a criar espaços destinados a desenvolver o trabalho dos intelectuais orgânicos nos países intervencionados a partir da organização de fóruns cujo objetivo é facilitar a coesão da elite. A quinta área, por fim, visa desenvolver laços entre indivíduos e organizações estadunidenses e os seus homólogos estrangeiros visando a transnacionalização das estruturas políticas e da sociedade civil, em que as elites locais e transnacionais fundem as suas atividades num cenário transnacional (ROBINSON, 1996).

Essas estratégias supracitadas foram colocadas em prática pela Freedom House na Venezuela, como será analisado nesse capítulo. Para fazer a investigação, foram utilizados telegramas despachados pela embaixada dos Estados Unidos em Caracas e em outros países da América Latina. Essa documentação foi disponibilizada no site Wikileaks que divulgou diversos documentos sigilosos compostos de telegramas das embaixadas dos Estados Unidos de diversos países, relatórios produzidos para o Congresso dos Estados Unidos, além de e-mails de políticos e empresas (SALGADO, 2021). Os documentos que serão analisados nesse capítulo destacam o recrutamento de ativistas, advogados e jornalistas locais pela Freedom House a fim de promover os objetivos estratégicos do governo dos Estados Unidos, a saber, desestabilizar o projeto socialista na Venezuela liderado por Hugo Chávez.

Nessa seara, pode-se observar que diversos documentos enviados por telegrama pela embaixada dos Estados Unidos em Caracas evidenciam práticas intervencionistas; não por meio apenas da coerção, mas também por meio da formação de um consentimento em torno da necessidade de ingerência para ‘proteger’ a democracia no país. Assim, o embaixador William Brownfield no *cable* intitulado ‘*USAID/OTI Programmatic Support For Country Team 5 Point*

*Strategy*’ afirma que durante os seus 8 anos no poder, o Presidente Chávez “desmantelou sistematicamente as instituições da democracia e de governança”<sup>84</sup> (BROWNFIELD, 2006, s/p, tradução nossa). Desse modo, foi criado o programa USAID/OTI na Venezuela que visava o “fortalecimento de instituições e espaços democráticos através da cooperação apartidária com muitos setores da sociedade venezuelana”<sup>85</sup> (BROWNFIELD, 2006, s/p, tradução nossa).

O diplomata Stephen G. McFarland afirma no texto *‘Update on the USAID/OTI Venezuela Program’* que o OTI da USAID começou seu programa na Venezuela, em Agosto de 2002, com o objetivo de “apoiar uma solução democrática para a crise política da Venezuela como parte de uma estratégia global do governo dos Estados Unidos”<sup>86</sup> (MCFARLAND, 2004, s/p, tradução nossa). O programa foi planejado para ser executado até o ano fiscal de 2005 uma vez que, segundo o diplomata, a USAID/OTI normalmente trabalha em um país por volta de dois ou três anos. No entanto, McFarland afirma que seria necessário que o programa operasse no país até o ano fiscal de 2006 tendo em vista as eleições programadas para legisladores nacionais e a presidência nesse período.

Nesse contexto, em agosto de 2004, o embaixador delineou uma estratégia de 5 pontos que iria orientar as atividades da embaixada dos Estados Unidos na Venezuela durante o período de 2004 a 2006 – detidamente, desde o referendo até às eleições de 2006. O foco da estratégia era: 1) Fortalecer as instituições democráticas; 2) Penetrar na base política de Chávez; 3) Dividir o Chavismo; 4) Proteger negócios vitais dos EUA; e 5) Isolar Chávez internacionalmente.

Nota-se que após o fracasso do golpe militar de 2002, os Estados Unidos e a oposição venezuelana buscaram novas formas de desestabilizar o governo de Chávez adotando a justificativa de uma política externa que defende valores tidos como universais, como a democracia, o respeito às leis e aos direitos humanos (AYERBE, 2002). O objetivo, na prática, era preservar os interesses financeiros de uma classe dominante estadunidense no país tendo em vista a importância do petróleo venezuelano para os Estados Unidos. A Venezuela possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e é um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos. Nesse sentido, Guilhot (2005) afirma, então, que a ‘democratização’ está pautada na natureza da economia global e é, portanto, um processo de ajuste às novas exigências do capital, que exige sociedades abertas e estados plenamente integrados no sistema internacional (GUILHOT, 2005).

---

<sup>84</sup> Texto original: systematically dismantled the institutions of democracy and governance.

<sup>85</sup> Texto original: focus on strengthening democratic institutions and spaces through non-partisan cooperation with many sectors of Venezuelan society.

<sup>86</sup> Texto original: USAID's Office of Transition Initiatives (OTI) began its Venezuela program in August 2002 to support a democratic solution to Venezuela's political crisis as part of an overall USG strategy.

Assim, as políticas colocadas em prática durante o governo Chávez que enfraqueciam e criticavam a hegemonia estadunidense na Venezuela, e mesmo no globo, desagradaram uma classe dominante que dependia materialmente da manutenção de seus privilégios com a manutenção dessa hegemonia. Assim, a oposição estadunidense se deu pelo fato de Chávez defender um projeto de desenvolvimento para a Venezuela e para a América Latina diferente do projeto desenhado por Washington. Enquanto Washington buscava consolidar a posição da América Latina enquanto fornecedora de matéria-prima e impor os pressupostos do neoliberalismo na região, a Venezuela de Chávez defendia a integração da América Latina como forma de se construir um continente mais autônomo (SALGADO, 2021).

Desse modo, a política externa dos Estados Unidos está pautada na necessidade de proteger seus negócios na região como afirma Lars Schoultz:

Através da história, países hegemônicos procuram proteger seus interesses controlando o comportamento de vizinhos mais fracos. [...] Guiado pelo autointeresse, essa supervisão hegemônica atingiu níveis sem precedentes no final do século XX. Hoje não parece excepcional para Washington estimular e acalentar latino-americanos não apenas para reformar suas economias, mas para renovar seus sistemas judiciários e reconstruir suas democracias (SCHOULTZ, 2000, p.11)

Assim, para alcançar os cinco objetivos traçados pela embaixada dos Estados Unidos, Brownfield descreve no documento as atividades da USAID/OTI durante o período mencionado em apoio à estratégia. O documento apresenta uma série de atividades e instituições financiadas pelo governo dos Estados Unidos voltadas para a ‘defesa’ dos Direitos Humanos e da democracia vinculados à USAID/OTI, como a Freedom House. Tendo em vista que o objetivo da ‘promoção da democracia’ é penetrar e conquistar a sociedade civil nos países intervencionados (ROBINSON, 1996), a estratégia foca em um caráter pedagógico ao ensinar, capacitar, treinar, e fortalecer a sociedade civil venezuelana. Para isso, segundo Brownfield no *cable* ‘USAID/OTI Programmatic Support For Country Team 5 Point Strategy’, o OTI apoiou mais de 300 organizações da sociedade civil venezuelana com assistência técnica e capacitação, conectando-as entre si e com movimentos internacionais tendo apoio financeiro superior a US\$ 15 milhões. Com os programas e financiamento do OTI, 39 novas organizações foram criadas e a Freedom House recebeu um financiamento de US\$ 1,1 milhão para o seu programa ‘Direito de Defender os Direitos Humanos’.

Com esse financiamento, o projeto Freedom House/USAID começou suas operações na Venezuela em setembro de 2004 segundo o telegrama ‘*Freedom House - Catalyst For An Emerging Human Rights Movement In Venezuela*’. Em documento, o embaixador William Brownfiel argumenta que, em meio a um ambiente de abuso de direitos humanos e impunidade

judicial, a Freedom House teria por objetivo treinar ‘organizações de direitos humanos’ para aumentar sua capacidade técnica e habilidades para ‘defender os direitos humanos’. O objetivo era que essas organizações pudessem informar nacionalmente e internacionalmente sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela.

A USAID teria entrado em um acordo de cooperação com a Freedom House sob o argumento de que estaria respondendo às alegadas violação de direitos humanos de fevereiro/março de 2004 e que seria necessário oferecer treinamento à organizações na Venezuela, pois o movimento pela defesa de direitos humanos no país era liderado principalmente por três ONGs - COFAVIC, Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos (PROVEA) e Red de Apoyo – com pouco ou nenhum alcance no país devido a falta de funcionários e financiamento. Além disso, Browfield também argumenta que a PROVEA e Red de Apoyo não são politicamente neutras e que a primeira expulsou seu diretor a mando de indivíduos pró-Chavez na organização enquanto a segunda não faz críticas duras ao governo em seus relatórios. Assim, o embaixador afirma que o movimento pela defesa dos direitos humanos na Venezuela é muito vulnerável, uma vez que as organizações seriam relativamente fáceis de atacar e manipular.

Além disso, Browfield também afirma que destas três ONG’s que operam na Venezuela, a COFAVIC era a única organização focada exclusivamente em questões de liberdades civis e políticas, enquanto PROVEA e Red de Apoyo concentrariam sua defesa pelos direitos humanos em questões como direitos econômicos, sociais e culturais dos venezuelanos. Assim, justificaria-se a necessidade de financiar a Freedom House para ‘ensinar’ a sociedade civil quais os direitos e que tipo de democracia devem ser defendidos.

Segundo Brownfiend no *cable* intitulado ‘*Freedom House working with Venezuela Human Rights Organizations*’, o diplomata afirma que, para fortalecer as ONGs de direitos humanos “relativamente fracas” (BROWNFIELD, 2005, s/p, tradução nossa) que trabalham na Venezuela, a Freedom House iniciou um programa para ensinar às organizações e aos “profissionais de direitos humanos” (BROWNFIELD, 2005, s/p, tradução nossa) estratégias ‘bem-sucedidas’ utilizadas em outros países e para aumentar a sua capacidade institucional através de intercâmbios que solidificassem laços com opositores em outros países da América Latina. Nota-se que a Freedom House visava o desenvolvimento de vínculos pessoais e institucionais entre opositores focando na produção, intercâmbio e circulação de suas ideias a nível internacional, por isso promoveu diversos intercâmbios e viagens para ligar opositores de diversos países latino-americanos e estadunidenses. A promoção da democracia serviu, assim, para organizar a sociedade para a difusão dos modelos institucionais

e das prescrições políticas dos Estados Unidos sob o pretexto de aumentar o profissionalismo ou de “construir capacidades” (GUILHOT, 2005, p.81).

Nesse contexto, a Freedom House é posta como essencial nesse processo patrocinando e apoiando mais de 50 opositores de 29 diferentes ONGs ou grupos com intercâmbios e eventos de capacitação e treinamento. Além disso, a Freedom House ainda seria usada para auxiliar as organizações a documentar e informar sobre a situação de direitos humanos no país mantendo, segundo o documento, uma postura neutra e profissional. Browfield afirma que a Freedom House forneceu treinamento sobre um *software* especializado em relatórios criptografados sobre direitos humanos. Além disso, ensinaram técnicas de segurança física e de proteção de suas informações. Ademais, treinou advogados para atuar em um “ambiente de impunidade judicial e policial” (BROWFIELD, 2004, s/p).

A Freedom House ainda possibilitou que ONG's menores de direitos humanos estabelecessem relações entre defensores de direitos humanos na Guatemala, México, Argentina, Peru, Costa Rica e Washington. Além disso, também ‘ensinou’ a esses grupos o funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em Washington e a Corte Interamericana de Direitos Humanos na Costa Rica. Desse modo, Brownfield afirma que, por meio do fornecimento de assistência técnica e de intercâmbio, a Freedom House tem desempenhado um papel crucial no aumento da competência e na confiança dos opositores na busca pela ‘defesa de direitos humanos’. Segundo o documento, a ONG regional *Fundacion de Derechos Humanos Anzoategui* participou da maioria dos intercâmbios e levou seus relatórios até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Nessa seara, o embaixador elenca alguns dos projetos desenvolvidos na Venezuela com apoio da Freedom House. O primeiro foi o Observatório Penitenciário Venezuelano (OVP) composto por um grupo de advogados que, formalmente, defendem a justiça e o tratamento justo à venezuelanos em prisões de todo o país. Esse grupo teria assumido a liderança na denúncia do abuso de direitos humanos da população carcerária na Venezuela, demonstrando o fracasso do Ministério do Interior e da Justiça na prestação de segurança e dignidade a essas pessoas. O grupo de advogados também levou casos à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Além disso, também foi criada a Rede de Defesa dos Advogados de Direitos Humanos composta por 18 membros formalmente dedicados a atender casos de abuso dos direitos humanos gratuitamente através do sistema judicial nacional. Este grupo foi estabelecido no Estado de Bolívar na Venezuela e tinha pretensões de se expandir para outros estados em

2006. O OVP recebeu suporte técnico da Freedom House, bem como apoio financeiro da Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (FUPAD).<sup>87</sup>

Brownfield segue no documento afirmando que parte do sucesso do projeto foi a coordenação entre a Freedom House e outras organizações patrocinadas pela USAID e por outros grupos patrocinados pelo governo dos Estados Unidos, o que aumentou o impacto da atuação da Freedom House no país.

Uma dessas parcerias da Freedom House foi com a Development Alternatives, Inc. (DAI)<sup>88</sup> que gerencia o programa de pequenos subsídios da USAID na Venezuela. Assim, com a assistência técnica da Freedom House e o financiamento da DAI, diversas organizações de direitos humanos na Venezuela receberam um aumento de apoio. Exemplo desses grupos incluem a Universidade Central da Venezuela que, em 2006, com o financiamento da DAI estabeleceu um Centro de Direitos Humanos sob a liderança de Hector Faundes. Este centro tinha por objetivo promover debates acadêmicos, um jornal trimestral sobre direitos humanos, um relatório anual sobre direitos humanos na Venezuela e uma biblioteca para liderança em questão de direitos humanos no país. Outro parceiro da Freedom House foi o Instituto para Imprensa e Sociedade (IPYS)<sup>89</sup> – uma ONG formalmente focada na liberdade de expressão e imprensa – que recebeu apoio da DAI para projetos de jornalismo investigativo e para a criação de uma lei de acesso à informação para a Venezuela.

Além da DAI, a Freedom House também coordenou a sua atuação com a FUPAD. A FUPAD, através do seu projeto apoiado pela USAID, forneceu apoio institucional a organizações de vigilância de direitos humanos na Venezuela. Isso inclui vários grupos que receberam assistência técnica da Freedom House como o próprio Observatório Penitenciário Venezuelano, mencionado anteriormente. A FUPAD também apoiou uma organização de

---

<sup>87</sup> A FUPAD é uma das principais contratadas da USAID na Venezuela. Foi criada pelo Departamento de Estado em 1962 e é “afiliada” da Organização dos Estados Americanos (OEA). Já implementou programas financiados pela USAID, pelo Departamento de Estado e por outros financiadores internacionais para “promover a democracia” e “fortalecer a sociedade civil” na América Latina e nas Caraíbas (GOLINGER, 2010).

<sup>88</sup> Quando o OTI abriu suas operações em 2002, contratou a empresa estadunidense Development Alternatives Inc. (DAI) um dos maiores prestadores de serviços ao Departamento de Estado, da USAID e do Pentágono em nível mundial. Essa empresa, a DAI, operava uma empresa no El Rosal – o Wall Street de Caracas – de onde distribuía fundos milionários a organizações venezuelanas através de pequenos convênios não superiores a 100 mil dólares cada um (GOLINGER, 2010).

<sup>89</sup> O Instituto para Imprensa e Sociedade (IPYS) é um porta-voz de Washington, criado e financiado pelo NED e outras entidades ligadas ao Departamento de Estado. Seu diretor na Venezuela era o jornalista Ewald Scharfenberg, conhecido opositor ao governo de Hugo Chávez. O IPYS é membro do International Free Expression Exchange (IFEX), financiado pelo Departamento de Estado, e faz parte da rede Repórteres Sem Fronteiras (RSF), uma organização francesa financiada pelo NED, pelo Instituto Republicano Internacional (IRI) e pelo Comitê de Assistência para uma Cuba Livre (GOLINGER, 2010).

monitoramento judicial - organização do qual fará parte as ONGs Consorcio Justicia e Foro Penal, dois grupos que participaram dos programas de treinamento da Freedom House.

Browfield também afirma que a Seção de Assuntos Públicos da Embaixada dos Estados Unidos em Caracas, em parceria com a USAID, enviou 6 advogados para Washington em abril de 2006 para participar de um programa internacional de visitantes para advogados de direitos humanos. Segundo o diplomata, essa troca tinha por objetivo aprofundar os contatos e o profissionalismo da Rede de Advogados de Direitos Humanos e dos centros acadêmicos apoiados pela Freedom House. Ou seja, além dos Estados Unidos investirem recursos financeiros para a Freedom House treinar e capacitar advogados na Venezuela, esses intercâmbios, *workshops*, conferências, palestras e capacitações e outros eventos realizados pela organização e financiado pelo governo estadunidense possuem o objetivo de criar vínculos de socialização e relações de confiança entre opositoristas dos dois países bem como de outros países latino-americanos, construindo canais diretos e informais de contato.

O diplomata McFarland no *cable* intitulado '*Freedom House Strengthens Venezuelan Human Rights Organizations*', afirma que o projeto USAID/Freedom House estava sendo implementado através de uma série de workshops realizados em vários países latino americanos. O primeiro evento de treinamento foi realizado na Cidade do México, de 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 2005, com foco em "Como proteger Direitos Humanos em Situação de Impunidade"<sup>90</sup> (MCFARLAND, 2005, s/p, tradução nossa). Representantes de três ONGs com sede em Caracas, uma universidade com sede em Caracas, e quatro ONGs regionais participaram (o nome das organizações não foram disponibilizados). Durante os cinco dias, os representantes das ONGs aprenderam procedimentos para documentar e pesquisar abusos de direitos humanos, discutiram as relações com a mídia e aprenderam a preparar relatórios anuais. Segundo o telegrama, todo o trabalho foi acompanhado por um representante da Freedom House durante suas visitas periódicas para à Venezuela. Além disso, a Freedom House também facilitou um *workshop* de dois dias (8 a 9 de fevereiro) para 18 advogados – sendo 11 venezuelanos - sobre preparação de processos judiciais relacionados com execuções extrajudiciais em situações de impunidade. O documento afirma que o workshop seguinte estava agendado para os dias 29 a 30 de março na Cidade de Guatemala e que se esperava que vinte venezuelanos comparecessem. Nesse sentido, percebe-se uma importante área de atuação da Freedom House, a saber, a transferência de *expertise*, uma vez que a organização atuou

---

<sup>90</sup> Texto na língua original: How to Protect Human Rights in Situation of Impunity

capacitando as organizações oposicionistas na Venezuela por meio de *workshops* e treinamentos visando aumentar suas capacidades.

Além disso, segundo o *cable* ‘USAID/OTI WATCHDOGS START TO SHED LIGHT’, essa produção de relatórios criticando o governo venezuelano foi financiada pelo programa da USAID juntamente com a FUPAD. Segundo o documento:

A USAID/OTI celebrou um acordo de cooperação com FUPAD para fornecer recursos econômicos para organizações bem estabelecidas para realizar monitoramento e análise de vigilância da situação real em nove áreas diferentes da Venezuela. Estas organizações passaram a maior parte de 2006 realizando uma coleta cuidadosa de dados e analisando as informações. O primeiro semestre de 2007 será dedicado à apresentar esses dados aos venezuelanos e ao mundo internacional comunidade<sup>91</sup> (BROWNFIELD, 2007, s/p, tradução nossa)

Uma das organizações financiadas foi a Venezuelan Prison Observatory, que recebeu suporte técnico da Freedom House. Os relatórios desta organização foram diversas vezes utilizados no relatório ‘*Country Reports on Human Rights Practices*’ produzido pelo Departamento de Estado e enviado ao Congresso dos Estados Unidos - que posteriormente viria a justificar a primeira sanção imposta à Venezuela, como será visto na seção 4.5. Além de serem usados para legitimar uma agenda política estadunidense pelos formuladores de política externa, os relatórios também visam influenciar a opinião pública e alcançar a sociedade civil. As relações de dominação não seriam possíveis sem o alastramento, em todas as classes sociais, de uma concepção de mundo identificada com os interesses das classes dominantes (GRUPPI, 1980). Segundo Stephen Gill (2008, p. 92) “a hegemonia de uma classe requer sucesso contínuo em persuadir outras classes e grupos da sociedade civil a aceitar sua liderança, bem como a maioria de seus valores-chave”.

Como visto nos telegramas já expostos nessa seção, determinadas organizações e seus relatórios – caso da Freedom House - tinham a intenção de ser uma espécie de porta-voz desses valores atuando para persuadir a sociedade numa espécie de terceirização da política externa, tendo em vista que não seria o governo estadunidense promovendo essas ideias, mas uma ONG formalmente neutra e apartidária e, portanto, dotada de legitimidade e credibilidade. Assim, o treinamento destes profissionais e a construção das instituições em que operam, garantem que seja exercido um controle significativo sobre o processo pelo qual as políticas são fabricadas e distribuídas (GUILHOT, 2005).

---

<sup>91</sup> Texto na língua original: USAID/OTI entered into a cooperative agreement with PADF to provide economic resources to well established organizations to carry out watchdog monitoring and analysis of the real situation in nine different areas of Venezuelan life. These organizations spent the better part of 2006 carrying out careful collection of data and analyzing that information. The first half of 2007 will be dedicated to presenting that data to Venezuelans and the international community.

O diplomata Kevin Whitaker afirma no *cable* ‘*What our Foreign Assistance is really doing In Venezuela*’ que fornecer formação a ativistas de direitos humanos venezuelanos em países vizinhos cria oportunidades para construir alianças com outros ativistas na região e aumentar a sensibilização sobre os ataques do governo venezuelano aos direitos humanos e à democracia. Segundo o diplomata, após terminar o treinamento de uma semana no Chile, no final de julho, três ativistas venezuelanos de direitos humanos seguiram para o Uruguai e a Argentina onde a Freedom House, parceira do OTI, organizou inúmeras reuniões com ONGs, mídia local e líderes políticos (incluindo uma sessão especial da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia nacional do Uruguai). O principal tópico de discussão foi a proposta de lei para restringir o recebimento de financiamento internacional por parte de ONG’s venezuelanas.

Segundo o mesmo documento, uma nova geração de ‘ativistas sociais’ quer se envolver, mas não sabe como. Nesse sentido, Whitaker afirma que um dos maiores impactos do programa foi oferecer “direção e oportunidade”<sup>92</sup> para essas pessoas (WHITAKER, 2006, s/p, tradução nossa). Percebe-se, aqui, o foco na educação cívica de um público jovem e na formação líderes políticos e no fortalecimento de suas capacidades. Em termos gramscianos, nota-se um esforço em formar novos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2007). A educação cívica é um ponto crucial na conformação de um consenso ideológico e como instrumento de operação política (BARBOSA, 2018). Isso se torna importante, pois, como afirma Giovanni Semeraro (1999), a subordinação ideológica é um ponto central para a anulação dos caminhos da liberdade da classe subalterna uma vez que esvazia seus esforços na construção de seu próprio projeto hegemônico.

Apesar dessas ações para desestabilizar o governo chavista, no ano de 2006, o diplomata Brownsfield afirma no telegrama *Time to redouble our Pro-Democracy efforts in Venezuela* que é necessário redobrar seus esforços na Venezuela devido a preocupação do governo dos Estados Unidos com a reeleição de Chávez. Brownsfield (2006, s/p) afirma que:

Entendemos que a Comissão de Deputados pediu em Novembro se a Embaixada tem os recursos necessários para promover a nossa estratégia nacional. Esperamos até depois da Eleição presidencial venezuelana para responder. A resposta é que estamos gratos por todos os recursos disponibilizados, mas à luz do triunfo de Chávez, da sua abordagem pós-eleitoral agressiva em relação à oposição, os esforços incipientes da oposição para construir infra-estruturas a longo prazo, e a própria visão de longo prazo de Chávez, precisamos de mais. A estratégia da Embaixada é fortalecer as instituições democráticas, penetrar e dividir chavismo e construir uma sociedade independente. Está funcionando. Mas enfrentamos uma inflação crescente e uma situação fixa desfavorável taxa de câmbio e um esforço sistemático do BRV para fechar as portas tradicionais às atividades oficiais do Governo dos EUA em Venezuela. Com ajuda

<sup>92</sup> Texto na língua original: Direction and opportunities.

adicional, envolvimento militar e financiamento da diplomacia pública, poderíamos ser ainda mais pró-ativos em promover os interesses e valores dos EUA. Os números não são grandes. Obtemos um bom valor com pouco investimento de recursos na Venezuela<sup>93</sup>

Neste mesmo documento, Brownfield argumenta que durante os quatro anos do projeto, a principal fonte financeira para os programas de ‘promoção de democracia’ tem sido do OTI da USAID. O diplomata afirma que o orçamento para esses fins no ano fiscal de 2005 e 2006 foram de de US\$ 6,5 milhões e US\$ 3,3 milhões, respectivamente, mas que em 2007 o orçamento repassado seria de menos de US\$ 3 milhões podendo comprometer o trabalho ‘bem-sucedido’ que estava sendo realizado. Segundo ele, “nós temos um impacto palpável em todo o país com os programas existentes, mas o nosso impacto será significativamente atenuado sob o orçamento projetado”<sup>94</sup>. Nesse sentido, Brownfield argumenta que o financiamento adicional seria direcionado para as seguintes atividades: 1) Atividades que fomentem a resistência dos cidadãos à ‘revolução bolivariana’ de Chávez; 2) NDI e IRI expandirão seus esforços de construção partidária para as eleições locais e estaduais de 2008; 3) NDI prestará apoio técnico à observação eleitoral nacional; 4) Freedom House realizará 12 eventos de direitos humanos por ano; e 4) a FUPAD ajudará a financiar 15 organizações locais de vigilância dos direitos humanos e de responsabilização governamental.

Nesse sentido, percebe-se que a Freedom House atuou em diversas frentes em conjunto com o Departamento de Estado estadunidense – por vezes, inclusive, como ferramenta operacional da política externa desse país na Venezuela. Essa atuação, dada a animosidade estadunidense com relação ao país latino-americano, se caracterizou por fomentar em território externo aos Estados Unidos uma oposição a uma liderança democraticamente eleita. Nesse sentido, a Freedom House atuou para desestabilizar o governo de Hugo Chávez. A organização foi responsável por criar relatórios e indicadores que foram usados como referência para justificar a atuação de outras organizações intervencionistas como o NED e a USAID. Tendo justificado a necessidade de atuação da USAID na Venezuela, a agência fez um acordo com a

---

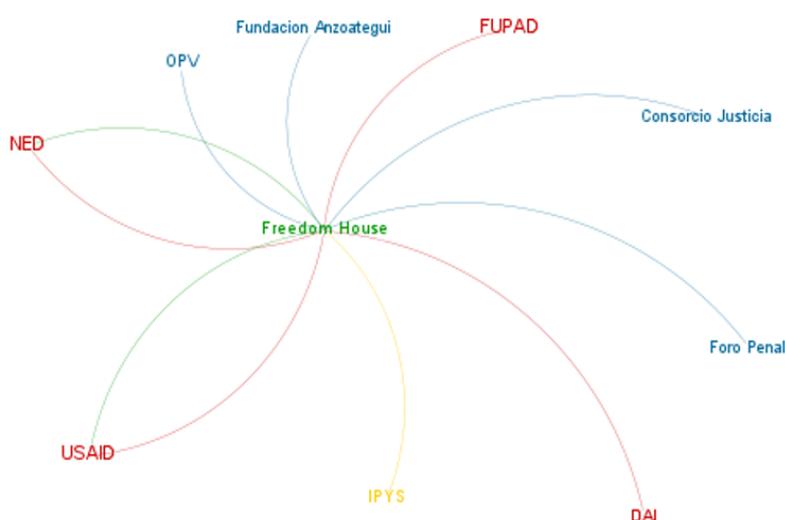
<sup>93</sup> Texto na língua original We understand the Deputies Committee asked in November whether Embassy has the needed resources to promote our country team strategy. We waited until after the Venezuelan presidential election to respond. The answer is that we are grateful for all resources made available, but in light of Chavez' triumph, his aggressive post-election approach to the opposition, the incipient efforts of the opposition to build long-term infrastructure, and Chavez' own long-term vision, we need more. Embassy strategy is to strengthen democratic institutions, penetrate and divide Chavismo, and build independent society. It is working. But we confront growing inflation and an unfavorable fixed foreign exchange rate, and a systematic effort by the BRV to close traditional doors to official USG activities in Venezuela. With additional AID, military engagement, and public diplomacy funding, we could be even more proactive in promoting U.S. interests and values. The figures are not large. We get good value for little investment of resources in Venezuela.

<sup>94</sup> Texto no língua original: We are having a palpable impact around the country with existing programs, but our impact will be significantly muted under the projected budget.

própria Freedom House que atuou no financiamento e capacitação da oposição do governo chavista a partir de transferência de *expertise* ensinando a fazer relatórios, promovendo cursos de formação para advogados, entre outros. Pôde-se perceber que a Freedom House atuou principalmente nas seguintes áreas (1) Criação de indicadores para justificar as intervenções supracitadas; (2) Fornecimento de treinamento e assistência técnica à oposição chavista; (3) Educação Cívica, especialmente do público jovem, para maior engajamento junto da oposição contrária ao governo chavista; (4) Formação de liderança de organizações opositoristas a partir de workshops; (5) Monitoramento do governo Chávez; (6) Denúncia de violação de direitos humanos; (7) Transmissão de determinadas ideias sobre democracia baseada no livre mercado; e (8) Desenvolvimento de vínculos pessoais e institucionais da oposição.

Abaixo, apresentamos uma análise de redes que evidencia os vínculos da Freedom House com as organizações parceiras que financiaram seus projetos, que receberam seus treinamentos e que utilizaram seus indicadores para legitimar alocação de recursos e justificar intervenções. Os documentos analisados nessa seção evidenciam que a Freedom House capacitou e treinou muitas outras organizações além das expostas nessa figura; entretanto, os documentos não expõem os nomes dessas organizações, bem como não mencionam o nome dos indivíduos que receberam treinamento e que participaram dos *workshops* da Freedom House. Assim, a figura apresenta apenas aqueles que puderam ser nominalmente evidenciados.

Figura 6 – Vínculo da Freedom House com organizações na Venezuela e nos Estados Unidos



Fonte: Elaboração da própria autora com base nos relatórios do NED, relatórios da USAID e os *cables* desclassificados pelo Wikileaks.

**Lengenda** – **Vermelho**: organizações que financiaram os projetos da Freedom House na Venezuela. **Azul**: organizações que receberam treinamento, capacitação ou auxílio técnico da Freedom House na Venezuela. **Verde**: organizações que usaram os indicadores da Freedom House para pautar suas alocações de recursos. **Amarelo**: organização parceira.

Além disso, a Freedom House também foi responsável por financiar um setor central no processo de construção de consenso: os órgãos de opinião pública, ou seja, a mídia (GRAMSCI, 2007). A sua atuação na capacitação de jornalistas será analisada na próxima seção.

#### 5.4 Os meios de comunicação

Os meios de comunicação também são um componente central na promoção da poliarquia (ROBINSON, 1996). Robinson (1996) afirma que a maioria dos programas de ‘promoção da democracia’ envolve a penetração da mídia do país alvo. Tendo isso vista, documentos mostram que desde 2006 a Freedom House vem atuando diretamente com jornalistas na Venezuela. Em janeiro de 2012, após quase seis anos depois de terem sido solicitados sob a Lei de Liberdade de Informação (FOIA), oito documentos sobre a USAID e a Freedom House foram disponibilizados. Entretanto, a agência invocou a isenção FOIA B4 que se destina a proteger segredos comerciais e, portanto, grande parte dos documentos foram censurados no esforço de ocultar as suas atividades na Venezuela. Atualmente, os documentos não estão mais disponíveis na internet, mas seu conteúdo foi exposto pelo jornalista investigativo Jeremy Bigwood na revista NACLA<sup>95</sup>.

No Relatório Trimestral – de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2005 – da Freedom House para a USAID sobre o programa “Direito de Defender os Direitos Humanos”, a organização afirma que ampliará o seu público-alvo do projeto a fim de chegar a outros atores que possam afetar o ambiente dos direitos humanos. Assim, a Freedom House afirma que começaria a trabalhar com jornalistas. De 1º a 6 de junho de 2006, a Freedom House organizou um *workshop* de jornalismo investigativo que, segundo a organização, contou com a participação de 12 jornalistas dos mais importantes meios de comunicação (os nomes dos jornalistas e dos meios de comunicação não foram divulgados). Muitos dos principais jornais nacionais e dois canais de televisão enviaram representantes (BIGWOOD, 2012). Segundo Bigwood (2012), o relacionamento da Freedom House com os jornalistas latino-americanos

---

<sup>95</sup> Publicado desde 1967, o Relatório NACLA sobre as Américas é uma revista trimestral de notícias e análises. É a revista progressista mais antiga e mais lida que cobre a América Latina e sua relação com os Estados Unidos (NACLA, 2022).

serve para ‘ajudar’ os jornalistas a enquadrar e decidir quais notícias irão reportar e para consolidar a influência e coordenação do governo dos Estados Unidos - tanto em relação aos repórteres, como com relação às elites locais que são proprietárias dos jornais e devem conceder permissão para que seus jornalistas participem destes eventos.

Outros documentos do Departamento de Estado dos EUA desclassificados pela FOIA evidenciam que o governo estadunidense canalizou mais de 4 milhões de dólares em financiamento a jornalistas e meios de comunicação privados na Venezuela. O financiamento foi canalizado diretamente pelo Departamento de Estado através de três agências dos EUA: Fundação Panamericana para o Desenvolvimento (FUPAD), Freedom House e Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O objetivo seria o de promover páginas anti-Chávez na tentativa de propagar nacionalmente e internacionalmente o governo chavista como uma ‘ditadura comunista’ que sistematicamente viola os direitos humanos da população.

Esses documentos revelam um financiamento de US\$ 716.346 dólares para a Freedom House em 2008 para um projeto de 18 meses que visava, formalmente, fortalecer os meios de comunicação independentes na Venezuela. Este projeto também financiou a criação de um “centro de recursos para jornalistas” em uma universidade na Venezuela (o nome da universidade não foi divulgado). De acordo com o documento, esse centro iria ser responsável por desenvolver uma rádio comunitária, website e oficinas de treinamento e capacitação - tudo financiado pelo Departamento de Estado. Além disso, o documento também afirma que o programa desenvolvido pela Freedom House também iria patrocinar um concurso de reportagem investigativa com exposições subsequentes das peças submetidas um festival.

Eva Golinger (2010) afirma que houve uma proliferação de páginas da web, blogs e membros do Twitter e do Facebook na Venezuela que utilizaram esses meios para promover mensagens contra o governo venezuelano e o Presidente Chávez e que tentaram distorcer e manipular a realidade sobre o que acontece no país. Robinson (1996) argumenta que as comunicações são um dos componentes na promoção da poliarquia, pois difundem as agendas das elites transnacionais através da rede de comunicações globais. A revolução das comunicações proporcionou novos meios de informar e manipular a opinião pública, educar um público de massa, influenciar a cultura de uma população em geral. Em quase todos os projetos de intervenção política, os meios de comunicação social tornaram-se um alvo fundamental das operações dos Estados Unidos. O objetivo é colocar uma elite poliárquica cultivada pelos Estados Unidos em uma posição onde seja capaz de utilizar as redes de comunicações para exercer sua influência e alcançar sua hegemonia sobre o sistema político interno (ROBINSON, 1996).

A capacitação de jornalistas pela Freedom House é relevante no processo de desestabilização do governo chavista uma vez que os órgãos de opinião pública são responsáveis por interligar dimensões da força e do consenso; ou seja, é o contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’ sendo utilizados como instrumento estatal para organizar e centralizar determinados aspectos da sociedade civil (GRAMSCI, 1991). Esses órgãos, portanto, são responsáveis por construir uma concepção de mundo e universalizá-la criando consentimento em torno de sua própria visão de mundo. Dessa forma, esses órgãos desempenham um papel educativo no que tange ao convencimento e na conformação da opinião em relação às suas ideias e políticas. Assim, Gramsci atribui a isso a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião para que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional (GRAMSCI, 2007).

### **5.5 Os relatórios e a legitimação de sanções**

O Departamento de Estado envia para o Congresso dos Estados Unidos relatórios sobre práticas de direitos humanos de todos os países membros das Nações Unidas de acordo com a Lei de Assistência Externa de 1961 e a Lei de Comércio de 1974. Este relatório é enviado ao Congresso pelo Departamento de Estado de acordo com as Seções 116 (d) e 502B (b) da Lei de Assistência Externa de 1961. Isso se deve à exigência, formal, de que a política externa e comercial dos Estados Unidos leve em consideração os direitos humanos dos países e o desempenho dos direitos do trabalhador e que os relatórios dos países sejam enviados ao Congresso anualmente (US EMBASSY, 2020).

Essa exigência começou quando, em 1973, o então representante do Distrito de Minnesota, Donald Fraser, realizou audiências sobre direitos humanos no Subcomitê de Organizações Internacionais da Comissão de Relações Exteriores no qual foi aprovada uma resolução do Congresso vinculando a ‘assistência externa’ dos Estados Unidos ao respeito pelos direitos humanos por parte dos países assistidos. Nesse sentido, foi exigido que o Secretário de Estado transmitisse ao Congresso um relatório anual completo sobre a situação dos direitos humanos em diversos países (COUNTRY REPORTS ON HUMAN RIGHTS PRACTICES, 2000). Assim, em março de 1977, o primeiro volume dos Relatórios Nacionais foi submetido ao Congresso abrangendo 82 países e no final de cada avaliação dos países continha uma classificação, retirada da Freedom House, que avaliava se o país era livre, parcialmente livre ou não livre (COUNTRY REPORTS ON HUMAN RIGHTS PRACTICES, 2000). Os dados da Freedom House continuaram a ser utilizados como fonte nos relatórios posteriores. Em 2008 e

2009 o documento lia que “no seu relatório anual sobre a liberdade de imprensa, a Freedom House classificou o país como ‘não livre’, citando padrões preocupantes de declínio na liberdade de imprensa países”<sup>96</sup> (COUNTRY REPORTS ON HUMAN RIGHTS PRACTICES, 2008, 2009, s/p, tradução nossa).

Esses relatórios são usados pelo Departamento de Estado até os dias atuais como uma ferramenta para definir (ou legitimar) políticas, conduzir a diplomacia e alocar recursos em outros países. Além disso, servem também de base para a cooperação do governo dos Estados Unidos com grupos privados para “promover a observância dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente”<sup>97</sup> (COUNTRY REPORTS ON HUMAN RIGHTS PRACTICES, 2001, s/p, tradução nossa).

Citando o histórico de ‘mau desempenho’ da Venezuela sob o governo de Chávez nas questões de direitos humanos e democracia, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei de Defesa dos Direitos Humanos na Venezuela nº113-278 que previa a aplicação de sanções contra os venezuelanos. O documento cita tanto o Relatório sobre Práticas de Direitos Humanos do Departamento de Estado, como o relatório da Freedom House para justificar e legitimar as sanções impostas ao governo venezuela em nome da ‘democracia’ (VENEZUELA DEFENSE OF HUMAN RIGHTS AND CIVIL SOCIETY ACT, 2014). Abaixo pode-se observar os trechos:

Os Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos de 2013 do Departamento de Estado sustentaram que na Venezuela “o governo não respeitou a independência judicial nem permitiu que os juízes agissem de acordo com a lei sem medo de retaliação” e “o governo usou o judiciário para intimidar e processar seletivamente líderes políticos, sindicais, empresariais e da sociedade civil que criticassem as políticas ou ações do governo”<sup>98</sup> (Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act, 2014, s/p, tradução nossa).

O governo da Venezuela deteve jornalistas estrangeiros e ameaçou e expulsou meios de comunicação internacionais que operam na Venezuela, e a organização não governamental internacional Freedom House declarou que o “clima mediático da Venezuela é permeado pela intimidação, por vezes incluindo ataques físicos, e pela forte retórica anti-mídia por parte do governo” é comum<sup>99</sup> (Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act, 2014, s/p, tradução nossa)

---

<sup>96</sup>Texto na língua original: In its annual report on freedom of the press, Freedom House categorized the country as “not free,” citing worrisome patterns of decline in press freedom.

<sup>97</sup> Texto na língua original to promote the observance of internationally recognized human rights.

<sup>98</sup> The Country Reports on Human Rights Practices for 2013 of the Department of State maintained that in Venezuela “the government did not respect judicial independence or permit judges to act according to the law without fear of retaliation” and “the government used the judiciary to intimidate and selectively prosecute political, union, business, and civil society leaders who were critical of government policies or actions”.

<sup>99</sup> Texto na língua original: The Government of Venezuela has detained foreign journalists and threatened and expelled international media outlets operating in Venezuela, and the international nongovernmental organization Freedom House declared that Venezuela’s “media climate is permeated by intimidation, sometimes including physical attacks, and strong antimedia rhetoric by the government is common”.

Assim, os relatórios da Freedom House – que se transformam em notas para os países – bem como os relatórios elaborados por organizações que receberam assistência técnica da Freedom House, proporcionaram a legitimação moral para uma política de intervenção. Assim, a democracia e os direitos humanos são instrumentalizados para o “controle imperial” de regimes estrangeiros (GUILHOT, 2005, p.79).

Esses indicadores são usados para instrumentalizar a agenda de democracia a partir dos interesses de uma classe econômica dominante estadunidense. Neste caso, os interesses de uma classe empresarial estadunidense na Venezuela podem estar baseados, entre outros objetivos, no acesso ao petróleo venezuelano que, com o governo Chávez, viu o Estado participar de forma mais central na regulação do setor petrolífero e não um papel coadjuvante como havia acontecido com a nacionalização do petróleo no período anterior (OLIVEIRA, 2011). Além do petróleo, o interesse estadunidense na derrubada do governo Chávez também está centrado na necessidade de Washington manter a sua hegemonia na América Latina de forma a garantir que os governos latino-americanos sejam subservientes a sua classe dominante – estratégica e materialmente.

Nesse sentido, organizações como a Freedom House, dotadas de um suposto objetivo moral e legítimo de promoção de democracia, atuam na desestabilização de governos, inclusive eleitos democraticamente como o de Hugo Chávez, a fim de garantir que interesses próprios de uma classe dominante não sejam afetados.

Nota-se que os impactos da atuação da Freedom House durante as administrações de Chávez, não se limitaram ao seu governo. Viviana Giacaman, diretora da Freedom House para a América Latina, afirmou que o projeto Venezuela continuou até novembro de 2011 (BIGWOOD, 2012). A USAID recusou-se a comentar, entretanto, em seu website a Freedom House constava até 2015 como parceira da USAID no seu projeto na Venezuela. Segundo o website da agência:

O programa da USAID na Venezuela apoia a sociedade civil, promove os direitos humanos, fortalece a governança democrática, incentiva o envolvimento cívico e expande os diálogos. Também ajudamos a abordar os direitos dos cidadãos a serem informados por meios de comunicação social independentes e livres. Nossa assistência proporciona treinamentos, intercâmbios com outros países latino-americanos, apoio à pesquisa e oportunidades para os venezuelanos compartilharem ideias. [...] A USAID está capacitando a Assembleia Nacional para ser uma instituição democrática viável que represente todos os venezuelanos. O orçamento da USAID para o ano fiscal de 2015 para estes programas na Venezuela é de 4,256 milhões de dólares. Os atuais parceiros do programa USAID incluem: Freedom House, The International Republican Institute, The National Democratic Institute, The Pan-American Development Foundation (USAID, 2015, s/p, tradução nossa).

Tal afirmativa se confirma quando observamos que a Freedom House também treinou opositores em uma das tentativas de golpe contra Nicolás Maduro em 2015 durante a administração de Barack Obama. Com o nome de ‘Operação Jericó’, o golpe havia sido planejado para o dia 12 de fevereiro de 2015. A ‘Operação Jericó’ foi supervisionada pelo Conselho de Segurança Nacional (NSC), sob a autoridade de Ricardo Zuñiga<sup>100</sup>. Segundo James Petras (2015), a operação foi financiada pelo NED e suas subsidiárias, o Instituto Republicano Internacional e o Instituto Democrático Nacional e a Freedom House que também foram responsáveis por organizar líderes golpistas.

Neste capítulo, portanto, a partir da análise dos relatórios da Freedom House, pôde-se identificar que a organização se opôs ao governo de Hugo Chávez desde a sua eleição fazendo com que a ‘nota’ em termos de democracia na Venezuela diminuísse e o país fosse considerado ‘parcialmente livre’. Nesse sentido, nota-se uma tendência na Freedom House em considerar ‘democrático’ aqueles governos consistentes com as diretrizes neoliberais impostas por Washington, como foi o caso dos governos de *PuntoFijo*. Logo, ainda por meio da análise dos seus relatórios, foi possível verificar que a democracia proposta pela organização é orientada pelo livre mercado contribuindo, assim, para a manutenção dos interesses e benefícios materiais de uma classe dominante estadunidense. Entretanto, essa ‘democracia’ pautada em interesses privados de uma classe são naturalizados e universalizados pela Freedom House por meio dos seus relatórios e índices - supostamente ‘neutros’ e ‘científicos’.

Nesse contexto, por meio da análise dos relatórios do NED e da USAID, pôde-se evidenciar como essas agências e organizações instrumentalizam esses indicadores para justificar e legitimar uma política externa intervencionista em países supostamente ‘não democráticos’, como a Venezuela. Assim, verificou-se que esses relatórios e índices desenvolvidos pela Freedom House foram utilizados para legitimar a atuação do NED e da USAID na Venezuela. Ademais, esses relatórios e índices também foram mobilizados para justificar a primeira sanção aplicada ao país pelo ex-Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Desse modo, reforça-se o argumento defendido nesta pesquisa de que os indicadores, relatórios e recomendações da Freedom House são utilizadas por legisladores e formuladores de política externa para influenciar e legitimar uma agenda e uma determinada política externa desse mesmo país.

---

<sup>100</sup> Diplomata neto do presidente homônimo do Partido Nacional Hondurenho que organizou os golpes de 1963 e 1972 a favor do general López Arellano. Dirigiu a estação da CIA em Havana (2009-11), onde recrutou e financiou agentes para formar a oposição a Fidel Castro enquanto negociava a retomada das relações diplomáticas com Cuba

Além da produção de seus relatórios e indicadores que justificaram a atuação de organizações intervencionistas como o NED e a USAID, esses relatórios também legitimaram a própria Freedom House para atuar capacitando os opositores ao Chávez na Venezuela por meio da exportação das suas *expertises* para diversas organizações. Assim, reforça-se também o argumento de que a Freedom House, além de legitimar medidas hostis estadunidenses em relação ao governo de Hugo Chávez, também atuou na Venezuela de forma ‘terceirizada’ para desestabilizar o governo chavista. Além de capacitar organizações da sociedade civil, a Freedom House também foi responsável pela capacitação de jornalistas no país para promover notícias e páginas anti-Chávez.

Desse modo, evidenciou-se como a Freedom House pode ser caracterizada como um aparelho privado de hegemonia estadunidense que atua de forma terceirizada de política externa estadunidense a partir da sua imagem supostamente ‘neutra’ e ‘imparcial’ dotada, portanto, de legitimidade moral e técnica da qual seu status de organização não governamental defensora da democracia, direitos humanos e liberdade contribui. Entretanto, ao contrário do seu discurso oficial, a Freedom House vem historicamente contribuindo para tentativas de desestabilização de governos progressistas que visam repensar a dependência dos países latino-americanos, como foi o Hugo Chávez na Venezuela.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou evidenciar o uso de estratégias imperialistas no século XXI a partir do uso de indicadores para medição de democracia e de educação democrática. Assim, foi analisado o papel da Freedom House, enquanto aparelho privado de hegemonia, como um instrumento dos Estados Unidos na promoção de um modelo de democracia compatível com o capitalismo estadunidense e baseado no livre mercado para a América Latina e cujo objetivo está na manutenção de uma classe dominante hegemônica. Foi realizado um estudo de caso focando no caso da Venezuela de Hugo Chávez evidenciando como a Freedom House foi parte de uma ampla estrutura de política externa terceirizada dos Estados Unidos.

Desse modo, o primeiro capítulo abordou a Teoria Crítica Neogramsciana nas Relações Internacionais e sua relação com práticas imperialistas. As contribuições teóricas de Gramsci e de autores neogramscianos das Relações Internacionais permitiram captar durante a pesquisa não só as assimetrias das relações de poder e a distribuição desigual de recursos, mas também o papel da ideologia e da cultura na legitimação e na estabilização dessas relações assimétricas. Logo, a partir dessa perspectiva foi possível compreender a atuação da Freedom House na Venezuela como uma prática de ingerência uma vez que, a partir dessa corrente teórica, pode-se perceber que as intervenções estadunidenses na América Latina não findaram com o término da Guerra Fria. Ao contrário, permanecem até os dias atuais, mas de forma – propositalmente – mais ‘escondidas’, tendo em vista que partindo do conceito gramsciano, a hegemonia compreende a junção entre coerção e consenso.

Nesse contexto, o segundo capítulo trata do padrão da relação dos Estados Unidos com a América Latina, relação esta historicamente marcada por intervencionismos e assimetrias de poder. Assim, nesse capítulo foi possível identificar que, desde a Doutrina Monroe, percebe-se a tendência estadunidense a colocar a América Latina sob a sua zona de influência, tendo em vista que é uma região com uma grande quantidade de recursos naturais que eram – e ainda são – importantes para os centros industrializados. Nesse sentido, o controle da região é vital para os Estados Unidos. Esse controle, entretanto, não se baseia na anexação formal, mas na criação de um ‘império informal’ (PETRAS, VELTMEYER, 2016) por meio da instauração de regras no sistema internacional compatíveis com os interesses da classe dominante estadunidense. Além disso, a necessidade do controle desses recursos naturais é mascarada pelo discurso moral da necessidade de ‘levar a democracia’ para os países que desafiam o status quo - o imperialismo estadunidense - ao enfraquecer o controle elitizado a esses recursos.

Assim, ainda nesse capítulo, analisa-se as relações entre Estados Unidos e Venezuela durante o período do Pacto de Punto Fijo e durante os mandatos de Hugo Chávez. Foi possível

identificar que a retórica empregada pelo governo Chávez foi marcada pela crítica ao capitalismo, defesa da democracia participativa e construção de uma economia socialista em uma clara ruptura com os governos do Pacto de *Punto Fijo* caracterizado por uma democracia pactuada entre as elites, construída de cima para baixo, excluindo os setores populares e os partidos de esquerda (MENDES,2006) e que não desafiavam a hegemonia estadunidense, pelo contrário, estavam ligados aos seus interesses privados e corporativos. Nesse sentido, em seu governo, Chávez realiza reformas no setor dos hidrocarbonetos que afetam o capital estadunidense, uma vez que o Estado venezuelano passa a ter maior controle do petróleo. Assim, inicia-se um processo – financiado pelos Estados Unidos – de desestabilização e tentativa de derrubada de um governo democraticamente eleito sob a justificativa de ser esse um governo autoritário. A ‘promoção de democracia’, então, torna-se funcional para o exercício da hegemonia e um instrumento moral de controle imperial (GUILHOT, 2005).

Já o terceiro capítulo identifica uma natureza política da Freedom House e das organizações que a atencederam, bem como de seus líderes que atuaram muito próximos do governo Roosevelt no período da sua criação e permanecem próximo ao aparato estatal até os dias atuais. Assim, conclui-se que desde a sua origem, a organização esteve ligada com as questões de política externa, segurança e inteligência nacional; trabalhando na promoção das agendas políticas estadunidenses e na desestabilização de governos não simpáticos aos Estados Unidos. Nesse sentido, a Freedom House possui uma identificação com o projeto político dos Estados Unidos para a América Latina e serve como braço da política externa estadunidense, mesmo que se apresente como organizações apartidária.

A organização atua por meio de propaganda e disseminação de informações através da circulação de livros, promoção de palestras, financiamento de editoras, treinamento e capacitação de opositoristas aos governos vistos como uma ameaça a manutenção dos privilégios da classe dominante estadunidense, como ocorreu em Cuba, na Nicarágua e na Venezuela. Além disso, parte central da atuação da Freedom House são seus relatórios e indicadores publicados anualmente. Nesse capítulo, pôde-se perceber como os indicadores e relatórios da Freedom House foram influentes na legitimação das decisões tomadas em termos de política externa dos Estados Unidos, além de serem eles próprios responsáveis por justificar o fornecimento de apoio para opositoristas em países classificados como ‘não livres’.

Assim, a Freedom House é uma das instituições que se apresentam como privadas e apartidárias, mas que possuem um estreito vínculo com Washington D.C. e que atuam como instrumentos de atuação externa recebendo, para isso, financiamento público. Como foi possível identificar também na pesquisa, a maior fonte de recursos financeiros da organização

advém do governo federal, responsável por mais de 90% da receita da Freedom House. Além da forte dependência de recursos públicos, foi possível perceber que os membros da Freedom House, desde sua origem, possuem laços estreitos com governo estadunidense ocupando cargos públicos. Atualmente, os diretores da organização continuam tendo uma relação estreita com o governo, tendo ocupado diversos cargos públicos na administração de presidentes como Ronald Reagan, George. W. Bush, William Clinton, entre outros. Ademais, foi possível constatar que o Conselho é formado em sua maioria por homens estadunidenses com educação superior majoritariamente em Ciência Política, Relações Internacionais e Ciências Sociais e foram formados em uma das prestigiadas universidades da Ivy League. Além de possuírem vínculos expressivos com o governo, possuem também uma forte ligação com o setor empresarial dos Estados Unidos. Logo, concluiu-se que esses indivíduos circulam em um ambiente de ensino superior endógeno e anglo-saxão e possuem trajetórias profissionais semelhantes que os aglutinam dentro de um círculo empresarial e político dominante nos EUA.

O quarto capítulo foi dedicado a situar a o papel da Freedom House no processo de terceirização das ingerências dos Estados Unidos na América Latina. Assim, no capítulo foi realizado um estudo com ênfase no caso da Venezuela no qual pôde-se constatar que o governo dos Estados Unidos participou no financiamento da Freedom House e que atuou na desestabilização do governo de Hugo Chávez, atacando a capacidade dos indivíduos de interpretar a realidade, apelando para valores morais mobilizados pelo discurso de promoção da democracia.

A atuação da Freedom House, assim como de outras organizações quase-governamentais, é indireta; ou seja, não tem o poder de atuar diretamente na derrubada de algum governo não simpático aos Estados Unidos, mas é um instrumento importante nas operações psicológicas e políticas dos Estados Unidos no exterior (BARBOSA, 2019). Assim, ao explorar os relatórios da Freedom House e analisar os documentos disponibilizados pelo Wikileaks, foi possível identificar uma tentativa da instrumentalização da Freedom House para penetrar na sociedade civil venezuelana, uma vez que esta é entendida como o espaço de constituição de hegemonia. Nesse sentido, a organização foi responsável por treinar diversas organizações opositoras aumentando suas capacidades para desestabilizar o governo de Chávez, além de treinar jornalistas para promover mensagens contra o governo venezuelano. Ademais, os indicadores e relatórios da Freedom House foram utilizados por outras organizações intervencionistas como o NED e a USAID para justificar ‘racionalmente’ a alocação de recursos para a tentativa de mudança de regime na Venezuela. Ademais, os relatórios da Freedom House

e de organizações treinadas por ela, como o Observatório Prisional Venezuelano, foram usados como forma de legitimar as sanções impostas à Venezuela pelo governo de Barack Obama.

Em síntese a Freedom House atuou na Venezuela: 1) fortalecendo e capacitando organizações, indivíduos e mídia de oposição ao governo Chávez que compartilham uma mesma visão de mundo e projeto político estadunidense no sentido de garantir uma democracia baseada no livre mercado que não comprometa o capital já adquirido; e 2) Criando de relatórios e indicadores que são utilizados como parâmetro para justificar e legitimar a tomada de decisão em termos de política externa pelo governo dos Estados Unidos. A atuação terceirizada da Freedom House é central no processo de invisibilização das intervenções uma vez que esconde o caráter governamental estadunidense ao se apresentar como organização neutra, imparcial, apartidária e supostamente técnica. Desse modo, essa forma de intervenção evidencia que o processo de dominação não se dá simplesmente por meio de intervenções militares e o uso da força direta, mas também a partir de um emaranhado de atuações e estratégias com vistas a garantir a construção de um consentimento. No caso da Venezuela, em torno da necessidade de mudança de regime devido ao ‘desrespeito com a democracia’ como era argumentado pela Freedom House.

Por fim, confirma-se a hipótese de pesquisa de que os indicadores da Freedom House respondem aos interesses de uma classe econômica dominante estadunidense que se utiliza do discurso de impulsionar a performance de países avaliados anualmente no ranking para poder intervir. Esses índices são utilizados como ‘conhecimento científico’ dotado de racionalidade técnica que legitimam atuações intervencionistas estadunidense com uma roupagem virtuosa e moral de promoção de valores democráticos a partir da ‘capacitação’ e ‘fortalecimento’ da sociedade civil, entendida aqui como a oposição ao governo não simpático aos Estados Unidos. Nesse sentido, confirmou-se que a Freedom House, ao trabalhar para determinada caracterização do governo Chavez, contribuiu e legitimou medidas hostis estadunidenses em relação a esse governo e atuou na Venezuela – como instrumento de política externa terceirizada - para desestabilizar o governo chavista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**About Us.** Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20081204061316/http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=2>. Acesso em 14 ago 2023

ALFORD, Robert R.; FRIEDLAND, Roger. **Powers of theory: Capitalism, the state, and democracy.** Cambridge University Press, 1985.

ALONSO, Harriet Hyman. **Robert E. Sherwood: The Playwright in Peace and War.** Amherst: University of Massachusetts Press, 2007

AMARAL, Isadora Faé Pacca; SILVA, Ruth Stein. **O mito da democracia liberal.** Revista Pet Economia UFES, v. 1, n. 2, p. 33-38, 2020.

AMENTA, Núnzio Renzo. **A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo.** Expressão Popular, 2010.

ARRIGHI, Giovanni .1996. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: UNESP/Contraponto

**A SOUTHERN CONE PERSPECTIVE ON COUNTERING CHAVEZ AND REASSERTING U.S. LEADERSHIP.** Disponível em:

[https://wikileaks.org/plusd/cables/07SANTIAGO983\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07SANTIAGO983_a.html). Acesso em 05 jun 2023

ATKINS, G. Pope. **Latin America in the International Political System.** New York: Routledge, 2 ed., 2018.

AUGELLI, Enrico; MURPHY, Craig N. **Gramsci e as Relações Internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos estados unidos no terceiro mundo.** In: GILL, Stephen (org). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.** São Paulo: UNESP, 2002

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial.** Dados, v. 60, p. 505-540, 2017.

BARBOSA, Leticia Cristina Bizarro. **Conquistando corações e mentes: uma análise da National Endowment for Democracy (NED) no Equador (2006-2016).** 2018.

BECKER, Lee B. **Methodological issues in Measuring Media Freedom in a global context.** International Communication Association. San Juan, Puerto Rico, 2015.

BOLLEN, Kenneth A. Political democracy: Conceptual and measurement traps. In: **On measuring democracy.** Routledge, 2017. p. 3-20.

**Bomb Iran.** Disponível em: <https://www.latimes.com/news/la-op-muravchik19nov19-story.html>. Acesso em 23 ago 2023

BORELLI, Elizabeth. **Neoliberalismo e ONGs na América Latina**. Aurora, ano II, n.2, p.12-17, jun. 2008.

BORÓN, Atilio et al. **América Latina na encruzilhada: Lawfare, golpes e luta de classes**. Autonomia Literária, 2020.

BORON, Atílio. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRADLEY, Christopher G. International organizations and the production of indicators: The Case of Freedom House. In: MERRY, Sally Engle; DAVIS, Kevin E.; KINGSBURY, Benedict (Ed.). **The quiet power of indicators: Measuring governance, corruption, and rule of law**. Cambridge University Press, 2015.

BRICEÑO MONZÓN, C. A. **La Política Exterior de Venezuela en los Tiempos del Socialismo del Siglo XXI: Entre la autonomía y la subordinación al capitalismo global**. p. 79–103. 2011

BRUM, Luan Corrêa. **O poder das ideias e a consolidação dos institutos liberais parceiros da Atlas Network no Brasil: uma análise acerca da ascensão de seus dirigentes no governo Bolsonaro**. 2022. 187 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022

BUSH, Sarah Sunn. **The politics of rating freedom: Ideological affinity, private authority, and the Freedom in the World ratings**. Perspectives on Politics, v. 15, n. 3, p. 711-731, 2017.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O Financiamento Esportivo Brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise1. **Coleção Educação Física**, p. 83, 2018.

CASTRO, Gabriel Sandino de; REIS, Claudio. **Gramsci, hegemonia e Relações Internacionais**. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Grande Dourados, 2014

**CIA's Hidden Hand in 'Democracy' Groups**. Disponível em: <https://www.commondreams.org/views/2015/01/09/cias-hidden-hand-democracy-groups>. Acesso em 16 ago 2023

**CHAVEZ REVIVES NEW MEDIA LAW - VENEZUELAN PRESS FEELS THERE ARE GREATER THREATS**. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2754\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2754_a.html). Acesso em 16 out 2023

CLEMENTE, Stephanie B. **Hugo Chávez Frías: um comandante nas relações exteriores com os Estados Unidos**. 2022. 187 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

**Convoca el Instituto Bush encuentro para coordinar ciberguerra contra Venezuela, Cuba, Irán y Rusia**. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2010/04/08/convoca->

el-instituto-bush-encuentro-para-coordinar-ciberguerra-contra-venezuela-cuba-iran-y-rusia/. Acesso em 16 out 2023

COPPEDGE, Michael. Democracy and dimensions: Comments on Munck and Verkuilen. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 1, p. 35-39, 2002.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.) **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.

**Country Reports on Human Rights Practices 2000**. Disponível em <https://2009-2017.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2000/648.htm>. Acesso em 21 out 2023

**Country Reports on Human Rights Practices 2001**. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2001/index.htm>. Acesso em 21 out 2023

COX, Robert. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. Millennium. v. 10, n. 2, p. 126155, 1981.

COX, Robert. **Gramsci, Hegemony and International Relations : An Essay in Method**. Millennium: Journal of International Studies, 12(2), 162–175, 1983

COX, Robert W. **Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método**. In: GILL, Stephen (org). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 101-123.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EdUSP, 2015

**Dictatorships & Double Standards**. Disponível em: <https://www.commentary.org/articles/jeane-kirkpatrick/dictatorships-double-standards/>. Acesso em 26 ago 2023

DIVINE, Robert A.; BREEN, T. H.; WILLIAMS, R. HAL; GROSS, ARIELA J.; BRANDS, H. W. **America, past and present**. Pearson Education, Inc., 10 ed. 2013.

DOLUNAY, Ayhan; KASAP, Fevzi; KEÇEÇI, Gökçe. **Freedom of Mass Communication in the Digital Age in the Case of the Internet: “Freedom House” and the USA Example**. **Sustainability**, v. 9, n. 10, p. 1739, 2017.

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. Editora Elefante, 2019.

DUNNING, John. **On the Air: The Encyclopedia of Old-Time Radio**. Oxford: Oxford University Press, 1998

**EE.UU. financia a medios y periodistas venezolanos**. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/143927>. Acesso em 06 Nov 2023

**El golpe dirigido por Washington / Eva Golinger.** Disponível em:  
<https://sociologiacritica.es/2014/04/23/el-golpe-dirigido-por-washington-eva-golinger/>.  
 Acesso em 16 out 2023

**Eva Golinger: EUA aumentam operações clandestinas contra Venezuela.** Disponível em:  
<https://cebrapaz.org.br/2010/11/22/eva-golinger-eua-aumentam-operacoes-clandestinas-contra-venezuela/>. Acesso em: 06 Nov 2023

FILIPPINI, Mihele. Crise orgânica. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.).  
**Dicionário Gramsciano: (1926-1937).** São Paulo: Boitempo, 2017.

**Form 990 – 2007.** Disponível em:  
[https://projects.propublica.org/nonprofits/display\\_990/131656647/2008\\_06\\_EO%2F13-1656647\\_990\\_200706](https://projects.propublica.org/nonprofits/display_990/131656647/2008_06_EO%2F13-1656647_990_200706). Acesso 20 ago 2023

**Freedom House Appeals – The Nicaraguan Papers.** Disponível em:  
<https://consortiumnews.com/wp-content/uploads/2015/01/FreedomHouse-Appeals.pdf>.  
 Acesso em: 16 ago 2023

**FREEDOM HOUSE – CATALYST FOR AN EMERGING HUMAN RIGHTS MOVEMENTS.** Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS520\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS520_a.html).  
 Acesso em 05 jun 2023

**FREEDOM HOUSE INC.** Disponível em:  
<https://projects.propublica.org/nonprofits/organizations/131656647>. Acesso em 08 maio 2023

**FREEDOM HOUSE INC. Financial Statements and Independent auditors' Report, 2021**

**FREEDOM HOUSE STRENGTHENS VENEZUELAN HUMAN RIGHTS ORGANIZATIONS.** Disponível em:  
[https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS921\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS921_a.html). Acesso em 05 jun 2023

**Freedom House to Present Annual Awards to Cuban Activists, Founding President of the National Endowment for Democracy.** Disponível em:  
<https://freedomhouse.org/article/freedom-house-present-annual-awards-cuban-activists-founding-president-national-endowment>. Acesso em 14 ago 2023

**FREEDOM HOUSE WORKING WITH VENEZUELA HUMAN RIGHTS ORGANIZATIONS.** Disponível em:  
[https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS1842\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/05CARACAS1842_a.html). Acesso em 16 out 2023

**Freedom House y Radio y TV Martí se alían para dar voz a denuncias de los cubanos.** Disponível em: [https://diariodecuba.com/derechos-humanos/1534331606\\_41295.html](https://diariodecuba.com/derechos-humanos/1534331606_41295.html). Acesso em 16 Out 2023

**Freedom in the World 1978.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1978\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1978_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1979.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1979\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1979_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1980.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1980\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1980_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1981.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1981\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1981_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1982.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1982\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1982_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1983.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1983-1984\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1983-1984_complete_book.pdf). Acesso em Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1984.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1983-1984\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1983-1984_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1985.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1985-1986\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1985-1986_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1986.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1986-1987\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1986-1987_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1987.** Disponível em:  
<https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-11/FIW%201987-1988%20Book%20Scan.pdf>. Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1988.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1988-1989\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1988-1989_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1989.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1989-1990\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1989-1990_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1990.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1990-1991\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1990-1991_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1991.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1991-1992\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1991-1992_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1992.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1992-1993\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1992-1993_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1993.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1993-1994\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1993-1994_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1994.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1994-1995\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1994-1995_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1995.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1995-1996\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1995-1996_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1996.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1996-1997\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1996-1997_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1997.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1997-1998\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1997-1998_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1998.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1998-1999\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1998-1999_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 1999.** Disponível em

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_1999-2000\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_1999-2000_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2000.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2000-2001\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2000-2001_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2001.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2001-2002\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2001-2002_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2002.** Disponível em:

[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2001-2002\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2001-2002_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2003.** [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2003\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2003_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2004.** [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2004\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2004_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2005.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2005\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2005_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2006.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2006\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2006_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2007.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2007\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2007_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2008.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2008\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2008_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2009.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2009\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2009_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2010.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-03/FIW\\_2010\\_Complete\\_Book\\_Scan.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-03/FIW_2010_Complete_Book_Scan.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2011.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2011\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2011_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2012.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2012\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2012_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

**Freedom in the World 2013.** Disponível em:  
[https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom\\_in\\_the\\_World\\_2013\\_complete\\_book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom_in_the_World_2013_complete_book.pdf). Acesso em 30 Out 2023

FROSINI, Fabio. Educação. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano: (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GHELLER, Larissa. **A USAID e a manutenção da hegemonia estadunidense na América Latina no século XXI: o caso do Haiti**. 2022.

GIANNONE, Diego. **Measuring ICT: Political and Methodological Aspects**. In: **Electronic Constitution: Social, Cultural, and Political Implications**. IGI Global, 2009. p. 189-206.

GIANNONE, Diego. **Political and ideological aspects in the measurement of democracy: the Freedom House case**, 2010, p.68-97

GILBERT, Steven. **The U.S policy of democracy promotion in Latin America**. Senior Honors Theses & Projects. Eastern Michigan University, 2008

GILL, Stephen. **Gramsci and global politics: towards a post hegemonic reserach agenda**. In: GILL, Stephan (ed.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge University Press, 1993

GOLINGER, Eva. **El código Chávez: decifrando la intervencion de los Estados Unidos en Venezuela**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005

GOTT, Richard; BARTOLI, GEORGES. *Hugo Chávez and the Bolivarian Revolution*. Verso, 2005

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Galícia: Estaleiro Editora, 2011.

GUILHOT, Nicolas.2003. **Os Profissionais da Democracia em Ação**.In LINS, D. E WACQUANT,L. *Repensar os Estados Unidos: Por uma Sociologia do Superpoder*.Campinas: Papyrus.

GUILHOT, Nicolas. **The Democracy Makers: Human Rights and International Order**. Columbia University Press, New York, 2005

HARNECKER, Marta. **Democracia y socialismo: el futuro enraizado en el presente**. In: *Estudios críticos del desarrollo*, Vol. I, Núm. 1, pp.151-182, 2011

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent: The political economy of the mass media**. Random House, 2010.

HOUSE, Freedom. **Defending Latin American Human Rights and Democracy Activists**. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-01/Special\\_Report\\_LAC\\_HRDs\\_PDF\\_ENGLISH\\_Final\\_01262022.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-01/Special_Report_LAC_HRDs_PDF_ENGLISH_Final_01262022.pdf). Acesso em 17 out 2023

**Imperialism and NGOs in Latin America**. Disponível em: <https://monthlyreview.org/1997/12/01/imperialism-and-ngos-in-latin-america/>. Acesso em: 26/07/2022

IORIS, Rafael R.; MOZER, Josiane. *Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a política editorial de modernização da América Latina no contexto da Guerra Fria*. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 26, n. 43, p. 529-548, 2019.

JAURETCHE, A. 1975. **Los Profetas del Odio y la Yapa: La Colonización Pedagógica**. Buenos Aires: Pena Lillo.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. *The worldwide governance indicators: methodology and analytical issues*<sup>1</sup>. **Hague journal on the rule of law**, v. 3, n. 2, p. 220-246, 2011

LACORTE, Rocco. Consenso. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano: (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LANGER, William L.; GLEASON, Sarell Everett. **The challenge to isolation: 1937-1940**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1952.

LAURIE, Clayton D. **The Propaganda Warriors: America's Crusade Against Nazi Germany**. Lawrence: University Press of Kansas, 1996.

**Lend-Lease Act (1941)**. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/lend-lease-act>. Acesso em 23 ago 2023

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021.

LEVENSTEIN, Aaron; AGAR, William. **Freedom's Advocate: A Twenty-five Year Chronicle**. New York: The Viking Press, 1965.

LIGUORI, Guido. Sociedade Civil. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano: (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, M. R. S. **Miopia de George W. Bush e a Guerra contra o Iraque**. Inteligência. Ano VI, n.20, janeiro-março de 2003.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente**. 2 ed. Anita Garibaldi, 2020a

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: Léxico da ideologia estadunidense**. Boitempo Editorial, 2010

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. Boitempo Editorial, 2015.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2020b.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente**. 2 ed. Anita Garibaldi, 2021

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. . São Paulo: Editora Unesp. . Acesso em: 26 ago. 2023. , 2020

LOWENTHAL, Abraham. F. **América Latina y los Estados Unidos en mundo Nuevo: perspectivas de una asociación**. In: LOWENTHAL, A. F; TREVERTON, G. F. (orgs.). América Latina en un Mundo Nuevo. México: Fondo De Cultura Económica, 1999.

MACKINNON, Mark. **The new cold war: revolutions, rigged elections and pipeline politics in the former Soviet Union**. Vintage Canada, 2010.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: editora UNESP, 2008

**Memorandum for Dr. Roy Godson – Private Funders Project.** Disponível em: <https://consortiumnews.com/wp-content/uploads/2014/12/crozier-memo.pdf>. Acesso em 18 ago 2023

**Memorandum for William P. Clark – Democracy Initiatives and information programs.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150111025617/https://consortiumnews.com/webdocs/Nov4,82.pdf>. Acesso em 18 ago 2023

**Memorandum for William P. Clark – Private sector support for Central American Program.** Disponível em: <https://consortiumnews.com/wp-content/uploads/2014/12/raymond-clarkmemo.pdf>. Acesso em 18 ago 2023

MERENDI, Izaura Peghim. **Justificando intervenções: a política externa norte-americana e a América Latina.** 2007.

MINELLA, Ary Cesar. **Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina).** Caderno CRH, v. 22, p. 13-40, 2009.

MISES, Ludwig Von. **As seis lições.** Trad. Maria Luiza Borges. 7ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009

MOLL NETO, Roberto. **Gramsci e as Relações Internacionais: para superar a reificação do estado e a anarcofilia.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 1, n. 1, p. 76-101, jan/jun. 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2 ed., 2010

MUNCK, Gerardo L.; VERKUILEN, Jay. Conceptualizing and measuring democracy: Evaluating alternative indices. **Comparative political studies**, v. 35, n. 1, p. 5-34, 2002.

MUNCK, Gerardo L. **Measuring democracy: A bridge between scholarship and politics.** JHU Press, 2009.

**Murdoch, Scaife and CIA Propaganda.** Disponível em: <https://consortiumnews.com/2014/12/31/murdoch-scaife-and-cia-propaganda/>. Acesso 16 ago 2023

**National Endowment for Democracy - Annual Report 1986.** Disponível em: <https://www.ned.org/docs/annual/1986%20NED%20Annual%20Report.pdf>. Acesso em 16 ago 2023

**National Endowment for Democracy - Annual Report 1987.** Disponível em: <https://www.ned.org/docs/annual/1987%20NED%20Annual%20Report.pdf>. Acesso em 16 ago 2023

**National Endowment for Democracy - Annual Report 1988.** Disponível em: <https://www.ned.org/docs/annual/1988%20NED%20Annual%20Report.pdf>. Acesso em 16 ago 2023

**National Endowment for Democracy - Annual Report 1989.** Disponível em: <https://www.ned.org/docs/annual/1989%20NED%20Annual%20Report.pdf>. Acesso em 16 ago 2023

**National Endowment for Democracy - Annual Report 1990.** Disponível em: <https://www.ned.org/docs/annual/1990%20NED%20Annual%20Report.pdf>. Acesso em 16 ago 2023

NED. National Endowment for Democracy. **Strategy Document 2002.** Washington, D. C.: NED, 2002. Disponível em <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2015/09/strategyDocument2002.pdf>. Acesso em 17 out 2023

NED. National Endowment for Democracy. **Strategy Document 2007.** Washington, D. C.: NED, 2007. Disponível em <https://www.ned.org/wp-content/uploads/strategy2007.pdf>. Acesso em 17 out 2023

NED. National Endowment for Democracy. **Strategy Document 2012.** Washington, D. C.: NED, 2012. Disponível em <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2015/09/2012StrategyDocument.pdf>. Acesso em 17 out 2023

**OCB announces partnership with Freedom House to combat human rights abuses in Cuba.** Disponível em: <https://www.usagm.gov/2018/08/14/ocb-announces-partnership-with-freedom-house-to-combat-human-rights-abuses-in-cuba/>. Acesso em 08 Nov 2023

OLSON, Lynne. **Those Angry Days: Roosevelt, Lindbergh, and America's Fight over World War II, 1939-1941.** New York: Random House, 2013.

OLIVEIRA, F. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil.** CLACSO, 2006.

OREN, Ido. **Our Enemies and US: America's Rivalries and the Making of Political Science.** Ithaca: Cornell University Press, 2003.

**OUR HISTORY.** Disponível em: <https://freedomhouse.org/about-us/our-history>. Acesso em 09 de maio de 2022

**OUR ISSUES.** Disponível em: <https://freedomhouse.org/issues>. Acesso em 18 ago 2023

PARRY, Robert. **"CIA's Hidden Hand in 'Democracy' Groups".** Disponível em: <https://www.commondreams.org/views/2015/01/09/cias-hidden-hand-democracy-groups>. Acesso em 16 ago 2023

PATNAIK, Utsa; PATKAIK, Prabhat. **Imperialismo na Era da Globalização.** In: LÓPEZ, Emiliano. *As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo.* São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2013

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. *Ninguém Regula a América*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Extractive imperialism in the Americas: capitalism's new frontier**. Com contribuições de Paul Bowles, Dennis Canterbury, Norman Girvan e Darcy Tetreault. Leiden; Boston: Brill, *Studies in critical social sciences* v. 70, 2014.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Power and Resistance: US Imperialism in Latin America**. Leiden, Boston: Brill. Ed. 1, 2016, 224p

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. Trad. Rafael Telemoto. 1ª Ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020

PRESTIPINO, Giuseppe. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano: (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

**Promover la democracia = cambiar regímenes**. Disponível em: <https://www.aporrea.org/tiburon/a44688.html>. Acesso em 16 out 2023

**Radio/Televisión Martí con Freedom House en proyecto conjunto por DDHH en Cuba**. Disponível em: <https://www.martinoticias.com/a/cuba-radio-tv-marti-lanzan-campana-mundial-derechos-humanos/201532.html>. Acesso em 16 Out 2023

RALPH, J. G. **“High stakes” and “low-intensity democracy”: Understanding America’s policy of promotion democracy**. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Ed.). *American democracy promotion: impulses, strategies and impacts*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

**Relatórios sobre práticas de direitos humanos 2020**. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/our-relationship-pt/relatorios-oficiais/relatorios-sobre-praticas-de-direitos-humanos-2020/>. Acesso em 23 out 2023

ROBINSON, William I. **Democracy or Polyarchy?**. *NACLA Report on the Americas*, 32-35, 2007

ROBINSON, William I. **Promoting polyarchy: Globalization, US intervention and hegemony**. Cambridge University Press, 1996

SALGADO, Tiago. **Democracy delivers: a intervenção dos EUA na Venezuela chavista**. Rio de Janeiro: Telha, 2021

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Apresentação. In: LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011, p. 7 104. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2022

SANTOS, Roberto Santana. Venezuela: breve história e análise da Revolução Bolivariana. In: BORÓN, Atilio et al. **América Latina na encruzilhada: Lawfare, golpes e luta de classes**. Autonomia Literária, 2020.

SCARTEZINI, Natalia. **A Ofensiva Socialista na Venezuela: A práxis revolucionária bolivariana sob o prisma teórico de István Mészáros**. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2013.

SCHEIDT, Eduardo. **Da Democracia Participativa e Protagônica ao Estado Comunal: as transformações do Estado na Venezuela durante o governo Chávez (1999-2012)**. Em Projetos de Estado na América Latina Contemporânea: de 1960 até os dias atuais, Scheidt, Eduardo e Tatyana de Amaral Maia, 65-100. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Edusc, 2000

SCHNEIDER, Carsten Q; SCHMITTER, Philippe C. **Liberalization, Transition and Consolidation: Measuring the Components of Democratization**. Vol.11, No.5, December 2004, pp.1–32

SMITH, Tony. **America's mission; the United States and the worldwide struggle for democracy in the Twentieth Century**. New Jersey: Princeton University, 1994

STEELE, Richard W. **Propaganda in an Open Society: The Roosevelt Administration and the Media, 1933-1941**. Westport: Greenwood Press, 1985.

TEXIER, Jacques. Sociedade Política. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano: (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

**THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT**. website, 2023. UC Santa Barbara. Disponível em: . Acesso em: 12 ago. 2023.

**TIME TO REDOUBLE OUR PRO-DEMOCRACY EFFORTS IN VENEZUELA**.

Disponível em:

[https://web.archive.org/web/20210322142228/https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACA\\_S3547\\_a.html](https://web.archive.org/web/20210322142228/https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACA_S3547_a.html). Acesso em 14 out 2023

TSYGANKOV, Andrei P; PARKER, David. **The securitization of democracy: Freedom House ratings of Russia**, European Security, 2014

**UPDATE ON THE USAID/OTI VENEZUELA PROGRAM**. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2224\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/04CARACAS2224_a.html). Acesso em 05 jun 2023

**USAID/OTI PROGRAMMATIC SUPPORT FOR COUNTRY TEAM 5 POINT STRATEGY**. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS3356_a.html). Acesso em 05 jun 2023

**USAID/OTI WATCHDOGS START TO SHED LIGHT.** Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07CARACAS175_a.html). Acesso em 04 Nov 2023

USAID. United States Agency for International Development. **Performance and Accountability Report FY 2002.** Disponível em: [https://web.archive.org/web/20130221232508/https://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PDABY087.pdf](https://web.archive.org/web/20130221232508/https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDABY087.pdf) Acesso em 28 out 2023

VALENTE, L. **Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul.** Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 57, n. 1, p. 177-196, 2014

**Venezuela Defense of Human Rights and Civil Society Act of 2014.** Disponível em: <https://www.congress.gov/113/plaws/publ278/PLAW-113publ278.pdf>. Acesso em 24 out 2023

VIDAL, Camila; BRUM, Luan; Lopez, Jahde. **Promovendo a democracia? Uma radiografiado NED para a América Latina.** Revista Sul Global, 2021

VIDAL, Camila Feix; BRUM, Luan. **Por uma outra forma de (re) pensar as Relações Internacionais: hegemonia e criação de consenso.** Conjuntura Austral, v. 11, n. 56, p. 109-121, 2020.

VIDAL, Camila. **Estados Unidos e América Latina - Aula 1,** 25 ago 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aU5Drv5wjH0>. Acesso 15 set 2022

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente.** IN: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994. p. 99-112.

VOIGT, Márcio Roberto. **O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985).** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010

VOZA, Pasquale. **Intelectuais orgânicos.** In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano: (1926-1937).** São Paulo: Boitempo, 2017.

**We select indicators.** Disponível em: <https://www.mcc.gov/who-we-select/indicators>. Acesso em 19 dec 2022

WESSON, Robert. G. **A nova política externa dos Estados Unidos.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

**WHAT OUR FOREIGN ASSISTANCE IS REALLY DOING IN VENEZUELA.** Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06CARACAS2374_a.html). Acesso em 11 jul 2023

ZERNDT, Emily A. **The house that propaganda built: historicizing the democracy promotion efforts and measurement tools of Freedom House.** Western Michigan University, 2016.